

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO

**ESTUDO DO MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES DA REGIÃO DA
CAMPANHA DO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO

**ESTUDO DO MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES DA
REGIÃO DA CAMPANHA DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos G. A. Mielitz Netto

**Série PGDR – Tese nº 16
PORTO ALEGRE
2009**

R484e

Ribeiro, Cláudio Marques

Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul / Cláudio Marques Ribeiro. – Porto Alegre, 2009.
300 f. : il.

Orientador: Carlos G. A. Mielitz Netto.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

1. Agricultura familiar : Bovinocultura de corte : Campanha, Região (RS). 2. Pecuária : Sistemas de produção : Campanha, Região (RS). 3. Desenvolvimento rural : Campanha, Região (RS). I. Mielitz Netto, Carlos G. A. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.151

636.2

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO

**ESTUDO DO MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES DA REGIÃO DA
CAMPANHA DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada, *com louvor*, em: Porto Alegre, 19 de janeiro de 2009.

Prof. Dr. Carlos Mielitz (Orientador)
Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil
Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Departamento de Geografia da UFRGS

Dr. Marcos Flávio Silva Borba
EMBRAPA - CPPSul

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese a algumas pessoas:

À minha esposa Cristina, companheira, mulher da minha vida, que ajudou a suportar as mudanças, me estimulou para a realização deste objetivo e sempre compreendeu as dificuldades.

Às minhas outras mulheres, Juliana, Claudia, Cibeli e Maria que, de diversas formas, acabaram participando das mudanças, das ausências e da concretização deste trabalho.

À minha família, de todos os lados, que apoiou e ajudou a chegar até aqui.

Ao meu pai Flávio, ao meu irmão Márcio e ao meu “amigo/irmão” Felipe que partiram neste período.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com a ajuda de muitas pessoas e entidades a quem gostaria de manifestar o meu agradecimento.

À EMATER/RS que custeou a sua realização, através da minha liberação e dos apoios recebidos de toda a sua estrutura;

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS - PGDR que me acolheu como aluno e repassou os seus ensinamentos;

Ao Professor Orientador Carlos Adalberto Guilherme Mielitz Neto por sua contribuição;

Aos Professores Paulo Waquil e Sérgio Schneider por suas sugestões;

Aos colegas do Doutorado 2005 pela parceria nas horas difíceis, mas também nas muitas horas de alegria. Um agradecimento especial ao “Núcleo Duro” cuja sede própria fica na Rua da República;

Além disso, algumas pessoas precisam ser citadas, pois contribuíram em algum (ns) momento desta trajetória.

A minha tia Maria pelo apoio, incentivo e exemplo.

Aos Eduardos (o Gonçalves e o Pizzani). Um foi incansável em me ajudar a “arrumar” o tornozelo no meu primeiro ano em Porto Alegre. O outro, sempre me socorreu nas dificuldades da informática.

A família Romero Rebollo que me acolheu em Quaraí durante a pesquisa.

Aos colegas dos Escritórios Municipais da EMATER/RS de Bagé (Eloi, Ana Rosa e Glauco), Dom Pedrito (Leopoldo, Enoé e Maria Luisa) e Quaraí (Betinha e Neli);

Aos colegas do Escritório Regional de Bagé (Requião, Vânia, Marcelo, Jarbas, Dona Jandira, Fábio, Erone e Fabrício) pelo apoio e pelas discussões;

Aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Dom Pedrito, Quaraí e Bagé, que através de seus Presidentes seu Florício Barreto, seu Luiz Carlos Velasques e Néelson Wild ajudaram na identificação dos entrevistados. Aos técnicos das Inspetorias Veterinárias dos três municípios por suas valiosas informações.

Aos pecuaristas familiares entrevistados pela sua paciência e disponibilidade de repassar as informações de suas vidas para que se pudesse compreendê-los melhor.

Aos amigos que sempre ajudaram, torceram e apoiaram.

RESUMO

Esta Tese tem como tema os agricultores familiares diferenciados que vem sendo denominados de pecuaristas familiares. Estes agricultores têm como atividade principal a bovinocultura de corte explorada em pequenas áreas. O objetivo deste trabalho é investigar a existência, as lógicas e as estratégias dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul. As hipóteses que norteiam este trabalho são a de que os pecuaristas familiares são realmente um tipo diferenciado dentro da agricultura familiar, que são frutos de diferentes formações oriundas da ocupação da terra, que têm contribuições importantes em relação à questão ambiental e ao processo de desenvolvimento. Através de 60 entrevistas realizadas com pecuaristas familiares em três municípios da região da Campanha (Bagé, Dom Pedrito e Quaraí) foi possível compreender melhor as suas origens e as suas estratégias. Além disso, foram realizadas quatro entrevistas com assentados da reforma agrária, estabelecidos em dois municípios da região (Hulha Negra e Candiota), que acabaram optando pela bovinocultura de corte repetindo as formas estabelecidas historicamente. O trabalho utiliza o modo de vida e os estilos de agricultura como a explicação teórica mais consistente para a realidade encontrada. Os dados obtidos demonstram que os pecuaristas familiares são sim um tipo de agricultor familiar que norteiam as suas atividades e as suas estratégias a partir do modo de vida que definem para si e suas famílias. As principais características do modo de vida dos pecuaristas familiares são cinco. A primeira é a bovinocultura de corte como a principal atividade agrícola, praticada sobre pastagens naturais e com baixo uso de insumos externos sendo os bovinos considerados como mercadoria de reserva. Isto acarreta estratégias como as altas lotações de animais por hectare, a diversificação “por dentro” da atividade (cria e cria) e vendas de animais apenas quando há necessidades financeiras. A segunda é a autonomia em relação ao mercado estabelecendo estratégias de comercialização a partir das necessidades da família e não na busca de melhores preços, além de distância dos endividamentos. A terceira é o uso principal da mão-de-obra da família associada com uma troca de serviços com os vizinhos em uma relação de reciprocidade que permite enfrentar os momentos de maior demanda por mão-de-obra. A quarta é a grande quantidade e a grande importância que tem a aposentadoria rural para os pecuaristas familiares. A quinta é a presença do autoconsumo de maneira significativa representada não pelo consumo de vegetais, mas pelo consumo de carne bovina e, principalmente ovina. Apesar de ser um grupo de famílias que tem pouca renda pode-se constatar que se trata de um modo de vida que contribui econômica, social e ambientalmente com os processos de desenvolvimento rural compreendido de maneira mais ampla do que apenas o crescimento da economia.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar. Pecuária familiar. Modos de vida. Estilos de agricultura.

ABSTRACT

The subject of the herein enclosed thesis is that particular variety of family farmers that is currently being referred to as "family cattle breeders". These farmers' main activity is the raising of beef cattle bred within small, restricted areas. The aim targeted by the present work was that of probing the existence, economical logic, and strategies employed by family cattle breeders in the Campanha (Southernmost Plains) area of Brazilian state, Rio Grande do Sul. The hypotheses presented as guidelines to this work are (a) that family cattle breeders are an actual variety within the family agricultural work universe; (b) that they result from different mindsets achieved during the several waves of land occupation; and (c), that they indeed bring important contributions into the environment and the developmental process. Sixty interviews were conducted with family farm owners in three different Campanha area counties (Bagé, Dom Pedrito, and Quaraí) which led to a better understanding of their origins and the strategies adopted by them. To these were added four interviews achieved with recipients of land grants afforded them by the Agrarian Reformation processes and who had been settled in two other Campanha area counties (Hulha Negra and Candiota) all of whom opted out for beef cattle breeding, repeating therefore the historically established ways of cattle-raising in said area. This paper takes their chosen ways of life and their adopted agricultural styles as the most consistent theoretical explanation for the reality that was found. Data gleaned shows that family cattle breeders are indeed a particular kind of family farmers and that they orient their activities and strategies from the way of life they defined for themselves and their families. The main characteristics which were pinpointed among the family cattle breeding farmers are five, as described below. The first is that beef cattle raising is their main farming activity and that it is performed on natural grasslands and with low usage of external inputs, as their beef cattle is considered to be prime goods. This prods them into the adoption of some necessary strategies, like high percentiles of animals per hectare, the "inside" diversification of the activity (breeding and re-breeding), as well as the selling of animals only when in need of hard cash. The second is their being autonomous in relation to the market prices, setting up marketing strategies according to the family needs and not in search for the best pricing, as well as keeping away from borrowing and getting into debts. The third characteristic is employing mainly the family's own work in association with labor trading with their neighbors, a technique that allows them to face the moments when the demand for labor is strongest. The fourth is the great importance and the numbers of rural retirement benefits for family beef cattle breeders. The fifth is the presence of a high degree of self-consume, which is not significantly represented by vegetal produce, but by beef cattle meat and, all the oftener, by mutton. Even though this group of families reaches only into the lowest income brackets, the analysis of data gathered allowed for the conclusion that their way of life contributes economically, socially, and environmentally toward the processes of rural development when this is understood in a broader sense than the simple economical growth.

Keywords: Rural development. Family farming. Family beef cattle Breeders. Ways of life. Agricultural styles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Rio Grande do Sul: localização da Metade Sul.....	18
Quadro 1. Principais diferenças entre Agricultura Patronal e Familiar.....	57
Quadro 2. Estrutura de análise do modo de vida rural.....	82
Figura 2. Modelo relativamente autônomo.....	91
Figura 3. Modelo dependente do mercado.....	92
Figura 4. Espaço de manobra para a produção da diversidade.....	93
Figura 5. Mapa das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul (1540-1680).....	96
Figura 6. Rio Grande do Sul - regiões econômicas do fim do século XIX.....	117
Figura 7. Mapa dos municípios onde foi realizada a pesquisa.....	152
Figura 8. Mapa da Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense.....	159
Figura 9. Mapa das regiões homogêneas de Bagé.....	161
Quadro 3. Descrição da região estudada em Bagé.....	161
Fotos 1. Ambiente da região pesquisada em Bagé.....	162
Figura 10. Mapa das regiões homogêneas de Dom Pedrito.....	166
Quadro 4. Descrição da região estudada em Dom Pedrito.....	167
Fotos 2. Ambiente da região pesquisada em Dom Pedrito.....	168
Figura 11. Mapa das regiões homogêneas de Quaraí.....	171
Quadro 5. Descrição da região estudada em Quaraí.....	172
Fotos 3. Ambiente da região pesquisada em Quaraí.....	173
Figura 12. Constituição das famílias entrevistadas por faixa de idade – total em anos de vida.....	179
Figura 13. Percentual de famílias por número de pessoas – Total.....	181
Figura 14. Percentual das faixas de idade dos chefes de família entrevistados – Total.....	183

Figura 15. Capital total em terra, benfeitorias/ máquinas e equipamentos e animais por ha e por município – em R\$.....	199
Figura 16. Percentual das famílias exclusivamente agrícolas com e sem aposentadoria.....	208
Figura 17. Composição do rebanho bovino dos pecuaristas familiares entrevistados em percentual.....	220
Figura 18. Motivação dos pecuaristas familiares pela bovinocultura de corte....	227
Figura 19. O que faria se não pudesse criar bovinos de corte.....	228
Figura 20. Se sobrasse dinheiro o que faria em primeiro lugar?.....	229
Figura 21. Custos com sanidade em bovinos de corte dos pecuaristas familiares em %.....	234
Figura 22. Como se identificam os pecuaristas familiares em %.....	243
Figura 23. Gostaria que seus filhos continuassem na profissão de pecuarista? Em % de produtores.....	245
Figura 24. Sucessão encaminhada? Em % de produtores.....	245
Figura 25. Em caso de crise, o que faria? Em % de produtores.....	246

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1785....107
2. Efetivo dos rebanhos, por espécie, no Rio Grande do Sul – 1890, 1894, 1908 e 1920.....118
3. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1920....120
4. Distribuição da propriedade territorial nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí no ano de 1920.....122
5. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1950....129
6. Número estimado de pecuaristas familiares nos municípios do estudo.....152
7. Constituição das famílias entrevistadas por município e total.....179
8. Autoconsumo total, autoconsumo bovino, autoconsumo ovino e caprino dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....186
9. Autoconsumo total e as suas relações percentuais com o Produto Bruto, o Produto Animal, o Produto Bovino e com a UTHt dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....186
10. Formas de acesso à terra dos entrevistados.....194
11. Distribuição, por estrato de área, das heranças recebidas pelos pecuaristas entrevistados.....195
12. Número de famílias entrevistadas que receberam herança e quantidade de área de terra adquirida, por estrato de área.....195
13. Distribuição fundiária dos pecuaristas familiares entrevistados.....196
14. Área ocupada e média dos entrevistados por municípios e total.....197
15. Capital dos pecuaristas familiares em terra, benfeitorias, máquinas, implementos, animais e total por município e total (em mil R\$).....198
16. Indicadores da mão-de-obra total dos pecuaristas familiares por município e total.....201
17. Atividades principais e número de dias da mão-de-obra contratada dos pecuaristas familiares por município e total.....203
18. Características dos pecuaristas familiares que têm empregados fixos.....204
19. Atividades principais e número de dias da “troca de serviços” dos pecuaristas familiares por município e total.....206

20. Tipo de famílias de pecuaristas familiares entrevistadas de acordo com a condição das atividades por município e no total.....	208
21. Atividades desenvolvidas pelas famílias pluriativas de base agrária e intersetorial por município.....	210
22. Nível de escolaridade das famílias entrevistadas – total.....	212
23. Relação do acesso ao crédito dos pecuaristas familiares entrevistados por município e no total.....	214
24. Relação da participação dos pecuaristas familiares em Associações, Sindicatos, Cooperativas e partidos políticos.....	216
25. Tempo médio dos pecuaristas familiares na atividade de bovinocultura de corte e as variações de tempo encontradas por município e no total.....	219
26. Indicadores de lotação total por área, indicadores de lotação de bovinos por área e em relação à lotação total dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....	222
27. Renda agrícola dos pecuaristas familiares entrevistados em relação à renda total, a Superfície Agrícola Útil e a Unidade de Trabalho Homem familiar por município e total.....	224
28. Produto bruto total, produto animal e produto bovino dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....	225
29. Práticas de manejo utilizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total. – em % de produtores.....	232
30. Utilização de vermífugos e carrapaticidas nos rebanhos dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....	233
31. Utilização de pastagens artificiais pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.....	235
32. Outras criações encontradas em combinação com a bovinocultura de corte existentes entre os pecuaristas familiares entrevistados por município e total...	236
33. Origem dos touros utilizados pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total - % de produtores.....	240
34. Destino dos bovinos de corte vendidos pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total - % de produtores.....	241
35. Sugestões aos governantes por município e total - % de produtores.....	248

LISTA DE ABREVIATURAS

EMATER / RS – Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FEE / RS - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	22
1.2 HIPÓTESES	25
1.3 OBJETIVOS	26
1.4 JUSTIFICATIVA	26
2 AGRICULTURA FAMILIAR	29
2.1 AS DIFERENTES VERTENTES TEÓRICAS	30
2.1.1 A vertente marxista.....	30
2.1.2 A vertente funcionalista-difusionista	32
2.1.3 A vertente chayanoviana	37
2.1.4 A vertente neo-marxista	43
2.1.5 Algumas considerações e definições teóricas.....	48
2.2 AS DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR	50
2.2.1 Pequeno produtor e a agricultura familiar.....	50
2.2.2 Campesinato e a agricultura familiar	52
2.2.3 Os enquadramentos da agricultura familiar.....	56
2.2.4 A heterogeneidade da agricultura familiar	61
2.3 A PECUÁRIA FAMILIAR: OS AGRICULTORES FAMILIARES QUE CRIAM BOVINOS DE CORTE	63
2.3.1 Definições e enquadramentos.....	63
2.3.2 Pecuaristas familiares: o estado da arte (síntese dos trabalhos produzidos)	65
2.3.3 Constatações sobre os pecuaristas familiares (o que se sabe)	68
3 MODOS DE VIDA E ESTILOS DE AGRICULTURA	69
3.1 MODOS DE VIDA	69
3.1.1 Componentes do modo de vida	71
3.1.2 Os processos de mediação.....	79
3.1.3 A diversificação dos modos de vida	80
3.2 ESTILOS DE AGRICULTURA	88
3.2.1 Modelo relativamente autônomo	90
3.2.2 Modelo dependente do mercado.....	91
4 DA ESTÂNCIA JESUÍTICA AOS PECUARISTAS FAMILIARES	95
4.1 OCUPAÇÃO DA TERRA	95
4.1.1 A Estância jesuítica	96
4.1.2 A Estância da sesmaria.....	100
4.1.3 A Estância mercantil.....	108
4.1.4 A Estância capitalista	113
4.2 A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E AS MUDANÇAS NA ESTÂNCIA GAÚCHA.....	118
4.2.1 A modernização da agricultura e as repercussões na estância	129
4.2.2 A estância do século XXI e os pecuaristas familiares	132
4.3 IDENTIDADE DO GAÚCHO	136
4.3.1 Identidade	136
4.3.2 Identidade do gaúcho.....	143

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	150
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	150
5.1.1 Etapas de desenvolvimento da pesquisa.....	151
5.1.2 A unidade de análise.....	156
5.1.3. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados.....	156
5.2 O CONTEXTO DO ESTUDO.....	159
5.2.1 Bagé.....	160
5.2.2 Dom Pedrito.....	166
5.2.3 Quaraí.....	171
5.2.4 O contexto comparativo.....	176
6 O MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES.....	177
6.1 AS CAPACITAÇÕES.....	178
6.1.1 Constituição das famílias.....	179
6.1.2 Número de pessoas por família.....	181
6.1.3 Chefes de família.....	183
6.1.4 Autoconsumo.....	185
6.1.5 Habilitações formais.....	188
6.1.6. Condições das Estradas.....	188
6.2 OS ATIVOS.....	193
6.2.1 Capital natural.....	193
6.2.2 Capital físico.....	198
6.2.3 Capital humano.....	200
6.2.4 Capital financeiro.....	214
6.2.5 Capital social.....	215
6.3 AS ATIVIDADES.....	218
6.3.1 Bovinocultura de corte.....	218
6.3.2 Outras criações e lavouras.....	236
6.4 AS RELAÇÕES MERCANTIS.....	237
6.5 A IDENTIDADE DOS PECUARISTAS FAMILIARES.....	242
6.6 AS PERSPECTIVAS DE FUTURO.....	244
6.7 OS ASSENTADOS PECUARISTAS FAMILIARES.....	249
6.7.1 A trajetória anterior ao assentamento.....	250
6.7.2 A trajetória posterior ao assentamento.....	251
6.7.3 A motivação dos assentados para a bovinocultura de corte.....	252
6.8 O MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES.....	254
7 CONCLUSÕES.....	259
REFERÊNCIAS.....	266
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	283
APÊNDICE B – TABELAS E FIGURAS COMPLEMENTARES.....	296

1 INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul, estado localizado mais ao sul do Brasil, teve um processo de ocupação da terra diferenciado do restante do país. Apesar do Brasil ter sido descoberto em 1500, o estado não despertou interesse econômico de espanhóis e portugueses até por volta de 1640. Até então, apenas os jesuítas espanhóis e os índios haviam se estabelecido, introduzindo o gado bovino que acabou solto nos campos gaúchos e passou a ser objeto de “caça” para o comércio do couro. Apenas no final do século XVIII, com a exploração do ouro em Minas Gerais e a conseqüente necessidade de fornecimento de charque para os escravos, de cavalos e muares para o transporte, é que a Coroa portuguesa iniciou a ocupação da região.

A ocupação do Rio Grande do Sul, pelos portugueses, ocorreu através da distribuição das sesmarias aos heróis militares que tinham como principal atribuição a ocupação da área e a sua defesa dos espanhóis. Desta forma, foram sendo estabelecidas as grandes estâncias que passaram a se constituir em um importante componente da sociedade rio-grandense. A estância¹ se estruturou em grandes áreas (uma sesmaria equivalia a cerca de 13 mil hectares) com a criação do gado bovino e sempre tendo como prioridade de defesa do território².

As estâncias, desta parte sul do estado, foram estabelecidas em condições ambientais propícias para a criação de bovinos. Reverbel (1986) afirma que o gado bovino introduzido pelos jesuítas viria encontrar as condições favoráveis para a sua sobrevivência e proliferação na *“boa qualidade do solo e na exuberância das pastagens rio-grandenses”* sendo que todos os seus *“campos convidam à criação intensa de gado”*. Esta caracterização também é feita por Silva Neto (2002) ao descrever o Rio Grande do Sul como composto por duas grandes formações vegetais: a florestal (na parte norte) e a campestre (predominante na parte sul) o que teria sido determinante na formação das estruturas sociais e econômicas do estado.

¹ De acordo com César (2005) o substantivo estância prende-se etimologicamente ao latim *stare* (estar em pé, estar firme, estar imóvel) e *stantia* (coisas que estão de pé, paradas), portanto, estância é o lugar onde se fica, onde se estabelece por algum tempo, morada. Portanto “estanciar” significa se estabelecer. Acrescenta ainda que se trata de um termo “castelhaníssimo” que significa *“terras com criação de gado vacum e cavalas”* (CÉSAR, 2005).

² Conforme FERREIRA FILHO, 1958; FONSECA, 1983; FONTOURA, 2000; LAYTANO, 1983; PESAVENTO, 1994; REVERBEL, 1986; RIBEIRO, 1996; VERÍSSIMO DA FONSECA, 1982; TORRONTÉGUY, 1994.

A paisagem campestre (Bioma Pampa), foco deste trabalho, de acordo com Reverbel (1986) sugeria o desenvolvimento da atividade pecuária. Segundo o autor haveria poucas regiões no Brasil *“mais aptas para a criação do gado em grande escala”*. Ou seja, o ambiente era extremamente favorável à criação de bovinos (já presentes na região) o que propiciou o desenvolvimento desta atividade a partir das estâncias.

Os inúmeros conflitos (Guerras e Revoluções) ocorridos no estado durante o século XIX consolidaram a estrutura da estância de *“defesa”*. A necessidade de proteção contra os inimigos, associada às condições favoráveis do ambiente (que possibilitava o crescimento e reprodução dos animais sem a necessidade de muitos cuidados e manejos), acabou estimulando que os investimentos fossem para a defesa da terra e não para as melhorias tecnológicas e para o aumento da produção.

Esta condição fortaleceu também a formação da identidade cultural regional. O gado bovino integrou-se a essa identidade, pois, como *“mercadoria”* abundante, de comercialização relativamente fácil e com facilidade de deslocamento permitia a sua movimentação e a sua apropriação durante os períodos de conflito. Reverbel (1986) afirma que dois fatores contribuíram para condicionar a identidade do homem desta região: um fator econômico (a exploração pastoril) e outro fator político (a ocupação e a preservação de uma área litigiosa *“uma fronteira aberta e em movimento”*).

No Rio Grande do Sul, ainda durante o século XIX, houve a chegada organizada de outros imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que ocuparam novas áreas (se estabeleceram nas regiões próximas de Porto Alegre e no nordeste do estado) e passaram a desenvolver novas atividades. De acordo com Ferreira Filho (1958), o sul do estado já havia sido relativamente ocupado pelas sesmarias. Silva Neto (2002) afirma que os imigrantes foram se localizar nas terras de floresta que não despertavam o interesse dos estancieiros (pois exigiam investimentos superiores aos necessários para a exploração dos campos naturais que eram quase nulos), eram próximas ao mercado e aos meios de transporte introduzindo uma dinâmica que não tinha *“praticamente nenhum vínculo econômico ou sócio-cultural com a pecuária”*. Iniciou-se aí a diferenciação entre as regiões sul e norte do estado. No norte, ao contrário do sul do estado, a base sócio-econômica foi alicerçada sobre a pequena propriedade – segundo Ferreira Filho (1958) e

Pesavento (1994), os alemães receberam 78 ha em 1824, 48 ha em 1848 e os italianos receberam áreas de 25 ha em 1875 – desenvolvendo atividades agrícolas mais intensivas e diversificadas e com a elaboração de produtos manufaturados.

Começaram a surgir no estado novas formas produtivas, baseadas nas lavouras e no cultivo intensivo da terra, não mais baseada na defesa da terra, mas na busca da sobrevivência e na reprodução da família. Inicia uma nova forma de exploração, baseada na lógica da produção e do abastecimento, que daria origem à “agricultura familiar” que tem sido tradicionalmente reconhecida e descrita no Rio Grande do Sul.

A região sul do estado, ao contrário, permaneceu estruturada sobre a estância como lógica militar de defesa, com produção extensiva de gado de corte, com poucas manufaturas (basicamente algumas elaboradas com couro) e com pouca diversificação produtiva.

Alguns fatores foram responsáveis pela permanência da bovinocultura de corte como atividade praticamente hegemônica nesta vasta região: a contínua instabilidade política (as Guerras e as Revoluções ocorreram durante todo o século XIX e parte do século XX), a instabilidade climática (a região é considerada região marginal para a maioria das lavouras de grãos), a existência prévia de gado e as facilidades de comercialização dos animais.

Além disso, estes fatores acabaram sendo importantes na formação cultural do “gaúcho” dessa região reforçando valores como o individualismo, a desconfiança (onde o sentido de defesa é permanente), a relação com o cavalo e com a atividade extensiva do gado de corte sem o cultivo intensivo da terra (FERREIRA FILHO, 1958; BARBOSA, 1983; LESSA, 1984). De acordo com Reverbel (1986) “o boi é (num sentido sociológico) o pai do gaúcho”. Segundo o autor, o gaúcho teria sido diferente sem os bovinos na sua formação. Isto significa que a disponibilidade de gado em um ecossistema favorável e numa situação instável politicamente acabou contribuindo na formação deste tipo social do sul. De qualquer forma, é interessante ressaltar que o Rio Grande do Sul apresenta diferentes tipos sociais oriundos das diferenças na sua formação.

Esta diferenciação econômica entre o norte e o sul do estado se acentuou no século XX com um aumento do processo de industrialização do norte. Ao mesmo tempo houve um processo de decadência do sul, que se prolongou e se agravou até o final do século. De acordo com Bandeira (1994), a especialização da atividade

primária (alicerçada basicamente sobre a bovinocultura de corte) e a dificuldade de industrialização da Metade Sul foram fatores importantes no incremento desta diferenciação entre o norte e o sul do estado.

A bovinocultura de corte permaneceu predominante em praticamente toda a região. Alguns processos de modificação tecnológica (como o cercamento dos campos, a subdivisão das áreas de pastoreio, o crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais), conforme Bandeira (1994), diminuíram a necessidade de mão-de-obra excluindo do mercado um grande número de trabalhadores. As mudanças que ocorreram se refletiram na diminuição da população total dos municípios e da região, no crescimento da população urbana e na perda de poder político. Assim, a região sul passou a ser conhecida como a “metade pobre” do estado (Figura 1) e onde existe apenas o “latifúndio” oriundo das sesmarias (DACANAL E GONZAGA, 1979; BANDEIRA, 1994).



Figura 1 - Rio Grande do Sul: localização da Metade Sul
Fonte: FEE / RS, 1995.

Algumas iniciativas de diversificação das atividades produtivas como o surgimento da lavoura orizícola (a partir da migração de “agricultores” experientes no cultivo de arroz para o sul ocupando áreas de várzea) alavancaram a economia. Apesar deste avanço, a bovinocultura de corte permaneceu como a principal atividade da região considerando-se a área ocupada e o número de produtores. Benetti (1994) afirma que ao contrário do norte do estado, que teve com o crescimento das lavouras de trigo e soja uma homogeneização dos padrões técnico-empresariais das unidades de produção, no sul, a cultura do arroz não produziu o mesmo efeito. Ou seja, a bovinocultura de corte permaneceu (até por restrições de

solo e topografia para o aumento das áreas de arroz irrigado na região) como a atividade predominante assim como permaneceram formas heterogêneas de gestão da unidade produtiva.

Embora, no final do século XX e início do século XXI, tenham existido algumas iniciativas (privadas e governamentais) de diversificação, como a fruticultura, e, mais recentemente o monocultivo de árvores em grande escala (eucalipto, acácia e pinus) a bovinocultura de corte extensiva permanece tendo grande importância econômica, social e cultural na região sul do estado.

Assim, as diferentes formas de ocupação da terra (além de outros fatores) acabaram contribuindo para que se constituíssem diferentes regiões no estado. A parte sul tem sido considerada apenas como a região das grandes propriedades e dos “estancieiros” (termo muitas vezes utilizado com caráter pejorativo) e onde a pequena propriedade não tem significação e representatividade. A região tem sido vista como uma região com pouca (ou nenhuma) expressão da “agricultura familiar”. Esta estaria apenas na parte norte do estado, fruto da “colonização” sobre pequenas áreas e sobre uma agricultura mais intensiva. A Metade Sul seria composta apenas pelas grandes propriedades oriundas das sesmarias.

Esta interpretação da realidade tem caracterizado no estado uma polaridade³, onde haveria uma região de minifúndios e outra de latifúndios, baseando-se unicamente na distribuição fundiária. Assim, esta visão consolidou a idéia de que a bovinocultura de corte seria desenvolvida apenas em grandes áreas.

Mais recentemente, entretanto, alguns trabalhos (primeiramente realizados por técnicos da EMATER / RS⁴) passaram a identificar e descrever no estado (e de forma significativa na Metade Sul) um grupo numeroso de produtores com pequenas

³ Alguns trabalhos consultados permitem identificar esta diferenciação de maneira clara e, de certa forma, estabelecendo uma dicotomia entre as regiões. Pode-se citar Medeiros (2005), Navarro (2002), Tambara (1983), Targa (1996) e Verdum, Basso e Suertegaray (2004) que dividem assim as regiões do estado. O trabalho de Silva Neto (2002) reconhece que “*sempre se praticou agricultura na região sul e mesmo em terras de campo, assim como sempre houve a presença de pecuária nas regiões de mata*”. Ao descrever a região da Campanha e os seus sistemas predominantes reconhece a “*presença significativa na região da agricultura familiar, a qual é possivelmente predominante em número de estabelecimentos*” atribuindo, entretanto, uma importância econômica secundária devido a “*pequena capacidade de se sustentar adequadamente*” (2002) e descartando esta categoria social como objeto de seu estudo nessa região (p. 40).

⁴ EMATER / RS – Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul é a entidade responsável pelo serviço oficial de extensão rural no estado.

áreas⁵, com características de agricultura familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte.

A partir de alguns dados levantados (IBGE, 1998) constatou-se que as propriedades com áreas menores de 100 ha representam cerca de 70% dos estabelecimentos da região. E, menores de 200 ha representam um total de 86% do total dos estabelecimentos. Isto evidencia um grupo que tem representatividade numérica e importância social e econômica.

Apesar de pequenas áreas, estes estabelecimentos, se dedicam à bovinocultura de corte em combinação com outras atividades com a utilização, predominantemente, de mão-de-obra da família. Assim, passou-se a identificar este tipo diferenciado de agricultores familiares como “pecuaristas familiares”.

Este grupo de famílias, apesar de existente em número significativo - estimado por Ribeiro (2001 e 2003) em cerca de 8.000 famílias na região da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul⁶ - não tem sido, historicamente, reconhecido pelas entidades representativas da sociedade rural rio-grandense e pelos governos. Isto se deve, em grande parte, a sua pouca organização, a sua pouca representatividade política e ainda por se tratar de uma categoria social, até então, pouco descrita e estudada. De certa forma, até os anos 2000, foram “invisíveis” à sociedade. Esta desconsideração (até recentemente estes agricultores não tinham acesso às políticas públicas específicas de apoio)⁷ associada às baixas rentabilidades das suas atividades têm contribuído para agravar as dificuldades desta população. Além disso, são sempre identificados como atrasados e como entraves ao desenvolvimento e ao “progresso”.

O desconhecimento sobre esta realidade tem se estendido até os meios acadêmicos, pois, até recentemente não havia interesse e nem estudos sobre este público.

⁵ A noção de pequena propriedade nesta região deve ser considerada a partir das suas características específicas e não a partir da comparação com outras regiões do estado. Neste caso são consideradas estabelecimentos com até 300 ha.

⁶ Em trabalho da EMATER / RS estimou-se em 45.000 famílias de pecuaristas familiares em todo o Rio Grande do Sul.

⁷ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi lançado em 1996 e disponibilizou, desde então, crédito subsidiado para os agricultores familiares nas mais diversas linhas. Nas normas para o acesso dos beneficiários ao PRONAF de 2002 havia a proibição explícita para a aquisição de animais para pecuária de corte (Cláusula 17 da Resolução 3001 de 24 de julho de 2002 do Banco Central – BANCO CENTRAL, 2002). Após terem sido incluídos como público beneficiário (2004) as normas de 2007 do PRONAF deixaram de incluir estes agricultores como beneficiários do Programa sem que tenha havido protestos e manifestações significativas pelas entidades representativas e pelos próprios pecuaristas familiares até então.

Apesar destas dificuldades, um contingente significativo destas famílias permanece na atividade e no campo (conforme acontece com a agricultura familiar tradicionalmente descrita) em uma relação que necessita ser melhor compreendida com o ambiente, com o mercado, com as questões políticas e com as suas formas de sobrevivência e reprodução.

Diante desta realidade, esta pesquisa se propõe a estudar, mais profunda e minuciosamente, a existência dos "pecuaristas familiares", a sua origem, as suas formas e lógicas de produção e reprodução e o seu modo de vida.

A tese apresenta, na sua primeira parte, o tema de pesquisa com suas justificativas, suas hipóteses e os seus objetivos.

No capítulo 2 apresenta um resgate das principais vertentes teóricas e as suas diferentes explicações sobre as formas de produção e reprodução da agricultura familiar. Destaca ainda a heterogeneidade existente entre os agricultores familiares e ainda discute as diferentes definições, enquadramentos e diferenciações da agricultura familiar. Apresenta ainda o "pecuarista familiar" descrevendo resultados já obtidos pelos trabalhos produzidos sobre o tema.

No capítulo 3, apresenta os principais conceitos teóricos que são utilizados no trabalho. Aprofunda os conceitos de "modo de vida" e estilos de agricultura. Apresenta as formas com que se inter-relacionam nas diferentes estratégias de sobrevivência e reprodução utilizadas pelos agricultores familiares a partir das suas diferentes alternativas, dos seus recursos e das suas expectativas.

O capítulo 4 realiza uma revisão sobre a ocupação da terra do Rio Grande do Sul e a formação do gaúcho. Apresenta as diferentes formações das regiões do estado e a trajetória das estâncias relacionando-as com a formação das unidades familiares da região sul que se dedicam à bovinocultura de corte. Aborda ainda os fatores formadores de uma identidade específica do gaúcho e a sua contribuição para a constituição do "gaúcho" desta região e do estado.

O capítulo 5 apresenta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e o contexto onde foi realizada.

No capítulo 6 são apresentados os resultados da pesquisa realizada junto aos pecuaristas familiares de três municípios da Metade Sul descrevendo o seu modo de vida e as suas estratégias de sobrevivência e de reprodução.

O último capítulo apresenta as principais conclusões deste trabalho.

1.1 Definição do problema

A agricultura familiar, embora as previsões catastróficas sobre seu futuro feitas por autores das diversas correntes de pensamento (a partir da visão da impossibilidade de sobrevivência das formas familiares nos sistemas capitalista e socialista), tem sobrevivido e se reproduzido no decorrer do tempo. De forma crescente (especialmente a partir da década de 90) teve reconhecida a sua importância econômica e social para o processo de desenvolvimento. Brose (1999) afirma que a base social do desenvolvimento rural em todos os países capitalistas centrais – Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Japão - é a agricultura familiar. Lamarche (1993), Carmo (1999) e Guanziroli *et al.* (2001) reforçam esta idéia afirmando que a produção agrícola nos países capitalistas é conduzida por estabelecimentos baseados no trabalho familiar.

No Brasil, a agricultura familiar vem ganhando espaço na sociedade a partir do reconhecimento da sua importância para o país. O trabalho de Buainaim e Romeiro (2000), realizado a partir dos dados referentes ao Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996 (IBGE, 1998), mostra que, de um total de 4.859.864 estabelecimentos existentes no Brasil, 4.139.369 (ou 85,2%) se caracterizam como unidades de produção familiar. O mesmo trabalho identifica na região Sul do Brasil um total de 907.635 (ou 90,5% do total dos estabelecimentos) como estabelecimentos familiares.

Guilhoto *et al.* (2005) apresentam dados que demonstram a importância, do ponto de vista econômico, da agricultura familiar no Brasil e no Rio Grande do Sul. Conforme os autores o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro. Considerando que o agronegócio nacional como um todo foi responsável, nesse ano, por 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar representando cerca de um terço do agronegócio brasileiro (GUILHOTO *et al.*, 2005). De acordo ainda com os mesmos autores, no caso do Rio Grande do Sul, a agricultura familiar é um segmento de extrema importância, não só para a economia do agronegócio, mas para a própria economia do Estado. A agricultura familiar é predominante no estado com uma participação do “agronegócio familiar” de 23,5% (no período de 1995 a 2003) o que é 2,5 vezes superior a da média nacional (que foi de 9,3%). Isto

evidencia que a contribuição das unidades agrícolas, definidas como familiares, é bastante superior para a economia do estado do Rio Grande do Sul do que para a esfera nacional.

Esta importante forma de produção e de vida tem sido, recentemente, mais descrita e caracterizada. Diversos autores abordam a agricultura familiar como um modo peculiar de exploração da terra, ou seja, que possui formas de condução das suas atividades e da sua vida ligadas inicialmente à lógica da reprodução e sobrevivência da família.

Os agricultores familiares não se constituem em um grupo homogêneo, mas sim em um grupo complexo e diversificado o que permite identificar diversos "tipos" de produtores familiares. Esta diversidade tem sido descrita por diversos autores.

Esta tese identifica, e descreve, na Metade Sul do Rio Grande do Sul a existência de um "tipo" de agricultura familiar diferenciada que tem grande significação em número de famílias e de estabelecimentos (RIBEIRO, 2003).

Alguns trabalhos⁸ já vêm se preocupando em descrever estas famílias de "pecuaristas familiares". De um modo geral, estes trabalhos identificam estas famílias como sendo "descapitalizadas", com baixas receitas, pouco reconhecidas e com pouca ou nenhuma representatividade política. Embora os esforços realizados por estes trabalhos na descrição deste público, persistem algumas lacunas teóricas e de compreensão do seu comportamento, da sua lógica e da sua reprodução que necessitam aprofundamento.

Esta tese se propõe a investigar a existência e as estratégias utilizadas por este "tipo" diferenciado de agricultor familiar chamado de "pecuarista familiar".

Algumas questões norteadoras da pesquisa se apresentam:

1. Os "pecuaristas familiares" são agricultores familiares?

Do ponto de vista teórico é possível explicar as suas lógicas conforme a lógica dos demais agricultores familiares? Os pecuaristas familiares são um tipo agricultor familiar? Será necessário identificar de forma diferente os pecuaristas dos agricultores familiares?

⁸ COTRIM, 2003; EMATER / RS, 2000a; EMATER / RS, 2000b; GONÇALVES, 2002; LUIZELLI, 2001; MIRANDA, 2000; RIBEIRO e VILLELA, 1999; RIBEIRO, 2001; RIBEIRO, 2002a; RIBEIRO, 2003; ROSSI, 2002; SANDRINI, 2005 e TORRES, 2001.

2. Qual a identidade dos “pecuaristas familiares”?

Qual a percepção que os “pecuaristas familiares” têm de si mesmo (se “enxergam” como patrões, pequenos estancieiros ou como agricultores familiares)? É necessário saber com quem eles têm identificação, pois, embora tenham baixas rendas, conforme Luizelli (2001:12), têm como “*concepção de mundo*” a estância tradicional.

3. Qual a sua origem e o seu processo de formação?

Como, numa região com a história de ocupação a partir da grande propriedade, foi possível surgir os agricultores familiares e como nesta região eles conseguiram se estabelecer, sobreviver e se reproduzir em número tão significativo?

4. Quais são as suas lógicas que definem o seu modo de vida e os estilos de agricultura?

Quais os fatores que são considerados pelos pecuaristas familiares para definir o seu “modo de vida”. Como o modo de vida acaba influenciando e definindo o estilo de agricultura? Quais as suas principais formas de produção, as suas combinações de atividades e de rendas e a qual a sua relação com o ambiente? Quais os níveis de mercantilização dos pecuaristas familiares?

Assim, o fio condutor deste trabalho é o pecuarista familiar da região da Campanha do Rio Grande do Sul. A questão de pesquisa que se coloca é quem realmente são os chamados “pecuaristas familiares”, como surgiram, sobreviveram, se reproduziram e como se comportam a partir da lógica de agricultores familiares que criam bovinos de corte considerando três ambientes diferenciados da região da Campanha.

1.2 Hipóteses

Algumas hipóteses são formuladas a partir da centralidade deste trabalho, o “pecuarista familiar”.

A primeira hipótese é a de que realmente há agricultores familiares que se dedicam à bovinocultura de corte em pequenas áreas utilizando-se a mão-de-obra majoritariamente familiar. Parte-se do pressuposto de que o comportamento e a lógica dos pecuaristas familiares sejam, na sua essência, semelhantes à lógica dos agricultores familiares. Isto é, são agricultores familiares que se dedicam à bovinocultura de corte.

A segunda hipótese é que os pecuaristas familiares são oriundos de processos diferentes de formação que estabeleceram diferentes “tipos” de produtores. As origens dos pecuaristas familiares, se supõem, sejam através das divisões das estâncias das sesmarias, através das aquisições ou por indenizações dos patrões. Além disso, possuem uma identidade não muito clara do ponto de vista das categorias sociais existentes, estando ainda muito mais próximos da agricultura patronal oriunda das sesmarias.

A terceira hipótese é de que os pecuaristas familiares, mesmo quando localizados em ambientes (com solos, topografia, vegetação) diferenciados têm comportamentos semelhantes a partir do seu modo de vida. Assim, foi realizada a pesquisa em três municípios e em regiões ambientalmente bastante diferentes para testar a hipótese de que há uma lógica de sobrevivência que é comum aos pecuaristas familiares que é o seu modo de vida.

A última hipótese é a de que os pecuaristas familiares têm contribuição importante aos processos de desenvolvimento. A sua capacidade de convivência com os diferentes ambientes, a sua capacidade de reprodução, apesar de pouco acesso às políticas públicas (ou talvez por isso), podem ser apontadas como formas importantes de contribuição para o desenvolvimento rural.

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é evidenciar a existência e descrever o modo de vida dos agricultores familiares que criam bovinos de corte chamados de "pecuaristas familiares" em três municípios da região da Campanha do Rio Grande do Sul.

Os objetivos específicos são:

1. Reconstituir a origem histórica dos “pecuaristas familiares” da Campanha do Rio Grande do Sul identificando, a partir de elementos da história da ocupação da terra, e dos processos daí decorrentes, os fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais que contribuíram para a formação dos “pecuaristas familiares”.

2. Demonstrar que os “pecuaristas familiares” são uma formação social específica dentro da agricultura familiar evidenciando as características existentes de agricultores familiares.

3. Caracterizar o modo de vida dos pecuaristas familiares de três municípios da região da Campanha do Rio Grande do Sul que possuem características ambientais diferenciadas.

1.4 Justificativa

O termo “pecuarista familiar”, a partir dos anos 2000 e 2001, passou a ser utilizado com mais frequência pelas instituições governamentais, pela extensão rural, pela pesquisa agropecuária e pelas entidades representativas dos agricultores no Rio Grande do Sul, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul. Entretanto, mesmo nestas instituições ainda há uma enorme confusão conceitual, sobre quem são (e quem não são) os chamados pecuaristas familiares.

As abordagens existentes sobre o tema buscam identificar os pecuaristas familiares a partir de definições operacionais sem um aprofundamento maior do ponto de vista teórico-conceitual. Mesmo os trabalhos de cunho mais acadêmico

partem de uma definição mais ampla sobre o tema. Assim, uma discussão mais profunda e teórica se faz necessário. Como se trata de um tema relativamente novo, sem o acúmulo de discussão e de estudos suficientes, os esforços realizados até então, ainda carecem de um aprofundamento teórico maior.

Outro fator importante, que justifica este estudo, é a história das migrações para a região sul do estado. Verifica-se que, as migrações organizadas recentes (processos de colonização ou assentamentos de reforma agrária) inicialmente dedicaram-se às lavouras de grãos e, posteriormente à criação de bovinos (inicialmente com pecuária leiteira e, alguns com pecuária de corte). É importante compreender o que leva um agricultor assentado oriundo do norte do estado, com toda uma "cultura e identidade", a transformar-se em pecuarista e que explora bovinos de corte em 25 ha, repetindo o modo de vida dos "pecuaristas familiares" historicamente instalados na região.

Assim, uma melhor compreensão destes fatos é extremamente importante para que se possam pensar políticas de desenvolvimento regional considerando-se a agricultura familiar neste ambiente diferenciado. Para isto, definir com clareza e entender melhor as lógicas de sobrevivência e de reprodução dos "pecuaristas familiares" é importante não apenas para as famílias já existentes na região, mas também para o estabelecimento de propostas futuras.

Outra justificativa para este trabalho é a questão ambiental. Grande parte dos pecuaristas familiares identificados está assentada sobre ambientes considerados frágeis (do ponto de vista produtivo). Grande número destas famílias vive no Planalto Sul Rio-grandense (Serra do Sudeste) e na região do arenito na Fronteira Oeste. Embora empobrecidos economicamente e relativamente abandonados em termos de acesso às políticas públicas, estes produtores desenvolveram maneiras de sobrevivência, de produção e de relação com o ambiente, que também precisam ser melhor compreendidas e descritas. A existência de produtores que apresentaram uma adaptabilidade ao meio ambiente, mantendo formas produtivas mais "tradicionais" exige um estudo mais aprofundado inclusive para o estabelecimento de propostas técnicas de intervenção. Desta forma, o trabalho foi realizado em três regiões distintas ambientalmente no sentido de compreender e evidenciar as lógicas dos pecuaristas familiares.

Pode-se acrescentar ainda que estes agricultores, que têm uma história de sobrevivência e reprodução a partir dos bovinos de corte, despertaram pouco

interesse dos meios acadêmicos para o seu estudo. Assim, é possível que este tipo de agricultor possa existir com a mesma lógica e racionalidade em outros lugares do Brasil, ou do mundo, e este trabalho possa contribuir para a sua identificação.

Enfim, a Metade do Sul do Rio Grande do Sul tem uma realidade diferenciada em termos de estrutura fundiária, de formação cultural e de tipo de agricultor familiar. A história do povo que habitou a região, das lutas e das conquistas forjou um homem ligado aos bovinos de corte de forma umbilical. As alterações ocorridas durante a história na economia, no ambiente e no mercado fizeram com que esta atividade permanecesse como a principal, mesmo com a diminuição das áreas das propriedades, formando um "tipo" peculiar de produtor, o pecuarista familiar, que tem sido pouco reconhecido.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil é recente. Apenas nos anos 90, segundo Schneider (1999) com os trabalhos acadêmicos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993 e 1999) e a partir das mobilizações políticas é que a agricultura familiar obteve o reconhecimento da sua importância.

Entretanto, o debate sobre a permanência das formas familiares na agricultura remonta aos tempos de transição do feudalismo para o capitalismo. O campesinato, então vinculado aos feudos e aos senhores passa a vincular-se, parcial ou totalmente, à sociedade capitalista ou à sociedade socialista. A sua trajetória e o seu futuro sempre foram ponto de discussão a partir das diferentes vertentes teóricas.

Apesar das previsões de quase todas as vertentes, sobre a incapacidade de sobrevivência e de reprodução das formas familiares neste sistema, de uma certa forma, elas permaneceram. Para o entendimento destas previsões é realizada uma revisão sobre o assunto a partir de diferentes autores.

Assim, é realizada uma recuperação das diferentes vertentes teóricas sobre a agricultura familiar¹ no sentido de contribuir para uma melhor compreensão das visões contemporâneas e das novas interpretações da realidade. Para poder explicar os “pecuaristas familiares” é importante apresentar os principais eixos interpretativos da agricultura familiar, no sentido de situar o enfoque explicativo adotado como matriz teórica.

A segunda parte deste capítulo apresenta uma discussão sobre as diferenciações existentes entre agricultura familiar, campesinato e pequena produção. Apresenta as definições operacionais sobre agricultura familiar que vêm sendo utilizadas no Brasil. Destaca ainda a heterogeneidade existente entre os agricultores familiares incluindo os pecuaristas familiares.

¹ A intenção desta revisão é situar os diferentes enfoques em relação às perspectivas das formas familiares na agricultura. Os trabalhos de José Eli da Veiga (1991), de Ricardo Abramovay (1992), de Hugues Lamarche (1993 e 1999), de Sérgio Schneider (1999) e de Flávio Sacco dos Anjos (2000) realizam uma recuperação das visões das diferentes vertentes teóricas sobre a agricultura familiar podendo ser consultadas para o aprofundamento deste assunto. Esta tese utiliza as explicações encontradas nestes trabalhos.

2.1 As diferentes vertentes teóricas

Desta forma, são apresentadas a seguir as previsões das diferentes vertentes teóricas sobre os destinos da agricultura familiar.

2.1.1 A vertente marxista

Schneider (1999) ao realizar uma revisão da literatura sobre a agricultura familiar aponta o marxismo como a vertente analítica que mais se dedicou a este tema. Segundo ele, o debate marxista entre 1920 e 1960, se circunscrevia à análise do avanço do modo de produção capitalista e às suas conseqüências nas formas de propriedade. O seu eixo principal era a chamada questão agrária, ou seja, como a penetração do capitalismo na agricultura, sob o enfoque do processo de acumulação de capital e de formação das estruturas de classe acarretaria a superação e a eliminação de determinadas formas sociais que não tivessem a formatação capitalista (o campesinato e a agricultura familiar, por exemplo).

De acordo com Abramovay (1992), embora a importância da agricultura no trabalho teórico de Marx, não há nele nada que aborde as tendências e as funções da agricultura familiar¹ no desenvolvimento capitalista. Afirma ainda (ABRAMOVAY, 1992), que para Marx não era concebível, a partir do desenvolvimento do capitalismo, a sobrevivência de qualquer forma diferente de organização social que não fossem a burguesia e o proletariado. Desta forma, o campesinato (como forma de exploração familiar) não encontraria lugar definido no desenvolvimento do capitalismo e deveria desaparecer. Era considerada uma formação “pré-capitalista”. Esta explicação, de acordo com Sacco dos Anjos (2000:14) identificava as formas não capitalistas como *“resquício de tempos pretéritos e que no decorrer dos acontecimentos deverá necessariamente desaparecer”*.

Os clássicos marxistas posteriores, segundo Abramovay (1992), apesar de realizarem análises de realidades distintas, também previram dificuldades para os

¹ Abramovay (1992) ressalta que há uma distinção entre o campesinato e a agricultura familiar, o que será discutido posteriormente neste trabalho.

camponeses e a sua extinção. Lênin deu ênfase à “diferenciação social” do campesinato onde previa a diferenciação entre os próprios camponeses em burgueses e proletários na medida em que avançasse o capitalismo.

Sacco dos Anjos (2000) afirma que, de acordo com Lênin, o processo de diferenciação dos camponeses sob o avanço do capitalismo, já havia provocado o surgimento de três classes sociais distintas: os camponeses pobres, os camponeses médios e os camponeses ricos. Os médios tenderiam a desaparecer rapidamente transformando-se em um “*enorme estoque*” de camponeses pobres. Para Lênin (1985) o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas se constituía na base sobre a qual se formaria o mercado interno da produção capitalista. Sacco dos Anjos (2000) afirma ainda que Lênin afastava totalmente a idéia de que a pequena produção mercantil (pequena burguesia) pudesse significar um modo de produção específico e particular, possuidor de leis próprias e de uma lógica específica de funcionamento.

Segundo Abramovay (1992) este pensamento norteou os estudos marxistas da questão agrária posterior na busca permanente da diferenciação social dos produtores em uma tentativa de projeção que deveria ser válida para qualquer país capitalista.

Outro trabalho de orientação marxista importante foi o de Karl Kautsky que tentava demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e a inutilidade de frear o movimento que o capitalismo promoveria de expropriação dos camponeses. Ou seja, seria irreversível o declínio e o desaparecimento dos camponeses (ABRAMOVAY, 1992). De acordo com Sacco dos Anjos (2000:20), Kautsky defendia a inutilidade de “*inversão de energias e de esforços para diminuir ou evitar os efeitos de um processo inapelável que é a proletarização dos camponeses*”. Ou seja, as pequenas explorações não poderiam absorver os avanços tecnológicos (o que seria privilégio da “superioridade” das grandes explorações) e seriam fatalmente excluídas. Enfim, Kautsky (1986) também considerava o campesinato como forma pré-capitalista de produção e que, inexoravelmente, tenderia a desaparecer.

Abramovay (1992) afirma que é “excessivamente” fácil mostrar que as previsões de Lênin e Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram através da constatação de que o processo de diferenciação social não progrediu conforme o

previsto (de maneira a ampliar o assalariamento no campo) e não houve incompatibilidade entre o progresso técnico e a produção familiar.

De qualquer forma, Abramovay (1992) afirma que, embora não se possa encontrar o campesinato, sob o pensamento marxista como categoria social do capitalismo, a sua existência e a sua permanência devem ser consideradas a partir dos momentos históricos de análise e devem ser encontradas outras explicações alternativas. Isto significa que buscar diretamente nesta vertente as explicações sobre as formas familiares é desconsiderar os momentos históricos, políticos e intelectuais em que se inseriam. Ressalta ainda a importância de diferenciar a categoria campesinato de agricultura familiar. Segundo ele, em diversas situações a forma camponesa se “metamorfoseou” em agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Schneider (1999) afirma que apenas na década de 70 houve um deslocamento da questão agrária original para o debate em torno da estrutura social e das formas da organização produtiva que vigorariam na agricultura capitalista. De acordo com o autor o debate passou a concentrar-se na explicação do amplo domínio da agricultura familiar sobre as formas de assalariamento na estrutura agrária dos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial.

2.1.2 A vertente funcionalista-difusionista

Schneider (1999) faz referência à vertente funcionalista-difusionista, especialmente a norte-americana, afirmando que ela também produziu bom número de trabalhos sobre a agricultura familiar. Grande parte deles se refere à difusão das inovações e ao processo de adoção de tecnologias.

Os autores desta vertente acreditavam que as sociedades tradicionais deveriam se “aprimorar” cedendo lugar a uma sociedade mais moderna. Partiam do princípio de que as sociedades tradicionais (atrasadas) existentes nos países subdesenvolvidos, ao passarem por um processo de aprimoramento cederiam seu lugar a um tipo mais moderno. O objetivo seria sempre de transformar as sociedades atrasadas em sociedades similares às sociedades existentes nos países

desenvolvidos. Para isso, deveriam utilizar a tecnologia como caminho natural de desenvolvimento².

Sacco dos Anjos (2000) refere-se a esta vertente como aquela que analisa a agricultura através do pensamento ortodoxo e neoclássico. Segundo ele, esta corrente considera a agricultura tradicional como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico, sendo “*elementos retardadores do processo*” por suas baixas produtividades, por sua ineficiência no uso dos recursos e sua lentidão no processo de adoção. Seria necessário, portanto, *modernizar* esta agricultura tradicional. Ou seja, este seria o destino de todos os agricultores. Os atrasados teriam como destino a sua modernização através da tecnologia ou então a sua extinção. Haveria um modelo único a ser alcançado que seria aquele que utilizasse tecnologias modernas que lhes permitissem sair do atraso.

Acrescenta que todos os modelos implementados, sob o paradigma da economia ortodoxa, não tinham como foco o destino da economia camponesa (e ou familiar), mas sim em entender, como esta forma social de produção, dentro da agricultura, poderia contribuir para o processo global de desenvolvimento econômico. Para isso, era necessária a transformação da agricultura atrasada através da modernização (Sacco dos Anjos, 2000).

As teorias da modernização encontraram terreno especialmente fértil no campo agrícola através de diversas experiências dentro do que se convencionou chamar de difusão de tecnologia, difusão de inovações, ou simplesmente, difusionismo. No caso brasileiro, o difusionismo se arraigou de forma profunda nos planejamentos e procedimentos agrícolas oficiais. Schneider (1997) descreve que a preocupação desta vertente, durante o período entre os anos 1950 e 1970, foi de entender de que forma os agricultores respondiam, ou não, aos estímulos para a adoção de novas técnicas.

Paiva (1979) afirma que a agricultura teria papel importante no desenvolvimento econômico de um país e que para isso deveria se “modernizar”. Para se modernizar eram necessários processos de difusão que superassem o “*comportamento tradicionalista dos agricultores*”. Este seria, inexoravelmente, o destino definitivo dos agricultores que desejassem permanecer na atividade.

² Importantes autores sobre o tema são HAYAMI e RUTTAN, 1988.

Assim, fatalmente as formas de agricultura tradicional seriam extintas a partir de sua modernização. Abramovay (1992) afirma que, à semelhança dos pensadores marxistas (que previam uma polarização entre as classes a partir do avanço do capitalismo e o desaparecimento das formas não capitalistas) os pensadores neoclássicos previam para as formas familiares destino parecido, ou seja, a “inexorabilidade” da mudança dos agricultores ou a sua extinção.

Apesar disso, a partir da realidade encontrada (o insucesso da adoção de tecnologias nos países subdesenvolvidos) alguns autores passaram a desenvolver algumas explicações para o comportamento e a permanência das formas familiares na agricultura e no capitalismo a partir de razões endógenas. Abramovay (1992) apresenta três modelos explicativos de outros autores para entender estas condutas e que, ao mesmo tempo permitem compreender um pouco da lógica dos agricultores familiares. O primeiro se refere à maximização do lucro (a partir de Schultz, 1965), o segundo à minimização do risco (a partir de Lipton, 1968) e o terceiro à aversão à penosidade (a partir de Mellor, 1963; Sen, 1966 e Nakagima, 1969).

2.1.2.1 A maximização do lucro

Neste sentido o trabalho de Schultz (SCHULTZ, 1965), alicerçado na Teoria da Modernização e no difusionismo, buscou entender as lógicas dos agricultores tidos como tradicionais para poder então intervir.

A sua argumentação baseia-se nas formas familiares como uma categoria econômica que tem uma lógica e uma racionalidade como outra qualquer da sociedade capitalista, ou seja, a busca da eficiência e da maximização do lucro. Isto significa que o agricultor “tradicional” é capaz de utilizar os seus recursos de maneira a obter a maior quantidade de produto físico levando em consideração os preços, os custos e os resultados possíveis da produção. Não há conservadorismo no agricultor, mas uma “*combinação racional*” dos recursos.

Segundo Schultz (1965) a racionalidade dos agricultores tradicionais está baseada nos escassos recursos e conhecimentos disponíveis. Não há, segundo ele, possibilidade de evolução lenta desta agricultura em direção à agricultura moderna. Assim, é necessária a intervenção externa, principalmente do Estado, através de

sistemas de pesquisa e extensão e do acesso a máquinas e insumos, para elevar a produtividade. Ou seja, a agricultura tradicional é incapaz de sair do marasmo secular em que se encontra se não houver a ação estimuladora do Estado.

Neste enfoque, o destino da grande parte dos agricultores familiares seria a exclusão. Abramovay (1992) afirma que o preço da transformação da agricultura tradicional seria o sacrifício de uma grande quantidade de agricultores uma vez que a mudança se daria em uma economia de mercado.

Este pensamento norteou, e ainda norteia, grande parte das instituições de ensino, extensão e pesquisa, além de ser referência na geração de políticas públicas que pretendem “incluir” os agricultores na modernização, via tecnologia, e que acabam por “excluir” em uma política que pode ser, conforme afirma Abramovay (1992:85), *“extremamente perversa”*.

2.1.2.2 O minimizador de riscos

De acordo com Abramovay (1992), outra maneira da economia neoclássica voltar-se para as formas familiares foi a idéia, contraposta às idéias de Schultz, de que o objetivo dos agricultores era o seu bem-estar. Deste ponto de vista, os indivíduos seriam racionais no uso dos recursos na tentativa de minimizar os seus riscos e não de maximizar os seus lucros. Assim, contestava a tese de Schultz com a argumentação de que os camponeses viviam em um ambiente hostil e cheio de incertezas (de variações climáticas, de concorrência, de precariedade no acesso às informações, de fragilidade das instituições, etc) e, portanto, buscavam a maximização do uso dos recursos dentro desta realidade e não necessariamente na busca do lucro.

Os agricultores organizariam as suas produções de maneira a que eles nunca obtivessem quantidades de produtos abaixo das suas necessidades mínimas de sobrevivência. Assim, a sua decisão não seria a de maximizar o lucro se, em torno disso, houvesse o risco de perdas que lhe colocasse em risco a sobrevivência da família.

2.1.2.3 A aversão à penosidade

Esta concepção parte da constatação de que, o que caracteriza o campesinato é a fusão entre a unidade de produção e de consumo. As análises sobre os camponeses, portanto, deveriam ser realizadas a partir disso. Segundo Abramovay (1992) os autores destas idéias - Mellor (1963), Sen (1966) e Nakagima (1969) - partem da concepção chayanoviana³ de equilíbrio econômico da família, onde os fatores internos são definidores das suas lógicas e das suas atividades.

O seu princípio é de que haveria disposição para o trabalho, mesmo com retorno econômico baixo, até que fossem garantidas as necessidades básicas da família. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, segundo Abramovay (1992), o trabalho adicional é analisado de forma subjetiva, onde não se consideram os preços de mercado ou as possibilidades de lucro, mas sim o esforço necessário para obter esta produção. Significa que a família está disposta a trabalhar até o ponto em que garanta a subsistência e depois avalia a penosidade do trabalho, a sua necessidade e a sua vontade real de realizá-lo.

De qualquer forma, este enfoque baseia-se no caráter endógeno das decisões do agricultor para explicar a sua lógica e o seu comportamento. Abramovay explica ainda que a vertente neoclássica buscou explicar este comportamento a partir de razões econômicas internas e pela própria conduta da família camponesa. E que, fatalmente, não haveria espaço para a agricultura “tradicional” que não se modernizasse, o que de certa forma vem sendo defendido por muitos autores até hoje.

³ A vertente chayanoviana será descrita no item 1.1.3.

2.1.3 A vertente chayanoviana

Alexander Chayanov foi um dos mais importantes economistas agrários caracterizado como um estudioso da “agronomia social”. Segundo Sperotto (1988), Chayanov caracterizou-se por ser o estudioso russo de economia agrária, não marxista, mais conhecido do mundo científico. Nos estudos realizados por volta de 1918 se dedicou a analisar o comportamento interno da exploração camponesa, estabelecendo explicações sobre a sua lógica não capitalista. Apenas na década de 60 os seus trabalhos passaram a ser conhecidos no Ocidente.

Chayanov buscou compreender e explicar as leis de funcionamento dentro da unidade camponesa que permitia a sua existência e sobrevivência no capitalismo (ABRAMOVAY, 1992). Ou seja, como que, apesar das previsões de extinção, os camponeses permaneciam existindo. A análise de Chayanov é baseada no indivíduo e no ator, em uma perspectiva que aborda o comportamento microeconômico do camponês. Não busca explicar o desenvolvimento da sociedade, mas sim, como opera e como consegue se desenvolver uma unidade camponesa.

A principal contribuição de Chayanov, de acordo com Schneider (2003), foi a identificação de elementos próprios ao comportamento da família, que regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola. A teoria econômica camponesa, de acordo com Chayanov (1974), é baseada na família como dirigente da unidade. Segundo ele, o fator determinante da organização da unidade econômica do processo de produção na unidade camponesa é a mão-de-obra. Como a família é a principal fonte da mão-de-obra, é a sua constituição que determina a forma de organização da unidade camponesa, entendida de forma ampla, desde sua composição até a intensidade de sua atividade. Conforme Abramovay (1992:76) “*é possível encontrar no interior da família camponesa a explicação para a sua conduta não capitalista*”.

Schneider esclarece que, na agricultura camponesa, a família é o elemento chave para “*explicar o processo de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento*”. Diante disso, para a compreensão do funcionamento das unidades camponesas é necessário analisar a família e as suas estratégias de reprodução social (SCHNEIDER, 2003:107).

2.1.3.1 Família

Chayanov estrutura sua teoria sobre a relação da família e a unidade econômica, sendo por isso, necessário estudar a família "exaustivamente". Segundo o autor (CHAYANOV, 1974) o conceito de família na vida camponesa é diferente do conceito biológico, pois esta composição intervém nas questões econômicas e domésticas. Embora reforce o conceito de família a partir de um casal que vive junto com seus descendentes, e muitas vezes com ascendentes, a questão da família deve considerar as pessoas que contribuem como consumidores ou como mão-de-obra da unidade econômica. Isto é extremamente importante, pois faz parte de outros conceitos explicativos da teoria camponesa.

De acordo com Schneider (2003), Chayanov propõe considerar a família sob três aspectos:

- ciclo demográfico completo (relação entre a variação da utilização dos fatores produtivos com o processo de diferenciação interna da família);
- “caráter teleológico” do comportamento das ações familiares (utilização dos fatores a partir da necessidade de suprir as necessidades da família e não da busca do lucro);
- a composição e a união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção (família funciona como um todo, especialmente, no que se refere à gestão de suas rendas).

Estes fatores são capazes de explicar, parcialmente, a lógica camponesa, vinculada que é à família e não à lucratividade.

2.1.3.2 Balanço entre consumo e produção

A teoria camponesa parte do pressuposto que, ao contrário do capitalismo, a família é o fator determinante das atividades a serem desenvolvidas pela unidade econômica. Chayanov afirma que *"a atividade humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo"*. Ou seja, o que determina a intensidade da atividade é o

balanço entre a necessidade de consumo da família e a relação de produção necessária para este atendimento, sendo impossível "*aplicar o cálculo capitalista do lucro*" (CHAYANOV, 1981:138).

Abramovay (1992:61) reforça ao afirmar que o uso do trabalho camponês "*é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares*" e que "*não se confundem com as necessidades de uma empresa*". Isto significa que o volume da atividade familiar depende, essencialmente, do número de consumidores da unidade. O camponês, portanto, organiza o seu ano de trabalho para atender as demandas da família e o desejo de poupar e investir. Caso aumente o tamanho da família aumentará a intensidade do trabalho até a satisfação das suas necessidades (ABRAMOVAY, 1992).

Isto determina, portanto, a forma como a família toma a decisão no que se refere à intensidade do esforço, quantidade de trabalho e de recursos que serão destinados à produção, visando a sua manutenção e a sua reprodução social.

2.1.3.3 Intensidade da auto-exploração e equilíbrio interno

O balanço entre consumo e produção, onde o volume da atividade é determinado pela quantidade de consumidores da unidade econômica e não a partir dos trabalhadores disponíveis, estabelece, segundo Chayanov, a intensidade de auto-exploração da mão-de-obra familiar. Chayanov não se refere à exploração por outras classes ou pela agroindústria, embora admita a sua existência, mas por ele mesmo na medida em que há a decisão de se organizar economicamente a partir das necessidades da família.

Esta auto-exploração tem limite. Este limite é determinado quando se atinge o equilíbrio da demanda familiar (CHAYANOV, 1981). Ou seja, até a obtenção dos produtos necessários para a sobrevivência da família o esforço realizado para a produção é considerado auto-exploração da mão-de-obra. Quando este ponto de equilíbrio interno é atingido, a família reavalia a necessidade e a vontade de continuar no trabalho. Isto é o que Chayanov considera a "*penosidade do trabalho*", que é a quantidade, a mais, de auto-exploração necessária para a produção de mais bens. Neste sentido, a análise da penosidade do trabalho adicional necessário faz

com que haja a *"renúncia a seus efeitos econômicos"*. Isto permite compreender porque as famílias não empreendem mais esforços no trabalho buscando o lucro, mas estabelecem limites a seu esforço interno (CHAYANOV, 1981).

Chayanov afirma ainda que estes pontos de equilíbrio são bastante variáveis, sendo fatores que os influenciam, a relação entre:

- as condições reais específicas de produção da unidade, sua subordinação ao mercado e sua localização;

- o tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades.

Assim, a cada acréscimo de produtividade do trabalho modifica-se o ponto de equilíbrio, o que significa que a cada intensificação adicional de produtividade diminui o esforço da mão-de-obra. Isto significa que o camponês trabalhador *"ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho"* (CHAYANOV, 1981:141).

2.1.3.4 Ciclo demográfico da família

Uma das análises importantes de Chayanov foi sobre a capacidade de trabalho das famílias camponesas que, segundo ele, variavam de acordo com o ciclo de vida da família, o que ele define como *"diferenciação demográfica"* (CHAYANOV, 1974).

Segundo ele, o processo de diferenciação demográfica depende do crescimento biológico da família. Tendo em vista que, o que determina a organização da produção é o número de consumidores, as famílias, ao se formarem e terem filhos aumentam o número de consumidores em relação ao número de trabalhadores. Estes filhos, na medida em que vão crescendo em idade, passam a contribuir com o trabalho, diminuindo a relação consumidores/trabalhadores. Segundo o autor, a partir do vigésimo ano de constituição da família, na medida em que os casais deixam de ter filhos e os filhos maiores contribuem significativamente com o trabalho, esta relação aproxima-se da unidade. A partir daí, inicia-se a "fratura" da família em outra (ou outras) que inicia o ciclo novamente e há um decréscimo na capacidade produtiva devido à idade dos pais "originais"

(CHAYANOV, 1974). Pode ocorrer ainda a formação de novas famílias dentro da família original. Com isso, aumenta novamente a relação consumidor/trabalhador a partir da inclusão de genros/noras e a incapacidade gradativa dos mais velhos.

Isto significa que cada família, dependendo de sua idade de formação, estará em diferentes fases do ciclo demográfico, o que determina diferente intensidade de trabalho, capacidade de investimento, expectativas e perspectivas de vida afetando a atividade econômica da família camponesa e da unidade de produção.

O autor, ainda enfatiza que este ciclo demográfico permite explicar a diferenciação existente entre as unidades de produção. Chayanov (1974) chama de “diferenciação demográfica” ao processo demográfico de crescimento da família (e posterior diminuição) e atribui a isso a diferenciação das unidades de produção. Segundo ele, esta seria a causa da heterogeneidade existente entre as unidades familiares e não a diferenciação social que levaria à conversão em capitalistas e proletários. Afirma ainda, que há necessidade dos programas agrícolas governamentais considerarem as unidades de exploração não pelo seu grau de proletarização ou capitalização, mas sim pelas diferentes fases de desenvolvimento da unidade de produção devido ao ciclo da família (CHAYANOV, 1974).

A partir destes conceitos e explicações, Chayanov (1974) apresenta a sua perspectiva para as formas familiares no capitalismo. Segundo ele a agricultura ingressa no sistema capitalista geral na medida em que há o crescimento da mercantilização. Os vínculos comerciais convertem a exploração familiar em produtora de mercadorias e abrem as vias para a penetração das relações capitalistas no campo. Assim, os diversos mecanismos de comercialização acabam afetando os camponeses, segundo Chayanov (1974:310), penetrando “*até as profundidades da unidade camponesa*”. Estes mecanismos seriam altamente concentrados na forma vertical (em direção ao beneficiamento e à comercialização) tornando dependentes da grande indústria e das cooperativas e excluindo, a partir do processo de proletarização, grande número de camponeses.

De acordo com Abramovay (1998), Chayanov reconhecia a impossibilidade, num contexto de progresso técnico e integração crescente, do campesinato “*conservar as suas características e seus atributos*”, que essas formas de “penetração” do capitalismo na agricultura tinham a possibilidade de “revirar” os fundamentos da produção camponesa, embora não significasse um processo de diferenciação social.

Chayanov reconhecia, portanto, que no decorrer do tempo haveria a mudança do comportamento camponês. Afirma ainda, que a sua análise da morfologia camponesa deveria servir como ferramenta para as futuras análises e para a direção das políticas econômicas a serem desenvolvidas.

Wanderley (1998) afirma que Chayanov reconhecia que a produção familiar deveria ser revista, transformada e potencializada, sendo necessário construir novas formas da agricultura a partir dessas bases. Era necessário que, com a evolução da agricultura fossem se modificando as *“bases da unidade familiar estabelecidas para a unidade camponesa”*.

Isto não invalida a teoria chayanoviana. Segundo Wanderley (1998), a reflexão de Chayanov ainda assume particular importância no novo contexto da agricultura. A autora afirma que:

- O processo de diferenciação demográfica é explicativo para a decomposição e recomposição das unidades produtivas;

- A unidade doméstica permanece sendo a família embora a constituição da família seja diferente (famílias menores e com menos envolvidos no processo de trabalho);

- A orientação da família para o balanço entre trabalho-consumo permanece (embora a modernização tecnológica potencialize a força de trabalho e reduza a necessidade de esforço físico). Além disso, alterou-se o conceito de consumo.

- Permanece a análise que a família faz sobre o grau de auto-exploração aceitável para obter resultados com o seu trabalho. A idéia da auto-exploração assume novo significado, passando a ser menos de caráter físico da penosidade do trabalho e mais de aspectos de tensão psíquica e de impossibilidade de se ausentar do estabelecimento, por exemplo.

- Parte dos agricultores ainda permanece com o rendimento familiar indivisível.

Assim, apesar das previsões sobre as mudanças feitas pelo próprio Chayanov é possível utilizar aspectos de sua teoria para a compreensão e explicação da realidade de alguns tipos de agricultores familiares, entre eles alguns dos pecuaristas familiares, em especial, no que se referem às análises da dinâmica interna das unidades familiares.

2.1.4 A vertente neo-marxista

Schneider (1999) afirma que, nos anos 1970, surge a vertente neo-marxista a partir da retomada do aporte marxista, por um grupo de autores, para explicar a persistência da agricultura familiar no capitalismo. A constatação de que a agricultura familiar persistia, e predominava em número, nos países capitalistas desenvolvidos (ao contrário do que haviam previsto os marxistas e os funcionalistas–difusionistas) levou um grupo de pesquisadores a buscar novas explicações. Para isso tiveram que abandonar a configuração social marxista, onde existiriam apenas duas classes: uma de trabalhadores e outra de capitalistas.

Ainda, segundo Schneider (1999), em primeiro lugar isso ocorreu devido à crise da vertente estrutural-funcionalista tendo em vista o seu insucesso nos países do Terceiro Mundo. Em segundo lugar, devido à forte influência da escola estruturalista marxista que buscava explicar e analisar a inserção subordinada e dependente de determinadas formações sociais (camponeses e agricultores familiares, por exemplo) na divisão social do trabalho e no modo capitalista de produção (SCHNEIDER, 1999). O terceiro aspecto foi a publicação da obra de Alexander Chayanov em inglês, que se confrontou com a abordagem marxista, por sua forma explicativa sobre a permanência dos agricultores familiares no capitalismo.

A vertente neo-marxista pode ser dividida em três diferentes formas explicativas.

2.1.4.1 Tese dos obstáculos naturais

De acordo com Schneider (1999) uma das explicações é aquela que se refere às especificidades da agricultura, ou seja, o fato de que a terra e a produção agrícola impõem obstáculos naturais à expansão da exploração capitalista.

Um dos principais trabalhos publicados foi o de Susan Mann (MANN e DICKINSON, 1987). Para ela, o tempo de produção na agricultura é diferente do tempo de trabalho gasto para a execução das tarefas, isto é, em cada ciclo produtivo

há períodos de trabalho humano e há períodos em que as plantas e os animais estão sob os efeitos do ritmo da própria natureza. Assim, o capital teria dificuldades em dominar integralmente o processo produtivo devido aos limites e obstáculos naturais existentes. Dessa forma, Mann e Dickinson (1987) afirmam que esta característica inibiria os empreendimentos capitalistas na agricultura, seria uma atividade com pouca atratividade ao capital em relação a outras atividades em que é possível ter um domínio maior sobre o processo produtivo e obter taxas de lucro superiores, tornando-os de alto risco e de alto custo. Sacco dos Anjos (2000) afirma que esta condição levaria o grande capital para as esferas onde a ocupação da mão-de-obra é mais uniforme ao longo do ciclo de produção de maneira a poder extrair a *“máxima mais valia dos trabalhadores contratados”*. Isto significaria que as formas familiares, por não serem empreendimentos capitalistas teriam maior possibilidade de aceitar estas barreiras e aguardar o tempo de produção.

Outro autor importante sob o enfoque dos obstáculos naturais foi David Goodman (GOODMAN, SORJ E WILKINSON, 1990). Segundo ele, a agricultura confronta o capitalismo com o processo de produção natural o que tem impedido a sua transformação em um ramo de produção industrial. Há uma busca de remoção das limitações naturais da produção agrícola, através do progresso técnico, o que vem sendo obtido pela indústria através de dois processos: o apropriação (processo de eliminação de alguns elementos da produção agrícola pela apropriação de atividades que antes estavam a cargo das forças naturais através dos insumos industriais) e o substitucionismo (processo crescente no qual os produtos – fibras e alimentos – chegam aos consumidores finais cada vez mais com a incorporação de produtos industriais não agrícolas, isto é, substituídos por produtos industriais). Assim, a tendência de desenvolvimento tecnológico levaria a agricultura a se “industrializar” de forma crescente, o que, fatalmente a transformaria em atrativa ao capital. Isto significa, segundo Sacco dos Anjos (2000), que o avanço das tecnologias decretaria a consolidação da agricultura industrializada suprimindo a necessidade da base agrária-rural, a necessidade do ambiente natural e a antiga subordinação dos processos produtivos aos caprichos da natureza. Isto levaria ao fim das resistências à expansão do capitalismo industrial e deixaria pouco espaço às formas não capitalistas e não “tecnificadas” identificadas por ele como *“formas provisórias”*. Enfim, seriam eliminadas as vantagens das formas de produção familiares que teriam então como destino a extinção.

2.1.4.2 A produção simples de mercadorias

A outra forma explicativa sobre a permanência da agricultura de base familiar nos países de capitalismo avançado foi a da produção simples de mercadorias.

Segundo Friedmann (FRIEDMANN, 1978a e 1978b) a persistência das formas familiares se deve, não aos entraves naturais, mas sim às relações sociais intrínsecas específicas dos processos produtivos na agricultura. Isto significa que, nas unidades familiares, o trabalho é organizado a partir da própria família, não havendo separação entre a família e os meios de produção. Assim, os objetivos são a reprodução da família e a compra de uma nova propriedade para os filhos.

Dessa forma, segundo Friedmann (1978b), as unidades familiares produtoras de mercadorias são diferentes das unidades de produção capitalista na sua demanda interna de trabalho e na sua ausência de busca de mais-valia. O que diferencia a produção mercantil capitalista da produção simples de mercadorias é que a última não busca a obtenção de mais-valia e sim busca atender os interesses de reprodução do núcleo da família. Ou seja, na produção simples não há geração de mais valia no processo produtivo, sendo a mercadoria trocada por dinheiro que é utilizado na compra de uma outra mercadoria. Dessa maneira as empresas capitalistas (baseadas no assalariamento) seriam suplantadas pelas empresas produtoras com base familiar, devido aos custos de produção destas unidades, que, segundo Friedmann (1978a:75), são menores que os das empresas capitalistas, pois, nas unidades familiares *“não há uma necessidade estrutural pelo lucro e existe uma flexibilidade do consumo”*. Isso pode ser considerado como uma vantagem competitiva das unidades familiares.

O que ocorre nas unidades familiares é que o trabalho é executado pela própria família em uma combinação de produção e consumo, sem trabalho pago, não criando a mais valia. Nas empresas capitalistas, o trabalho é contratado o que exige a geração de mais valia no processo produtivo.

Assim, para a obtenção da reprodução das unidades de produção, as condições são também diferentes. Nas unidades familiares, para que haja a reprodução da produção simples de mercadorias é necessária a continuidade e integridade da agricultura familiar como uma unidade produtiva e de consumo pessoal. Para as unidades capitalistas a reprodução se dá através da compra da

força de trabalho de um lado e da venda de produtos de outro. Assim, também os objetivos são diferentes. Para a produção capitalista o objetivo é a geração de mais valia. Para as unidades familiares o objetivo é geração de renda suficiente para a reprodução da família.

De acordo com Schneider (1999), a autora afirma que é possível a convivência da produção mercantil em geral com a produção mercantil familiar ou doméstica em um mesmo sistema econômico. Assim, seria possível a convivência das formas de produção familiar em um sistema capitalista, e que a verdadeira razão para a persistência das formas familiares é a de que existem formas sociais no capitalismo que o capital não conseguiu subordinar inteiramente à sua dinâmica (SCHNEIDER, 1999).

2.1.4.3 A mercantilização

Outra forma explicativa a partir do enfoque neo-marxista é a apresentada por Jan Douwe Van der Ploeg (PLOEG, 1992a). O autor recupera o conceito de mercantilização de Marx. Segundo ele, mercantilização é a passagem da forma de valor de uso de um bem material para a forma de valor de troca. Isto faz com que o processo de organização do trabalho passe a ser orientado para o intercâmbio com o mercado.

Ploeg (1992a) afirma que a mercantilização se dá pela chamada externalização dos elementos que entram no processo de produção. Externalização é o número crescente de tarefas que são separadas dos processos de trabalho agrícola e são realizadas a partir de organismos externos. A externalização, segundo Ploeg (1992a), faz com que as tarefas que antes eram organizadas e coordenadas pelo agricultor passem a ser coordenadas pelo intercâmbio mercantil e por meio do sistema recém estabelecido das formas técnico-administrativas. Ou seja, o agricultor deixa de executar determinadas fases do processo produtivo sendo substituído por outros atores com os quais passa a interagir de forma crescente.

A agricultura, segundo ele, é um processo resultante da interação contínua da força de trabalho, dos objetos de trabalho e dos instrumentos de trabalho na busca da produção e reprodução articulando as diferentes tarefas internas de produção e

as relações externas nos diferentes “domínios” (PLOEG, 1992a). Assim, uma parte do que é produzido se destina ao intercâmbio com o mercado e outra parte consiste em material reprodutivo dos mesmos elementos ou formas de reprodução.

Ploeg (1992a) parte do princípio de que o processo de mercantilização não é um processo uniforme, pois, a agricultura é uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas que absorvem determinados elementos que podem, ou não, ser mercantilizados. Ainda acrescenta (p. 172) que a crescente externalização das tarefas e da produção implica em uma penetração das relações mercantis no centro do processo produtivo e acaba por mercantilizar o próprio processo de trabalho.

Assim, existem diferentes graus de mercantilização entre os agricultores que dependem do grau em que estas relações mercantis penetram neste processo de trabalho e de produção.

Os diferentes graus de mercantilização, conforme Ploeg (1992a) geram diferentes “estilos de manejo agrícola” a partir das mudanças que provocam sobre o estilo de gestão e sobre a forma como se estruturam e executam os trabalhos agrícolas.

A grande capacidade em articular e coordenar as diferentes tarefas (sem a separação entre o trabalho mental e manual e com o controle direto sobre as condições de produção), o que lhe permite desenvolver todo o potencial produtivo se constitui, segundo Ploeg (1992a), em uma das vantagens decisivas da produção simples de mercadorias sobre a produção capitalista na agricultura.

Na medida em que um maior número de tarefas sejam externalizadas menor será a faixa de domínio do próprio produtor. Significa que na medida em que avança o processo de mercantilização diminui o grau de autonomia dos produtores fazendo com que eles passem a ficar mais dependentes das relações com o mercado. Isto acontece na medida em que aumenta o progresso técnico. O progresso técnico aumenta o processo de externalização (onde as atividades que antes eram realizadas na unidade doméstica passam a ser realizadas por agentes externos) e com isso aumentam as relações de mercantilização e a divisão do trabalho. Isto provoca a especialização *“minando a liberdade da tomada de decisão do produtor e a autonomia do negócio”* (PLOEG, 1986:03 - tradução livre).

Isto se dá através do processo de “cientificação”, que Ploeg (1992a) afirma que se trata da *“reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas”* segundo os

desenhos de caráter científico. Isto cria, de acordo com Ploeg, uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola. Assim, quanto maior o progresso técnico introduzido, maior o grau de mercantilização e por conseqüência maior domínio do capital sobre o processo de trabalho agrícola.

Ploeg afirma ainda que a existência de graus de mercantilização (que refletem os diferentes graus em que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção agrícola) não permite que, simplesmente, se generalize e se estabeleça um gradiente para o qual haveria o destino inexorável das unidades, no sentido da autonomia para a dependência, por exemplo, mas, sim que podem haver diferentes vínculos mercantis para os diferentes estilos de agricultura.

2.1.5 Algumas considerações e definições teóricas

Abramovay (1992) afirma que o peso da produção familiar na agricultura faz dela um setor único no capitalismo contemporâneo. Ao realizar uma análise da agricultura em países de capitalismo desenvolvido Abramovay constatou a presença majoritária da agricultura familiar, ou seja, constatou que as previsões de extinção feitas pelas diversas vertentes teóricas não se concretizaram plenamente. Sacco dos Anjos (2000) reforça esta constatação ao identificar que as mudanças ocorridas na agricultura contemporânea não determinaram a desintegração das formas não capitalistas de produção e/ou sua transformação em explorações de caráter capitalista. As justificativas e as explicações, segundo ele, podem ser muitas, a partir de diferentes dimensões e abordagens que não são necessariamente excludentes entre si, mas, que podem ser complementares e convergentes.

Este trabalho, portanto, parte da vertente neo-marxista na busca da explicação da existência e da reprodução dos chamados “pecuaristas familiares”. Atribui-se a sua conduta a uma soma de valores e lógicas que exigem também outras explicações além das econômicas. O que é claro é que a lógica dos pecuaristas familiares, aqui entendidos como agricultores familiares, considera outros aspectos que não apenas aqueles referentes às questões econômicas.

Conforme Abramovay, citando a visão dos economistas americanos ao analisarem a conduta dos agricultores e comparando-a com um besouro, afirma:

O besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente a sua atividade (ABRAMOVAY, 1992:214).

Isto significa que, se os agricultores conhecessem e seguissem o cálculo econômico da lógica capitalista não permaneceriam como agricultores por falta de possibilidade de obtenção do “lucro”. Dessa maneira este trabalho busca outras formas explicativas sobre a existência e a reprodução dos pecuaristas familiares no decorrer do tempo.

De acordo com Schneider (1999) estas formas explicativas da sobrevivência das unidades familiares nas sociedades modernas não se dão, necessariamente, a partir das suas possibilidades e do papel que exercem no processo geral de acumulação de capital, embora isso se constitua em fator importante. Deve-se partir de que as formas familiares *“existem no interior das sociedades mais amplas, interagem com elas e sofrem diretamente seus efeitos e pressões”* (p.71) o que leva a perceber que não podem mais *“ser explicadas apenas a partir das dimensões estritamente ligadas à produção material ou agropastoril”*.

Assim, este trabalho adota a linha da vertente neo-marxista (a partir dos trabalhos de Ellis e Ploeg), mas, busca nas outras vertentes (especialmente em Chayanov) alguns conceitos para explicar estas formas heterogêneas.

De qualquer forma, a linha principal adotada se opõe à tendência inexorável do desaparecimento das formas familiares. Ao contrário busca valorizar, entender e explicar as condições que lhes permitiram sobreviver e se reproduzir. Busca explicações internas e externas à unidade de produção a partir das tomadas de decisão da família.

A seguir, apresenta-se uma discussão sobre as definições de agricultura familiar que não tem um conceito, mas uma série de características próprias.

2.2 As definições de agricultura familiar

Schneider (1999) descreve a trajetória do termo agricultura familiar. Afirma que a emergência da expressão agricultura familiar, no Brasil, ocorreu em duas esferas: no campo político (através dos embates que os movimentos sociais tiveram na busca da preservação do espaço perante a implantação do MERCOSUL e na conquista do PRONAF) e no campo acadêmico (através de alguns trabalhos produzidos que introduziram a expressão). Refere ainda que, no final da década de 60, nos trabalhos produzidos, o campesinato (que segundo ele - p. 33 - estava *“impregnado de um conteúdo político e ideológico”*) abarcava os diferentes tipos de minifúndios (em oposição aos latifúndios). Descreve ainda que, na década de 70, houve o deslocamento do debate transformando os pequenos proprietários de terra em *“pequenos produtores”* ou ainda em *“produtores de baixa renda”* (SCHNEIDER, 1999:33).

Na década de 80, segundo Schneider (1999) e Porto e Siqueira (1994), acrescentaram-se as noções de *“integração”* e de *“exclusão”* dos pequenos produtores a partir de sua maior ou menor ligação com as agroindústrias e com os mercados.

Na década de 90, o termo agricultura familiar avançou no Brasil a partir de alguns trabalhos realizados (principalmente por VEIGA, 1991; KAGEYAMA e BERGAMASCO, 1989; LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1992).

Entretanto, conforme Ribeiro (1997), até o começo dos anos 90 o termo agricultura familiar era muito pouco empregado e era confundido com dois outros termos: pequeno produtor e camponês.

2.2.1 Pequeno produtor e a agricultura familiar

Durante algum tempo (e em alguns setores é feito até hoje) o agricultor familiar foi caracterizado apenas como "pequeno" produtor. Esta definição se resume ao volume de produção ou ao tamanho da terra, sendo um conceito insuficiente para descrever o agricultor e a sua lógica de sobrevivência e de reprodução.

De acordo com Alencar e Moura Filho (1988) este termo se refere a uma análise unidimensional, que é aquela que *"se baseia em uma única variável como terra (pequeno, médio ou grande) ou renda (baixa, média e alta)"*. Os autores afirmam ainda, que a análise unidimensional possui *"pouco valor analítico-descritivo"*, pois, por não ser relacional com outras variáveis, permite apenas colocar os produtores em posições relativas a outros produtores.

Veiga (1995) reforça esta afirmativa ao constatar que durante muito tempo a comunidade acadêmica brasileira considerou que a principal diferença entre as formas de produção do setor agropecuário residia no tamanho dos estabelecimentos. Acrescenta que, de fato, quando se examina com cuidado a questão do tamanho (de área ou de renda) na agricultura e na pecuária percebe-se que este não é o aspecto mais relevante. Afirma que a adoção de inovações tecnológicas eleva constantemente a dimensão dos meios de produção (terra e capital) e reduz - na maior parte dos casos - as necessidades de mão-de-obra. Segundo ainda Veiga (1995) a importância econômica de unidades produtivas de pequeno porte na agricultura está muito mais ligada à possibilidade de adoção de inovações tecnológicas, à localização e à qualidade do solo, do que à área inicial do estabelecimento.

O conceito, pequeno produtor, apresenta dificuldades de operacionalização e não explica, por si só, a complexidade da realidade. Conforme Ribeiro (1997) trata-se quase de um conceito bancário, cadastral e insuficiente para a compreensão das diferenças entre os produtores, suas famílias e as suas lógicas. O termo "pequeno produtor", ainda segundo Ribeiro (1997) identifica aqueles agricultores que possuem menos terra e menos capital, que possuem uma entrada periférica nos mercados agrícolas e que obtêm baixas produtividades. Sendo assim, é visto como potencialmente transformável, isto é, carrega consigo a possibilidade de vir a ser "grande" (ou, ao menos, "pequeno eficiente") na medida em que ocorra um emprego racional dos recursos produtivos e se insira de maneira "correta" nos mercados. Ribeiro aponta ainda a incapacidade deste conceito em identificar, apenas através da quantidade de terra ou do volume de produção, a heterogeneidade e a complexidade encontrada na realidade rural. Isto significa que, reduzindo as diferenças a uma questão de tamanho desaparecem os aspectos qualitativos e as soluções dos seus problemas passariam a ser apenas as questões tecnológicas e de mercado. O que se constata, porém, é de que os pequenos produtores não se distinguem dos demais apenas pela "pouca terra e produção", mas sim, pelas

formas específicas que organizam a sua vida e a vida da sua família. Dessa forma o termo pequeno produtor é insuficiente para definir com clareza este produtor e sua família.

A definição de agricultor familiar não se resume a pequeno produtor, mas a um grupo de famílias do meio rural cheia de diversidades e complexidades. Da mesma forma os pecuaristas familiares não são apenas os produtores que têm bovinos de corte em pequenas áreas, mas sim uma combinação com outros fatores.

2.2.2 Campesinato e a agricultura familiar

De acordo com Wanderley (2001) a agricultura familiar não é uma categoria social nova. Mais recentemente tem sido novamente utilizada, assumindo ares de novidade. A agricultura familiar, que atualmente se fala, aparece como um novo personagem diferente do camponês tradicional que assumiu a condição de produtor moderno.

Segundo a mesma autora a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar uma vez que se funda na relação de *“propriedade, trabalho e família”*. A agricultura familiar é entendida como aquela em que *“a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”*. Acrescenta que tem particularidades que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de inserção na sociedade global (WANDERLEY, 2001:23).

Ellis (1988) define os camponeses como sendo integrados parcialmente a mercados incompletos. O que, segundo Abramovay (1992), indica uma exposição permanente do campesinato às forças de mercado, como parte de um conjunto social ao qual se subordina. Mas, ao mesmo tempo, apresenta uma integração parcial, que indica uma certa flexibilidade nas relações de mercado de onde pode se retirar sem comprometer a sua reprodução social.

Segundo Ellis os camponeses são:

Produtores rurais, que têm um modo de vida ligado à terra utilizando o trabalho familiar na produção agrícola, estabelecidos em um sistema econômico mais amplo, mas fundamentalmente caracterizados pela sua integração parcial aos mercados que funcionam com um alto grau de imperfeição (ELLIS, 1988:12). Tradução livre.

Sobre esse conceito, o próprio autor tece alguns comentários. O primeiro é de que os camponeses não são, como outros empreendimentos rurais, vinculados inteiramente aos mercados econômicos. Isto significa que as análises econômicas devem ser realizadas considerando-se os objetivos da família e do estabelecimento e não considerando a pura e simples remuneração dos fatores de produção.

Num segundo ponto indica que é inadequado utilizar os termos como “*tradicional*”, “*subsistência*” e “*pequenos produtores*” para designar os camponeses, pois eles têm significado restrito (tradicional = pouco moderno, subsistência = consumo sem venda, pequenos produtores = limite de área) devendo, os camponeses, serem considerados de forma mais ampla. Ou seja, os camponeses são muito mais complexos do que estes termos representam.

Um terceiro aspecto enfocado por Ellis (1988) é de que os camponeses ao se integrarem plenamente ao mercado se transformam em agricultores familiares. Enfatiza ainda, que não se trata de um critério rígido, mas de um elemento a mais para identificar o grau de especialização nas transações com o mercado.

Ainda, Ellis (1988) destaca a família e a unidade doméstica como uma unidade “única” de análise econômica. Ou seja, os camponeses não podem ser analisados apenas do ponto de vista da produção capitalista, pois eles têm um significado mais amplo onde a unidade familiar se entrelaça e se confunde com a unidade produtiva.

Abramovay afirma ainda que a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas, que não são econômicos, sejam organizadores da vida. O campesinato é caracterizado por uma “*organização familiar baseada em critérios não estritamente econômicos, com a existência de uma forte reciprocidade entre os atores, possuindo uma integração parcial a mercados incompletos*” (ABRAMOVAY, 1992:101). Esta inserção parcial está relacionada ao fato de que existe uma certa

flexibilidade por parte do camponês com relação ao mercado, o que lhe permite deixar de vender a sua produção sem prejudicar a reprodução social da família.

Abramovay, citado por Schneider (1999), ressalta que há uma distinção entre o que é o campesinato e o que é a agricultura familiar. Segundo ele, os camponeses podem ser entendidos como sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Já os agricultores familiares, são integrados ao mercado, são capazes de incorporar os principais avanços técnicos e capazes de responder às políticas governamentais. Abramovay afirma ainda que a agricultura familiar, embora em alguns casos possa resultar da evolução das formas camponesas, se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente marcadamente capitalista.

Wanderley (2001) afirma que o campesinato corresponde a uma das formas particulares da agricultura familiar. O processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2003). A autora afirma ainda que não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional, nem que os processos de modernização da agricultura os tenham transformado em unidades capitalistas, mas sim, permaneceram como unidades familiares. O que fica claro é o fato de que, diante do cenário da dinâmica capitalista, algumas formações camponesas se “metamorfosearam” em agricultura familiar sem transformarem-se, necessária e inteiramente, em unidades capitalistas.

Ploeg (2006) discute a existência, na atualidade, de um processo de “recampesinização”, principalmente no meio rural europeu (mas também em outras partes do mundo incluindo a América Latina). Ploeg afirma que a recampesinização é fruto da busca das pessoas pela autonomia, pela sobrevivência, pela dignidade e por uma vida melhor em uma sociedade que *“condena as pessoas a submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração dos seus meios de vida”*. Acrescenta que a identificação desta condição “recampesina” pressupõe *“um reduzido grau de mercantilização”* (PLOEG, 2006:20).

Isto é, a “nova” unidade camponesa é:

a forma institucional que distancia a atividade agropecuária, de maneira específica e estrategicamente organizada, dos mercados (de insumos), ao mesmo tempo em que a vincula (também de maneira específica e estrategicamente organizada) a outros mercados (de produtos) (PLOEG, 2006:21).

Ploeg (2006:14) afirma ainda que, não se trata de maneira alguma de um “atraso ou retrocesso”, mas sim de um excelente ponto de partida para o desenvolvimento e a mudança. Trata-se do reaparecimento de formas no meio rural consideradas como “*robustas e promissoras constelações*”.

Ploeg (2006) descreve as características deste “novo” modo de produção camponês.

1. A base de recursos como um todo é limitada: a escassez dos recursos disponíveis, fruto da sua origem (herança e divisões de recursos, por exemplo), faz com que haja dificuldade na sua expansão. Isto provoca duas conseqüências:

a) o crescimento da base dos recursos se constrói apenas sobre as riquezas geradas em ciclos prévios de produção (buscando sempre a autonomia);

b) a chamada “eficiência técnica” onde se busca obter o maior resultado possível sem causar a degradação da qualidade dos recursos.

2. A composição da base dos recursos é intensiva em trabalho: os objetos de trabalho (terra, animais) são relativamente escassos provocando uma intensificação maior do trabalho nos processos produtivos;

3. A base de recursos não é separada em elementos opostos (como capital e trabalho): os recursos sociais e materiais são possuídos e controlados pelos executores diretos do trabalho a partir de seus repertórios culturais locais e da descrição chayanoviana dos balanços internos (penosidade do trabalho versus satisfação das demandas da unidade familiar);

4. Os níveis de intensidade dependem da quantidade e da qualidade do trabalho: o sucesso das atividades está relacionado diretamente às capacidades da mão-de-obra em executá-las;

5. Os ciclos de produção são estruturados sobre o modelo de reprodução relativamente autônomo onde cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores;

6. O processo produtivo é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos: o crescimento da base dos recursos se dá através de um *“longo e persistente”* processo através do aperfeiçoamento da base técnica para a ampliação do valor agregado total por unidade de produção sem reduzir o nível de trabalho utilizado.

De qualquer forma, os “re-camposinos”, descritos por Ploeg, se caracterizam como uma forma de agricultura familiar com uma conduta específica nas suas relações internas e externas. De acordo ainda com Ploeg (2006:47) o processo de recamposinização não se trata de um *“retorno ao passado”*, mas de *“uma ativa reconstituição de relações e elementos (velhos e novos, materiais e simbólicos)”* que ajudam a encarar o mundo moderno (mais grosseiro e cruel) de forma *“mais adequada e atrativa”*.

Wanderley (2001:23) define que a agricultura camponesa vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar com particularidades que dizem respeito aos *“objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global”*.

Da mesma forma os pecuaristas familiares se apresentam muitas vezes com características camponesas nas suas relações com o mercado e por sua lógica de organização interna.

2.2.3 Os enquadramentos da agricultura familiar

Neves (2002) afirma que a categoria agricultura familiar emergiu sob um rápido consenso aglutinando representantes políticos dos agricultores, funcionários e especialistas, elaboradores de políticas públicas e intelectuais. Segundo ela, ofereceu alternativas para o abandono dos significados atribuídos aos camponeses e aos pequenos produtores mercantis, tornando-se uma *“nova crença coletiva integradora em oposição ao empresário rural produtivista, tecnicista e predador”* (NEVES, 2002:136). Para a autora se constitui em uma categoria de ação política que identifica um amplo e diversificado segmento de agricultores e trabalhadores pobres (econômica, política e/ou culturalmente) que ajuda a legitimar os processos de reivindicação e de acesso as melhorias sociais e econômicas.

Vários autores têm se preocupado em identificar e definir a agricultura familiar. Neves (2002) e Veiga (1995) propõem identificar as peculiaridades da agricultura familiar, principalmente, a partir da sua diferenciação em relação à agricultura patronal. Para Neves, a agricultura familiar se contrapõe à agricultura patronal (NEVES, 2002).

Ribeiro (1997) reforça esta idéia ao afirmar que, para entender melhor a agricultura familiar, é preciso analisar um outro termo associado, e geralmente oposto a ela, que é a agricultura patronal. Segundo ele, a agricultura patronal é aquela baseada em trabalhadores assalariados ou contratados, com separação de tarefas de decisão gerencial e do trabalho direto.

Veiga (1995) reforça esta diferenciação afirmando que, o que surge com clareza quando se analisa a história da agricultura capitalista é a constante oposição e a coexistência entre as formas "familiar" e "patronal" de produção sendo a primeira a que acabou predominando em todos os países capitalistas desenvolvidos no século XX.

Veiga (1996) identifica algumas características que permitem estabelecer as principais diferenciações entre a agricultura familiar e a agricultura patronal, conforme é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Principais diferenças entre Agricultura Patronal e Familiar.

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
• Completa separação entre gestão e trabalho.	• Trabalho e gestão intimamente relacionados
• Organização centralizada.	• Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
• Ênfase na especialização.	• Ênfase na diversificação.
• Ênfase nas práticas padronizáveis.	• Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
• Predomínio do trabalho assalariado.	• Trabalho assalariado complementar.
• Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento".	• Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga, 1996:397.

Neves (1995) reconhece esta classificação que contrapõe à unidade capitalista. Entretanto, alerta para a dicotomia que tem se estabelecido entre a agricultura familiar e a capitalista quando analisadas apenas sob o viés da racionalidade econômica. Acrescenta que a agricultura familiar se caracteriza por ser muito mais complexa e por ter outras racionalidades e valores nas quais ela está inserida e que a orientam.

Wanderley (2003) afirma que há uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em conceituar a agricultura familiar. Afirma que o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada para enquadramento dos agricultores como beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Neves (2002:137) também expressa a sua dificuldade em reconhecer como conceito teórico a agricultura familiar. Acrescenta que se trata de um *“termo descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores”*. Mesmo assim, Neves concorda com a utilização destas definições “jurídicas” sobre a agricultura familiar a partir do texto instituidor do PRONAF (Decreto n. 1946 de 28/06/1996) como forma de identificar e fortalecer este segmento⁴.

Navarro (1997) também reconhece que, independente dos problemas de natureza teórico-conceituais atribuídos a esta expressão, o fato de haver o reconhecimento da sua importância e o estabelecimento de políticas diferenciadas é extremamente significativo e importante.

Wanderley (2001) afirma ainda que a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas adaptando-se as sociedades modernas nas quais se obrigam a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional.

Portanto, é reconhecida por diversos autores a dificuldade de conceituar a agricultura familiar. O que há são diversas definições operacionais.

⁴ A Lei da Agricultura Familiar No. 11.326 de 24/07/2006, no seu artigo 3º, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Lamarche (1993:15) define a exploração familiar como *“uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”* e onde a interdependência desses três fatores (propriedade, trabalho e família) no funcionamento da exploração gera situações mais abstratas e complexas como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. Lamarche (1993) ainda afirma que, distintamente da maioria dos setores de produção, a agricultura familiar é um grupo social que tem em comum associar estreitamente a família e a produção, mas que se diferenciam uns dos outros por sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los.

Para Wanderley (2001) a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Sobre esta forma de funcionamento e lógica de produção, Wanderley (2001:23) afirma que *“é importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”*. Estas características organizam a lógica de funcionamento das unidades familiares. A comercialização das mercadorias e produtos disponíveis da propriedade é feita obedecendo as necessidades, vontades, anseios e os projetos da família e não obedecendo rigorosamente épocas de melhor preço ou de melhor oferta dos produtos.

Ribeiro (1997:13) afirma que *“agricultor familiar é aquele que constrói toda a sua estratégia de sobrevivência e multiplicação dos bens que possui a partir da família”*. Acrescenta que a partir deste horizonte a maior ou menor disponibilidade de trabalho é que vai determinar a montagem de sistemas de produção diferentes. O seu dinamismo depende deste fator essencial.

Abramovay (1998:11) define agricultura familiar como aquela em que *“a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”*. Acrescenta que, as definições de agricultura familiar utilizadas para fins de acesso ao crédito podem não ser exatamente as mesmas daquelas estabelecidas com a finalidade de estudos acadêmicos. O importante, porém, segundo ele, são que os três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Carmo e Salles (1998:06), por sua vez, afirmam que *“o funcionamento da exploração familiar passa necessariamente pela família enquanto elemento básico*

da gestão financeira e do trabalho disponível internamente na unidade do conjunto familiar". Afirmam ainda que "as decisões sobre a renda líquida obtida com a venda da produção, fruto do trabalho da família, pouco tem a ver com a categoria lucro "puro" de uma empresa, representado pela diferença entre renda bruta e custo total". Estas características são extremamente importantes para a compreensão da lógica de produção dos agricultores familiares que são diferenciadas da agricultura patronal e capitalista.

Jean (1994:53) afirma que o agricultor familiar é um personagem híbrido "que acumula uma tríplice identidade composta por proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador". Deveria, portanto, receber rendimentos tríplices na economia de mercado que seriam as rendas fundiárias, o lucro como empresário privado e o salário como trabalhador agrícola.

Entre as definições operacionais da agricultura familiar destaca-se o trabalho de Veiga (1996) que utiliza a seguinte definição:

agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento (VEIGA, 1996:09)

Neste mesmo trabalho é estabelecida uma tipificação dos agricultores familiares a partir da sua Renda Monetária Bruta (receita monetária bruta – despesa monetária bruta) em:

- periféricos – com Renda Monetária Bruta anual inferior a R\$ 2.500, 00.
- em transição - com Renda Monetária Bruta anual entre R\$ 2.500,00 e R\$ 6.000,00.
- consolidados – com Renda Monetária Bruta anual superior a R\$ 6.000, 00.

Nesta definição, os agricultores em transição estariam em busca da sua consolidação, através da intensificação e da diversificação das atividades produtivas da unidade de produção sendo a sua produção agrícola a principal fonte de receitas.

Guanziroli e Cardim (2000) e Guanziroli et al. (2000) apresentam a agricultura familiar como aquela em que as unidades de produção possuam as seguintes características:

- a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;

- a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;

- a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Buainain e Romeiro (2000) caracterizam a agricultura familiar a partir da mão-de-obra identificando-a como aquela que não recorre à mão-de-obra assalariada a não ser de forma ocasional e em quantidade inferior a familiar.

A agricultura familiar, portanto, é uma forma de gestão que, a partir da família, organiza os seus "modos de vida" na busca da sua sobrevivência e reprodução a partir dos recursos disponíveis, capacidades e das suas expectativas. E ela não é homogênea, mas sim é fruto de uma enorme quantidade de combinações que gera a diversidade e a heterogeneidade.

2.2.4 A heterogeneidade da agricultura familiar

Conforme Lamarche (1993), Neves (2002), Buainain, Souza Filho e Silveira (2002), Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) e Bittencourt e Bianchini (1996) a agricultura familiar não se constitui em um grupo homogêneo existindo um número enorme de agricultores que apresentam diferenças que permitem identificar vários "tipos" de produtores familiares.

Lamarche (1993:18), a esse respeito, afirma que a agricultura familiar não é necessariamente genérica assumindo uma grande diversidade de formas sociais, ou seja, *"a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma toda a diversidade"*. Assim, diversas classificações e tipologias são feitas na tentativa de explicar a diversidade da agricultura familiar.

Carmo e Salles (1998:07) explicam que *"a coexistência de unidades produtivas, com diferentes dinâmicas internas inibe uma explicação geral para o funcionamento da produção familiar"*.

Dentro desta realidade a diversidade tem sido descrita por diversos autores que estabelecem critérios e tipologias a partir do enfoque que pretendem abordar.

Alencar e Moura Filho (1988) caracterizaram, a partir de diversos critérios sócio-econômicos as unidades de produção familiar em empresa familiar, unidade familiar camponesa e unidade neo-camponesa. Lamarche (1993) classificou as unidades familiares em empresa familiar, exploração moderna e exploração camponesa.

Ribeiro (1996), a partir da classificação de Veiga (1996), estabeleceu uma classificação para quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul considerando a relação com o mercado, o destino da produção comercializada, o uso da mão-de-obra, as outras fontes de renda, as atividades, as áreas e receitas brutas anuais. Baiardi citado por Brose (1999) identificou cinco tipos de agricultura familiar através do cruzamento dos dados de área, uso de mecanização e insumos, relações com o mercado e acesso a créditos e benefícios.

Toledo (1995) baseado nos modos de apropriação da natureza historicamente determinados estabelece dois tipos bem distintos: o camponês e o agro-industrial. Esta diferenciação se dá a partir do uso da energia, do tamanho da terra, da auto-suficiência, do uso da força de trabalho, da diversidade da produção, das produtividades, dos seus desejos e anseios, das formas e transmissão dos conhecimentos e da visão frente à natureza e ao mundo. Dessa forma, estariam em um extremo da classificação os camponeses e, no outro os produtores agro-industrializados.

Enfim, há uma enorme gama de classificações de acordo com os interesses do pesquisador e dos propósitos do trabalho realizado. O que fica claro é que há uma diversidade enorme de "tipos" de produtores familiares que devem ser considerados e compreendidos a partir das suas diferenças. O agricultor familiar não é homogêneo e nem único, não é exclusividade de nenhuma região especificamente, achando-se distribuído, nas suas diferentes formas, pelo estado e pelo país. O que se necessita é uma compreensão destas diferenças.

Neste trabalho se descreve um tipo de agricultor familiar que tem como atividade principal a bovinocultura de corte extensiva em pequenas áreas. Este agricultor familiar, que tem as suas estratégias de sobrevivência e reprodução (que são definidas pelo seu modo de vida) é também heterogêneo em suas combinações de atividades, em suas relações mercantis e em suas relações com a natureza.

2.3 A pecuária familiar: os agricultores familiares que criam bovinos de corte

Assim, estes agricultores familiares diferenciados, os pecuaristas familiares, são definidos e enquadrados a partir de alguns trabalhos já realizados que são discutidos a seguir.

2.3.1 Definições e enquadramentos

O termo "*pecuarista familiar*"¹ carece ainda de uma definição mais clara. Esta expressão tem sido utilizada para indicar agricultores familiares que se dedicam basicamente à bovinocultura de corte com algumas outras atividades.

A expressão "pecuarista familiar", quando foi utilizada pela primeira vez tinha como objetivo identificar um grupo de famílias, até então "invisíveis", pouco descritas e estudadas, que tendo o comportamento de agricultores familiares e pequenas áreas de terra, se dedica à bovinocultura de corte extensiva. Desta forma, o termo pecuarista familiar não se refere (e também não é foco deste estudo) aos demais pecuaristas (produtores de leite, suinocultores, caprinocultores e avicultores) que também são ao mesmo tempo pecuaristas e familiares.

A EMATER / RS foi a primeira entidade a descrever o "pecuarista familiar", numa tentativa de identificar o público a ser, prioritariamente, atendido pelos serviços de extensão rural. Não havia a intenção de realizar uma identificação teórico-conceitual² que pudesse ser estendida aos meios acadêmicos e científicos.

¹ O termo "pecuarista familiar", por sua amplitude, pode não ser a palavra mais adequada para identificar os pequenos bovinocultores de corte. Conforme Ferreira (1975:1053) pecuarista significa "*pessoa que entende de pecuária ou que a ela se dedica*". Pecuária significa a "*arte ou indústria do tratamento e criação do gado*" (FERREIRA, 1975:1053). Assim, o termo inclui todos os produtores que têm algum tipo de gado (bovino, suíno, ovino, caprino, etc) permitindo que se enquadrem como "pecuaristas familiares" um grupo muito maior de produtores do que o termo se propunha, originalmente. Talvez a expressão correta, que não existe no português, seria de "ganaderos familiares" a partir da expressão espanhola. Em termos de identificação do público que se quer descrever parece que ficaria mais adequado.

² As primeiras referências a este termo, com a concepção de pecuarista familiar que este trabalho expressa, são dos anos 1999/2000. A sua origem é na EMATER / RS, onde cerca de duzentos extensionistas estabeleceram como público prioritário a ser trabalhado pela extensão rural do Rio Grande do Sul os "pequenos produtores familiares de pecuária de corte". Não havia a intenção de estabelecer definições conceituais mais profundas, mas apenas estabelecer o público prioritário para

Embora seja uma delimitação para uso da extensão rural do Rio Grande do Sul e uma definição operacional de enquadramento nos programas e políticas públicas é, até então, a melhor descrição existente.

De acordo com o trabalho que define este público (EMATER, 2000a) o pecuarista familiar seria aquele produtor que:

a) tem como sua principal fonte de renda a criação de bovinos de corte / ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior parte da área do seu estabelecimento rural;

b) atenda cumulativamente os seguintes critérios:

- more na propriedade rural ou em aglomerado urbano próximo;
- tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;
- use mão-de-obra familiar, considerando-se os critérios normalmente adotados para caracterizar a agricultura familiar (adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF);
- tenha renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais;
- seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha.

A partir deste enquadramento, outros trabalhos foram realizados. Os trabalhos de Ribeiro (2001 e 2003) estabeleceram, através do cruzamento de diversas informações secundárias, uma aproximação sobre a sua representação numérica³. Estes trabalhos constataram que o número desses "pecuaristas familiares" é extremamente significativo com cerca de 45.000 famílias no Rio Grande do Sul (cerca de 10% dos produtores rurais do estado).

Na seção seguinte é realizado um resgate dos principais trabalhos já realizados sobre o assunto, no Rio Grande do Sul⁴, identificando algumas características e algumas lacunas teóricas existentes.

a extensão rural. Só após esta "definição" é que outros autores e outras entidades começaram a realizar trabalhos sobre o tema.

³ Para ver a metodologia utilizada para essa aproximação ver Ribeiro (2001 e 2003).

⁴ Os trabalhos analisados se referem ao estado do Rio Grande do Sul. Embora não tenham sido encontrados trabalhos semelhantes sabe-se que existem pecuaristas familiares no Uruguai e na Argentina onde se estende o Bioma Pampa e onde a bovinocultura de corte é praticada de forma semelhante.

2.3.2 Pecuaristas familiares: o estado da arte (síntese dos trabalhos produzidos)

Os trabalhos realizados sobre o tema “pecuária familiar”⁵ identificaram uma heterogeneidade de arranjos produtivos. A totalidade dos trabalhos encontrados sobre o tema se refere ao estado do Rio Grande do Sul onde se iniciou a discussão sobre este público. Assim, esta revisão é realizada a partir desses trabalhos⁶ com o objetivo de identificar os principais “achados” e evidenciar as heterogeneidades encontradas entre os pecuaristas familiares⁷.

Ribeiro e Villela (1999) realizaram a descrição dos pecuaristas familiares da localidade dos Olhos D’Água, município de Bagé. Os autores identificaram os pecuaristas familiares de subsistência e os de mercado a partir das suas lógicas e da intensidade da sua relação mercantil. Apesar de serem utilizados poucos critérios, o trabalho identificou a heterogeneidade dos pecuaristas familiares da localidade.

O trabalho de Miranda (2000) foi realizado em 70 estabelecimentos rurais de 8 municípios da microrregião de Santiago no oeste do estado. Destacam-se, entre os pecuaristas familiares estudados, o alto grau de participação da mão-de-obra familiar (83%) em relação à mão-de-obra total, os altos índices de lotação com animais e a participação significativa das aposentadorias na composição da renda (46% dos produtores recebem aposentadoria).

Luizelli (2001) estudou os pecuaristas familiares do município de Santiago. Algumas características encontradas entre os pecuaristas familiares foram o alto grau de participação da mão-de-obra familiar (característica importante na

⁵ Os trabalhos de Luizelli (2001), Torres (2001), Gonçalves (2002), Rossi (2002), Cotrim (2003) e Sandrini (2005) são trabalhos acadêmicos apresentados em cursos de Pós-Graduação (Especialização e Mestrado). Os demais são trabalhos de pesquisa realizados por extensionistas. O trabalho de Silva Neto (2002) é fruto de uma pesquisa realizada sobre os Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS - Unijuí.

⁶ RIBEIRO e VILLELA, 1999; MIRANDA, 2000; RIBEIRO, 2001; LUIZELLI, 2001; TORRES, 2001; RIBEIRO e REQUIÃO, 2002; SILVA NETO, 2002; RIBEIRO, 2002a; GONÇALVES, 2002; ROSSI, 2002; RIBEIRO, 2003; COTRIM, 2003; EMATER / RS, 2004; SANDRINI, 2005; FOCHEZATTO; TRICHES; HERRLEIN JR E STÜLP, 2005, PORTO, 2008.

⁷ Trata-se de uma sistematização realizada pelo autor, de forma livre, a partir dos trabalhos consultados. Alguns dos trabalhos citados, embora também importantes, não realizam descrições dos pecuaristas familiares por isso não foram discutidos nesta tese (RIBEIRO, 2001; RIBEIRO, 2002; RIBEIRO e REQUIÃO, 2002; EMATER / RS, 2004).

agricultura familiar), a importância significativa das aposentadorias rurais e a “troca de serviços” entre os produtores. Além disso, aparecem alguns produtores que comercializam seus produtos apenas quando a família precisa de dinheiro. O autor identificou que não há uma programação para venda em determinadas épocas do ano, por determinados preços ou devido a questões climáticas. O que determina a venda é a necessidade da família podendo haver anos sem vendas o que caracteriza uma total autonomia em relação ao mercado (embora se vincule a ele).

O trabalho de Torres (2001) aprofunda a descrição dos pecuaristas familiares do município de Santana do Livramento localizado na fronteira com o Uruguai. O autor identificou que os diferentes tipos de solos (arenosos ou argilosos) contribuem para estabelecer as formas de exploração bovina (produção de carneiros em solos arenosos e terminação em solos argilosos) embora não altere a conduta ou o modo de vida dos pecuaristas familiares. Identificou ainda a predominância da mão-de-obra familiar nas atividades (embora constata a presença de “agregados” nos estabelecimentos onde os seus titulares são mais idosos e o trabalho da família não seja suficiente) e a também “troca de serviços” entre os vizinhos. Destaca ainda a deficiente infra-estrutura dos estabelecimentos onde ainda foram encontradas unidades sem luz, sem água encanada e com poucos equipamentos e máquinas (nenhum trator).

O trabalho de Gonçalves (2002) foi realizado no município de Cachoeira do Sul na região Central do estado. O autor identificou resultados semelhantes aos demais trabalhos no que se refere ao uso predominante da mão-de-obra familiar e à relação autônoma com o mercado (onde as vendas de animais são guiadas pela necessidade da família). Acrescenta que não há categorias de animais destinadas à venda, mas são vendidos os animais que tenham melhor aceitação no mercado no momento. Destaca também a “diversificação” dos pecuaristas familiares dentro da própria atividade bovina com um sistema de ciclo completo (cria, cria e engorda do gado) na busca de uma maior autonomia em relação ao mercado.

Rossi (2002) estudou os pecuaristas familiares do município de Formigueiro localizado na região central do estado. Destaca-se nesta região a existência de lavouras em pequenas áreas, especialmente de arroz, que proporciona uma diversificação produtiva, um aumento da renda e uma maior mecanização. Apesar das lavouras, os pecuaristas familiares apresentam características similares no seu

“modo de vida” e nas suas lógicas de organização das atividades produtivas aos demais descritos nos outros trabalhos.

O trabalho de Silva Neto (2002) descreve os diferentes sistemas agrários e os diferentes sistemas de produção agrícola do Rio Grande do Sul. Embora não se trate de um trabalho sobre os pecuaristas familiares o autor identifica em seu trabalho o “*tipo familiar pecuária de corte extensivo*” (p. 134). De acordo com Silva Neto, na região da Campanha, há o predomínio da pecuária extensiva e também há a presença significativa da agricultura familiar (p.46). Entretanto, descarta a sua importância econômica devido à possibilidade “*muito pequena*” de se sustentar adequadamente. O trabalho, realizado por amostragens regionais, afirma que estes produtores só atingem o seu Nível de Reprodução Social com áreas acima de 40 ha. Na verdade, o trabalho identifica a existência dos pecuaristas familiares, mas não lhes atribui uma importância econômica significativa.

O trabalho realizado por Cotrim (2003) descreve os pecuaristas familiares encontrados em Canguçu na Serra do Sudeste na região próxima à Pelotas. Uma das contribuições de Cotrim se refere às diferentes origens dos pecuaristas familiares (agregados das estâncias, heranças e aquisição de áreas). O que Cotrim agrega neste sentido é que, mesmo com diferentes origens, a lógica de reprodução e a condução das atividades de bovinocultura são similares.

Cotrim também constata que os pecuaristas familiares têm características de agricultores familiares como a gestão da unidade de produção feita pela família e a mão-de-obra familiar predominante.

Outra contribuição de Cotrim é a constatação da insuficiência do tamanho da área de terra como fator para a identificação dos pecuaristas familiares. Apresenta ainda a existência de agricultores familiares, que também possuem bovinos de corte como segunda atividade (ou atividade secundária) com uma lógica diferente dos pecuaristas familiares que têm a bovinocultura como atividade principal.

Sandrini (2005) descreve os pecuaristas familiares encontrados em diversas regiões do estado⁸. Estabelece uma tipologia considerando alguns fatores externos à unidade de produção (grau de mercantilização, outras rendas) e alguns fatores internos (tamanho da família, idade das pessoas, área da unidade de produção, tipo de solos, mão-de-obra). A autora identificou pecuaristas familiares com diferentes

⁸ Realizado a partir do trabalho SEBRAE/RS; SENAR/RS; FARSUL (2005).

graus de mercantilização e, portanto, com diferentes lógicas de relações com o mercado e de condução das suas atividades.

O trabalho de Porto (2008) foi realizado em diversas localidades do município de Bagé. Entre as suas principais constatações está o reconhecimento da pecuária familiar como um tipo de agricultura familiar por suas características em relação à mão-de-obra (essencialmente familiar) e pela lógica norteada pela reprodução da família. Acrescenta a identificação de um pecuarista familiar envelhecido, com baixa escolaridade e essencialmente bovinocultor de corte. Apesar da bovinocultura de corte ser a principal atividade não é a maior geradora de sua renda tendo importante contribuição da aposentadoria rural. Porto ainda identifica que a principal origem da terra é de heranças.

2.3.3 Constatações sobre os pecuaristas familiares (o que se sabe)

Enfim, estes trabalhos deram importantes contribuições na identificação e na descrição dos pecuaristas familiares sendo possível constatar algumas características comuns como:

- uso da mão-de-obra essencialmente familiar com alguma contratação eventual e alguma “troca de serviços”;
- relações mercantis variáveis de acordo com as características e dos tipos dos pecuaristas familiares. Entretanto, existem grupos que procuram manter a autonomia em relação ao mercado realizando vendas apenas quando a família necessita;
- atividade principal é a bovinocultura de corte embora muitas vezes não se caracterize como a maior fonte de receitas da família;
- os pecuaristas familiares não são homogêneos no que se refere aos recursos, às produções, aos aspectos de comercialização, ao acesso às informações e aos anseios e expectativas quanto ao futuro.

De qualquer forma algumas lacunas ainda persistem. A identificação das suas diferentes origens, a sua identidade, as lógicas mercantis e produtivas e a sua relação com o bovino de corte como a sua essência no seu “modo de vida”.

3 MODOS DE VIDA E ESTILOS DE AGRICULTURA

Este trabalho considera como fundamental na definição das condutas dos pecuaristas familiares os seus modos de vida e os seus estilos de agricultura.

3.1 Modos de vida

Ploeg (1990:11) afirma que parte importante da heterogeneidade identificada nos vários sistemas agrícolas pode ser analisada em termos de diferentes estilos de agricultura que são os resultados de *“diferentes padrões de desenvolvimento agrícola reproduzidos ao longo do tempo”*.

A heterogeneidade dos estilos de agricultura é determinada por uma diversificação das atividades e das rendas que são definidas pelas diferentes estratégias nas formas de sobrevivência e de reprodução realizados pelos agricultores e suas famílias. Estas estratégias compõem os diferentes “livelihoods” ou “modos de vida”¹ (CHAMBERS e CONWAY, 1992; SCOONES, 1998; ELLIS, 1998; ELLIS, 2000). Segundo estes autores as estratégias utilizadas, que vão além da questão da sobrevivência econômica, se constituem em um “portfólio”² de ações e de alternativas estabelecido pelos agricultores e suas famílias ao longo de suas trajetórias. Estas estratégias são o resultado das decisões familiares que levam em consideração as suas necessidades de reprodução, os seus anseios e vontades, os recursos de que dispõem e o contexto onde estão inseridos que levam a uma maior ou a uma menor diversificação.

Os “modos de vida” se constituem em uma abordagem ainda pouco utilizada no Brasil. Peñafiel (2006) e Perondi (2007)³ utilizaram em seus trabalhos esta

¹ De acordo com Houaiss (1982:459) livelihood é traduzido como *“meio de vida, modo de vida, sustento, subsistência”*.

² Houaiss (1982:606) traduz portfolio como “pasta para papéis, documentos”. Trata-se de um conjunto de possibilidades, em todos os setores, que possibilitam a tomada de decisão das famílias a partir das suas escolhas e necessidades.

³ Trabalhos defendidos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

abordagem na análise de duas regiões brasileiras distintas. Entretanto, os dois autores utilizaram expressões diferentes ao traduzirem o termo inglês “livelihood”.

Peñafiel (2006) utilizou a expressão “modo de vida” enquanto Perondi (2007) traduziu como “meio de vida”. De acordo com Perondi, quando se busca a tradução do termo “livelihood”, da língua inglesa para a portuguesa, ao se utilizar a expressão “meio de vida” há uma certa distorção do sentido original. Conforme Ferreira (1975:906) “meio” é sinônimo dos *“recursos empregados para se alcançar um objetivo, um expediente, um método”*.

Perondi afirma que a expressão é também traduzida como “meios de vida” para o português pelas instituições do Governo Britânico (British Department for International Development – DFID⁴ e Institute of Development Studies – IDS⁵) onde teve origem a expressão através, principalmente, de Chambers e Conway, Scoones e Ellis.

De acordo com Perondi esta tradução (meio de vida) destoa do sentido mais amplo da expressão “livelihoods” na língua inglesa, o que acaba em português *“simplificando seu sentido original”* (Perondi, 2007). Desta forma, Perondi reconhece que a expressão “modo de vida” seria a tradução mais adequada, pois, ainda conforme Ferreira (1975:934) significa “maneira”, “sistema”, “habilidade” trazendo ao termo “livelihood” um significado mais amplo e mais próximo do original do que a palavra meio. Apesar disso, Perondi optou por utilizar no seu trabalho o termo “meio de vida”, pois, segundo ele, o termo “modo” evoca um debate *“estruturalista sobre o modo de produção o que não é o foco que se quer dar ao termo”* (Perondi, 2007:53).

Nesta tese optou-se por utilizar a expressão “modo de vida”⁶ (conforme fez Peñafiel, 2006) como seu conceito teórico principal na busca da explicação das estratégias de sobrevivência e reprodução dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul.

Perondi (2007) afirma ainda que esta abordagem trata das estratégias de sobrevivência e reprodução utilizadas pelas pessoas pobres que podem servir como foco orientador para as políticas de desenvolvimento rural. Esta abordagem, de acordo com Ellis (1998), busca compreender as formas nas quais a sobrevivência é

⁴ www.dfid.gov.uk

⁵ www.livelihoods.org

⁶ A expressão “modo de vida” é adotada por este trabalho a partir de agora por opção do autor por considerar que é aquela que representa mais adequadamente o significado original do termo em inglês.

obtida pelas pessoas considerando-se além da “*renda recebida ou do consumo obtido*”, mas sim de uma forma mais ampla e multidimensional. Perondi (2007) ainda apresenta esta abordagem como aquela que analisa as estratégias de sobrevivência além dos espaços domésticos considerando também o comportamento das pessoas de uma forma mais ampla demonstrando como elas podem utilizar as suas habilidades e os seus recursos para sobreviver considerando-se a diversidade⁷.

Como definição, Chambers e Conway (1992:06) afirmam que “modo de vida” *“compreende as (a) capacitações (capabilities), (b) os ativos (incluindo recursos sociais e materiais) e (c) as atividades necessárias para garantir os meios de vida e a sua reprodução social”* (tradução livre).

Os autores acrescentam ainda a idéia de que os “modos de vida” devem ser sustentáveis. Chambers e Conway afirmam que um modo de vida para ser sustentável deve ser capaz de: (a) suportar as crises e choques mantendo ou elevando as suas capacidades e ativos; (b) prover a oportunidade de que as próximas gerações tenham acesso a um meio de vida sustentável e ainda (c) contribuir com benefícios para outros meios de vida em nível local e global no curto e no longo prazo (CHAMBERS e CONWAY, 1992).

3.1.1 Componentes do modo de vida

Conforme Chambers e Conway (e também Ellis) os componentes do modo de vida sustentável seriam as capacitações, os ativos e as atividades.

⁷ Para entender a evolução da abordagem dos “modos de vida” e os seus principais autores e instituições ver Perondi 2007, p. 57-58.

3.1.1.1 As capacitações⁸

Ellis (2000:07) afirma que o termo capacitações (*capabilities*) é oriundo da obra de Amartya Sen (1997; 2000; 2001; 2005).

De acordo com Alvarez (2001), o trabalho de Amartya Sen propõe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Acrescenta que estas liberdades se caracterizam tanto como os fins, quanto como os meios principais para o desenvolvimento. Acrescenta ainda que estas liberdades devem se dar em todos os níveis “*desde a liberdade de participar na economia até às liberdades de expressão e participação política e as oportunidades sociais (como o acesso à educação, saúde, mecanismos de proteção social e ajudas contra a fome, etc)*” (ALVAREZ, 2001:383) tradução livre.

Estas liberdades são apontadas por Sen (2000) como parte integrante do enriquecimento do processo de desenvolvimento. E, são essas diferentes liberdades que permitem, ou não, que sejam utilizados todos os instrumentais para se alcançar as potencialidades das pessoas, que são os diferentes tipos de direitos, oportunidades e *intitamentos*⁹. Acrescenta que o conjunto de intitamentos de uma pessoa é determinado pelo pacote original de bens que ela possui e pelos vários pacotes alternativos que ela pode adquirir por meio da produção e comércio. São os instrumentais para se alcançar o bem-estar e as capacidades que as pessoas podem ter com seus talentos.

A liberdade, conforme Sen (2000) permite que as pessoas executem plenamente todas as suas capacitações. As capacitações se referem às habilidades que as pessoas podem dispor para realizar o seu potencial como ser humano através das possibilidades que tem de fazer atos de valor ou alcançar atos de valor. As capacitações compreendem tudo aquilo que uma pessoa é capaz de fazer ou ser. Trata-se de um termo muito mais amplo do que apenas o atendimento das suas

⁸ *Capability* é traduzido como capacidade, aptidão, habilidade (HOUAISS, 1982:105). A palavra é traduzida por diferentes autores, ora como capacidade, ora como capacitação. Trata-se, de acordo com Sen, das diferentes “*combinações de funcionamentos que uma pessoa pode realizar*”. Afirma ainda que a palavra “*capability*” significa a confluência de “*capacity*” + “*ability*” representando a “*habilidade que os indivíduos possuem para expandirem suas capacidades*” (SEN, 2000:95). Este trabalho adota o termo capacitações para expressar as “*capabilities*”.

⁹ De acordo com Sen (2000:54) o termo “*intitamento*” deriva do verbo latino *intitulare* e significa “*o conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a esta pessoa*”.

necessidades básicas. Conforme Pérez (2005) o número de opções que as pessoas têm, e a liberdade de que dispõem para a sua execução, contribuem para o bem estar humano de forma direta. O enfoque das capacitações, portanto, afirma que a liberdade das pessoas nas suas escolhas e nas suas execuções é motivo de mais bem estar e de qualidade das suas vidas. As capacitações se referem à liberdade que uma pessoa tem de levar um tipo de vida ou outro, isto é, a *“liberdade da pessoa escolher dentre vidas possíveis”* (SEN, 2001:80).

Segundo Sen (2000) a capacitação de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Isto é, a capacitação é o tipo de liberdade substantiva que tem uma pessoa de realizar combinações alternativas dos seus “funcionamentos” (ou como define o próprio Sen – 2000:95 – é a *“liberdade de ter estilos de vida diversos”*).

Os funcionamentos são definidos por Sen como as *“várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter”* (SEN, 2000:95). O enfoque das capacitações considera a habilidade real, isto é, as possibilidades que as pessoas têm para utilizar os seus funcionamentos como parte de sua vida. Os funcionamentos representam as partes do estado de uma pessoa e as coisas que esta pessoa consegue fazer ou ser ao viver. Acrescenta que as pessoas têm na sua vida uma “coleção” destes funcionamentos (SEN, 1997 e 2005).

Alguns funcionamentos são elementares como estar bem nutrido e ter boa saúde. Outros podem ser mais complexos como, por exemplo, alcançar a auto-dignidade ou integrar-se socialmente. Esta “coleção” de funcionamentos varia de acordo com os valores individuais e sociais, dependendo da sociedade e da economia que se analisa.

Assim, as necessidades básicas constituem parte importante das capacitações, mas estas se referem a algo muito mais amplo. As capacitações se centram nas habilidades que as pessoas têm de levar o tipo de vida que consideram ideal e aumentar as suas reais possibilidades de realizá-lo (SEN, 1997 e 2001). Isto significa que, devido as suas características pessoais, seus antecedentes sociais e as suas circunstâncias econômicas uma pessoa tem a habilidade e a possibilidade de fazer certas coisas que julga importante na sua vida. Chambers e Conway (1992) afirmam que a palavra capacitação tem um significado específico para diferentes pessoas em diferentes lugares incluindo os diversos critérios de bem-estar que as pessoas têm para si mesmas. Ainda, se referem à possibilidade da utilização do

termo *capacitação* como a habilidade das pessoas enfrentarem o estresse e os choques e encontrarem as maneiras adequadas de fazer uso das oportunidades nos seus modos de vida. Isto significa que as pessoas têm um conjunto de alternativas de “ser ou fazer” a partir das suas condições econômicas, sociais e pessoais. E acrescenta que a possibilidade do uso das capacitações é um dos componentes importantes na análise do modo de vida das pessoas.

Este enfoque (capacitações) deve, conforme argumenta Sen (2005), considerar nas análises de diferentes realidades sociais que os “funcionamentos” considerados importantes podem ser também diferentes. Isto é, na análise de uma situação de pobreza extrema os funcionamentos considerados importantes podem corresponder às necessidades básicas como a possibilidade de estar bem nutrido e ter boa habitação, de escapar da mortalidade evitável e da mortalidade prematura, etc. Em outros contextos, onde a pobreza e as necessidades elementares não são tão grandes, a lista dos funcionamentos tidos como importantes pela população pode ser mais ampla e diversa (como a busca do reconhecimento social, por exemplo). Este fato faz com que seja necessário se concentrar nos temas e valores das populações que, de forma diferenciada, definem quais são os funcionamentos que são importantes e quais os que são “*triviais e insignificantes*” (Sen, 2005:01).

De acordo com Pérez (2005), sob esta abordagem, as perspectivas de bem-estar se incrementarão na medida em que as pessoas tiverem capacidades de ler, comer, votar, serem saudáveis, etc. Acrescenta ainda, que estar alfabetizado é importante não apenas pela sua utilidade, mas pelas liberdades que proporciona; comer não é importante apenas pelo gosto de comer, mas pela necessidade para a vida e a saúde. Isto significa que se busca mais liberdade e mais capacidade de escolha e que isto tem efeito direto sobre o bem estar das pessoas.

De acordo com Sen (SEN, 1997) o processo de desenvolvimento depende da acumulação de “*capital humano*” e da expansão das “*capacidades humanas*”. O conceito de capital humano se concentra no caráter dos agentes (“agency”), isto é, dos seres humanos que por meio de suas habilidades, conhecimentos e esforços aumentam as possibilidades de produção. A capacitação se centra nas habilidades das pessoas de levar o tipo de vida que consideram ideal e aumentar as suas reais possibilidades de realizá-la (SEN, 1997). Isto significa que as características pessoais, os antecedentes sociais e as circunstâncias econômicas influenciam a manifestação plena das capacitações das pessoas.

Sen ressalta a diferença deste enfoque em relação àquele que busca o crescimento econômico como fim. Segundo ele, quando a ênfase é a expansão da liberdade humana para viver o tipo de vida que se julga que vale a pena, o papel do crescimento econômico na expansão das oportunidades deve ser integrado a uma compreensão mais profunda do processo de desenvolvimento *“como a expansão da capacidade humana para levar uma vida mais livre e mais digna”* (SEN, 1997:1959).

Dessa forma, Sen (2001) afirma que a privação (ou o acesso) às capacitações básicas é um critério mais adequado para identificar a pobreza do que apenas a análise do nível de renda. Argumenta que *“a falta de renda pode ser uma razão primordial de privação das capacidades de uma pessoa”*, porém acrescenta outras variáveis que também influenciam nas capacidades das pessoas além da renda.

Enumera como outras variáveis:

a) A idade das pessoas (se são idosos ou jovens), o sexo (homens ou mulheres), a localização (locais sujeitos a inundações ou bairros muito violentos) e as condições epidemiológicas afetam a relação entre renda e capacidade;

b) A privação de renda e as dificuldades para a conversão dos funcionamentos (as desvantagens causadas pelas diferenças de idade, sexo, localização ou doença) podem reduzir o potencial da pessoa obter renda ou também pode provocar a necessidade de mais renda para executar os mesmos funcionamentos, o que não é perceptível avaliando-se apenas os indicadores de renda;

c) A distribuição da renda dentro da família;

d) A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta das capacitações, isto é, ser pobre em um país ou região rica pode representar ser grande desvantagem nas capacidades.

Dubois e Rosseau (2005) referem-se às capacitações como a combinação das habilidades e as possibilidades de realizar seus funcionamentos. Acrescentam que as capacitações diminuem as possibilidades de “vulnerabilidade” das pessoas (vulnerabilidade entendida como a probabilidade de diminuir o estado de bem estar anterior). A vulnerabilidade pode ser de qualquer pessoa (não necessariamente as pessoas pobres), mas, as pessoas mais pobres são sempre as mais vulneráveis. Além disso, a consideração da vulnerabilidade na geração das políticas públicas com atitudes preventivas ou de maneira prévia aos riscos (quando isso é possível)

poderia evitar a diminuição das liberdades e das capacitações. Das diferentes vulnerabilidades resultam uma série de desigualdades como as desigualdades de gênero, desigualdade de acesso à justiça, desigualdade de acesso à saúde, educação, desigualdade econômica, desigualdade na participação, etc que, segundo os autores, ajudam a perpetuar o estado de vulnerabilidade das pessoas.

Equiza (2005) afirma que as condições de transformação por um indivíduo, de um conjunto de bens determinado, em capacidades de realização têm uma limitação pessoal (as condições individuais) e outras limitações de caráter comunitário ou social. Segundo Equiza o conjunto de instituições, formais e informais, que condicionam, impulsionam, incentivam ou promovem a conversão das características dos bens em capacitações é praticamente o todo da sociedade. Desde as questões familiares, que condicionam a alimentação, a educação, até as instituições como os mercados, passando pelos costumes sociais que estabelecem as formas como as pessoas se comportam.

Enfim, a perspectiva das capacitações ao analisar a pobreza e as suas causas desvia a atenção dos meios (especialmente da renda) para os fins que as pessoas buscam e para as liberdades de poder alcançá-los. Esta distinção tem importantes conseqüências práticas para a geração de políticas públicas (SEN, 1997). Embora a prosperidade econômica possa, reconhecidamente, contribuir para que as pessoas levem uma vida mais livre e realizada, também são importantes outros avanços sociais e políticos para a obtenção das liberdades efetivas das pessoas. Além disso, permite interpretar a realidade social e econômica de determinada região a partir das aspirações das pessoas envolvidas e das possibilidades existentes, considerando-se os diferentes modos de vida das pessoas.

3.1.1.2 Os ativos

Os ativos contêm um número de componentes identificados como diferentes tipos de capitais, alguns reconhecidos como categorias econômicas e outros não (como os direitos e as diferentes possibilidades de acessos aos direitos). Scoones (1998) e Ellis (2000) listam os diferentes tipos de capitais:

a) Capital natural – refere-se ao estoque dos recursos naturais (como a terra fértil, as fontes de água, o ar, as árvores, os recursos biológicos e genéticos) e aos serviços ambientais (ciclo da água, absorção de poluentes, etc) que são utilizados pelas pessoas para sua sobrevivência. Pode ser separado em recursos naturais renováveis (estoque de peixes, de árvores para lenha, nível de águas subterrâneas, qualidade e fertilidade dos solos e de água para irrigação) e não-renováveis (extração de minérios e de petróleo) que podem influenciar decisivamente no modo de vida das pessoas;

b) Capital físico – refere-se aos ativos gerados pelos processos de produção econômica (construções e benfeitorias, ferramentas, máquinas, benfeitorias no solo como terraços e canais de irrigação). Em alguns momentos a presença deste capital físico pode determinar as possibilidades de diversificação e influir nos modos de vida (a presença de estradas pode proporcionar acesso a mercados e a políticas públicas, por exemplo, ou a ausência de energia elétrica pode ser um entrave à implementação de agroindústrias);

c) Capital humano – refere-se ao nível de educação, o acesso à saúde, às perícias, às habilidades, à experiência, à criatividade e aos conhecimentos disponíveis para o desempenho das diferentes estratégias do modo de vida. Ellis (2000) afirma que o ativo “chefe” possuído pelas pessoas mais pobres é o seu trabalho e que para realizá-lo necessitam ter condições pessoais (saúde, por exemplo) e habilidades. Assim, de acordo com Ellis (2000), o crescimento do capital humano seria o “alicerce” do crescimento sustentado.

d) Capital financeiro e substitutos – refere-se ao estoque de recursos financeiros que as pessoas têm acesso. Pode se referir às diversas linhas de financiamento às quais tem acesso uma unidade de produção doméstica, como às poupanças realizadas ou à obtenção de empréstimos para a conversão em outras formas de capital ou para o consumo direto fazendo parte do “portfólio” de alternativas que as pessoas têm. Ellis (2000:34) descreve a experiência de sociedades que, na ausência de instituições de crédito, buscam e criam outras formas de obtenção de poupança. Cita a África Sub-Sahariana onde os rebanhos de gado de corte são mantidos, frequentemente, como importante estratégia dos produtores para a manutenção da riqueza e como “amortecedores” e como “garantias” para enfrentar os períodos de crise. Embora sejam de liquidez mais baixa (em relação aos recursos financeiros em dinheiro) eles possuem alguns outros

atributos para estas populações, pois se constituem em outras formas de capital ou até de consumo.

e) Capital social – refere-se às redes sociais, associações e relações sociais que as pessoas têm e das quais podem obter apoio para a manutenção e reprodução do seu modo de vida (que variam em graus de intensidade). Ellis enfatiza que o termo capital social significa a reciprocidade dentro das comunidades e entre as pessoas baseada na confiança derivada dos laços sociais (ELLIS, 2000).

Dentro desta concepção de ativos, Ellis afirma que o importante é o acesso que os diferentes indivíduos têm aos diferentes tipos de capital, às oportunidades e aos serviços. Isto é, o acesso é determinado a partir dos papéis e das normas sociais que definem as diferentes habilidades (e possibilidades) das pessoas nas áreas rurais de dominar, controlar, reivindicar e fazer uso dos recursos. É determinado também pelos impactos das diferentes relações sociais estabelecidas, pelas diferentes formas de participação, reivindicação e obtenção dos benefícios dos serviços públicos em geral (educação, serviços de saúde, estradas, abastecimento de água, etc) (ELLIS, 2000).

3.1.1.3 As atividades

As atividades são entendidas como as ações que são realizadas pelas famílias dentro das suas estratégias de sobrevivência e reprodução, quer seja do ponto de vista de produção agrícola, quer seja do ponto de vista da busca de outras alternativas ditas “não agrícolas”. Chambers e Conway (1992:07) definem as atividades como “*o que eles (os agricultores) fazem*” explicitando as atividades definidas pelas famílias a partir do portfólio de possibilidades de que dispõem.

Ellis (2000) afirma que as diferentes estratégias utilizadas pelos diferentes modos de vida são compostas de atividades que geram a sobrevivência da família. Estas atividades têm categorias e sub-categorias que são os componentes potenciais das estratégias do modo de vida. Ele divide entre aquelas atividades baseadas nos recursos naturais e aquelas baseadas nos recursos não naturais. As atividades baseadas nos recursos naturais incluem a coleta (de lenha ou das florestas), cultivos alimentares e não alimentares, pastoreio e cuidado com os

rebanhos e atividades não agrícolas como elaboração de tijolos, tecimento de artesanatos e tecidos e elaboração de coberturas das casas utilizando vegetais, etc.

As atividades não baseadas na utilização dos recursos naturais incluem os negócios rurais (comercialização de produtos, insumos e bens de consumo), alguns serviços rurais (como oficina mecânica), manufaturas rurais, recebimento de recursos externos e outras transferências como as aposentadorias formais.

Assim as categorias das atividades representam uma potencial contribuição dentro do portfólio de alternativas das famílias rurais. Acrescenta ainda que a composição deste portfólio é extremamente relevante, pois, estabelece diferenças entre as famílias e os seus modos de vida (famílias que vivem da coleta e portanto dependentes dos recursos naturais, diferem de outras que dependem das plantações de alimentos que são diferentes de outras que dependem das criações ou daquelas que têm outras rendas não agrícolas). Assim, as estratégias desenvolvidas geram diferentes modos de vida.

3.1.2 Os processos de mediação

Ellis (2000) afirma que as relações sociais (a), as instituições (b) e as organizações (c) são fatores de mediação decisivos para a adoção das estratégias dos modos de vida porque são aqueles que facilitam, ou dificultam, o exercício pleno das capacidades dos indivíduos ou das famílias.

a) As relações sociais, conforme Ellis (2000), se referem ao posicionamento dos indivíduos ou das famílias dentro da sociedade compreendendo fatores como gênero, casta, classe, idade, etnia e religião.

b) As instituições são as regras formais, as convenções e os códigos de comportamento que regem as interações humanas em uma sociedade. Ellis inclui as leis, a posse da terra e as práticas de mercado.

c) As organizações são os grupos de indivíduos que têm um propósito comum para atingir os seus objetivos como as agências governamentais (Ministério da Agricultura, serviços veterinários), administrações locais, ONGs, associações (associação de produtores) e empresas privadas.

De qualquer forma, Ellis dá ênfase às diferentes (maiores ou menores) oportunidades de executar as capacitações que os indivíduos e famílias têm na medida em que estes fatores mediadores possibilitem (mais ou menos) acessos. Assim, Ellis utiliza como definição de modo de vida, uma definição próxima a definição de Chambers e Conway, enfatizando o papel daqueles fatores que determinam o acesso aos recursos dos indivíduos..

Um modo de vida compreende os ativos (naturais, físicos, humanos, financeiros e sociais), as atividades e o acesso a estas (mediados por instituições e relações sociais) que em conjunto determinam o meio de vida de um indivíduo ou de uma família. (ELLIS, 2000:10) tradução livre.

Enfim, modo de vida é composto por um conjunto de alternativas de ações e estratégias. A decisão de optar por diferentes combinações, na busca da sua reprodução social, econômica e cultural, é feita pelos agricultores e suas famílias e resultam em uma maior ou em uma menor diversificação.

3.1.3 A diversificação dos modos de vida

Ellis (2000) afirma que há uma diferença entre diversidade e diversificação. De acordo com o autor, diversidade refere-se à existência de diferentes formas de renda, num determinado ponto do tempo, que requerem diferentes relações sociais para se sustentarem. A diversificação refere-se à diversidade dos processos econômicos e sociais, que refletem os fatores de pressão e de oportunidades, que fazem com que as famílias adotem diferentes estratégias de sobrevivência.

Ellis afirma ainda que a diversificação dos modos de vida é o *“processo pelo qual as famílias constroem um conjunto de alternativas diversificadas de atividades e de apoio às suas capacidades na sua busca de sobrevivência e de manutenção dos seus níveis de vida”* (ELLIS, 1998:04 e 2000:15) (tradução livre).

Diante disso, Ellis propõe um esquema de análise (Quadro 2) dos diferentes modos de vida, onde busca descrever as estratégias de famílias rurais em um ambiente de constantes mudanças sociais e transformações econômicas (ELLIS, 2000).

Neste esquema, Ellis apresenta os ativos disponíveis, as possibilidades de acesso (a partir dos diferentes fatores mediadores) em um ambiente de ameaças (pressões acumuladas, previsíveis e cíclicas) e choques (impactos repentinos imprevisíveis e traumáticos) que acabam estabelecendo as estratégias de sobrevivência ou os modos de vida.

Quadro 2. Estrutura de análise do modo de vida rural.

Plataforma do modo de vida	Acessos modificados por	No contexto de	Resultando em	Composto por	Com efeitos na
	Relações sociais: Gênero Classe Idade Etnia	Tendências: Migração da população Mudanças tecnológicas Preços relativos Macro políticas Tendências econômicas nacionais Tendências econômicas mundiais		Atividades baseadas nos recursos naturais: Coleta Cultivo alimentares Cultivo não alimentares Rebanhos Recursos naturais não agrícolas	Segurança dos modos de vida: Nível de renda Estabilidade de renda Sazonalidade Graus de risco
Ativos: Capital natural Capital físico Capital humano Capital financeiro Capital social	Instituições: Regras e costumes Posse da terra Práticas de mercado		Estratégias do modo de vida		
	Organizações: Associações ONGs Administrações locais Agências estatais	Choques: Secas Enchentes Pestes Doenças Guerra civil		Atividades não baseadas nos recursos naturais: Negócios rurais Outros serviços Manufaturas rurais Aposentadorias Outras transferências	Sustentabilidade ambiental: Qualidade do solo e da terra Água Amplitude das florestas Biodiversidade

Fonte: ELLIS, 2000:30. (tradução livre)

Ellis (2000) apresenta dois tipos de motivos para que sejam diversificadas as atividades de uma unidade doméstica:

a) a “*necessidade*” entendida como a ação involuntária e “aflita” das famílias em busca de novas estratégias de sobrevivência (como, por exemplo, fragmentação das unidades produtivas por herança, deterioração ambiental e declínio de produtividade das culturas ou desastres naturais como secas ou enchentes). São ações que refletem uma reação a acontecimentos não esperados.

b) a “*escolha*” entendida como ação voluntária e proativa das famílias (como viajar para conseguir emprego em regiões distantes, reservar recursos financeiros para investimentos não-agrícolas e utilizar recursos externos para investir em insumos e equipamentos da unidade produtiva). São ações pensadas e programadas dentro das alternativas e dos recursos existentes.

A diversificação é apontada como uma possibilidade de diminuir a vulnerabilidade¹ da unidade de produção. Ellis aponta ainda um grupo de fatores determinantes da diversificação (ELLIS, 1998 e 2000):

a) Sazonalidade – todas as unidades de produção rurais se confrontam com a sazonalidade, pois, se trata de uma característica “inerente” deste modo de vida (ELLIS, 2000). A sazonalidade significa que, devido aos fatores referentes à atividade produtiva (como os ciclos produtivos, épocas de colheita, épocas de engorde de animais, dependências climáticas, etc.), os ingressos de recursos financeiros nas unidades produtivas apresentam grande variabilidade durante o ano. Em outras palavras, os fluxos de consumo da unidade de produção são contínuos enquanto que os fluxos dos retornos do trabalho, em atividades dentro ou fora da unidade de produção, são variáveis durante o ano provocando mudanças sazonais nas ocupações e alternando baixos e altos retornos às atividades. Assim, a diversificação seria uma forma de, através de um número maior de opções, buscar diminuir esta vulnerabilidade e reduzir a variabilidade das entradas de receitas. Isto pode ser com outras atividades (agrícolas ou não agrícolas) ou com migrações temporárias de um ou mais membros da família. Ellis (1998) afirma que as possibilidades de diversificação devido à sazonalidade variam conforme os diferentes lugares, tempo, atividades, habilidades, gênero e formação cultural.

¹ Vulnerabilidade é definida por Chambers (1989) e Davies (1996) citados por ELLIS (2000:62) como um alto grau de exposição ao risco, aos choques e estresses e a propensão à insegurança alimentar (tradução livre).

b) Estratégias de risco – segundo Ellis (2000) muitos pesquisadores consideram ser o risco o principal motivo para a diversificação dos modos de vida. Risco é entendido como a probabilidade subjetiva percebida pelos indivíduos e pelas suas famílias de ocorrer uma frustração em uma (ou em mais de uma) das fontes de receitas e de autoconsumo, o que pode comprometer a sua sobrevivência. Ou seja, as famílias que são vulneráveis, e têm deficiências para obter os seus meios de sobrevivência, não “*põem todos os ovos dentro de um mesmo cesto*” (ELLIS, 2000:60). As estratégias de risco seriam então as ações realizadas pelas famílias no sentido de, aumentando o conjunto de alternativas de receitas, obterem mais segurança e, portanto, terem uma menor vulnerabilidade. Nesta diversificação buscam, muitas vezes, produtos que tenham baixa renda total, mas com pequenas probabilidades de riscos e não produtos que tenham altas rendas totais, mas, com grandes possibilidades de riscos. Desta forma, estariam preparados também para aceitar baixas receitas para obter mais segurança.

Ellis acrescenta ainda que estas estratégias de riscos podem incluir atividades agrícolas internas (como a diversificação das culturas e das criações) ou a busca de outras atividades externas. Alerta, porém (ELLIS, 1998 e 2000) que as estratégias de risco se distinguem das “estratégias de enfrentamento dos riscos” (*risk coping strategies*²) devido à previsibilidade dos riscos (administração *ex-ante* dos riscos).

c) Enfrentamento (“*coping*”), vulnerabilidade e adaptação – conforme o que define Ellis, “*coping*” se refere às respostas de sobrevivência que as famílias são obrigadas a dar após (administração *ex-post* dos riscos) acontecimentos não previsíveis. As respostas utilizadas pelas famílias podem ser desde as táticas utilizadas para a manutenção do consumo (para enfrentar as dificuldades de curto prazo) até a venda de alguns ativos para garantir a sua sobrevivência (para enfrentar as dificuldades do longo prazo). Assim, a sua participação na diversificação se daria através da forma como força as famílias a buscarem novas fontes de ingressos após a existência de acontecimentos inesperados (ELLIS, 1998 e 2000).

A vulnerabilidade do modo de vida se relaciona com dois outros conceitos oriundos da agroecologia e sobre manejo dos recursos naturais: a resiliência e a sensibilidade (entendida como suscetibilidade). A resiliência é a habilidade que um sistema ecológico, ou um modo de vida, têm de voltar ao seu estado anterior após

² Coping é entendido como enfrentar, lidar, afrontar.

um choque ou um estresse. A sensibilidade é a capacidade que determinado sistema, ou modo de vida, tem em dar as respostas a (ou de não se afetar com) eventos externos, como por exemplo, o efeito que determinada mudança de preços de produtos tem sobre um determinado sistema. Assim, argumenta Ellis (1998), um modo de vida “robusto” (portanto menos vulnerável) seria aquele que tivesse alta resiliência e baixa sensibilidade enquanto que o mais vulnerável seria aquele que tivesse baixa resiliência e baixa sensibilidade. Acrescenta ainda que podem haver outras combinações destes atributos (alta sensibilidade e alta resiliência, por exemplo) não se tratando de uma relação linear. Assim a diversificação seria a tentativa de diminuir a vulnerabilidade aos riscos econômicos e naturais.

A adaptação, segundo Ellis (1998 e 2000), é definida como o processo contínuo de mudança nos modos de vida na busca de aumentar a sua segurança e a sua riqueza ou de tentar reduzir a sua vulnerabilidade e a sua pobreza. A adaptação pode ser positiva (quando a mudança realizada pode ser reversível e realmente aumenta a segurança) ou negativa (quando não é necessariamente reversível e não contribui para o incremento da segurança).

Ellis afirma ainda que o foco de estudo que considere o enfrentamento (“*coping*”), a vulnerabilidade e a adaptação como modelo de análise expõe as limitações de sistemas de análise baseados nas estatísticas econômicas comparativas para explicar as motivações para a diversificação. Isto é, em regiões onde há precariedade para a sobrevivência muitas das previsões feitas a partir de modelos econômicos “ortodoxos” não são válidas tendo em vista os múltiplos fatores que influem na tomada de decisão das famílias. Acrescenta ainda, que algumas decisões que aparentemente não fazem sentido no curto prazo podem representar a reflexão de um contexto prévio de experiências em momentos de crise e a necessidade de fortalecer as capacidades de sobrevivência para enfrentar futuras eventualidades. Há, portanto, outros fatores que as famílias consideram na sua tomada de decisão que não são captados quando é feita uma análise que considera apenas as questões econômicas (ELLIS, 2000:63-65).

d) Mercado de trabalho – o mercado de trabalho pode oferecer alternativas de diversificação para os modos de vida através de atividades agrícolas e não-agrícolas. Do ponto de vista econômico, conforme Ellis (2000), a diversificação é realizada quando a renda marginal das atividades da agricultura cai em relação à renda marginal das atividades não-agrícolas. Isto é, quando o retorno econômico

obtido com o trabalho destinado para as atividades não-agrícolas é superior ao retorno econômico obtido pelas atividades agrícolas. Isto não significa negligenciar a condução das atividades agrícolas, mas sim contar com mais uma possibilidade de geração de rendas dentro do portfólio das oportunidades da família. Ellis alerta ainda de que estas oportunidades variam conforme as habilidades, a educação e o gênero sendo estes fatores limitadores para determinadas pessoas da família ou da comunidade podendo resultar em um processo de “exclusão social”. De qualquer forma, dependendo das possibilidades, o mercado de trabalho pode estimular a busca da diversificação.

e) Migrações – Ellis (2000) define a migração como uma forma em que a família (ou membros dela) se afastam, temporária ou definitivamente, do local de residência na busca de obter novas e diferentes fontes de renda, que venham contribuir para o bem estar das famílias. Apresenta alguns tipos de migrações:

- migração sazonal – migração temporária que ocorre em períodos correspondentes aos picos de trabalho agrícola (período de colheitas, por exemplo);

- migração circular – migração temporária que ocorre não necessariamente em períodos de pico, mas em períodos de duração variável, havendo sempre o retorno dos migrantes ao seu domicílio em algum período;

- migração permanente – migração de um, ou mais, membro da família de forma definitiva, normalmente para o meio urbano, passando a contribuir através de remessas de recursos que dependem do tipo (e das suas possibilidades) de trabalho obtido no meio urbano;

- migração internacional – migração de forma definitiva ou temporária para outros países passando também a remeter recursos.

A migração é enfocada por Ellis como uma importante estratégia desenvolvida pelas famílias nos seus diferentes modos de vida aumentando as suas alternativas e, não necessariamente, um fator de frustração das atividades e da sua capacidade de sobrevivência.

f) Deficiência de acesso ao crédito – os escassos recursos a que têm acesso as famílias normalmente são direcionadas para determinadas atividades, insumos e equipamentos o que leva a uma diversificação das atividades.

e) Investimento em ativos (“*asset strategies*”) – um importante motivo para a diversificação, segundo Ellis (2000), é realizar alguns investimentos que possibilitem um incremento futuro das suas capacidades. Assim, com uma visão no modo de

vida futuro da família, algumas estratégias são desenvolvidas a partir do incremento em alguns ativos como, por exemplo, o fortalecimento das redes de relações (fortalecimento do capital social) ou a aquisição de mais terra (capital natural). Estas estratégias se modificam no decorrer do tempo sendo, portanto, as motivações para a diversificação “temporárias”.

Assim, o que importa com a abordagem dos modos de vida é a maneira como a unidade de produção familiar é capaz de reorganizar as suas atividades conforme as formas de acesso aos recursos. Conforme Peñafiel (2006) esta abordagem permite entender que dependendo da configuração do ambiente social, econômico e cultural existem diferentes recursos e maneiras de acesso para o qual a unidade de produção familiar recorrerá para superar as crises. Lembra ainda que, cada família leva em conta todo o seu repertório cultural formado no decorrer dos anos a partir de suas práticas, suas ações, seus sucessos e suas frustrações. Enfim, as lógicas e as estratégias não são, necessariamente, baseadas no enfoque econômico, nas lógicas de mercado ou na busca do lucro e da remuneração dos fatores de produção.

Além disso, Ellis (2000) estabelece como estrutura de análise a unidade de produção doméstica, que sofre influências de uma combinação dos fatores externos (sobre os quais não tem controle como preços internacionais dos produtos agrícolas) e os fatores mais próximos (como as relações sociais que constituem as “estruturas locais”). A unidade de produção doméstica é descrita por Ellis como um *“grupo social que reside em um mesmo lugar, compartilha os mesmos alimentos e toma junto, ou coordenadamente, as decisões sobre a alocação de recursos e sobre as rendas coletivas”* (ELLIS, (2000:18) (tradução livre). Acrescenta ainda a noção de co-residência, como um atributo chave, superando as questões de parentesco (não é a mesma coisa que família) e se referindo aos laços sociais estabelecidos na busca do modo de vida de forma conjunta que lhes permita sobreviver e se reproduzir no tempo e gerar bem-estar aos seus membros.

Enfim, o modo de vida pode ser utilizado como fator explicativo das diferentes escolhas que são feitas pelos “pecuaristas familiares”. As suas estratégias utilizadas não são, necessariamente, em busca do lucro ou do melhor rendimento dos recursos e capitais disponíveis. O modo de vida dos pecuaristas familiares se constitui na combinação de alternativas que são utilizadas na composição das formas de sobrevivência e de reprodução.

3.2 Estilos de Agricultura

Ploeg (1990) argumenta que até os anos 50 a diversidade da agricultura era entendida em termos de estilos de práticas produtivas mais “intensivas” ou mais “extensivas”. Assim, a intensificação significava um progressivo crescimento dos níveis de intensidade das práticas agrícolas, enquanto a extensificação significava o contrário. Isto não expressava uma análise neutra, mas carregada de juízo de valor, considerando um *“bom agricultor aquele que utiliza práticas mais intensivas para produzir altas quantidades de produtos”* (PLOEG, 1990:04). Desta forma, um novo paradigma dominante foi estabelecido onde a tendência inexorável seria a intensificação que se constituía em um modelo “ótimo” a ser atingido.

Ploeg (1992b) afirma ainda que o processo de modernização contribuiu para a perda da autonomia das práticas locais da agricultura provocando:

- uma desconexão entre os processos de produção agrícola com a terra, a natureza e a ecologia;
- uma crescente externalização das tarefas e processos;
- uma desvalorização do trabalho manual;
- uma mudança contínua dos processos de trabalho;
- a busca crescente da separação entre os processos de produção agrícola e as especificidades dos produtos finais.

Isto levou ao crescimento do processo de homogeneização das práticas agrícolas. Entretanto, Ploeg, a partir de seus trabalhos empíricos, afirma que mesmo após o processo de modernização há espaço para que os agricultores pratiquem formas diferentes de agricultura a partir do seu repertório cultural e de sua herança histórica.

Diante disso, Ploeg (1992a) afirma que a agricultura se constitui em uma unidade complexa de atividades produtivas e reprodutivas, que absorve inúmeros elementos constituindo uma grande heterogeneidade.

Ploeg (1992a) identificou que as formas familiares têm maneiras (internas e externas) heterogêneas e diversificadas de sobrevivência e de reprodução, a partir das suas diferentes estratégias familiares, de produção e de relação com o mercado. Esta heterogeneidade, segundo Long, é fruto dos processos históricos de ocupação da terra, das formas de comercialização e do desenvolvimento técnico-produtivo

ocorridos no decorrer do tempo (LONG, 1986:12), leva a uma diversidade social e a uma diversidade da agricultura familiar. Ploeg argumenta que o centro da discussão desta existência heterogênea é o processo de mercantilização da agricultura que (mesmo em regiões “*altamente desenvolvidas*” da Europa) é um processo longe de “*ser uniforme ou de estar completo*” além de não ser um processo linear. Assim, Ploeg argumenta ainda que há diferentes formas de agricultura, além daquela conhecida como moderna e mercantilizada, constituindo uma diversidade (nos mais diversos aspectos: sociais, econômicos, culturais, políticos e técnico-produtivos) que não permite uma padronização (PLOEG, 1986:24).

Ploeg (1986; 1990 e 1992a) afirma que há, entre os agricultores, diferentes graus de mercantilização que contribuem decisivamente na definição das formas como as suas atividades são estruturadas e desenvolvidas. Esta diversidade gera os diferentes “estilos de agricultura” (a partir das mudanças que provocam sobre o estilo de gestão e sobre a forma como se estruturam e executam os trabalhos agrícolas) ou “*styles of farming*” (PLOEG, 1992a:173; 1994:07; 2003:101).

“Estilo de agricultura” (PLOEG, 1994) é um conceito que pode ser definido sob vários pontos de vista. Para Ploeg, baseado no trabalho de Hofstee (1946), estilos de agricultura são “*repertórios complexos e integrados de noções, normas, elementos de conhecimento, experiências, etc. mantidas por um grupo de agricultores em uma região específica que representa a forma como é praticada a agricultura*”. Ploeg afirma que os estilos de agricultura são “*as relações entre produtores, objetos de trabalho e os meios de produção*”. Isto significa que cada estilo se caracteriza por obter resultados produtivos diferentes de acordo com as especificidades das inter-relações desenvolvidas diretamente entre os produtores, seus objetos de trabalho e os seus meios (PLOEG, 1990:11).

Ploeg acrescenta ainda (1990) que os “estilos de agricultura” são os resultados materiais do trabalho realizado na unidade de produção, a partir das experiências antecedentes, que definem as práticas e as operações a serem desenvolvidas. Ploeg (2006:30) reforça esta definição ao afirmar que os estilos de agricultura “*são os produtos materiais, simbólicos e relacionais dos fluxos estrategicamente ordenados através do tempo*”.

O mesmo autor (PLOEG, 1992b), afirma ainda que os diferentes estilos de agricultura são respostas adequadas às diferentes condições locais (com suas limitações e possibilidades) e às diferentes relações sociais de produção e

reprodução. Ou seja, os estilos de agricultura são frutos das diferentes trajetórias, no tempo e no espaço, que acabam estabelecendo a heterogeneidade da agricultura.

Ploeg (1990) desenvolve a idéia de que os diferentes modelos de desenvolvimento estabelecem diferentes modelos de reprodução. Apresenta o modelo relativamente autônomo (com reprodução historicamente garantida) e o modelo dependente do mercado.

3.2.1 Modelo relativamente autônomo

O primeiro modelo, aparentemente o mais simples, é aquele que cada ciclo produtivo inicia a partir da disponibilidade de terra, trabalho, capital e todos os tipos de insumos produzidos no ciclo anterior. Isto é, a produção depende da reprodução do ciclo anterior e a produção do ciclo atual é a base para o ciclo futuro. Assim, ele é chamado de “historicamente garantido”.

Dessa forma, antes de iniciar um ciclo produtivo o agricultor tem a sua disposição os pré-requisitos necessários para produzir. O processo produtivo é planejado para que, parte da produção, possa garantir a reprodução do ciclo seguinte e outra parte seja vendida no mercado (Figura 2). Isto significa que parte do processo produtivo gera mercadorias de comercialização e ao mesmo tempo garante os ciclos futuros. Não há a exclusão das relações mercantis, mas, há a busca da garantia da reprodução de um conjunto de valores de uso que possa garantir a continuidade da produção no próximo ciclo.

Neste modelo, a produção e a reprodução são feitas com uma “relativa autonomia” não dependendo da compra do trabalho necessário, nem de objetos de trabalho ou de recursos externos para a produção. Assim, a sua reprodução é conseguida a partir desta relativa autonomia, isto é, embora se relacione com o mercado em muitos aspectos, com o dinheiro ganho com venda das mercadorias compra produtos ou insumos que não tem possibilidade de produzir na unidade de produção, não depende diretamente dele.

Ploeg (1990) afirma que longe de ser identificado com um modelo do passado ele é bastante contemporâneo (inclusive na Europa).

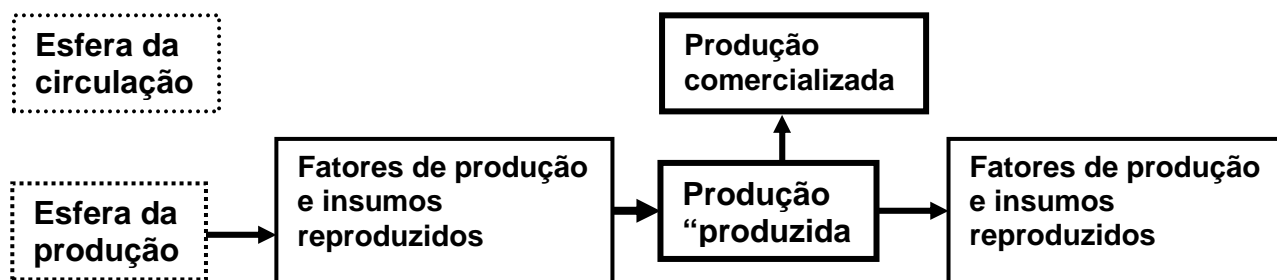


Figura 2. Modelo relativamente autônomo.
 Fonte: Ploeg (1990:14 e 1992a:172) com tradução livre.

3.2.2 Modelo dependente do mercado

O segundo modelo é aquele em que os fatores de produção e os insumos necessários para a produção não são resultado do ciclo precedente, mas são obtidos a partir do acesso aos mercados (capital, trabalho, alimentos, animais, etc.). Os insumos e os fatores de produção aparecem no processo produtivo como mercadorias (Figura 3). Além disso, todos os produtos obtidos são vistos como mercantilizáveis.

Assim, o agricultor não orienta a sua conduta para assegurar o ciclo seguinte e toda a produção é vendida. A sua reprodução futura fica na dependência da obtenção de bons produtos e dos preços de mercado. Só após a venda dos produtos é que o agricultor organiza a sua reprodução.

Dessa forma, assume significativa importância, a necessidade de inclusão no preço final do produto vendido de todos os seus custos (remuneração dos fatores de produção e pagamento dos desembolsos necessários para a produção). Os recursos obtidos após o ciclo produtivo é que irão determinar a organização do ciclo produtivo seguinte. Isto só será possível se os preços de mercado forem satisfatórios e adequados a essa remuneração. Dessa forma, afirma Ploeg (1990), a reprodução deste modelo é “dependente do mercado”.

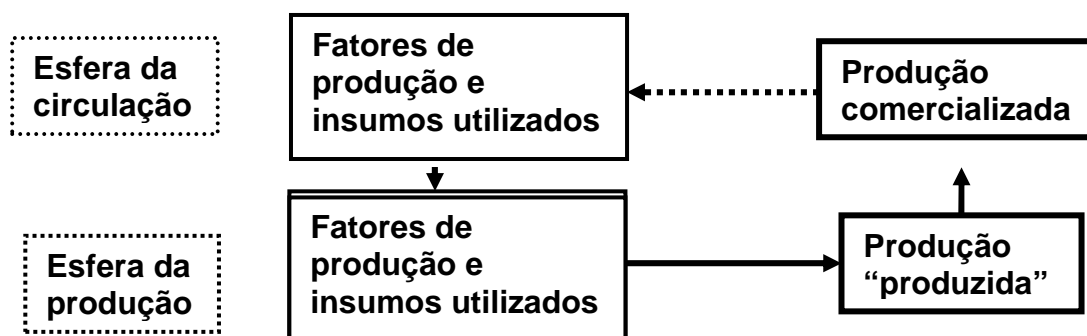


Figura 3. Modelo dependente do mercado.

Fonte: Ploeg (1990:17 e 1992a:172) com tradução livre.

O que Ploeg (1990) enfatiza apresentando estes modelos é de que as lógicas que se estabelecem para a condução da família, da unidade de produção e das suas relações com o mercado não são regidas por apenas uma única lógica e um único objetivo, mas pela interação delas. Portanto, não existe uma padronização ou um único modelo de conduta dos agricultores e suas famílias.

Ainda Ploeg (1990) afirma que os dois modelos representam dois polos opostos, mas que não se trata de um “continuum” em uma seqüência evolutiva, num sentido unilinear (da autonomia para a dependência do mercado, por exemplo). O que ocorre, segundo Ploeg, é que a mercantilização pode penetrar de diferentes formas no processo de trabalho e passa a ser determinante nas decisões. Portanto, pode haver alguns estilos intermediários com relações parcialmente autônomas e outras parcialmente dependentes do mercado.

A heterogeneidade dos processos de mercantilização encontrados na agricultura familiar demonstra que há uma diversidade no campo e não uma padronização e um caminho único. O que Ploeg reforça mais uma vez é que há espaço para diferentes formatos que não apenas para a chamada “agricultura moderna”. Do ponto de vista da análise dos agricultores familiares, aqui identificados como “pecuaristas familiares”, é necessária a compreensão de que desenvolveram formas de sobrevivência e reprodução a partir do seu processo histórico e das condições ambientais, econômicas e sociais onde estiveram inseridos.

Ploeg (1994) afirma ainda que a diversidade empírica das formas de agricultura varia devido à mobilização dos recursos para a produção e a sua posterior (ou não) transformação de valor de uso para valor de troca (ou em mercadoria). Esta variação é demonstrada através da Figura 4 onde apresenta a

relação existente entre a integração com o mercado (maior ou menor) e a utilização de (mais ou de menos) externalizações nos processos produtivos. As externalizações se dão através de processos da desconstrução e da reconstrução das tecnologias “originais”.

Isto é, os agricultores percebem o que se constitui em um “espaço de manobra” onde os agricultores são hábeis, como atores sociais, em definir as suas atividades produtivas e as suas relações com o mercado e com as tecnologias (PLOEG, 1994). Conforme o autor:

a distância e/ou integração até o mercado e a tecnologia, é claro, não é apenas um “capricho” na decisão dos agricultores. Isto é objeto de um raciocínio estratégico a partir da sua inserção na história local, no ambiente e das relações político-econômicas que prevalecem” (PLOEG, 1994:09)
Tradução livre.

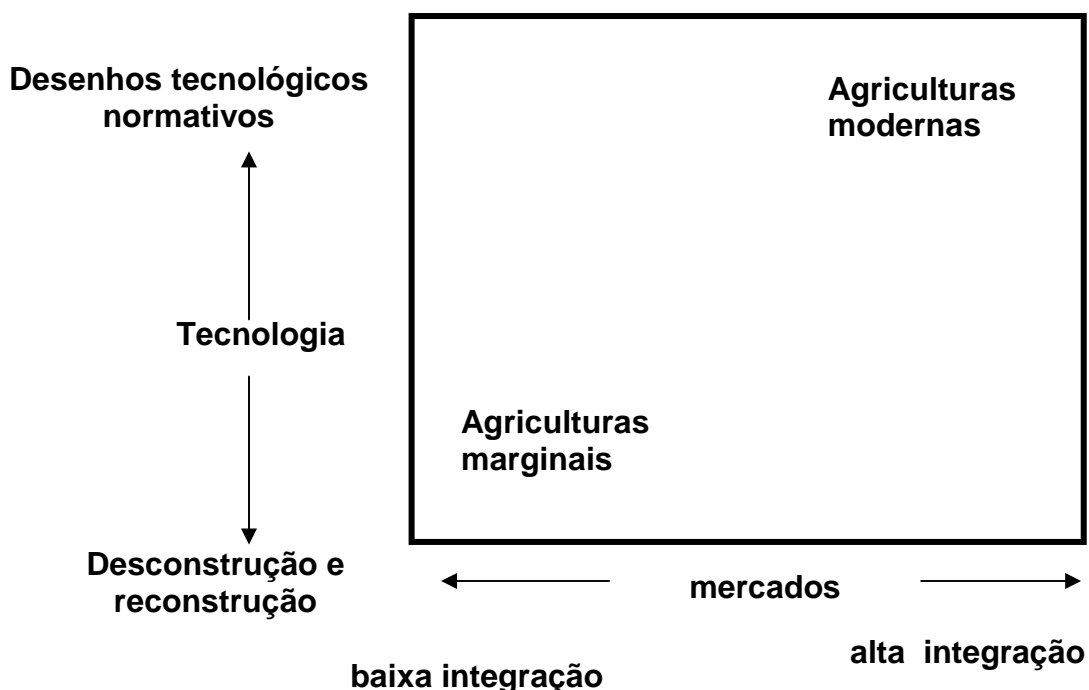


Figura 4. Espaço de manobra para a produção da diversidade.
Fonte: Ploeg (1994:09) com tradução livre.

Ploeg explica que o eixo horizontal se refere à mobilização dos recursos de forma mais ou menos integrada aos mercados. Quanto menor a integração mais se aproxima do modelo relativamente autônomo e, quanto maior, mais próxima do modelo dependente do mercado. Ploeg (1994) afirma que há uma grande diversidade, em relação ao eixo horizontal, não apenas dentro de determinadas regiões, mas também entre regiões.

O eixo vertical representa a conversão dos recursos em valores que implica em alteração nas formas de combinação dos recursos para obter a quantidade de valores desejados. Isto significa a necessidade de alteração nos processos de trabalho, em um processo de desconstrução e reconstrução dos elementos existentes no processo produtivo. Em outras palavras, significa que os métodos novos significam a substituição da tecnologia original por tecnologia externa que realize a “conversão” dos recursos em valores.

Assim, neste vasto “campo de manobras” há uma enorme possibilidade de posições caracterizando a diversidade a partir da decisão dos agricultores, como atores sociais, sobre as suas formas desejadas de produção e reprodução.

De acordo com Ploeg (1992a), as formas mais autônomas respondem a um processo de produção que se estrutura em torno de um alto nível de “artesanidade”. A reprodução dependente do mercado conduz a estratégias de “empresarialidade” levando a um padrão de ampliação de escala e a formas mais extensivas de produção. Isso significa que a artesanidade possui um controle mais efetivo dos processos produtivos, uma participação mais efetiva dos produtores nos rendimentos e uma associação estreita entre trabalho mental e manual. Dessa forma, as unidades que possuem altos níveis de mercantilização incrementam a sua escala enquanto os que possuem uma certa autonomia frente ao mercado incrementam a sua artesanidade.

Isto significa que, apesar de estar inserida em ambientes mercantilizados, a agricultura familiar, não perde as suas características e não se transforma em agricultura capitalista apesar de estabelecer trocas com o mercado. Assim, conforme Ploeg (1992a) a produção de mercadorias e a sua mercantilização (parcial ou total), não transforma a agricultura familiar em agricultura capitalista permanecendo algumas características de relativa autonomia a partir das relações de parentesco na busca da reprodução simples e não necessariamente na busca da reprodução do capital.

4 DA ESTÂNCIA JESUÍTICA AOS PECUARISTAS FAMILIARES

Diversos autores descrevem o processo de ocupação da terra no Rio Grande do Sul e em especial da sua Metade Sul¹. O objetivo deste capítulo não é repetir a descrição desta ocupação, mas sim demonstrar a sua importância para a formação econômica, social e cultural da região. Além disso, busca descrever os principais acontecimentos, fatores e aspectos que contribuíram para a formação da situação atual e que deram origem aos pecuaristas familiares contribuindo para a explicação da sua conduta e das suas estratégias de reprodução e sobrevivência.

4.1 Ocupação da terra

A ocupação do Rio Grande do Sul pelos europeus se deu de forma tardia em relação ao restante do Brasil, pois, conforme o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Espanha e Portugal em 1494, o território português tinha como limite, na sua parte sul, a cidade de Laguna em Santa Catarina. Nesse período, o Rio Grande do Sul era território da Espanha. De acordo com Pesavento (1994) a região permaneceu, após este período, com sua área inexplorada por mais de um século.

De acordo com Santos (1984), o Rio Grande do Sul era, até então, habitado pelos índios da grande família Tupi-Guarani, localizando-se os tapes, carijós, arachanes e guaianás no norte e nordeste e os guenoas, minuanos e charruas a oeste e ao sul. Os minuanos e os charruas foram aqueles que, através de seus hábitos e de seus objetos deram a maior contribuição para a formação do tipo humano e social posteriormente identificado como “gaúcho”.

De acordo com Pesavento (1994), Fonseca (1983) e Santos (1984) as primeiras ocupações européias no estado se deram através dos jesuítas espanhóis vindos do Paraguai que, fugindo dos bandeirantes paulistas, se estabeleceram na parte noroeste do estado trazendo consigo, além dos indígenas, o gado bovino. Os

¹ Foram utilizados os trabalhos de CESAR (1952), FERREIRA FILHO (1958), VERÍSSIMO DA FONSECA (1982), FONSECA (1983), SANTOS (1984), REVERBEL (1986), PESAVENTO (1994), TORRONTÉGUY, (1994), RIBEIRO (1996), FONTOURA (2000), FIALHO (2005) e CESAR (2005).

jesuítas, segundo Reverbel (1986), deram uma importante contribuição para a constituição econômica do estado com a introdução do gado bovino que viria a se constituir no “casco da pecuária rio-grandense...”.

4.1.1 A Estância jesuítica

Barbosa (1983) descreve que os jesuítas espanhóis fugiram do Paraguai para o noroeste do Rio Grande do Sul, com um número significativo de índios “cristianizados” (cerca de 12.000 embora tenham chegado ao seu destino apenas 4.000) e com gado bovino, onde fundaram as reduções do Tape em 1626.

Pesavento (1994) descreve que as reduções estabelecidas espalhavam-se por um vasto território “desocupado” estendendo-se desde a bacia do rio Jacuí até os limites definidos pelos contrafortes da Serra do Mar e da Serra Geral, por um lado, e pelo Rio Uruguai, por outro.



Figura 5 – Mapa das reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul (1540-1680).
Fonte: www.guiadasmissoes.com.br capturado em 20/12/2007.

César (2005) afirma que os jesuítas estabeleceram em território rio-grandense as primeiras estâncias. As estâncias jesuíticas eram compostas por um grupo de índios, acompanhados por um cura, que juntavam as reses em um determinado ponto e ali as deixavam em liberdade. Acrescenta que, nestes locais, se levantava um “arranchamento” (com cerca de 15 casebres) junto ao lugar escolhido para juntar o gado (ato chamado de “parar rodeio”) que servia apenas para defender o gado dos aventureiros que rondavam a região (CESAR, 2005). A este gado não se dava nenhum cuidado especial. Segundo César, estas estâncias eram na verdade “*vastos criatórios naturais, indivisos*” que permitiam que as aldeias jesuíticas retirassem o seu sustento. As estâncias jesuíticas nada mais eram do que grandes áreas onde o gado se distribuía e onde não havia propriamente moradas fixas e grupos humanos estáveis (a não ser os pequenos arranchamentos citados).

A natureza inexplorada, rica em campos nativos de qualidade, por si só e sem maior cuidado humano, se encarregava de reproduzir os rebanhos espalhados pelas vastas áreas. Reverbel afirma que o gado viria encontrar, na boa qualidade do solo e na exuberância das pastagens rio-grandenses, as “*condições mais favoráveis a sua sobrevivência e proliferação*” (REVERBEL, 1986:22). César (2005) registra ainda que as estâncias jesuíticas cobriam a parte sul e oeste do estado e parte do atual território do Uruguai desenvolvendo uma atividade pecuária peculiar que era o “*modelo único possível naquelas circunstâncias de tempo e cultura*”.

Desta forma, a atividade pecuária inicia-se no Rio Grande do Sul sem uma exigência de trabalho intenso e sendo a natureza a principal responsável pela evolução dos rebanhos. Além disso, não havia nenhum objetivo mercantil e nenhuma relação comercial sendo o gado caçado e abatido apenas para atender as necessidades de alimentação das estâncias compostas por índios e missionários.

Por volta de 1640, conforme Pesavento (1994), os jesuítas, perseguidos pelos paulistas “caçadores” de índios, se retiraram para a outra margem do Rio Uruguai (território da Argentina), levando os índios, mas deixando os animais que criavam. Estes animais vieram a constituir uma imensa reserva de gado conhecida como “Vacaria del Mar”, lançando assim o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a caça do gado xucro (PESAVENTO, 1994). Fonseca (1983), Torronteguy (1994) e Veríssimo da Fonseca (1982) afirmam também que, com a destruição e o abandono das reduções jesuíticas, o gado se espalhou e se

tornou selvagem em quantidade abundante havendo milhares de bovinos dispersos pelo território rio-grandense e uruguaio.

Esta abundância passou a despertar o interesse de aventureiros espanhóis, portugueses e mestiços que se dedicaram à atividade da caça do gado apenas para a retirada do couro e venda nos centros coloniais do Prata e da Colônia do Brasil. Conforme Torronteguy (1994) esta situação de abandono e esta atividade de preia colaborou para a denominação desta região como “Terra de Ninguém”.

Este período ajudou a consolidar a imagem do tipo social do gaúcho² tido como “errante”. De acordo com Veríssimo da Fonseca (1982) os predadores do gado xucro existentes nesta região eram *“portugueses, índios aldeados, espanhóis de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, e mais aqueles indivíduos que vaqueavam por conta própria, vendendo couros a quem lhes pagasse mais”* (VERÍSSIMO DA FONSECA, 1982:11). Pesavento (1994:11) os define como elementos *“...sem rei, sem fé e sem lei...”*, chamados nos documentos da época de vagabundos do campo, que viviam errantes sem fronteiras.

Por outro lado, a atividade exploratória da pecuária se tratava, conforme relata César (2005), de uma atividade de apropriação dos rebanhos *“à gaúcha”*. Isso significa que, além da caça e do abate do gado silvestre, não era feito nenhum tratamento do gado pelo homem, ou seja, na expressão de César (e também utilizado pelos pecuaristas até os dias atuais), o gado não era *“costeado”*. O trabalho da criação era feito basicamente pela natureza.

Estas características influenciaram fortemente a formação do gaúcho. Este povo livre, que vivia da caça do gado alçado, ainda sem dono, sem governo ou sem sociedade organizada, conservava e valorizava a sua independência (VERÍSSIMO DA FONSECA, 1982). O autor afirma ainda que se tratava de um simples caçador de gado sem dono, em terras que não pertenciam a nenhuma nação, chamada de “Terra de Ninguém”. César reforça esta descrição dizendo tratar-se de alguém em que o conceito de propriedade era *“algo fluído... sentia-se dono do lugar onde estivesse; a sua propriedade era o veio d’água, a sanga com que se defrontava...”* (CÉSAR, 2005:28).

Torronteguy (1994) e Pesavento (1994) descrevem o retorno dos jesuítas ao Rio Grande do Sul, em 1682, dando início à construção dos Sete Povos das

² A identidade do gaúcho a partir desta formação é discutida com mais profundidade na seção 1.3 deste trabalho.

Missões. Segundo os autores, os jesuítas espanhóis estabeleceram as estâncias de gado na Vacaria del Mar (no oeste e sul do estado) e também levaram gado e estabeleceram estâncias na Vacaria dos Pinhais (nos Campos de Cima da Serra no Nordeste do estado).

Estas estâncias tinham um formato e um objetivo diferentes das estâncias jesuíticas anteriores. As estâncias tinham agora como objetivo (além do plantio da erva-mate) a criação do gado bovino para a extração do couro para a comercialização. Conforme Pesavento (1994), neste período, apenas o couro era considerado um bem econômico. A carne era utilizada apenas para o consumo e a subsistência sendo que, por ocasião do abate, o excedente era deixado para apodrecer.

As estâncias, segundo Barbosa (1983), eram constituídas de grandes áreas com seus currais, capelas e casas inclusive longe da região missioneira como a Estância de Santa Tecla (em Bagé). Os jesuítas estabeleceram as estâncias de gado nas Vacarias com um sistema de guarda nos pontos estratégicos, com o claro objetivo de reocupar e preservar o território passando a existir um verdadeiro sistema de “vasos capilares” onde se realizavam trocas e compras de produtos entre as Vacarias e as Missões.

A posse da terra era de caráter coletivo bem como o desenvolvimento dos trabalhos e cuidados com as lavouras e com o gado. Estas estâncias proporcionaram, segundo Pesavento (1994), um florescimento econômico e uma expansão da ocupação das terras para o sul, o que acabou despertando a preocupação e o interesse, tanto de Portugal quanto da Espanha, que acabaram colocando esta região (até então desconsiderada) em pauta na discussão do Tratado de Madrid em 1750.

Assim, a estância jesuítica introduziu o gado bovino no Rio Grande do Sul com o objetivo de alimentar as populações das suas reduções e estâncias (e, apenas posteriormente é que apresentou interesse comercial nos couros). Para isso, os trabalhos com o gado bovino eram muito reduzidos sendo apenas necessário acompanhar os animais deixando que a natureza, favorável a esta criação, possibilitasse a sua reprodução. Conforme Camargo (1999), a introdução do gado bovino e da estância foi uma das mais importantes contribuições dadas pelos jesuítas e indígenas na constituição da estrutura econômica, na formação étnica do tipo humano gaúcho e na definição das futuras fronteiras territoriais.

4.1.2 A Estância da sesmaria

Algumas mudanças ocorridas na Colônia provocaram também mudanças nas formas de ocupação da terra e na exploração econômica da região. De acordo com Pesavento (1994) e Ferreira Filho (1958) a descoberta das minas na zona das Gerais, transferiu para lá o pólo econômico da Colônia que antes era na região açucareira. A mineração concentrava densas massas populacionais proporcionando o surgimento do mercado interno no Brasil, tanto através do consumo da carne (em forma de charque), como através da demanda de cavalos e muares para o transporte. Assim, os colonizadores portugueses passaram a ter interesse em outro tipo de ocupação desta faixa de terra. Conforme Ferreira Filho (1958:47) o sul, até então oneroso passava a ser uma fonte de riqueza e passou a ser uma atividade lucrativa e interessante *“arrebanhar o gado, levar para Minas Gerais e para as estâncias que se fundavam no próprio Rio Grande”*.

Surge a importante figura do tropeiro que daria grande contribuição na formação do gaúcho. Pesavento (1994) afirma que o tropeiro era, necessariamente, um chefe de bando armado, pois se tratava de uma atividade que se fazia de armas na mão, na medida em que, para conquistar os rebanhos era necessário disputar o gado com os espanhóis. César (2005) descreve o tropeiro como um tipo que teve extrema importância na execução da preia do gado e das mulas e na sua condução até Sorocaba onde eram comercializadas para Minas Gerais. Tratava-se de uma figura viril, que segundo César, não se negava a lutar *“com o boi, com a fera do mato ou com o próprio bicho-homem quando preciso”* (CÉSAR, 2005:50). E ainda que, a gadaria rio-grandense era *“coisa de ninguém”* que só começou a influir na vida brasileira ao ser desencantada pelo trabalho do tropeiro. O tropeiro, portanto, foi um importante agente de circulação econômica sendo considerado, conforme César (2005:60), o *“substituto do coureiro e o antecessor do estancieiro no Rio Grande do Sul”*.

A ação dos tropeiros acabou por acelerar a devastação do rebanho bovino o que fez com que fossem tomadas medidas para dar um fim a esta atividade predatória e que cuidasse da reposição dos animais. Assim, a Coroa portuguesa passou a se interessar pela ocupação deste território. Inicia, em 1732, a distribuição

de sesmarias no estado. As sesmarias eram terras devolutas (cerca de 13.000 ha)³ concedidas pela Coroa. De acordo com Pesavento (1994), a distribuição de sesmarias no Rio Grande do Sul ocorreu de maneira diferente da que se deu no Nordeste do Brasil. Enquanto na região açucareira a capitalização prévia era um requisito básico para o recebimento das sesmarias, no Rio Grande a distribuição era feita, principalmente, em retribuição aos serviços militares prestados em nome da Coroa.

Vários autores⁴ registram que a primeira sesmaria portuguesa foi concedida a Manuel Gonçalves Ribeiro, nos campos de Tramandaí, no litoral norte. Posteriormente, novas sesmarias foram concedidas em Porto Alegre e próximo das Lagoas dos Patos e Mirim, não havendo referência, nessa época, à ocupação organizada das Vacarias del Mar permanecendo esta área ainda como “Terra de Ninguém”.

Deste modo, conforme Ribeiro (1996) e Santos (1984), a interiorização e a ocupação da terra pelos portugueses (ao contrário das reduções missioneiras e das estâncias jesuíticas que iniciaram pelo oeste) começaram pelo litoral no sentido de garantir que os couros das Vacarias del Mar também fossem encaminhados para o centro do país e não mais para o Prata. De 1737 em diante, até o final do século XVIII, o Rio Grande do Sul passa a viver uma gradual interiorização portuguesa associada aos acontecimentos da Europa, que levavam a tratados e delimitações nas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha⁵.

Pesavento (1994) afirma que, na metade do século XVIII, a Coroa trouxe dos Açores casais de agricultores com o objetivo de introduzir no estado uma economia de subsistência. Barbosa (1983), sobre os açorianos, descreve que eles inauguraram nas vizinhanças de Porto Alegre, um “sistema revolucionário” com pequenas propriedades, diferente do sistema de doação de sesmarias. E foram eles os responsáveis pela entrada e desenvolvimento da cultura do trigo no estado até o

³ Segundo Laytano (1983:15) sesmaria é uma medida agrária antiga utilizada para as superfícies de campos de criação sendo uma área equivalente a 13.068 ha ou 150 quadras de sesmaria (cada quadra equivale a 87 ha).

⁴ TORRONTEGUY (1994), SANTOS (1984), PESAVENTO (1994), LAYTANO (1983) e BARBOSA (1983).

⁵ De acordo com Fialho (2005:30) dois fatores contribuíram, naquela época, para a consolidação do território rio-grandense: o Tratado de Madrid em 1750 e a colonização açoriana. O primeiro permitia a ocupação do sul e do oeste do estado na medida em que houve a permuta da Colônia do Sacramento pelas Missões. O segundo permitia a fixação de áreas para os portugueses com a distribuição para os açorianos de pequenas áreas a partir do litoral e nas margens dos principais rios no sentido leste-oeste.

aparecimento da “ferrugem” quando então passaram a se dedicar à exploração de bovinos de corte. Ou seja, segundo ainda Barbosa (1983), o açoriano ao se miscigenar com paulistas, lusos, espanhóis e índios acabou se transformando também em criador de bovinos, inclusive com o recebimento de sesmarias em alguns municípios da “Vacaria del Mar”. Esta seria a primeira transformação na região que recebia migrantes que acabavam se tornando criadores de bovinos no decorrer do tempo.

Bakos (1982) faz referência à presença do negro escravo no Rio Grande do Sul, a partir de 1737, destacando a sua participação nas lavouras de trigo, nas primeiras charqueadas e também nas estâncias de criação. Destaca ainda a contribuição que os negros deram na formação do gaúcho.

Rüdiger (1965) descreve que os povoadores que receberam as primeiras sesmarias eram homens vindos do sul (Colônia do Sacramento), vindos do norte (Laguna, Santos ou Rio de Janeiro) e os oficiais e soldados interessados em dar baixa.

Laytano (1983:20) também descreve os tipos que recebiam as concessões de terras e que acabariam se constituindo nos povoadores do Rio Grande do Sul. Divide-os em:

a) militares: aqueles que recebiam sesmarias como prêmio e reconhecimento pelos valorosos serviços prestados à causa portuguesa, na ação do povoamento ou na conquista, passando a se constituir em fazendeiros-militares. Começaram a povoar a parte sul do estado e ao oeste do Rio Jacuí;

b) agricultores: formados pelos casais de açorianos que foram trazidos para povoarem a capitania. Não receberam sesmarias, mas áreas com 272 ha com o objetivo de desenvolverem os plantios de subsistência. Receberam áreas nas regiões próximas as cidades de Rio Grande e Rio Pardo;

c) tropeiros: os negociantes de gado que se embrenhavam nas Vacarias del Mar e na Vacaria dos Pinhais e que, além de abrirem caminhos e lugares para as paradas e invernadas dos gados acabaram se transformando de “*homens nômades em proprietários rurais*” pois, muitos tropeiros, posteriormente, se tornaram estancieiros ao receberem concessões de sesmarias (LAYTANO, 1983:22).

De qualquer forma, Rüdiger (1965) afirma que não houve uma distribuição sistemática e planejada das terras, conforme aconteceria posteriormente com as colonizações alemã e italiana. E ainda que, a prática da época era primeiro tomar

posse e depois buscar a legitimação das terras junto à Coroa. A apropriação prévia da terra, segundo Rüdiger, era a condição mais importante para a obtenção da legalização das áreas.

A ocupação da terra da região sul do Rio Grande do Sul, segundo Rüdiger, foi essencialmente uma *“apossação de terras próprias para a criação, feita à maneira de conquista militar e, por isso mesmo, beneficiando os homens da guerra”*. Acrescenta que este sistema social-econômico, formado por fatores e circunstâncias próprias, continha dentro de si o que o autor denomina de *“espontaneidade da posse das terras”* entendida como a posse das terras independente da interferência governamental. Esta posse era gerada pela *“força das capacidades individuais em concorrência”* e que acabou formando uma camada social chamada de *“centauro dos pampas”*, dando origem ao que, posteriormente, acabou permitindo que se desenvolvessem uma série de representações ideológicas (RÜDIGER, 1965:93).

Kliemann (1986) afirma que a concessão de sesmarias incentivava o crescimento das grandes propriedades de base pecuarista, que tiveram durante muitos anos a função básica de atendimento à procura de gado vacum e cavalariço para o centro do país. Essa organização sócio-econômica, a estância, marca não só a economia, mas a organização da sociedade civil baseada num *“complexo familiar e comunal e a política pelo poder emanado da posse da terra e das atividades militares”* (KLIEMANN, 1986:18).

Torronteguy (1994) reforça esta afirmativa, pois, segundo ele, a necessidade de fazer frente às tropas espanholas invasoras, fez com que se criassem núcleos portugueses de povoamento, bem como se incrementassem a distribuição de sesmarias a oficiais. Este fato reforçou a existência, na estância, de um proprietário que fosse ao mesmo tempo chefe militar. Esta militarização portuguesa acabou por reduzir a ocupação das terras aos interesses militares passando a receber, as doações de terras, apenas os oficiais. Conforme ainda Torronteguy os oficiais proprietários controlavam com a estância *“não só a produção agropastoril, mas a população de agregados, posteiros, adventícios, serviçais e escravos”* (TORRONTÉGUY, 1994:29).

A Metade Sul e a região da Campanha só foram ocupadas posteriormente. De acordo com Franco (1952), a ocupação da Campanha pelos portugueses iniciou-se por volta de 1752 com a demarcação dos limites definidos pelo Tratado de Madrid. Entretanto, não foram limites definitivos, pois segundo ainda Franco, o

povoamento dessa região nos setenta anos subseqüentes progrediu e refluíu em função dos acertos entre as duas Coroas. Define esta região como uma “*área de fricção dos dois impérios*” como já havia sido área de conflito entre os índios missioneiros e seus inimigos (índios minuanos, portugueses e “gaudérios” argentinos).

A concessão de sesmarias foi o instrumento utilizado pela Coroa portuguesa para tentar fixar a população nesta ampla faixa de terra. César (2005) afirma que as estâncias desta região custaram a se consolidar especialmente entre o Rio Negro e o Rio Quaraí bem como em direção ao Rio Jaguarão (área que abrange os municípios deste estudo) caracterizando a ocupação mais “tardia” desta região. A concessão das áreas para as estâncias avançava, muitas vezes, além dos limites portugueses invadindo o território espanhol estabelecido no mapa.

Esta região permaneceu ainda algum tempo conflituosa, de acordo com Ferreira Filho (1958), com castelhanos e índios missioneiros assaltando e saqueando as propriedades situadas em território possuído pelos portugueses, com “rapinagens” nos campos, assassinatos, assaltos às casas de família, violações e incêndios. Em represália, os rio-grandenses invadiam as terras castelhanas e arrebanhavam gado vacum, cavahada e muares. A situação de guerra e de inimigos por todos os lados permanecia nesta faixa conturbada de terra.

As terras, após distribuídas, deveriam ser defendidas dos inimigos espanhóis. Assim, a estrutura da estância estabelecida, neste período, era um misto de exploração pastoril e fortaleza de defesa. Isto acabou determinando dois fatos importantes que contribuíram na formação do homem e na economia da região.

O primeiro se refere à formação de um estancieiro-soldado oriundo da autonomia concedida aos estancieiros pela Coroa tendo em vista a necessidade de ocupação e de preservação do espaço dos castelhanos. Conforme César (2005) este movimento de guerrilha fronteiriça tornou poderosos os donos das estâncias. Pesavento (1994) afirma que o poder dos estancieiros era tanto que eles possuíam uma autonomia em relação à administração da Coroa. Porém, reconhece a sua importância na fixação do território. Sobre isso Ferreira Filho (1958) afirma que os estancieiros representavam pontos de resistência contra o possível invasor podendo mobilizar com rapidez um exército respeitável para a defesa.

O segundo fato se refere às dificuldades da pecuária em se firmar em bases econômicas, isto é, nos atropelos de luta havia uma perturbação nas estruturas

produtivas da estância. Conforme César o fato de estar em luta constante (ou, no mínimo, em constante estado de alerta) onde seguidamente havia o recrutamento de gente e de gado “*perturbaram por completo a vida das estâncias*” (CÉSAR, 2005:69).

Assim, a estância das sesmarias foi formada por grandes áreas, com pouca mão-de-obra e com a criação extensiva de bovinos de corte. Não havia, por todos estes fatores, o estímulo para a busca do progresso técnico nem para investimentos no setor produtivo sendo, portanto, necessário ter grandes áreas. Conforme Freitas (1993) dadas estas condições técnicas e econômicas o latifúndio se impunha. Freitas afirma ainda que a bovinocultura de corte “*seria de todo antieconômica na pequena e média propriedade*” (FREITAS, 1993:441).

De acordo com Fontoura (2004) uma estância que possuía uma sesmaria tinha cerca de 10.000 cabeças de gado, um capataz e 10 peões. A reprodução da estância era obtida pela venda do gado no mercado não exigindo grandes investimentos. O custo maior dos estancieiros, segundo Freitas (1993), era a mão-de-obra.

A estância tinha, para os seus componentes (capataz, peões, posteiros e estancieiro), muitas atividades para serem realizadas. Embora a natureza fosse favorável para a criação de gado bovino não se tratava de uma atividade “contemplativa”. Freitas (1993) afirma que, embora o tempo de produção natural superasse em muito o tempo de produção social, o boi “não trabalhado” pelo homem (caçado, amansado, marcado, castrado, cuidado) nada valia. Era necessário trabalho para agregar valor à mercadoria. O trabalho era constante e cansativo. Destacam-se como atividades principais os rodeios, as castrações, as marcações e as tropeadas para a venda.

Freitas (1993) e Xavier (1952) ainda relatam que as estâncias compunham um complexo rural⁶ relativamente autônomo. Havia, além da criação do gado, a produção diversificada com o cultivo de trigo, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças e árvores frutíferas em pequenas áreas, além da existência de processos de semi-industrialização de produtos domésticos (segundo descrito pelos autores seriam geridos diretamente pela esposa do estancieiro) como “*queijos, lingüiças, conservas,*

⁶ Conforme Graziano da Silva (1996:05) os complexos rurais se caracterizavam pela autonomia das propriedades na produção de bens de consumo para a sua própria população. Isto é, no interior das estâncias se produziam bens que só tinham valor de uso não se destinando ao mercado. Eram produtos destinados à alimentação e ao trabalho (ferramentas).

charque, tecidos, rendas, artigos de couro, etc". Isto é, conforme afirma Freitas, os meios de subsistência, as matérias-primas e os artefatos elaborados eram na sua totalidade produzidos pela família do estancieiro e pelos moradores da estância *"independentemente do mercado ou dos movimentos exteriores da produção"* (FREITAS, 1993:454).

De acordo com Fontoura (2000) as estâncias tinham grandes invernadas (potreiros) com poucas subdivisões do campo. Tinham ainda, próximos à casa, pequenos currais para manejo do gado. Fontoura descreve ainda a existência de mangueiras (algumas de pedra) onde, mais tarde foi anexado o brete (estreito corredor de madeira). O gado era criado solto e a marca anunciava a propriedade, visto que o cercamento dos campos só se deu por volta de 1870.

Dentro da estrutura da estância da sesmaria, há de se ressaltar ainda a figura dos "posteiros", descritos por Freitas (1993), como uma manifestação do caráter "impuro" do capitalismo mercantil gaúcho em uma referência às formas não assalariadas de remuneração. De acordo com Freitas os posteiros foram uns dos importantes personagens da pecuária rio-grandense, por sua origem, por seu trabalho e por seu destino. As estâncias, com suas grandes áreas, necessitavam de cuidados e vigilância nas suas regiões mais distantes. O "posto" situava-se nas divisas dos campos e na proximidade de passos (travessias de sangas e arroios) e rios sempre longe da sede da estância. Era composto por um ou mais ranchos para moradia e acomodações para animais, potreiros e mangueiras. O encarregado do posto, o "posteiro", era um homem de inteira confiança do estancieiro, que além do direito de morar com sua família naquele canto da estância podia cultivar gêneros, criar algumas vacas, porcos e galinhas para a subsistência. Em troca, deveria prestar ao estancieiro uma série de serviços como evitar roubos e intrusões na propriedade, costear o gado e cooperar nos rodeios. Freitas afirma que em grandes estâncias poderia haver três ou quatro posteiros distribuídos nos locais mais distantes da estância. Muitos destes posteiros tornaram-se, posteriormente, pequenos proprietários recebendo algumas vezes áreas de terra como indenização pelos anos de trabalho.

Franco (1952) e César (2005) relatam que apenas depois de 1801 a região da Campanha foi contemplada com a distribuição de sesmarias. E acrescentam que esta distribuição foi feita a partir da preocupação da Coroa em preservar as fronteiras tendo em vista os movimentos de independência que ocorreram na

Argentina e Uruguai. Assim, na Campanha foram concedidas terras aos comandantes militares que reivindicavam, e recebiam, duas e até três sesmarias em um processo maior de concentração da terra. Franco (1952:67) descreve que, diante disso, a Campanha “*permanecia deserta embora todos os seus campos já tivessem sido doados e já tivessem donos*”. Reverbel (1986:93) se refere a esta região como um “*deserto povoado*”.

A estância era a base da sociedade rio-grandense e da exploração pecuária no final do século XVII e início do século XVIII. Santos (1984) apresenta a distribuição fundiária da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1785 (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1785.

Grupo de área (ha)	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
Até 100	77	9,1	1.728	0,03
100-200	3	0,3	397	0,01
200-1.000	213	25,2	70.759	14,10
1.000-5.000	232	27,5	626.980	12,43
5.000-10.000	143	17,0	1.173.941	23,26
+ de 10.000	173	20,5	3.175.063	62,89
Total	841	100,0	5.048.868	100,00

Fonte: Adaptado de Santos, 1984:54.

Pode-se perceber que, naquele período, a grande propriedade era predominante, pois 65% dos estabelecimentos tinham áreas superiores a 1.000 ha ocupando 98% da área. Nesta época, apesar das distribuições de sesmarias, apenas um quinto da área do estado havia sido ocupada (pois de um total de cerca de 25 milhões de ha apenas 5 milhões estavam formalmente ocupados).

Enfim, as estâncias das sesmarias eram grandes propriedades que realizavam uma criação extensiva sem utilização de técnicas produtivas, com o gado criado solto no campo nativo, sem cercas, tapumes ou aramados que delimitassem a propriedade (PESAVENTO, 1986 e LAYTANO, 1983). A fertilidade natural das pastagens determinava as variações de produção entre uma região e outra. Conforme Freitas (1993) a produção não era inteiramente vendida variando em percentuais entre 6 e 10% do total do rebanho. Santos (1984) relata que um rebanho de 1.000 reses produzia 250 crias por ano.

As estâncias iniciaram, com seu sistema de exploração pastoril, a definir a posse das áreas conflituosas do Rio Grande, a posse dos gados e a estabelecer as relações capitalistas com o assalariamento de capatazes e peões. Para Ferreira Filho (1958) a estância passou a ser a viga mestra da sociedade com os grandes estancieiros agrupando parentes, amigos, protegidos, mestiços e índios que, somados a alguns negros escravos, formavam um reduto forte. Santos (1984) afirma ainda que a estância, não significava apenas exploração da atividade econômica e da unidade de produção, mas o núcleo de defesa e manifestação de riqueza e poder. De acordo com Herrlein Jr. (2002) a sociedade da pecuária foi estruturada para assegurar a posse do território e não para atender os propósitos de acumulação comercial.

4.1.3 A Estância mercantil

César (2005) e Laytano (1983) afirmam que na região da Campanha, em terras dos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí (entre outros), as estâncias lograram obter “*enorme expressão*” no século XIX. O seu desenvolvimento chegou a um apogeu no fim do século XVIII com o surgimento das charqueadas na zona sul do estado, na região de Pelotas.

A indústria do charque cresceu no Rio Grande do Sul por volta de 1780 até o final do século acarretando o interesse comercial nos gados da Campanha. Conforme Pesavento (1994) isto provocou o desenvolvimento da economia bovina sulina e também o fortalecimento dos clãs patriarcais.

Este avanço da pecuária bovina no estado (com a recuperação dos rebanhos e com o vínculo comercial estabelecido com as charqueadas em Pelotas) foi extremamente prejudicado pela situação de instabilidade política e pelas guerras e conflitos armados ocorridos no século XIX. De acordo com Ferreira Filho (1958) o território da Campanha, mais uma vez, foi submetido aos prejuízos e ao atraso tendo em vista a disputa pela terra e pela autonomia política.

Os inúmeros acontecimentos e guerras⁷ durante todo o século XIX fizeram com que esta região se transformasse em um “*acampamento de guerra*” sem precedentes.

Além destes acontecimentos de violência na região outros fatos tiveram repercussões significativas nos aspectos econômicos e políticos. O primeiro foi a extinção do regime das sesmarias. César (2005) e Torronteguy (1994) descrevem que a estrutura fundiária, baseada em grandes áreas, fez com que em 1822 quase todas as terras já tivessem sido doadas. As terras que sobravam estavam muito longe e isoladas dos centros populacionais. Conforme Torronteguy (1994) uma minoria senhorial era proprietária e o Estado não tinha mais terras para ceder.

Em 17 de julho de 1822⁸ foi extinto o sistema de doação das sesmarias. Este fato “congelou” a estrutura fundiária que já estava estabelecida. De acordo com Torronteguy (1994) as áreas que estavam ocupadas eram inquestionáveis e aqueles que quisessem terras, daí em diante, só poderiam fazê-lo através da ocupação de terras improdutivas. Iniciam-se, portanto, alguns conflitos entre os estancieiros com os antigos tropeiros, com alguns soldados desmobilizados e com mestiços indígenas que se transformaram em posseiros.

⁷ O ciclo de Guerras é descrito por Targa (1996), Ferreira Filho (1958), Dacanal e Gonzaga (1979), Veríssimo da Fonseca (1982), Barbosa (1983), Fonseca (1983), Flores e Flores (1993), Pesavento (1994) e Ribeiro (1996). Esta citação adquire importância neste trabalho, no sentido de demonstrar a constante instabilidade e as necessidades de esforços de guerra que os estancieiros e seus comandados tinham que despender, além das grandes perdas daí decorrentes que impediam o crescimento e a melhoria dos processos produtivos na pecuária bovina.

- 1811-1814 – forças portuguesas invadem a Banda Oriental.
- 1816 – Artigas organiza a resistência contra os portugueses
- 1820 – Artigas é derrotado
- 1821 – recomeça a resistência no Uruguai
- 1828 – Independência do Uruguai
- 1835 -1845 – Revolução Farroupilha
- 1848 -1851 – Guerra Grande onde o Brasil apóia os caudilhos e intervém no Uruguai
- 1851 -1852 – Guerra com a Argentina derrotando Rosas
- 1864 - 1870 – Guerra do Paraguai
- 1893 -1895 – Revolução Federalista

⁸ Conforme Fontoura (2000:41) a falta de aproveitamento das grandes áreas e a crescente ocupação destas áreas por posseiros em todo o país levaram a Coroa a constatar a necessidade de reformular a forma da cessão da terra. Fontoura explica que a alta concentração de sesmarias na mão de uma mesma pessoa ou de uma mesma família (muitas vezes pressionados pela necessidade de ocupação das áreas devido a Guerra), a compra e venda das concessões e a falta de aproveitamento de extensas áreas levou a Coroa a rever o sistema de concessão de terras. O que houve foi um completo descontrole da Coroa sobre as condições de cedência das sesmarias e do uso da terra o que acabou determinando o seu fim em 1822.

Outro fato importante no estado foi o início da colonização alemã em 1824. De acordo com Ferreira Filho (1958) a preocupação com a forma de povoamento do estado e com a produção agrícola rio-grandense favoreceu o processo migratório organizado. Embora o interesse de ocupação das terras do oeste, tendo em vista os contínuos conflitos e a posse dos estancieiros através das sesmarias, os colonos alemães acabaram se estabelecendo ao longo do Rio dos Sinos, próximo de Porto Alegre (RIBEIRO, 1996). Novamente a Vacaria del Mar não recebeu migrantes devido a sua situação de instabilidade.

Segundo Lessa (1984), as características dos alemães, sua proximidade ao mercado de Porto Alegre e suas habilidades nas técnicas de curtição do couro e na agricultura colonial deram uma nova forma e estabeleceram um desenvolvimento diferenciado daquele existente até então no estado. Lessa afirma que ao contrário da ocupação portuguesa e espanhola, que se fizera em torno do acampamento militar ou em torno do galpão de estância, este novo modelo se estabeleceu em torno da casa de comércio e de produtos elaborados. Houve, portanto, uma grande diferenciação de ocupação da terra e da cultura desta região em relação à Campanha.

Pesavento (1994) afirma que, ao contrário da ocupação da terra da fronteira baseada em sesmarias, os colonos alemães receberam 77 ha naquelas colônias estabelecidas em 1824 e 48 ha nas estabelecidas em 1848. E, ainda que, também receberam estímulos para incrementarem uma agricultura baseada em lavouras produtoras de alimentos em pequenas áreas com o desenvolvimento secundário da industrialização.

Inicia assim a formação da agricultura familiar que tem sido descrita em diversos trabalhos e que tem sido reconhecida como importante para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. As atividades principais foram, inicialmente, a agricultura de subsistência diversificada com o uso da mão-de-obra familiar.

Fontoura (2000) explica que o vazio criado entre o fim da concessão das sesmarias e a promulgação da Lei de Terras em 1850, foi preenchido pela Guerra dos Farrapos, o que contribuiu para reforçar a situação do estancieiro-militar e seu acesso ao poder de um lado, e de outro, o peão-soldado não-proprietário de terras e fora das instâncias de poder.

Torrenteguy (1994) afirma que a Revolução Farroupilha, além de se constituir em uma guerra de caráter interno do Brasil, também é considerada como uma

revolução de caráter interno, no próprio Rio Grande do Sul. A região da Campanha, palco das principais lutas, isolou-se das demais, devido à posição, quer política (o Litoral, de origem lusitana manteve-se fiel ao Império), quer geográfica (a Serra com sua escassa população e vegetação fechada afastava os possíveis interessados em lá se estabelecerem). Houve um reforço no poder político e econômico dos estancieiros.

Segundo o autor, é nesta época que surge o caráter de guerreiro vitorioso do gaúcho que contribuiu na formação da sua identidade heróica. Após as lutas armadas, os proprietários saíram beneficiados agregando gados e honrarias enquanto que os peões nada receberam ou conquistaram. A recompensa do peão-soldado foi o título de herói, que materialmente nada significava, mas que “recompensava” os guerreiros com a ilusão de que a posteridade não os esqueceria. Isto é o que Gonzaga (1980:118) denomina de “*implantação do mito*” sendo o gaúcho peão considerado como herói. Surge, e fica preservado até a atualidade, o gaúcho como um termo de significado honroso. A guerra, entretanto, aumentou mais a distância sócio-econômica entre o mundo dos proprietários e os não-proprietários.

Fontoura (2000) acrescenta outro fato importante ocorrido nesse século. Em 1850 foi aprovada a Lei de Terras que proibiu a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra determinando prazo para a demarcação das áreas já ocupadas. Isto, ainda segundo Fontoura, fortaleceu a posição dos estancieiros como uma elite influente política e militarmente, pois se trata de um período de guerras no estado, nas quais, os estancieiros têm importante participação.

César (2005), Franco (1952), Torronteguy (1994) e Pesavento (1986) abordam outro fato que teve repercussão na constituição econômica e social do estado. Trata-se do cercamento dos campos com os aramados. César (2005) faz referência às tentativas realizadas pelos estancieiros para estabelecer os limites das estâncias com valos, cercas de gravatá, cercas de pedra, cercas de tunas ou com os “varejões”⁹. Entretanto, segundo o autor, as cercas divisórias com emprego do aramado foram utilizadas no Rio Grande do Sul a partir do fim do século XIX. E isto provocou duas conseqüências que tiveram importante impacto econômico e social no estado.

⁹ Torronteguy (1994:55) explica que varejão eram cercas de varas grossas de madeira juntadas uma a uma por cipós.

A primeira consequência, conforme Franco (1952) foi que a pecuária ganhou impulso especial, após 1870, com a paulatina introdução de cercas divisórias o que provocou a melhoria do manejo e a simplificação das tarefas campeiras. Gonzaga (1980) reforça a constatação desta consequência econômica ao afirmar que as lides da pecuária simplificaram-se muito causando a diminuição da necessidade da mão-de-obra e abrindo a possibilidade de mudanças técnicas no processo produtivo.

A segunda consequência é exatamente relacionada a esta diminuição da mão-de-obra. O cercamento dos campos provocou uma alteração das relações sociais do campo, de acordo com Franco (1952). Houve a redução da necessidade dos empregados nas estâncias tendendo a desaparecer figuras como os posteiros e os agregados. César (2005), Torronteguy (1994) e Gonzaga (1980) afirmam que a implantação do aramado representou o fim dos campos abertos, o fim do gado xucro e das possibilidades de sobrevivência fora do trabalho assalariado para os gaúchos que vagavam pela Campanha. Conforme Gonzaga desaparece a possibilidade de sobrevivência fora da ordem capitalista.

César (2005) afirma que o aramado conformou um novo conceito de propriedade acentuando o exclusivismo dos proprietários, permitindo então investimentos em melhorias produtivas, organização e maior regularidade de comercialização dos rebanhos bem como a sedentarização e a diminuição da peonada. Torronteguy define que o aramado representou o fim de uma situação social entendida como “liberdade”, para marcar o início de uma sociedade estruturada em classes *“separando cada vez mais os mundos dos grandes proprietários daqueles que ficaram do lado de fora dos campos cercados, os não proprietários”* (TORRONTÉGUY, 1994:56). Além disso, estabeleceu a necessidade de compensações não-econômicas como o reconhecimento do heroísmo e o estabelecimento do “mito do gaúcho”. Conforme César (2005) o cercamento das estâncias marca a definição concreta do espaço físico do caudilho e ao mesmo tempo faz com que, o gaúcho-peão, *“o vago, o celebrado monarca enrede-se nos fios de arame”* (CÉSAR, 2005:137).

Estas mudanças são pontos iniciais, no que define Xavier (1952), como a diferença entre a estância e a fazenda. Segundo o autor, a estância era um *“complexo familiar e comunal aplicado à criação que se constitui a linha mestra do desenvolvimento econômico desta região”*. E, ainda acrescenta que a estância está ligada ao tipo de produção rural que corresponde a um determinado momento e a

um determinado “modo de vida”. Apresenta a estância como “*decorrente da comunidade formada em torno de uma família – a do estancieiro*”. Já a fazenda é entendida como a “*simples exploração da propriedade rural sem vínculos comunais ou familiares*”. E que há uma trajetória de transformação da estância em fazenda que se alonga no tempo “*numa série de superações técnicas e de vínculos comerciais*” (XAVIER, 1952:75). Ou seja, o autor defende a idéia de que há uma diferença entre a estância e a fazenda sendo a primeira muito além da exploração comercial constituindo-se em um “modo de vida”¹⁰ enquanto que a fazenda é uma unidade de produção comercial que têm graus diferenciados de produção e de relações mercantis que não consideram as ligações extra-econômicas que caracterizavam as relações vividas nas estâncias. É o avanço do capitalismo nas estâncias. Entretanto, esta transformação, ainda de acordo com Xavier (1952), alonga-se no tempo em suas mudanças técnico-produtivas e mercantis (conforme afirma Ploeg, 1990 os processos de mercantilização não se completam inteiramente).

A estância passa, então, a se transformar paulatinamente em fazenda ou em “estância capitalista”. Entretanto, cabe ainda ressaltar a enorme importância que esta herança cultural, econômica e social teve, e tem, na conduta dos estancieiros e nos seus sucessores bem como nos peões e agregados.

4.1.4 A Estância capitalista

A estância capitalista estabeleceu mudanças na sua própria constituição, nos seus métodos de trabalho, nas suas relações assalariadas e nas suas relações mercantis.

As áreas cercadas exigiam menos gente o que provocou a diminuição da “população” das estâncias. Fontoura (2000) descreve também a transformação ocorrida nas relações pessoais com o distanciamento entre patrões e empregados. Se antes o estancieiro e seus empregados estabeleciam uma relação em que a distância social era pequena e os estilos de vida semelhantes, a estância capitalista

¹⁰ Termo utilizado pelo autor p.75.

aumentou esta distância. Segundo Fontoura, o estancieiro ficava mais rico com a valorização do preço do gado e os peões empobreciam com a desvalorização real dos seus salários.

De acordo com Xavier (1952) com o cercamento das estâncias e as contínuas divisões das áreas por heranças já era possível que apenas o capataz e alguns poucos peões pudessem realizar os serviços. A estância se tornaria, segundo o autor (p.83), uma *“colméia de trabalho voltada para a economia mercantil, e desaparecia a economia natural pelo desligamento progressivo da família (do estancieiro), transferida para os centros urbanos”*. A fixação do estancieiro na cidade aconteceu gradualmente sendo o seu tempo vivido na área rural cada vez menor afastando-se também das lides campeiras. Foi, conforme Xavier, uma mudança onde a estância tornava-se, gradativamente, fazenda.

Fontoura (2000) descreve que as estâncias da Campanha continuaram a se especializar aprimorando as raças e comercializando o gado em pé. Esta situação passou do final do século XIX para o século XX, em um período de riqueza da estância juntamente com o desenvolvimento das charqueadas até a chegada da indústria frigorífica.

No final do século XIX, de acordo com Pesavento (1994), agrega-se na formação do Rio Grande do Sul, o elemento italiano, com a implantação, na Encosta Superior do Nordeste, das primeiras colonizações. Segundo Pesavento, os italianos chegaram à província em situação de desvantagem se comparada com os alemães. As melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes ainda menores (25 ha) na encosta da Serra, próximos dos alemães e mais uma vez distantes da fronteira conflituosa. Assim como os alemães, os italianos também se dedicaram a atividades agrícolas e de beneficiamento. Conforme Barbosa (1983) os italianos dedicaram-se à extração de madeira, à produção de vinho, à produção de milho e à criação de suínos para a fabricação de banha.

A localização dos italianos também se deu nas áreas ainda desabitadas e não tão distantes e desprotegidas, uma vez que a fronteira já estava tomada pelos fazendeiros e em constante conflito. Surge no estado, mais uma região com ocupação da terra alicerçada sobre as pequenas propriedades com trabalho familiar dando também origem, juntamente com outras regiões, ao que Navarro (2002:07) denomina de *“o mais sólido maciço de agricultura familiar brasileira constituído nos últimos 150 anos”*. Navarro complementa afirmando que os alemães e italianos,

embora distintos na sua vertente étnica, estruturaram-se de forma semelhante no que se refere à estrutura fundiária, às opções produtivas e ao uso da mão-de-obra familiar. Além disso, as diferentes vias de transformação social e econômica no decorrer do tempo fizeram emergir nesta região o crescimento da industrialização. Acentua-se, a partir daí, a diferenciação entre a região nordeste e o sul do estado. E acentua-se a idéia de que no sul não existiriam pequenas propriedades e nem agricultura familiar.

Freitas e Konzen (1983), Bandeira (1994), Pesavento (1994), Kliemann (1986) e Tambara (1983) relatam ainda um último movimento de ocupação da terra do Rio Grande do Sul, descrito como “enxamagem”¹¹, onde os descendentes dos imigrantes europeus assentados na região nordeste passaram a ocupar as terras, ainda devolutas, existentes no Alto Uruguai. Foram formadas as “colônias novas” que ocuparam as matas e, de acordo com Freitas e Konzen, estendiam-se até onde iniciavam os campos já ocupados com as criações de gado.

As estâncias capitalistas do sul, por outro lado, tinham seu vínculo mercantil com as charqueadas. De acordo com Fontoura (2000) e Pesavento (1986) como o charque destinava-se a alimentação dos escravos das lavouras tropicais, o seu preço não poderia aumentar sob pena de comprometer as suas rentabilidades. Conforme ainda Pesavento (1994) o estancieiro era fornecedor de matéria-prima para a charqueada e, como tal, achava-se na dependência dos preços oferecidos pelos charqueadores. Desta forma, não havia estímulo (nem necessidade) para a realização de grandes investimentos e de modificações nas formas produtivas da estância na busca de mais tecnologia e produtividade. Este desestímulo provocava a utilização de princípios sanitários inadequados, com altas taxas de mortalidade e o abate de matrizes. E assim permaneceu até a instalação dos frigoríficos multinacionais, por volta de 1917, que compraram as charqueadas e as transformaram para a atividade frigorífica. Entretanto, nos aspectos produtivos das estâncias, algumas alterações foram realizadas com a introdução de reprodutores de raças européias e com o maior cuidado com a saúde dos animais, inclusive com o surgimento dos primeiros banheiros carrapaticidas.

¹¹ Bandeira (1994:13) explica que após uma ou duas gerações o crescimento acelerado da população das regiões coloniais mais antigas, onde a fronteira agrícola havia se esgotado rapidamente, obrigava um contingente de jovens a emigrar em busca de novas terras (lançando “novos enxames”).

A diferenciação entre as Metades Sul e Norte, iniciada com as diferentes formas de colonização, acentua-se com as conseqüências da guerra e com a rudimentaridade nas formas produtivas de exploração do gado.

Sobre a possibilidade de sobrevivência dos pequenos produtores na Metade Sul, César (2005), afirma que o pequeno produtor rural sentindo-se impotente para incorporar as melhores conquistas da técnica e faltando-lhe dinheiro para *“lançar gado de raça nos seus pequenos poteiros ele vende seus campos e emigra também para os grandes centros, em busca de trabalho mais compensador”* (CÉSAR, 2005:138). E também D’Ávila (1958:138) descreve que os possuidores de pequenas áreas de terra *“com seus campinhos fracos, impotentes para a sobrevivência, inadequados para o pastoreio pelos antigos sistemas, acabando corridos a dinheiro pelos vizinhos fortes sem outra alternativa”*. Ou seja, do ponto de vista dos autores, não havia a possibilidade de permanência dos pequenos produtores nesta região.

Enfim, neste período, está praticamente definida a ocupação da terra do Rio Grande do Sul se caracterizando em três regiões distintas (Figura 6) conforme Fonseca (1983):

- a Campanha, de ocupação ibérica sendo a terra obtida na base da conquista militar e de defesa, onde se desenvolveu a criação de gado nas estâncias com economia predominante de pecuária (cita como municípios típicos desta região Bagé, Dom Pedrito e Quaraí, entre outros);

- a Serra, de colonização organizada e recente de imigrantes alemães e italianos, baseada em pequenas propriedades com lavouras de subsistência e suínos e com a utilização de mão-de-obra familiar;

- o Planalto, também de ocupação recente, com uma pecuária desenvolvida ao lado das lavouras (devido as suas condições de campos mais rudes), com presença de grandes propriedades, mas com predominância das pequenas e médias.

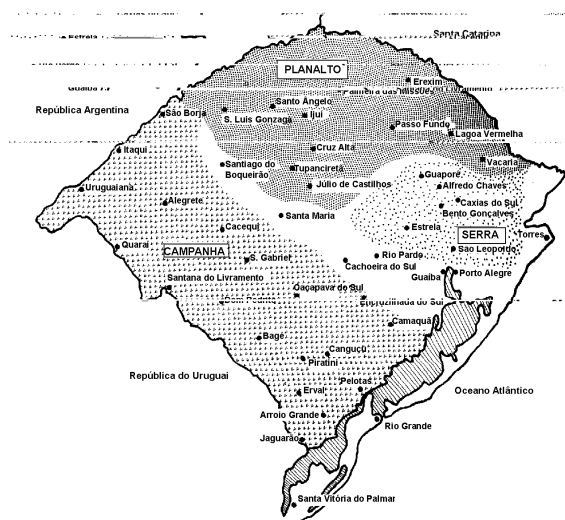


Figura 6. Rio Grande do Sul - regiões econômicas do fim do século XIX.
FONTE: Fonseca, 1983, p.28.

De acordo com Heidrich (2000) e Pereira (2006) havia no Rio Grande do Sul, no início do século XX, uma crescente diferenciação entre a economia pastoril (baseada na grande propriedade territorial nos moldes de exploração extensiva de gado bovino) e a economia policultora (baseada na produção diversificada de subsistência e de comercialização de excedentes das pequenas unidades de produção). Inicia-se, o que o autor chama de *“inflexão da curva”*, com o fortalecimento do mercado regional interno no norte/nordeste minifundiário em oposição à produção de carne bovina, marca tradicional do sul, que se enfraquece. Há o que Fonseca (1983) denomina do início da estagnação da Campanha frente a Serra e ao Planalto.

Assim, no final do século XIX e início do século XX, a situação do estado começa a se delinear com uma diferenciação econômica e social entre as regiões que aumenta a partir deste período. O que importa para este trabalho é acompanhar e descrever a trajetória de parte da Metade Sul na busca da compreensão do surgimento dos pecuaristas familiares.

4.2 A evolução da agricultura e as mudanças na estância gaúcha

No Rio Grande do Sul, neste período (fim do século XIX e início do século XX), havia 124.990 estabelecimentos ocupando 18.578.923 ha, o que representava cerca de 75% da área disponível no estado (FEE, 1981). Houve também o crescimento da quantidade de gados (bovinos, ovinos e eqüinos) conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Efetivo dos rebanhos, por espécie, no Rio Grande do Sul – 1890, 1894, 1908 e 1920.

Rebanhos	1890	1894	1908	1920
Bovinos	1.253.467	3.924.683	5.659.768	8.489.496
Ovinos	822.795	887.294	3.150.800	4.485.546
Eqüinos	505.931	637.190	777.362	1.406.809

Fonte: FEE, 1981:191 e 193.

Nota-se que houve um enorme incremento no número de todos os rebanhos. Os anos da I Guerra Mundial, conforme Pesavento (1994) proporcionaram um período de euforia para a pecuária gaúcha criando uma demanda pelos seus produtos, ativando as exportações e melhorando os preços. O maior valor do gado constituiu-se em um estímulo para que houvesse um período de melhorias e investimentos dando um impulso aos seus métodos de criação e incrementando as mudanças produtivas da estância.

De acordo com Fonseca (1983), o Rio Grande do Sul no período pós-Guerra, além de ser destaque na criação bovina (tinha a maior população bovina do país com cerca de 8 milhões de cabeças - 25% do rebanho total) começava a se destacar na criação de ovinos (tinha a maior população ovina do país com cerca de 4 milhões de cabeças o que significava 58% do rebanho total). De certa forma, este número significativo de ovinos (e conforme Fonseca, p. 45, a população de ovinos estava 87% na região da Campanha) contribuiu para a manutenção de um número maior de ocupações na parte sul do estado devido à maior exigência dos ovinos em cuidados e, portanto, de necessidade de mão-de-obra. Estes ovinos produtores de lã possibilitaram também que o estado fosse o maior produtor de lã do país (com 97%

da lã total) sendo a sua maior parte oriunda da Campanha. A tosquia, embora fosse uma atividade sazonal, realizada na primavera-verão, era altamente exigente em mão-de-obra absorvendo ainda contingentes significativos de trabalhadores. Além disso, a lã constituía-se em importante fonte de receitas aos estancieiros.

Nocchi (2003) reforça esta afirmativa descrevendo que a entrada da lã rio-grandense nos países em conflito da I Guerra Mundial aumentou a procura pelo produto com a conseqüente suba dos preços o que acarretou um estímulo a esta criação. Nocchi (2003) e Gonçalves e Garcia (2004) afirmam que, deste período em diante (até a década de 80), a ovinocultura adquiriu grande expressão econômica e social nas estâncias sendo que a receita obtida com a venda da lã respondia pela despesa da estância. Isto é, os custos com a operacionalização da estância eram todos pagos pela venda da lã ficando as receitas obtidas com a venda dos bovinos para investimentos em mais terra ou em outra atividade.

Sobre a ovinocultura, como elemento agregador de receita, Nocchi (2003) refere ainda que para as pequenas e médias propriedades representava uma enorme possibilidade de sobrevivência e de utilização de mão-de-obra, pois 70% da mão-de-obra rural era dedicada à ovinocultura.

Fonseca (1983) afirma que, embora as quantidades de lã exportadas pelo estado tenham quadruplicado entre 1907 e 1927, não foi um produto capaz de “*ser o substituto do charque ou do couro*” e não permitiu que fosse um produto capaz de “*impulsionar com dinamismo a economia da Campanha*”.

A Campanha destacava-se também, nesse período, pela criação de eqüinos, que era componente essencial para a execução das atividades pastoris das estâncias além de ser importante veículo de transporte e de guerra. O Rio Grande do Sul possuía o maior rebanho eqüino do Brasil (27% do total) e este estava também em sua maior parte na Campanha.

Assim, neste período, a estância da Campanha possuía uma “diversificação” baseada na combinação da criação de bovinos de corte com ovinos de lã, em maior ou menor proporção, em pastoreios conjuntos e extensivos em áreas de pastagens nativas tendo no cavalo uma importante e indispensável “ferramenta” de trabalho. As lavouras de grãos eram atividades secundárias realizadas em pequenas áreas para abastecimento da estância e venda de algum excedente.

A estrutura fundiária do estado já apresentava mudanças em relação aos dados anteriores apresentados na Tabela 2. Estas mudanças são fruto das

alterações ocorridas no século XIX com a chegada dos migrantes europeus e o partilhamento da terra nas proximidades de Porto Alegre e na Serra. Aparecem cerca de 90% dos estabelecimentos com menos de 200 ha, embora ainda ocupassem apenas 23,8% da área. Possivelmente, também reflete a sub-divisão das grandes estâncias e a existência de outros processos de formação das pequenas propriedades na região sul.

Tabela 3. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1920.

Grupo de áreas (ha)	No. de Estabelecimentos	%	Área ocupada	%
Até 100	104.529	83,6	3.303.518	17,7
100-200	7.790	6,2	1.141.055	6,1
200-1.000	9.192	7,3	4.204.906	22,6
1.000-2.000	1.884	1,5	2.677.121	14,4
2.000-5.000	1.200	0,9	3.681.384	19,8
5.000-10.000	301	0,2	1.984.031	10,6
+ de 10.000	94	0,0	1.586.908	8,5
Total	124.990	100	18.578.923	100

Fonte: FEE (1981:195)

O período pós I Guerra configurou-se com uma nova crise econômico-financeira, a partir da rearticulação da economia europeia e do recuo da demanda mundial, com o retraimento do consumo de carnes, fazendo com que os frigoríficos diminuíssem a matança e baixassem os preços (PESAVENTO, 1994). As estâncias da Campanha, conforme descreve Fonseca (1983), eram aquelas que tinham as maiores quantidades e os melhores gados bovinos e que acabaram se tornando as maiores prejudicadas.

Há em 1923¹², de acordo com Ferreira Filho (1958), Pesavento (1994) e Heidrich (2000), outra crise política no estado que acaba em nova movimentação armada acarretando novos prejuízos para a região da Campanha. Os prejuízos foram enormes com a devastação dos rebanhos e a destruição de propriedades.

De acordo com Herrlein Jr. (2002) o sistema econômico da pecuária de corte começa a perder a importância relativa para os produtos coloniais embora ainda o charque e o couro fossem significativos em termos de volume exportado. O autor ressalta que a estância experimentou uma *“lenta transformação com a crescente*

¹² Eclode a Revolução de 1923, organizada pela oposição que exigia a derrubada de Borges de Medeiros e a revisão da Constituição positivista do estado.

mercantilização dos meios de vida” através da *“desarticulação de sua produção de subsistência”* (HERRLEIN, Jr. 2002:06).

Outra conseqüência decorrente desta situação foi a crescente migração para as cidades da Campanha de contingentes de homens “excedentes” na nova vida das estâncias. A redução do número necessário de peões e tropeiros para a realização das tarefas pastoris nas estâncias aumentou a migração para as cidades da Campanha.

Alguns autores¹³ registram que na década de 20 inicia-se a expansão da cultura do arroz irrigado no estado, constituindo-se uma “cultura específica” diferente do resto da produção agrícola gaúcha. Segundo os autores a lavoura de arroz inicia na região central do estado, nas proximidades do rio Jacuí e nos municípios do litoral próximos a Lagoa dos Patos, incrementando as relações de arrendamento e de utilização de técnicas (irrigação) e de implementos *“mais modernos”*. A lavoura de arroz seria a primeira a ser conduzida em moldes capitalistas, com a introdução do assalariamento do trabalho e com intensividade em capital. De acordo com Pereira (2006:06) a cultura do arroz produziu uma articulação sólida entre *“agricultura, indústria e capitais comerciais na atividade de plantio, beneficiamento e comercialização da produção”*.

Silveira (1996) afirma, ao descrever as modificações do Rio Grande do Sul a partir de 1920, que havia no estado uma regionalização fundamentada nas diferentes formas de ocupação da terra:

- pecuário-militar – que se estendia pela Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central e margens da Lagoa dos Patos;
- imigração e colonização – em pequenas propriedades nas áreas próximas de Porto Alegre e no nordeste do estado;
- áreas de rizicultura – na Depressão Central e nas margens da Lagoa dos Patos onde se estabeleceram as lavouras de arroz.

Verifica-se que, na maior parte das descrições realizadas pelos diferentes autores não se faz referência a presença de pequenas propriedades na parte Sul do estado considerada de ocupação pecuário-militar alicerçada no “latifúndio”. Os dados dos municípios deste estudo referentes à distribuição fundiária de 1920 apresentados na Tabela 4, entretanto, permitem estabelecer outras constatações.

¹³ PESAVENTO (1994), TAMBARA (1983), SILVEIRA (1996), HERRLEIN JR. (2002) e PEREIRA (2006).

Tabela 4. Distribuição da propriedade territorial nos municípios de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí no ano de 1920.

Grupo de áreas (ha)	Estabelecimentos											
	Bagé				Dom Pedrito				Quaraí			
	No.	%	Área (mil ha)	%	No.	%	Área (mil ha)	%	No.	%	Área (mil ha)	%
Até 100	374	42	16	3	374	46	15	3	198	41	8	3
100-200	139	15	22	4	107	13	16	3	71	15	10	3
200-1.000	256	28	124	24	214	26	97	21	151	32	91	31
1.000-2.000	70	8	97	19	67	8	94	20	24	5	33	11
2.000-5.000	51	6	147	28	46	6	138	30	23	5	78	27
5.000-10.000	13	0,9	90	17	7	0,8	54	12	5	1	34	12
+ de 10.000	1	0,1	19	5	3	0,2	50	11	3	1	39	13
Total	904	100	517	100	818	100	468	100	475	100	296	100

Fonte: FEE (1981:196-197)

Esta Tabela mostra que as pequenas propriedades já estavam presentes em grande número, em 1920, nos municípios da Metade Sul tidos como de latifúndio (é verdade que em área ocupada pouco significavam) e onde não haveria agricultura familiar. As áreas tidas como inviáveis economicamente (até 200 ha) por diversos autores, por sua pouca escala e por “*seus campinhos fracos*” representavam 57% do total dos estabelecimentos de Bagé, 58,7% de Dom Pedrito e 56,5% de Quaraí embora ocupassem 7,4%, 6,8% e 6,3% das áreas totais, respectivamente. É verdade que havia concentração da posse da terra ainda oriunda das sesmarias distribuídas para a ocupação produtiva e de defesa.

Os dados mostram que áreas superiores a 5.000 ha, embora representassem 1,4% dos estabelecimentos de Bagé, 1,1% de Dom Pedrito e 1,6% de Quaraí ocupavam 21,3%, 22,4% e 24,9% da área total destes municípios¹⁴, respectivamente.

¹⁴ Sobre o Censo de 1920, Silveira (1996:251) apresenta algumas dificuldades de confiabilidade e de conceituação sobre o que é um estabelecimento o que poderia alterar os resultados. Os estabelecimentos agropecuários eram considerados “*somente aqueles que ultrapassam a renda anual de 500\$000 réis e que apresentam objetivo comercial, ainda que seja indiferente quanto à continuidade ou não das terras*” (SILVEIRA, 1996:251).

Farinatti (2005) é dos poucos autores que faz referência a existência de um grupo de pequenos produtores já neste período. Conforme ele, embora a maioria dos trabalhos sobre a Metade Sul aponte para a existência de uma dicotomia entre os grandes estancieiros e os seus peões, a sua constatação é de que havia uma realidade agrária bem mais complexa neste período¹⁵.

Farinatti (2005) aponta a existência de quatro grupos de criadores¹⁶ (além de outros tipos de produtores que se dedicavam às lavouras):

a) Os grandes estancieiros – que tinham mais de 2.000 cabeças de gado de corte que *“alcançavam um vulto produtivo digno da imagem tradicional dos grandes estancieiros”* muitas vezes em mais de um estabelecimento (18% dos produtores estudados detinham 58% do rebanho bovino);

b) Os estancieiros - que tinham entre 1.000 e 2.000 cabeças de gado de corte (11% dos produtores detinham 22% do rebanho bovino);

c) Os médios criadores – que tinham entre 500 e 1.000 cabeças de gado de corte (13% dos produtores detinham 10% do rebanho);

d) Os pequenos criadores – que tinham menos de 500 cabeças de gado (30% dos produtores detinham menos de 8% do rebanho bovino). Farinatti registra que esses produtores no *“melhor dos casos, poderiam marcar de 100 a 125 crias por ano”*.

e) Os criadores com menos de 100 cabeças – que embora representassem 23% dos produtores e cerca de 4% do rebanho bovino não eram reconhecidos, e nem ao menos identificados, como criadores, pois este não era um termo adequado *“para designar qualquer dono de um rebanho daquelas dimensões”* (FARINATTI, 2005:10).

De acordo com o autor ao juntar os dois últimos tipos de produtores, os identificados como *“menos afortunados”*, estariam 57% dos produtores com menos de 12% do rebanho bovino caracterizando os “pequenos criadores”.

Farinatti (2005) analisa o comportamento destes pequenos criadores ao afirmar que a criação em “pequena escala” exigia uma lógica econômica diversa da grande pecuária, a partir da mão-de-obra que ela exigia. Segundo o autor aqueles que criavam até 500 reses poderiam manter a produção pecuária com trabalho

¹⁵ O trabalho de Farinatti se refere ao município de Alegrete no final do século XIX a partir de análises realizadas em inventários.

¹⁶ Os nomes dados para identificar os grupos de criadores não são de Farinatti, mas sim, a partir da sua descrição foram adaptadas por este autor.

familiar ou com o emprego de apenas um trabalhador (ou, no máximo, dois trabalhadores regulares). Acrescenta que necessitavam de mão-de-obra eventual apenas nos eventos da marcação e castração. Conforme Farinatti isto *“reduzia em muito os custos anuais de operação desses estabelecimentos e submetia suas condições de reprodução e sua viabilidade a critérios diversos daqueles que eram válidos para as grandes estâncias”*. Ou seja, mesmo naquela época e numa região dominada pelas grandes propriedades *“esses senhores de terras, de gado e de homens não estavam sozinhos”* e sim, pelo contrário, a maioria absoluta dos produtores era de medianos ou pequenos criadores baseados na mão-de-obra familiar. Farinatti (2005:11) conclui que embora concentrassem uma parcela muito modesta do rebanho, eles eram socialmente muito representativos. Além disso, destaca a necessidade de que os criadores de gado não sejam tratados de forma *“monolítica”*. Trata-se da constatação da presença de pecuaristas familiares já identificados naquele período.

As diferenciações regionais internas do estado se acentuam a partir da década de vinte. Bandeira (1994) analisa este processo de diferenciação. Atribui como causas do declínio da região sul os seguintes fatores:

1) Especialização das atividades produtivas primárias – a bovinocultura de corte se caracterizou como a atividade predominante na região. Afirma o autor que a lavoura que se expandiu foi a do arroz irrigado sem se caracterizar como uma *“diversificação”* plena.

O autor atribui esta especialização na bovinocultura de corte, e a sua permanência no decorrer do tempo, basicamente aos seguintes fatores:

a) Distribuição fundiária – as estâncias, compostas de grandes áreas, mesmo com baixas rentabilidades por área, mesmo com más administrações, baixas produtividades e baixas tecnologias possibilitavam que seus proprietários assegurassem a manutenção de um bom padrão de vida pela escala de vendas que conseguiam realizar. Isto levava os estancieiros a dois comportamentos (que, de certa forma, permanecem até hoje no comportamento dos pecuaristas): a fuga do endividamento e a pouca disposição para enfrentar riscos na busca de novas alternativas de exploração, o que Bandeira (1994) define como um certo atrofiamento da capacidade empresarial. Ou seja, o custeio e os investimentos da exploração devem ser cobertos com os recursos próprios, sem a busca de empréstimos. Assim, em momentos de preços baixos do boi (principal produto

mercantil da estância) havia uma redução das despesas, mesmo àquelas referentes ao custeio e à manutenção da estância e ao seu funcionamento. Ou seja, em períodos de crise eram diminuídas as despesas na própria atividade bovina. Desta forma, mais restritos ainda eram os investimentos em diversificação com outras atividades desconhecidas e com mercado incerto. O autor acrescenta que a predominância das grandes áreas pode ter contribuído para a formação na região da Campanha de uma cultura empresarial *“conservadora, avessa a riscos e pouco propensa a inovações”*.

O autor faz referência ao destino que estaria reservado aos pequenos proprietários que também eram especializados na produção bovina. Bandeira (1994) afirma que os pequenos proprietários quando pressionados pela crise vendiam o gado e os campos (ou os arrendavam) e iam para a cidade. Lá, despreparados para iniciarem uma nova atividade econômica no meio urbano davam início a um *“processo de empobrecimento que levava seus descendentes, após uma ou duas gerações à proletarização e até mesmo à miséria”*¹⁷. De acordo com o autor os pequenos pecuaristas seriam inviáveis e seu destino seria, inexoravelmente, a pobreza nas periferias das cidades (BANDEIRA, 1994:20).

Isto, de fato, aconteceu com um grande número de pecuaristas. Desta forma, estes exemplos de exclusão acabaram influenciando a conduta dos pecuaristas, que permaneceram no campo e na atividade da bovinocultura de corte, de uma maneira que passaram a ter uma grande aversão ao endividamento e ao risco preferindo se sujeitar a obter receitas menores.

b) Inadequação de parte significativa das áreas para a lavoura – ao contrário da Metade Norte, os solos da Metade Sul tem pouca aptidão para as lavouras (segundo o autor menos de 29% dos solos da região prestam-se para o cultivo de culturas temporárias) tendo inclusive grandes áreas completamente inadequadas, como, por exemplo, a Serra do Sudeste, com seus solos pedregosos e parte da Fronteira Oeste, com seus solos superficiais. Além disso, pode-se acrescentar o clima que se caracteriza como de uma região de transição onde, para grande parte das culturas temporárias a região é considerada marginal.

¹⁷ Sobre este processo de exclusão pode-se consultar os romances que compõem a trilogia de Ciro Martins sobre o gaúcho a pé com as obras *“Campo fora”*, *“Porteira Fechada”* e *“Estrada Nova”*. Além disso, pode-se consultar ainda Ivan Pedro de Martins com *“Fronteira Agreste”*.

c) Precariedade de transportes e das comunicações – durante muito tempo esta precariedade serviu de dificuldade para a implementação de outras atividades embora para a bovinocultura não se constitua em um problema intransponível.

d) Ausência de canais de comercialização para outros produtos – segundo Bandeira (1994) mesmo após a melhoria das estradas e caminhos, ainda assim, os canais de comercialização de outros produtos não se desenvolveram obstaculizando a diversificação.

2) Industrialização frustrada:

a) o autor (p. 24) afirma que, para o desenvolvimento de um parque industrial de qualquer região se deve considerar, para fins de análise, dois segmentos: o primeiro, composto por estabelecimentos voltados para as demandas externas da região (como exemplo, as charqueadas e frigoríficos gaúchos) e o segundo, composto de estabelecimentos voltados para as demandas locais ou regionais (como exemplo as primeiras cervejarias ou pequenas metalúrgicas). O autor mostra, a partir disso (p. 25), que a região Sul, com uma economia baseada praticamente na pecuária extensiva sobre uma estrutura fundiária e de renda concentrada, com grande parte da população urbana de baixo poder aquisitivo, não oferecia um mercado favorável para o surgimento de uma indústria diversificada. Ao contrário, as regiões norte e nordeste do estado, com estrutura fundiária baseada na pequena propriedade colonial e uma distribuição da terra mais uniforme, sobre uma agropecuária diversificada, proporcionavam o aparecimento do mercado interno de consumo (BANDEIRA, 1994).

b) O segundo aspecto se refere à falta de capitais e à estrutura de transportes deficiente. A reduzida capacidade de acumulação da pecuária e dos segmentos a ela ligados, associada à escassez de empreendedores também foram fatores restritivos à industrialização. O autor acrescenta, porém, que se realmente houvesse oportunidades para investimentos muito rentáveis apareceriam tanto o capital quanto os empresários até mesmo de fora da região.

Assim, a diferenciação entre o sul e o norte do estado e a “persistência” do sul na exploração da bovinocultura de corte tem razões claras e que tem a sua lógica e sua racionalidade econômica e ambiental¹⁸.

¹⁸ Os novos processos de migração em direção à Metade Sul ocorridos posteriormente e que acabaram de uma forma ou de outra na bovinocultura serão apresentados mais adiante.

Bandeira (1994) realiza uma discussão sobre o comportamento conservador e a pouca disposição de enfrentar os riscos dos empreendedores da Metade Sul que teriam provocado um “atrofiamento” na sua capacidade empresarial. Segundo o autor os pecuaristas se satisfaziam com baixas rentabilidades desde que os riscos fossem também baixos e que as formas de diversificação das atividades se dessem em produções afins à bovinocultura de corte, como a ovinocultura. A este comportamento, tido como *“irracional, atrasado e pouco propenso à inovação”* o autor atribui a sua explicação a partir da distinção entre os tipos de agentes econômicos:

- *“Optimizer”* – o “homem econômico”, o otimizador, que é capaz de escolher em cada situação concreta a melhor, e mais rentável, das opções existentes;

- *“Satisficer”* – aquele que busca soluções satisfatórias, e não necessariamente a mais rentável, considerando a satisfação a partir do nível de aspirações dos indivíduos e do volume de informações de que dispõem.

Conforme o autor (p. 21) os pecuaristas gaúchos como um todo (e não apenas os pecuaristas familiares aqui estudados) seriam, na sua maior parte *“satisficer”* preferindo rentabilidades mais baixas, porém, com bastante segurança. Assim, a adoção de tecnologias de produção que venham trazer custos altos ou de linhas de produção alternativas seria descartada ou seria apenas aplicada quando não trouxesse risco. Este comportamento, segundo o autor, não seria fruto da *“ignorância ou da incompetência dos estancieiros enquanto agentes econômicos”*, mas sim, seria uma *“forma particular de racionalidade que privilegiava a segurança de um rendimento mais baixo ... em detrimento de uma rentabilidade potencialmente mais alta, mas mais perigosa”* (BANDEIRA, 1994:21).

Rocha (2000) reforça esta constatação ao afirmar que é perfeitamente possível justificar a permanência da bovinocultura de corte na Metade Sul do estado a partir do comportamento *“conservador dos estancieiros”*. Segundo Rocha a cultura pecuarista dos estancieiros não era decorrente *“de sua ignorância ou incompetência como agentes econômicos como alguns pregam, mas sim de uma racionalidade específica baseada nas características geográficas da região e na sua formação cultural que era originária principalmente do exército luso”* (ROCHA, 2000:14). A especialização na bovinocultura de corte explorada de forma extensiva refletia, além de uma atividade econômica, uma *“cultura econômica pecuarista”* em quase todo o meio rural da Metade Sul.

Dessa forma, a bovinocultura de corte permaneceu como atividade principal durante o século XX na Metade Sul embora tenha havido o crescimento da lavoura orizícola em áreas onde sua exploração era possível.

O Rio Grande do Sul, de 1945 em diante, tinha uma agropecuária gaúcha diferenciada internamente. Havia o sul com a bovinocultura predominantemente extensiva; havia uma agricultura capitalista crescente de arroz na Depressão Central e próxima a Lagoa dos Patos e havia uma agricultura colonial de baixo nível técnico dos minifúndios (onde estaria a agricultura familiar mais tradicional e reconhecida do estado).

De qualquer forma, nos anos 40 do século XX, a estrutura fundiária e as atividades econômicas refletiam a trajetória da ocupação da terra em que foram fatores decisivos as questões ambientais, políticas, sociais e econômicas.

Pesavento (1994) afirma que durante os anos 40 e 50 a bovinocultura de corte era realizada com a criação extensiva, predominantemente em campo nativo onde o estancieiro colocava no campo tanto gado quanto o campo pudesse suportar. A baixa rentabilidade das estâncias levava a sua descapitalização e esta levava a uma baixa aplicação de capitais. Este círculo vicioso acabava provocando um baixo rendimento. A comercialização do gado se fazia com os frigoríficos de capital estrangeiro que mantinham os preços constantemente baixos.

Alonso (1994) afirma que a evolução tecnológica na pecuária não se deu de maneira generalizada entre os produtores. Atribui isto à difusão mais lenta e ao período de maturação da pecuária de corte que exige mais tempo que a lavoura. De qualquer forma os avanços tecnológicos se restringiam às práticas de manejo, melhorias sanitárias e a adoção de raças européias.

A evolução da economia do estado levou a alterações na estrutura fundiária. Houve, em relação a 1920, um crescimento no número de estabelecimentos como um todo no estado (passando de 124.990 para 286.733 estabelecimentos) com um crescimento também da área ocupada (passando de 18 milhões de ha para 22 milhões de ha). Esta ampliação foi feita a partir do surgimento de novos pequenos lotes e a partir da divisão de áreas maiores.

Houve ainda a diminuição da quantidade das grandes propriedades e suas áreas de ocupação (estabelecimentos com mais de 5.000 ha passaram de 395 ocupando 3,5 milhões de ha ou 19,1% para 298 ocupando 2,3 milhões de ha ou 10,8% da área total) caracterizando, possivelmente, um fracionamento (Tabela 5).

Tabela 5. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul no ano de 1950.

Grupo de áreas (ha)	No. de Estabelecimentos	%	Área ocupada	%
Até 100	258.998	90,3	6.272.405	28,4
100-200	11.599	4,0	1.594.919	7,2
200-1.000	12.548	4,3	5.397.419	24,5
1.000-2.000	2.135	0,7	2.943.155	13,3
2.000-5.000	1.153	0,4	3.438.050	15,6
5.000-10.000	247	0,08	1.608.593	7,3
+ de 10.000	51	0,0	773.722	3,5
Total	286.733	100	22.028.263	100

Fonte: FEE (1981:265-267)

4.2.1 A modernização da agricultura e as repercussões na estância

Heidrich (2000) afirma que nos anos 50 houve um incremento das áreas de lavoura especialmente no Planalto com a substituição da pecuária por lavouras mecanizadas de trigo e, posteriormente, por lavouras de soja. No sul também se expandiu a lavoura a partir de arrendamentos de partes das estâncias que se dedicavam apenas à pecuária. Jansen (2006) afirma que as lavouras aparecem sobre as terras de campo, marcando o início de um novo tipo de relação entre agricultores e pecuaristas, entre a região colonial e a região pastoril.

A autora afirma que *“após séculos, é a primeira vez que se pratica a agricultura (lavouras) sobre terras de pecuária”* com os estancieiros arrendando parte de seus campos (preferentemente aqueles campos com menos aptidão para a pecuária, pois esta permanecia sendo a atividade principal da estância) (JABSEN, 2006:04).

Tambara (1983) destaca que, apesar do avanço das culturas de grãos, a maior parte das propriedades da Metade Sul manteve como sua atividade principal a bovinocultura de corte e que, parte delas, gradativamente avançou em alguns aspectos tecnológicos de produção.

Fontoura (2000) afirma que prevaleceu no Rio Grande do Sul uma bovinocultura de corte definida como *“pecuária tradicional”* que guarda a idéia de uma atividade que *“se desenvolveu do extrativismo”* com pouca capacidade de intervenção do homem sobre os agentes naturais que atuam no processo de produção. Isto é, a atividade de produção se dava muito mais pelos fatores da

natureza com pouca intervenção dos produtores e com pouca adoção de técnicas “modernas” de manejo.

A estância e a bovinocultura de corte, segundo Fontoura (2000), apresentam-se a partir dos anos 60 em dois tipos: a pecuária tradicional (a maioria dos produtores) e a pecuária empresarial (um grupo pequeno de produtores que se modernizou)¹⁹. De acordo com o autor a diferença entre eles pode ser percebida na racionalidade da gestão e nos tempos dos ciclos produtivos. A pecuária tradicional com médias na idade de abate de 4,5 anos é definida como de ciclo longo enquanto a pecuária empresarial tem ciclos que variam entre 16 e 24 meses (ciclo curto).

De acordo com Fontoura (2000) a pecuária dita tradicional (que representava a maioria da pecuária de corte do estado) era aquela que:

- era desenvolvida em grandes áreas com poucas divisões em poteiros;
- dava prioridade para o boi em detrimento das vacas (comprometendo os índices de natalidade);
- era feita em pastoreio contínuo sobre pastagens naturais;
- o gado, na sua maioria, tinha baixo padrão zootécnico com uma mistura de raças;
- havia um cuidado deficiente com a sanidade.

Jansen (2006) descreve que, entre 1965 e 1975, a produção primária gaúcha teve um rápido crescimento devido basicamente às lavouras e principalmente ao cultivo da soja. Em 1970, o Brasil era um dos principais produtores e exportadores mundiais de soja, sendo o Rio Grande do Sul responsável por quase dois terços da produção nacional. Isto acentuou mais as diferenças regionais no estado com uma modificação das formas produtivas e nas atividades, especialmente no Planalto onde a sucessão trigo-soja se estabeleceu e cresceu em área e produtividade. O processo de modernização da agricultura se consolidou nesta região com o crescimento da mecanização, da quimificação²⁰ e da especialização das atividades a partir do crédito subsidiado proporcionando o crescimento da renda agrícola, mas também provocando graves conseqüências ambientais e sociais (JANSEN, 2006:05).

As alterações ocorridas na bovinocultura de corte no processo de modernização, embora tenha permitido um aumento do número de animais por

¹⁹ Percebe-se que Fontoura não estabeleceu uma discriminação, entre os pecuaristas tradicionais, os pecuaristas familiares.

²⁰ Utilização mais intensiva de insumos químicos como adubos, herbicidas, inseticidas e fungicidas.

hectare, não foi suficiente para que houvesse aumento significativo na renda dos produtores.

Fontoura (2000) discute o processo de modernização nas estâncias gaúchas. De acordo com o autor a modernização ocorrida nas lavouras não se expandiu da mesma forma sobre a bovinocultura de corte. A grande parte dos estancieiros não dominava os instrumentos de crédito, tinha receio de investir nas lavouras (medo do risco) e desconhecia as técnicas “modernas” de melhoramento dos rebanhos e das pastagens. Fontoura (2000) lista dois fatores que considera decisivos para a exclusão da pecuária de corte do projeto de modernização:

- pouca tecnologia aplicável (técnica e economicamente) para a diminuição do tempo de produção, que proporcionasse uma diminuição no tempo de abate e tornasse esta atividade viável para pagamento dos créditos, mesmo que subsidiados;

- poucos produtores capazes de gerir seus negócios dentro de uma racionalidade capitalista, de forma a procurar tecnologias e fazer os investimentos necessários para reduzir o tempo de abate.

Fontoura afirma ainda que numerosos produtores neste período “quebraram” por absoluta capacidade de pagamento dos créditos tomados. Isto trouxe também como conseqüência (além das perdas de patrimônio) uma rejeição dos pecuaristas à tomada do crédito e ao risco de novos investimentos, o que se reflete até os dias de hoje sendo a grande maioria dos pecuaristas arredia a busca de recursos financeiros junto aos bancos.

A estância, neste período, já grandemente fracionada através das heranças, apresentava apenas como diversificação a lavoura de arroz em áreas onde isto era possível (terras baixas e com disponibilidade de água para irrigação) através do arrendamento para os granjeiros. Nas áreas onde a lavoura orizícola não era possível a bovinocultura de corte permaneceu predominante.

A estância do fim do século XX e início do século XXI se apresenta com uma formatação diversificada variando desde unidades mais tecnificadas e “modernizadas” até as mais tradicionais nas suas formas de gestão, de produção e de comercialização. Algumas delas passaram ao largo do processo de “modernização da agricultura”. Fontoura (2000) afirma que esses produtores são associados ao *“atraso, ao arcaísmo, ao conservadorismo, à falta de escolaridade, à irracionalidade”* (FONTOURA, 2000:100).

O autor descreve ainda o surgimento de uma nova categoria de estancieiros na Metade Sul que são os profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados e pequenos empresários urbanos). Estes passaram a investir na bovinocultura de corte quase como uma atividade lúdica transferindo recursos das outras atividades e mantendo, conforme Fontoura, na sua maioria, o gerenciamento dos negócios conforme os ensinamentos da pecuária tradicional.

Fontoura (2005) afirma ainda que o parcelamento da terra (especialmente por herança) contribuiu para acelerar o enfraquecimento econômico dos pecuaristas. As décadas de 80 e 90, os sucessivos planos econômicos fizeram com que a pecuária tradicional sofresse um processo de decadência e de redução dos gastos e investimentos. Fontoura afirma também que a chegada do Plano Real e a relativa estabilidade da inflação trouxeram um novo momento para a bovinocultura de corte onde a diversificação não era mais suficiente para evitar a descapitalização.

Fontoura (2000) afirma ainda que a pecuária tradicional não superou o obstáculo oferecido pela diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho nem conseguiu se vincular aos setores urbano-industriais à montante e à jusante. Conforme Fontoura isto fez com que a atividade pecuária tradicional se acomodasse nos *“parâmetros temporais ditados pela natureza, e sua produtividade, ou, a quantidade de mercadoria a ser trocada por dinheiro depende da área povoada pela criação e dos reveses climáticos”* (FONTOURA, 2000:132).

4.2.2 A estância do século XXI e os pecuaristas familiares

Severo e Miguel (2006) afirmam que a relação entre o tamanho do estabelecimento e a disponibilidade de terras mudou significativamente com a repartição das terras pelo processo natural da herança diminuindo progressivamente o tamanho dos estabelecimentos. Isto provocou uma redução no ganho da atividade pecuária nos moldes extensivos. Assim, o aumento da renda passou a ser possível unicamente pela intensificação da produção na pecuária.

Esta divisão deu origem a um grupo significativo de pequenos bovinocultores que passou a trabalhar com mão-de-obra familiar e que mantém a conduta dos pecuaristas tradicionais descritos. Embora tenha havido a diminuição da área não

houve uma intensificação das atividades ou uma diversificação. Os pecuaristas familiares permaneceram praticando a bovinocultura de corte em pequenas áreas nos moldes extensivos “herdados” da estância da sesmaria.

Em trabalho sobre a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS, SENAR/RS e FARSUL, 2005 e MIGUEL et al., 2006) é apresentada a realidade encontrada no início do século XXI. Conforme os resultados apresentados, a maior parte dos bovinocultores de corte do Rio Grande do Sul permanece com poucos avanços nas tecnologias de produção e nas relações comerciais.

O estudo aponta que grande parte dos bovinocultores de corte gaúcho tem um perfil de “pecuarista tradicional”, sendo a pecuária praticada mais por motivos de tradição (26%), satisfação (25%) e por segurança (14%) do que pela busca do lucro (apenas 8%). Além disso, a maior parte das propriedades (70,9%) tem origem na herança familiar.

Sobre investimentos constata-se que os pecuaristas têm como projeto principal a compra de mais terra (35,4%) e de mais gado (25,6%) reforçando a identidade com a atividade e com a continuidade e ampliação das áreas para a mesma atividade. Sobre o processo de decisão para a realização de investimentos verifica-se que os pecuaristas são centralizadores, pois as decisões em geral são tomadas pelo chefe da família, individualmente. O trabalho ainda expõe o desejo dos pecuaristas em permanecerem na atividade (85%) e de que seus filhos prossigam na atividade (68%).

Quanto à condução das estâncias do século XXI, o trabalho constata que o retorno econômico da bovinocultura de corte é significativamente inferior ao retorno econômico das atividades de lavoura. Assim, aqueles produtores que conseguem associar pecuária e lavouras têm uma situação econômica mais favorável. A eficiência econômica, de maneira geral, é baixíssima, denotando, no período de 2003-2004, uma baixa capacidade de remuneração do capital imobilizado.

Quanto aos aspectos produtivos da estância, identificados pela pesquisa, se destacam as seguintes características:

- Genética – grande número de cruzamentos entre raças européias e zebuínas sem uma preocupação com padronização do produto final (foram encontrados mais de 30 tipos diferentes de cruzamentos). Apenas 20% utilizam raças puras ou cruzas entre raças européias.

- Estrutura do rebanho – baixas taxas de natalidade têm proporcionado um alto percentual de vacas em relação ao número de terneiros, baixa pressão de seleção das fêmeas e a existência de categorias que não deveriam existir (como novilhas de 3 anos), baixas taxas de desmame e de desfrute.

- Reprodução – poucos cuidados para a seleção dos reprodutores machos e das fêmeas associados com poucos cuidados sanitários, além de falta de práticas de manejo adequadas (épocas de reprodução e diagnóstico de gestação, por exemplo). Em torno de 16% dos produtores entrevistados, que tem gado de cria, mantém o touro no rodeio durante todo o ano (prática que era utilizada no tempo da estância da sesmaria).

- Sanidade – menos da metade dos produtores entrevistados segue um calendário mínimo de vacinações.

- Alimentação – a maior parte dos rebanhos é alimentada durante todo o ano com pastagem nativa sem qualquer suplementação e com cargas animais elevadas. Apenas 25% dos produtores entrevistados utilizam pastagens cultivadas que ocupam 5% da área total, principalmente com espécies hibernais. As cargas animais encontradas são muito elevadas (1,1 UA/ha) o que, conforme Nabinger (2006) denota pouca consistência técnica nos critérios de ajuste sendo atribuída esta decisão a outros fatores (o gado como mercadoria de reserva, por exemplo).

Conforme Miguel et al. (2006) o conservadorismo dos pecuaristas se manifesta também nas suas ações de comercialização, pois sempre privilegiam critérios pouco arrojados e inovadores em benefício da segurança refletindo “*uma reação ao passado onde são inúmeras as más experiências*”. E, ainda que a conjugação desta série de ações técnicas, comerciais, de investimento, etc acaba por fazer com que, na média, os estabelecimentos pesquisados tenham um péssimo resultado econômico.

De acordo com os autores somente as suas “*motivações de ordem não econômica*”, tais como o apego à tradição e o prazer por realizarem tal atividade (associada à inaptidão edafoclimática para outras utilizações da terra) explicam a sua persistência na atividade. Além disso, esta seria a explicação para que 62% dos produtores entrevistados afirmarem que se tivessem recursos financeiros sobrando, investiriam em pecuária e compra de terras, o que contradiz a queixa geral sobre a crise da bovinocultura de corte e em relação às rentabilidades econômico-financeiras apresentadas.

No que se refere à identidade dos produtores entrevistados os resultados apontam que 11,9% se identificam como pecuaristas familiares (SEBRAE/RS, SENAR/RS e FARSUL, 2005:01). Esta é a única referência que o trabalho faz sobre os pecuaristas familiares englobando-os nos diferentes sistemas de produção identificados e não dedicando espaço maior para a sua descrição.

Enfim, a trajetória da estância gaúcha demonstra que grande parte dos bovinocultores de corte não se “modernizou” mantendo formas produtivas e de comercialização semelhantes ao passado. Apenas, conforme os autores, em torno de 15% dos produtores pratica a atividade de forma empresarial. Os demais (quer utilizem mão-de-obra contratada ou familiar) desenvolvem formas produtivas tradicionais. Estas formas produtivas são dirigidas por processos decisórios que levam em consideração outros valores como a segurança, estabilidade, tradição e satisfação pessoal e não, necessariamente, a busca pelo lucro.

Neste cenário, e a partir desta história, é que se encontram os pecuaristas familiares. A estância gaúcha, a bovinocultura de corte e o ambiente (Bioma Pampa) acabaram forjando um tipo diferenciado de agricultor familiar. Apesar da transformação das estâncias das sesmarias em estâncias menores (onde a produção em larga escala não é mais possível) a bovinocultura de corte permaneceu como a atividade principal. Diminuiu (e em alguns casos terminou) a utilização de mão-de-obra assalariada, mas não se modificou a atividade principal. Apesar da bovinocultura de corte ser considerada uma atividade que exige áreas maiores ou a intensificação da atividade, os pecuaristas familiares permaneceram criando extensivamente em pequenas áreas²¹.

Os pecuaristas familiares têm formas de sobrevivência e lógicas de produção e de reprodução semelhantes às lógicas descritas da agricultura familiar tradicionalmente reconhecida. Apesar disso, não são reconhecidos como categoria social e são vistos e descritos como inviáveis economicamente e, inexoravelmente, condenados a extinção e ao desaparecimento (conforme a previsão feita também para a agricultura familiar conforme foi discutido no Capítulo 2).

²¹ A discussão sobre a origem das unidades familiares da pesquisa é retomada no Capítulo 6 tendo em vista as especificidades encontradas nas regiões onde foi realizado este trabalho.

4.3 Identidade do gaúcho

A região da Campanha do Rio Grande do Sul tem uma identidade específica que influencia os pecuaristas familiares na forma como definem e organizam o seu modo de vida (e que repercutem, necessariamente, nas suas atividades) a partir dos seus valores e objetivos. Conforme Fialho (2005) o processo de formação do território rio-grandense, permeado de disputas territoriais, contribuiu para a construção de uma identidade regional que está presente, até os dias de hoje, nos hábitos e costumes do povo rio-grandense em maior ou menor grau. Desta forma, passa-se a apresentar a noção de identidade e a identidade do gaúcho.

4.3.1 Identidade

De acordo com Gadotti (1991) ao se falar em identidade de uma cultura, deve-se localizá-la num determinado tempo e espaço. Uma identidade étnico-cultural compreende uma certa originalidade, uma diferença, e, ao mesmo tempo, uma semelhança. Para Gadotti, na identidade existe uma relação de igualdade que “*cimenta*” um grupo, uma igualdade válida para todos os que a ele pertencem. O autor afirma que a identidade cultural é o sentimento de identidade de um grupo (ou cultura) ou de um indivíduo na medida em que ele é influenciado pelo seu pertencimento a um grupo ou a uma cultura. Cultura, conforme explica Lazzarotto (1986), é fruto de uma associação da inteligência dos homens e dos tipos de realidades que eles enfrentam. E acrescenta que alguns fatores influem na cultura, mas podem ser modificados pelo homem como o meio físico, a herança étnica e o momento histórico.

Flores (1996:167) afirma que cultura é “*o conjunto de conhecimentos e comportamentos (técnicos, econômicos, rituais religiosos e sociais) que caracterizam uma determinada sociedade humana*”. Para Souza (2007) a identidade cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve o compartilhamento de patrimônios comuns como a língua, a religião, as artes, o

trabalho, os esportes, as festas, entre outros. É um processo dinâmico, de construção continuada, que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço.

A identidade cultural, conforme Souza (2007) é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes. Ou seja, a identidade cultural é algo que permite a cada indivíduo reunir-se emocionalmente e afetivamente a um grupo, *“ao qual se sente pertencer, ou reconhecê-lo como estranho, afastado ou incompatível com a sua própria maneira de estar e de ser”* (SOUZA, 2007:01).

Silva e Souza (2006) afirmam também que, através das manifestações culturais de um povo, pode-se conhecer sua realidade e história, havendo nelas informações que revelam não só juízos de valor, mas também, as questões históricas que levaram a eles. A cultura é uma representação da forma de pensar de um povo, refletindo como este se vê e como percebe o mundo ao seu redor. Nesse sentido, afirmam os autores que o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado sendo o *“herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam”* (SILVA E SOUZA, 2006:03).

Silva e Souza (2006) afirmam ainda que a identidade cultural vai se formando na assimilação entre o passado e o presente, o histórico e o moderno. Desta forma, a cultura entendida como *“o registro de um povo”* se encontra em um processo contínuo de transformação, e, nesse sentido, a formação da identidade cultural de um indivíduo se dá durante toda a sua existência. A construção da identidade se vale da matéria-prima fornecida pela *“história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”*. O que ressaltam Silva e Souza (2006:03) é que se faz necessário compreender a identidade cultural como elemento complexo e em constante metamorfose e que cada contexto compreende uma face do mundo cultural do indivíduo.

Mische (1997) afirma que, o que normalmente se entende como identidade são os atributos de determinado grupo, que são reconhecidos publicamente pelos outros dentro dos seus círculos entendidos como os *“repertórios mais ou menos limitados de reconhecimentos coletivos que dão sentido e direção aos laços sociais”*.

Isto significa que existem redes diferentes que dão visibilidade social às dimensões sociais específicas de experiências que são relevantes naquele círculo. Assim, não é apenas o atributo ou a posição social que determina a identidade, mas também são as *“experiências e orientações coletivas dentro de um dado contexto concreto que criam o potencial para formas diferenciadas de reconhecimento”* (MISCHE, 1997:139).

Pollak (1992) contribui com esta definição afirmando que a identidade tem como um dos elementos constitutivos a memória, individual ou coletiva. Afirma que, o que forma a memória, em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. E, em segundo lugar, são os acontecimentos que o autor chama de acontecimentos *“vividos por tabela”* que são os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais *“a pessoa nem sempre participou”*, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Muitas vezes esses acontecimentos *“vividos por tabela”* não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. E através da socialização política, ou da socialização histórica, pode ocorrer um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado de maneira tão forte que passa a ser considerada uma memória quase que herdada (POLLAK, 1992:201).

Pollak afirma ainda que a memória é um dos elementos constituintes do sentimento de identidade na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, ou de um grupo, em sua reconstrução de si. A construção da identidade é um fenômeno que se produz *“em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”* (POLLAK, 1992:204).

Kessel (2007) afirma que a memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. A memória coletiva garante o *“sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo, no campo simbólico”*.

Isto é também reforçado por Kayser (2007) quando afirma que há uma busca dos indivíduos, dos grupos e de comunidades na reconstrução de suas identidades territoriais a partir dos seus desejos de *“enraizarem-se em uma sociedade percebida*

como sem rumo” (tradução livre). Desta forma, as conotações regionais são reconhecidas através das especificidades deixadas pelo passado, e que se encontram ainda vivas, como a língua, o sotaque, os gostos, os comportamentos coletivos e individuais, os valores, etc. (KAYSER, 2007:02)

Benedetto (2006) afirma que, da perspectiva do sujeito deve-se considerar onde eles estão *“socialmente localizados e culturalmente construídos”*. Isto é, os diferentes posicionamentos na estrutura social refletem uma certa *“carga de sentido”* que é herdada das referências recebidas (classe, grupo, localidade, nacionalidade, etc.) que acabam favorecendo a construção da identidade. Benedetto distingue identidade como sendo um fenômeno de caráter relacional e evolutivo que acaba enviando para um sentimento de pertencimento (*“pertenencia”*), necessariamente de forma consciente que se funda sobre simbolismos (BENEDETTO, 2006:12). E acrescenta que a identidade pode ser o fator motivador de comportamentos interpessoais ou intergrupais distinguindo o que ela denomina, respectivamente, de identidade pessoal e identidade social. Desta maneira, segundo Benedetto, estes significados e valores são os princípios geradores e organizadores das práticas e das representações que permitem que os indivíduos adotem ações que sejam (e estejam) de acordo com o seu pertencimento social. Ou seja, o material fundamental, a partir do qual se *“alimentam”* as identidades são os significados e os valores. Acrescenta ainda que o indivíduo, a partir da identidade, faz o possível para elaborar estratégias *“mais ou menos inconscientes”* das suas ações (BENEDETTO, 2006:13).

Ainda sobre identidade, Fonte, Acampora e Sacco (2006) afirmam que o conceito de identidade cultural encerra um sentido de *“pertencimento”* a um grupo social com o qual compartilha os valores culturais, valores e crenças. Acrescentam que a identidade não é um conceito fixo, mas que continuamente está recebendo influência exterior, sendo um conceito que transcende as fronteiras (como no caso dos migrantes) e que é representado por sinais materiais ou imateriais como a língua, a música, a arquitetura, a paisagem, o folclore, as tradições, a biodiversidade animal e vegetal, os produtos alimentares e artesanais. E acrescentam ainda que a valorização desta identidade é um processo indispensável para os processos de desenvolvimento rural em regiões pobres e marginais (FONTE, ACAMPORA e SACCO, 2006:04).

Santos (1998) afirma que a idéia de identidade está tão associada à idéia de memória como esta última está à primeira. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo *“depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra”*. A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas. Santos ainda afirma que a memória não é, e não pode ser, considerada o ponto de partida, porque ela nunca parte do vazio pois *“a memória é adquirida à medida que o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos”* (SANTOS, 1998:02).

De acordo com Halbwachs (2004) a memória apóia-se sobre o *“passado vivido”*, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o *“passado apreendido pela história escrita”* (HALBWACHS, 2004:75). Ou seja, a memória histórica é compreendida como a sucessão de acontecimentos marcantes na história.

Ainda Halbwachs (2004:75) descreve que *“a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”* e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores.

Para Moreira (2007) a identidade é fruto de um processo socialmente construído por suas *“relações de co-existência natural com o ecossistema e por suas relações de co-determinações com a sociedade abrangente”*. De acordo com Moreira uma identidade carrega *“tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente”*. Moreira reforça que a identidade é *“expressão de múltiplas ordens relacionais que se dão em redes sociais, materiais e afetivas de pertencimento familiar, de vizinhança, de grupos sociais, de classes, regionais, nacionais e internacionais, em suma, locais e globais”*. Ou seja, as identidades (individuais e coletivas) são expressas em corpos e mentalidades bem como em ações influenciando nas *“angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser”* (MOREIRA, 2007:01). Isto significa que a identidade acaba influenciando fortemente no viver, no agir e nas formas e atividades desenvolvidas pelos indivíduos.

Barcelos (2003) também afirma que a cultura representa conceitos, crenças, mitos que são a *“sociedade instituída e se instituindo”*. Acrescenta que as imagens

não só representam aquilo que é concreto, visível, mas também representam o *“invisível e abstrato”*. Barcelos ainda afirma que *“os seres humanos não se restringem a imaginar estas imagens”*, mas acabam as imitando e passando a acreditar naquilo que imaginaram.

Pesavento (1993) afirma que uma sociedade constitui-se como sociedade quando se atribui uma identidade *“quando define e elabora para si uma imagem do mundo e de si própria, tentando estabelecer uma rede de significações”*. Acrescenta que a identidade é um processo historicamente constituído através da elaboração de *“um sistema de idéias-imagens de representação coletiva”*. A isso se dá o nome de imaginário social o que, segundo a autora, dá *“sentido e significado às práticas sociais”*. Isto significa que este imaginário se constitui em gerador de atitudes e ações dos atores sociais.

A constituição deste imaginário, desta identidade, segundo Pesavento (1993), pode ser decomposta em diferentes dimensões. A primeira é a questão da identidade, propriamente dita, que se refere a uma série de traços e atributos que a distinguem e individualizam. Afirma que a definição de uma identidade própria forma uma *“base de coesão social, uma corrente de identificações e significados de compreensão mútua”*, estabelecendo-se semelhanças e diferenças entre *“nós”* e os *“outros”* (PESAVENTO, 1993:384). Nessa perspectiva, segundo a autora, é que as comunidades *“fornecem a uma sociedade historicamente constituída a sua identidade”*.

A segunda dimensão a ser considerada é a construção imaginária da sociedade, isto é, *“as representações sobre o real não são obrigatoriamente o reflexo do real”*. Isto é, são críveis e aceitas, mas não precisam ser cópias da realidade. Isto significa que as imagens e os discursos de representação do real colocam-se no lugar da coisa representada. Há, entretanto, sempre uma certa coerência entre os significados e os significantes (símbolos), não se tratando de uma construção isenta do imaginário mas que é *“carregada de intenções, manipulações do real e artifícios”*. Ou seja, a *“força social da representação não é proporcional ao seu valor de verdade”*. Mas, conforme Halbwachs, não há memória que seja somente *“imaginação pura e simples”* ou representação histórica que tenha sido construída somente a partir do exterior ou distante da realidade.

A terceira dimensão trata da constituição imaginária da sociedade a partir da memória. Segundo a autora, a criação de uma identidade própria de representação

social envolve “o resgate de uma história oficial, de um passado comum e de um mito de origens”. Estas representações são produzidas num campo de lutas que ocorrem no âmbito das práticas sociais, onde há uma disputa de reconstrução do passado, que geram a “tradição inventada”, ou seja, práticas de construção imaginária de uma sociedade que traz uma intenção de construir um poder simbólico para atender os interesses de alguns grupos sociais. Conforme afirma Bourdieu (1989) as lutas a respeito da identidade, ou a respeito das propriedades (emblemas) ligados à origem ou ao lugar de origem são uma disputa para impor uma visão do mundo social e da legitimação dos poderes simbólicos estabelecidos.

O imaginário dos gaúchos (e, portanto, dos pecuaristas familiares) pode então ser explicado a partir do conceito de *habitus* na medida em que Bourdieu (1989:83) define *habitus* “como o produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico”. Conforme ainda Bourdieu (1989:82) o *habitus* significa um sistema de “disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações, ações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas adquiridos numa prática anterior”. Isto é, designa uma competência prática adquirida na, e para, a ação que opera sob o nível de consciência (WACQUANT, 2005:03).

Bourdieu explica que o *habitus* é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Segundo ele, a autonomia é a autonomia do passado, ordenada e atuante, que funciona como um capital acumulado (BOURDIEU, 1989). Isto significa que muitas sociedades mantêm as suas condutas e ações muito em função da sua história e dos valores acumulados e que permanecem, mesmo que de forma inconsciente, determinando as condutas dos indivíduos.

Enfim, o que se deseja evidenciar é que a sociedade gaúcha (e, por conseguinte os pecuaristas familiares) também é fruto de uma construção imaginária que se manifesta em discursos e imagens de representação regional, em personagens-símbolos, ritos, crenças, valores, práticas sociais e manifestações artísticas (PESAVENTO, 1993). Apesar da forma, e das intenções, com que foi construído este imaginário não se pode desconsiderar a sua importância. Além disso, deve-se ter claro que este é um fator “inconsciente”, mas que determina ações concretas na conduta dos indivíduos e na definição dos seus modos de vida.

4.3.2 Identidade do gaúcho

Diversos autores¹ reconhecem a existência de um estereótipo gaúcho, de uma identidade dos gaúchos e do Rio Grande do Sul. A identidade do gaúcho é reconhecida como algo diferenciado fruto da sua formação histórica, da sua posição geográfica, de sua ocupação territorial, da sua combinação étnica e das suas condições sociais, ambientais e econômicas. A figura do gaúcho tornou-se uma figura emblemática e mítica e a sua representação, segundo Freitas e Silveira (2004), ainda hoje circula em diversos discursos e artefatos.

De acordo com Menasche (1993) pode-se dar a esta identidade várias abordagens. Entretanto, a intenção deste trabalho é apenas evidenciar a existência desta identidade, os seus principais valores e apresentar alguns motivos, de diversas origens (históricas, geográficas, econômicas, sociais, etc) que ajudaram nesta formação para que esta compreensão ajude a entender melhor o pecuarista familiar. Conforme afirma Fialho (2005:34) *“temos que conhecer os elementos do passado (ação histórica ou do social), elementos que estão presentes no cotidiano das pessoas nos estados objetivado e incorporado”*.

Targa (1996) afirma que desde as suas origens o Rio Grande do Sul constituiu-se uma formação particular dentro do Brasil, pois, sempre esteve envolvido em guerras de fronteiras. Lazzarotto (1986) reforça esta afirmativa ao descrever que o Rio Grande do Sul viveu *“sempre de armas na mão, na defesa da terra e dos extremos limites meridionais do Brasil”*.

Oliven (2002) afirma que são diversos os fatores que fizeram a identidade do gaúcho ser diferenciada. Primeiro, a questão geográfica, que fez com que o Rio Grande do Sul ficasse separado por mais de dois séculos do Brasil. Ao mesmo tempo, segundo ele, a natureza teria premiado o estado com um espaço físico dos mais favorecidos e benéficos às atividades humanas. O segundo aspecto seria uma história *sui generis* que inicia com uma integração tardia ao resto do país através da preia do gado xucro, sem despertar interesse na ocupação da terra (conforme já descrito). Apenas no final do século XVII a Coroa portuguesa passou a se interessar

¹ FREITAS e SILVEIRA, 2004; HAESBAERT, 2004; HEIDRICH, 2004; LOVE, 1975; MACIEL, 1994; OLIVEN, 1998; OLIVEN, 1993; PADOIN, 1999; TERRA, 1998; LARA, 1985; TARGA, 1996; GOLIN, 2004; FREITAS, 1993.

em povoar estas terras. De acordo com Oliven (2002) no começo do século XVIII, iniciou-se a distribuição de sesmarias aos tropeiros que se sedentarizaram e aos militares que se afazendaram, criando-se assim as estâncias de gado.

Padoin (1999) afirma que, no século XIX, com o aumento dos proprietários de terras a partir do afazendamento de chefes de “bandos guerreiros” começaram a se fortalecer as relações caudilhescas de mando e a formação do elemento típico “o *homem-soldado do espaço fronteiro*” influenciando na formação da mentalidade e do imaginário do homem da Campanha.

De acordo com Heidrich (2000) a afirmação desta identidade origina-se da “*síntese produzida*” a partir da contextualização do ocupante do território: “*em primeiro lugar, do guerreiro, e em seguida do modo de vida pastoril*”. Isto é, a síntese expressa o “fazer guerreiro” como necessidade e que a partir daí sobressaem um conjunto de atributos diferenciados vinculados a condição de território fronteiro “*pelo horizonte aberto, a paisagem de campo, um espírito de luta...*”. O autor explica que estes atributos, inicialmente desprezados por seu caráter bandoleiro e “vagueante” após a sua assimilação como peão de estância (e como guerreiro na Revolução Farroupilha, na Guerra do Paraguai e na Revolução Federalista) passou a ser cultuado como tipo representativo do pampa.

Para Heidrich (2000) enquanto em Minas Gerais o mito da fundação se personifica em Tiradentes, no Rio Grande do Sul o mito se personifica em um personagem chamado gaúcho. Os atributos deste tipo ressaltam a valentia, a bravura, a qualidade de defensor, de fidelidade a uma causa ou a uma paixão, a necessidade de ser guerreiro e livre. Acrescenta que esta identidade está vinculada a sua condição de trabalhador, que vagueia por campos de horizonte aberto, pela necessidade da valentia para a defesa do seu território e do gado que é razão do seu sustento (HEIDRICH, 2000).

Oliven (2002) acrescenta ainda que o gaúcho, em sua identidade, é fruto de um conjunto de adversidades que têm de ser constantemente enfrentadas. A necessidade de garantir fronteiras, dominar a natureza, rebelar-se contra os desmandos do governo central, além dos conflitos internos do próprio estado, ajudariam a explicar o caráter um tanto fogoso que já teria se incorporado ao inconsciente coletivo gaúcho. De acordo com o autor as “*peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para a construção de uma série de representações em*

torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente” (OLIVEN, 2002:02).

Gonzaga (1980) afirma que no início do século XIX foi um momento decisivo na formação do mito do gaúcho. O gado xucro estava praticamente sob controle dos estancieiros estabelecidos. Havia ainda para os “*gaudérios*” (entendidos como os gaúchos que vagueavam pela Campanha atrás de gados) a possibilidade de se incluírem no proletariado rural como empregados das estâncias (GONZAGA, 1980:118).

Assim, o evento da Revolução Farroupilha foi importante na consolidação da imagem do gaúcho. Desaparece o gaúcho errante, a figura marginal e surge aquele ligado à estância e às atividades pastoris, o que Gonzaga (1980) denomina de “*implantação do mito*”. De acordo com o autor, com o decorrer do tempo, este tipo gaúcho passaria a ser adotado como um tipo representativo do Rio Grande do Sul sendo isento de “*conteúdos desprezíveis*” e sendo considerado como herói.

A partir de 1870, segundo Gonzaga, a face econômica e a face política do estado sofreram alterações. O surgimento das cercas de arame, a introdução de novas raças de gado, o incremento da rede de transportes geraram uma modernização sem precedentes. Segundo Gonzaga (1980) as lides da pecuária simplificaram-se muito fazendo com que houvesse uma diminuição da necessidade de mão-de-obra. Assim, algumas das ocupações existentes tenderam ao desaparecimento.

Conforme ainda Gonzaga (1980) e também outros autores² estes trabalhadores despejados ou simplesmente ameaçados assumiram a “*concepção idílica do passado*” e passaram a cultivar a nostalgia de um mundo tradicional anterior à ruptura modernizadora. Criou-se o que Gonzaga chama de “*saudosismo benigno*”. De qualquer forma, a implantação do mito ressaltava os valores como a valentia, a bravura, a fidelidade a uma causa ou paixão, ser guerreiro e livre com valores arraigados ao cavalo e ao gado.

Torronteguy (1994) reforça isto ao afirmar que a posse da terra e a exclusão do acesso aos trabalhadores livres acabaram delimitando mundos diferentes. Isto é, fisicamente os alambrados estabeleceram a posse da terra para os gaúchos estancieiros. Mas também estabeleceram a necessidade de dar uma recompensa

² FRANCO, 1952; FIALHO, 2005; LARA, 1985; CESAR, 2005; PADOIN, 1999; HEIDRICH, 2000; TORRONTGUY, 1994; TERRA, 1998; LOVE, 1975.

para o gaúcho soldado. Segundo Torronteguy criou-se, então, uma categoria diferente no imaginário e no discurso corrente onde a categoria de *“guerreiro vitorioso cujos galardões de valentia o aproximavam de um semideus”*, mas que *“do ponto de vista material foi pura ilusão”*. O mesmo autor afirma que esta ideologia atravessou o século XIX e chegou até o presente, travestida de outro nome, o tradicionalismo. O termo gaúcho deixou de ser pejorativo e transformou-se em um significado honroso.

Terra (1998:17) afirma ainda que, de 1870 em diante, desaparece o gaúcho “real” com *“a delimitação dos campos com arame farpado”*. E acrescenta que o verdadeiro gaúcho está morto.

De acordo com Haesbaert (2004) o gaúcho é uma figura construída a partir de um espaço claramente definido e se referia ao *“espaço latifundiário das grandes estâncias de pecuária extensiva”* da Campanha gaúcha. Segundo ainda o autor (p.249) o gaúcho estaria ligado à vida da estância e aos ideais de “liberdade” e “autonomia” impregnados na vida dos criadores de gado.

Assim, de acordo com Padoin (1999) o imaginário social foi o instrumento que proporcionou a criação de identidades onde, tanto o discurso como as relações sociais foram criadoras e mantenedoras de uma identidade regional que, de uma certa forma, se mantém até a atualidade.

Fialho (2005) destaca a existência de dois tipos de representação da identidade da figura do gaúcho. A primeira nata, herdada no sangue e outra cênica apropriada como instrumento de afirmação e status. Acrescenta que boa parte dos estudiosos do tipo social do gaúcho constrói o ser gaúcho *“como simbologia e representação monolítica ocultando processos históricos e conjunturas que fundamentam significados”*. Desta forma o objetivo deste trabalho é utilizar a visão histórica para ajudar a compreender o grupo social identificado como pecuarista familiar.

Padoin (1999) ainda reforça esta afirmativa ao relatar que a identidade do gaúcho foi *“fruto da elite intelectual comprometida buscando no gaúcho a figura pertencente à cultura popular”* como a figura oficial do estado que se sente uma nação gaúcha. Acrescenta que, o contexto econômico, político, social e geográfico contribuiu nas relações sociais que se estabeleceram no Rio Grande do Sul e na identidade regional que se mantém até hoje.

Haesbaert (2004) acrescenta que esta identidade, mesmo após a chegada dos imigrantes europeus e a formação das colônias, mesmo com a ascensão de novos grupos sociais, foi “adotada” sendo o *“criador de gado em grandes propriedades e o cavaleiro invejado como uma figura que representava o poder”*. Heidrich (2000:140) afirma também que a assimilação cultural das populações da região colonial foi uma aceitação da cultura regionalista. Ou seja, a cultura do gaúcho passa a se configurar como o elemento aglutinador em uma única sociedade regional. Pesavento (1993:393) afirma que as *“práticas de reconhecimento podem se dar de forma inconsciente, porque é bom acreditar em algo, porque traz satisfação à vida, porque oferece um padrão de referência socialmente aceito”*. Desta forma, demonstra que o imaginário da sociedade rural (específica da Campanha, baseada na exploração da pecuária de corte em grandes áreas, baseada no cavalo e em valores de tradição, lealdade e bravura) passou a ser endossado como “capital simbólico” pelos imigrantes do norte do Estado. Isto é, os alemães e italianos, que não têm *“nem a doce lembrança atávica de um passado histórico no pampa”* passam a cultivar o tradicionalismo. O que, conforme define Golin (1983) é o “defloramento” da região imigrante pelo tradicionalismo.

Haesbaert (2004) afirma também que a figura do gaúcho com estas características, embora menos expressiva em termos numéricos e em extensão física, adquiriu no Rio Grande do Sul uma expressão maior que nos vizinhos Uruguai e Argentina onde seriam mais propensos a serem mais “gaúchos” do que os brasileiros do sul. Enfim, a identidade do gaúcho se vincula diretamente ao território do sul do estado.

Conforme Golin (2004) houve uma segunda geração do gauchismo na década de 1940, que conseguiu transformar em movimento de massa e acabou recuperando, no mundo citadino, a identidade do mundo *“dominado pelos estancieiros”*³.

Heidrich (2000), Golin (2004) e Haesbaert (2004) afirmam que nas décadas de 40 e 50 do século XX a identidade cultural de referência no estado se liga ao gauchismo a partir do surgimento do movimento tradicionalista. Este movimento estabelece a recuperação do imaginário cultural assentado no mito do “monarca das

³ Golin faz uma forte crítica à forma como foi formada esta identidade e como se busca conservar a partir do tradicionalismo a quem acusa de redimensionar e subverter o sentido dos valores culturais transformando-os em *“um movimento cívico-cultural altamente ideologizado”* (GOLIN, 2004:18).

coxilhas” reforçando a reverência ao modo de vida pastoril. Conforme ainda Golin (2004) é reforçada a noção de pertencimento de todos os rio-grandenses (inclusive de maneira crescente os moradores urbanos) ao imaginário gaúcho como uma identidade em um espaço simbólico.

E ainda, segundo Haesbaert (2004), embora a perda da condição econômica, quando a Metade Sul e a Campanha transformaram-se de coração da economia em uma economia periférica, a identidade gaúcha permaneceu representada pelo tipo gaúcho descrito. Este gaúcho permanece no imaginário como um tipo social de passado glorioso que tem uma ligação com a terra e com a vastidão dos campos a partir das lutas de conquista do território e de defesa da fronteira. Além disso, atribui um papel essencial ao cavalo e que tem a nobreza de sentimentos como a honestidade, a lealdade e a honradez (HEIDRICH, 2000 e OLIVEN, 1993).

Fialho (2005) apresenta a identidade de dois tipos de gaúchos surgida da formação histórica descrita: o gaúcho estancieiro e o gaúcho peão. Segundo o autor, o gaúcho estancieiro era o proprietário da terra que centralizava o poder e estabelecia em torno de si os clãs rurais. O gaúcho peão era o trabalhador que se torna “cliente” do gaúcho estancieiro constituindo-se em “*seu protegido, seu camarada, seu companheiro, seu amigo incondicional na boa e na má fortuna*” (FIALHO, 2005:98). Segundo Fialho havia um equilíbrio de relações entre os dois grupos de gaúchos. O estancieiro utilizava o peão como elemento necessário para executar a lida com o gado e exercitava o seu poder e mando. O peão tinha no estancieiro a garantia de subsistência (alimentação, habitação e remuneração) e a segurança em troca de trabalho. Ambos se completam e se relacionam em uma interdependência funcional entre eles. E acrescenta que o gaúcho estancieiro é o gaúcho “*ideal*” e objetivo de todo gaúcho peão. Entretanto, o gaúcho peão reconhece a impossibilidade de se transformar em um gaúcho estancieiro e busca aliviar a sua frustração mantendo-se na estância e próximo do estancieiro. Com o cercamento dos campos e com o avanço tecnológico houve a diminuição da mão-de-obra e a exclusão dos peões sendo a segurança das estâncias substituída pela condição de *posteiro*, de trabalhador rural ou mesmo de morador das vilas urbanas (e alguns de pecuarista familiar). Alguns se transformaram em pequenos proprietários, embora se mantivessem ainda identificados com o gaúcho estancieiro. Estes pequenos proprietários acabaram incorporando as ambições e os valores do estancieiro, que são descritos por Fialho, como “*eu ideal*”, isto é, incorporando uma

série ações e atitudes (muitas vezes tidas como irracionais do ponto de vista econômico) que representam muito mais uma opção por um modo de vida do que como uma exploração da atividade econômica da pecuária de corte.

Desta forma é importante entender que a identidade do gaúcho estancieiro permanece presente nos pecuaristas familiares embora sejam herdeiros “empobrecidos” da estância. Além disso, em parte permanece o que Vianna (1987) chama de “*dupla*” personalidade do gaúcho na medida em que, ao mesmo tempo, oscilam momentos de gaúcho estancieiro (altivo, valente, bravo, auto-suficiente) e gaúcho peão (dependente, obediente, passivo, submisso).

A identidade do “gaúcho pecuarista familiar” tem valores do gaúcho estancieiro (em relação à terra, ao cavalo e ao gado) e, ao mesmo tempo, valores do gaúcho peão (em relação a subordinação, a subalternidade, a submissão e a passividade). Trata-se de um agricultor familiar diferenciado e com características próprias, fruto de sua origem e da sua formação.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir são apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

5.1 Metodologia da pesquisa e instrumentos de coleta de dados

O objetivo deste trabalho é explicar a realidade dos pecuaristas familiares. Embora, no Rio Grande do Sul, alguns trabalhos já tenham sido realizados ainda existem lacunas no conhecimento sobre o seu modo de vida e sobre as formas como organizam a sua reprodução social. De acordo com Köche (1997) a causa principal que leva o homem a produzir ciência é a tentativa de elaborar respostas e soluções às suas dúvidas e problemas e que o *“levem a compreensão de si e do mundo em que vive”*.

Dessa forma, utilizou-se para esta compreensão uma pesquisa qualitativa apoiada em dados quantitativos secundários. Minayo (1994:21) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado como *“motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”*. E, que a abordagem qualitativa aprofunda-se *“no mundo dos significados das ações e relações humanas em um lado não perceptível e não captável das equações, médias e estatísticas”*. Minayo (1994) afirma ainda que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõe, pelo contrário, se complementam. De acordo com Triviños (1987) toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, desde que os dados estatísticos levantados sejam aproveitados para buscar e analisar a informação de uma forma mais ampla.

Santos Filho (1995) afirma que o propósito fundamental da pesquisa qualitativa é a compreensão do fenômeno privilegiando uma análise interpretativa que considere como se forma o comportamento do indivíduo definindo os elementos ou variáveis que influenciam neste processo. Ou seja, a pesquisa qualitativa busca compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, trabalhando com a vivência, a experiência, a

cotidianeidade e com a compreensão das estruturas e das instituições como resultado da ação humana mostrando que a linguagem e as práticas são inseparáveis (Minayo, 1994).

5.1.1 Etapas de desenvolvimento da pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessário percorrer algumas etapas. Utilizou-se uma aproximação progressiva da realidade partindo do geral para o particular (conforme FAO/INCRA, 1997; CONWAY, 1993) para definir o grupo dos pecuaristas familiares a serem entrevistados. Conforme Minayo (1994) a pesquisa social deve ser conduzida através de uma aproximação gradual com o objeto de estudo, isto é, com a realidade empírica a ser estudada.

a) Primeira etapa - A primeira aproximação com o campo de pesquisa foi feita a partir do cruzamento de informações quantitativas e qualitativas tentando estabelecer um recorte sócio-espacial do estudo.

Assim, o primeiro passo foi a definição dos municípios a serem pesquisados. Partiu-se da definição geográfica da chamada “Metade Sul” considerando-se de maneira especial a região da Campanha. Após, utilizaram-se os trabalhos de Ribeiro (2001, 2002a, 2002b e 2003) para identificar os municípios e as estimativas de existência de pecuaristas familiares. Estes trabalhos apontam a existência de um número significativo de pecuaristas familiares na Campanha e Fronteira Oeste do estado e que há uma maior concentração em áreas significativas da Serra do Sudeste (Planalto Sul Rio-grandense) e nas áreas de arenito no oeste do estado embora constatem uma dispersão destas famílias em praticamente todas as regiões.

A região da Campanha possui uma enorme diversidade de condições ambientais, com regiões com características fisiográficas completamente distintas. Assim, este trabalho, buscou definir para o estudo, três municípios que tivessem as seguintes condições:

- a) presença significativa de pecuaristas familiares;
- b) representassem algumas das diferenças fisiográficas da região.

A intenção de estudar três municípios foi no sentido de captar a diversidade dos pecuaristas familiares, considerando-se também os ambientes onde estão

estabelecidos. A partir dos trabalhos citados foram escolhidos, considerando estes critérios e a possibilidade de operacionalização da pesquisa, os municípios de Bagé (representando a Serra do Sudeste), Dom Pedrito (representando a região de Fronteira) e Quaraí (representando a região do arenito conforme a Figura 7)

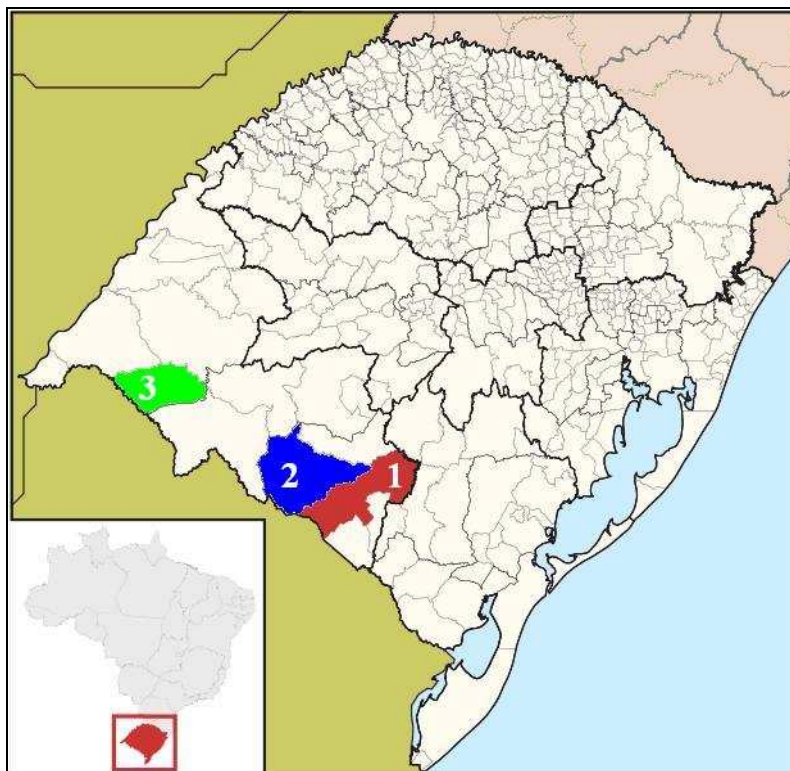


Figura 7. Mapa dos municípios onde foi realizada a pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor

1. Bagé
2. Dom Pedrito
3. Quaraí

Os trabalhos consultados identificam o seguinte número de pecuaristas familiares conforme a Tabela 6.

Tabela 6. Número estimado de pecuaristas familiares nos municípios do estudo.

Município	Total estimado com pecuária familiar	% sobre o número de estabelecimentos totais
Bagé	917	47,8
Dom Pedrito	413	26,5
Quaraí	397	45,0

Fonte: Adaptado de RIBEIRO (2003:31).

b) Segunda etapa – buscou-se, a seguir, identificar dentro dos municípios escolhidos as regiões com as características fisiográficas representativas de Serra do Sudeste, do Arenito e de ambiente de Fronteira. Utilizaram-se mais uma vez os trabalhos de Ribeiro (2002a e 2002b) que identificam, em cada um dos municípios, as regiões onde há maior concentração dos pecuaristas familiares nas condições ambientais procuradas. Desta forma, foram identificadas as regiões que atendiam as duas exigências: características fisiográficas e concentração de pecuaristas familiares. Assim, o trabalho foi realizado em regiões específicas dos municípios escolhidos de forma intencional atendendo aos requisitos estabelecidos.

c) Terceira etapa – a pesquisa foi realizada a partir da aproximação progressiva de forma intencional. O próximo passo consistiu, portanto, em definir os pecuaristas familiares a serem entrevistados. Buscou-se nas Inspetorias Veterinárias da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio uma relação dos criadores de bovinos de corte das localidades escolhidas (RIO GRANDE DO SUL - SAPA, 2007 – Inspetorias Veterinárias de Bagé, Dom Pedrito e Quaraí). Sobre esta relação buscou-se identificar os “pecuaristas familiares” conforme os requisitos considerados (mão-de-obra predominantemente familiar vivendo basicamente da atividade pecuária de corte em áreas com até cerca de 300 ha). A identificação foi feita por alguns informantes-chave, que foram os técnicos locais da EMATER / RS, funcionários das Inspetorias Veterinárias e componentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios.

Informantes-chaves são, conforme Lakatos e Marconi (1992), pessoas escolhidas por seu conhecimento da realidade a ser estudada que contribuem na definição da amostra e/ou nas questões a serem observadas.

Estes informantes acabaram por definir uma relação de nomes de pecuaristas familiares a serem entrevistados nas regiões escolhidas. Excluíram-se produtores identificados como profissionais liberais na cidade, aqueles que informavam (pelos dados da Inspetoria) terem mais de 300 bovinos e aqueles que tinham mais de um empregado efetivo.

Este trabalho, portanto, utilizou dados secundários associados com entrevistas semi-estruturadas realizadas com uma amostra dos pecuaristas familiares dos três municípios. De acordo com Rudio (1986) amostra é uma parte da população selecionada de acordo com uma regra ou um plano. Este trabalho utilizou uma amostra não-probabilística intencional que é aquela em que, através de uma

estratégia adequada se pode escolher casos para a amostra que representem a população sob algum aspecto (RUDIO, 1986 e LAKATOS e MARCONI, 1992). A amostragem não-probabilística intencional, segundo Marconi e Lakatos (1990), é uma amostragem em que o *“pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, não representativos da mesma, sobre determinados assuntos”*.

Lakatos e Marconi (1992) afirmam que a definição de uma amostragem só se dá quando não é uma pesquisa censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo. Assim, é necessário escolher uma parte de tal forma que ela seja a mais representativa do todo possível. A amostra não probabilística é aquela que não se faz uso aleatório da seleção dos objetos de pesquisa, mas sim, trata-se de uma amostragem direcionada.

Antes do início do trabalho efetivo de campo, foram realizadas 20 “pré” entrevistas com pecuaristas familiares no sentido de testar e validar o roteiro prévio para a aplicação das entrevistas.

Na execução da pesquisa entrevistaram-se 20 pecuaristas familiares em cada um dos municípios definidos de forma intencional.

O número de entrevistas realizadas tem como objetivo atingir o que é definido por Bauer e Gaskell (2002) como “ponto de saturação”. Ponto de saturação é entendido como o momento em que os *“temas comuns começam a aparecer e, progressivamente se sente uma confiança crescente na compreensão emergente do fenômeno, até a altura em que o pesquisador se dá conta que não apareceram novas surpresas ou percepções, o que determinará o fim do processo de coleta de dados”*. Portanto, saturação significa o *“esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à investigação”* (BAUER e GASKELL, 2002:67).

Duarte (2002) afirma também que tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento e que enquanto estiverem aparecendo “dados” originais as entrevistas precisam continuar sendo feitas. Isto significa que a amostra não deve ser determinada com antecedência, pois não se pode garantir a partir de que momento a saturação será atingida.

A autora afirma ainda que, na medida em que vão sendo realizadas as entrevistas e vão se obtendo bons volumes de informações que permitem *“identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da*

realidade e visões de mundo do universo em questão” pode-se dizer que foi atingido o “ponto de saturação”. Acrescenta ainda que em relação ao número de pessoas a serem entrevistadas “*o procedimento que se tem mostrado mais adequado é o de ir realizando entrevistas (a prática tem indicado um mínimo de 20, mas isso varia em razão do objeto e do universo de investigação)*” (DUARTE, 2002:01).

Ainda, conforme Duarte (2002), a escolha dos entrevistados é uma difícil tarefa. Assim, para definir os pecuaristas familiares a serem entrevistados, que até então ainda não apresentam “*contornos muito bem definidos*” sobre o seu pertencimento, foi necessária uma aproximação progressiva através do cruzamento de diversas informações.

A coleta de informações se deu através de entrevistas semi-estruturadas realizadas com base em um roteiro pré-definido e previamente testado (Apêndice A). Esse roteiro contemplou questões relacionadas com as características históricas da família e da atividade, com as formas produtivas e de comercialização e com as lógicas de reprodução social dos pecuaristas familiares.

A indicação dos informantes-chave se deu a partir dos seus conhecimentos sobre a realidade dos entrevistados. Entretanto, durante a realização de algumas entrevistas, pôde-se perceber que o entrevistado estava fora do enquadramento buscado (por área superior ou por maior participação da mão-de-obra contratada). Desta forma, embora tenham sido completadas 62 entrevistas foram posteriormente desconsideradas 2 entrevistas. Os dados, embora tenham sido coletados, não foram incluídos na sistematização final.

Além dessas, ainda foram realizadas 4 entrevistas com produtores assentados da reforma agrária nos municípios de Hulha Negra e Candiota. Os produtores entrevistados (indicados por técnicos da EMATER / RS) são oriundos do norte do estado (portanto, sem a identidade local) que acabaram se dedicando a bovinocultura de corte em pequenas áreas. São novos pecuaristas familiares. A idéia destas entrevistas foi de entender as motivações que levaram produtores de outras regiões, com outra cultura e com outra “*vocação*” a se dedicar a bovinocultura de corte.

Assim, foram realizadas 62 entrevistas (duas foram desconsideradas) nos três municípios escolhidos (Bagé, Dom Pedrito e Quaraí) e 4 entrevistas com pecuaristas familiares assentados nos municípios de Hulha Negra (1) e Candiota (3).

5.1.2 A unidade de análise

A unidade de análise utilizada foi a unidade de produção familiar que é descrita por Ellis (2000:18) como um *“grupo social que reside em um mesmo lugar, compartilha os mesmos alimentos e toma junto, ou coordenadamente, as decisões sobre a alocação de recursos e sobre as rendas coletivas”* (tradução livre). Acrescenta a noção de co-residência, como um atributo chave, superando as questões de parentesco (não é a mesma coisa que família) e se referindo aos laços sociais estabelecidos na busca da sobrevivência e reprodução no tempo. Ainda de acordo com Ellis (2000) o espaço doméstico é o melhor foco para entender as suas estratégias de reprodução social.

5.1.3. Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coletas de dados são apresentados a seguir.

5.1.3.1 Revisão bibliográfica

De acordo com Marconi e Lakatos (1990) a revisão bibliográfica é a *“pesquisa que abrange a bibliografia existente com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito ou escrito em relação ao assunto em estudo”*. Não é, segundo as autoras, uma mera repetição do que foi dito ou escrito, mas o exame do tema sob um enfoque que chegue a conclusões inovadoras.

5.1.3.2 Pesquisa documental

Marconi e Lakatos (1990) afirmam que a pesquisa documental é aquela em que a coleta de dados está restrita a documentos, constituindo-se em fontes primárias. Diversos documentos foram examinados e utilizados como os oriundos de fontes estatísticas (IBGE e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul) e de instituições públicas (EMATER / RS e Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul).

5.1.3.3 Entrevistas semi-estruturadas

De acordo com Rudio (1986) a entrevista se caracteriza como um instrumento de pesquisa onde as perguntas são feitas oralmente, quer a um indivíduo em particular quer a um grupo e as respostas são registradas geralmente pelo próprio entrevistador. E, ainda que, a entrevista é formada por um conjunto de questões, enunciados como perguntas de forma organizada e sistematizada, que têm com objetivo buscar determinadas informações.

A entrevista semi-estruturada conforme Lakatos e Marconi (1992:107) é uma *“conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador a informação necessária”*. Conforme Haguete (1987:75) entrevista é um *“processo de interação social entre duas pessoas na qual um deles, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”*. E ainda Cortes (1998:18) define a entrevista como *“uma conversa feita por iniciativa do entrevistador, entre o mesmo e entrevistado ou entrevistados”* na busca de informações pertinentes ao problema de pesquisa que podem ser cotejadas com outras informações obtidas através de fontes documentais ou secundárias.

A entrevista semi-estruturada, de acordo com Cortes, caracteriza-se por basear-se em um roteiro que apresenta questões, não previamente codificadas, nas quais *“o entrevistado pode discorrer livremente sobre um tema proposto ou pergunta*

formulada, embora possa apresentar algumas indagações com respostas previamente codificadas” (CORTES, 1998:19).

Cortes (1998) afirma ainda que há a necessidade de validar as informações obtidas por um respondente particular através do cotejamento com outros dados obtidos buscando-se comparar com outras entrevistas ou com outras informações documentais. Isto se deve ao fato de que o respondente obedece *“a modelos culturais interiorizados”*, isto é, expressa os seus *“valores estruturados socialmente”*. Isto significa que ele é revelador do *“caráter histórico e específico das relações sociais que este indivíduo participa”*.

Para Minayo (1994) na entrevista o pesquisador busca obter informações na fala dos atores sociais que vivenciam a realidade que está sendo focalizada. A autora reforça a existência da entrevista semi-estruturada que articula aspectos abertos (não-estruturados) com perguntas previamente formuladas. Marconi e Lakatos (1990) afirmam que este tipo de amostragem é aquela em que o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população sobre determinados assuntos.

Foi estabelecido um roteiro prévio utilizado nas entrevistas na busca de obter as respostas aos conceitos e teorias que buscam explicar a reprodução social dos pecuaristas familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul.

5.2 O contexto do estudo

Os municípios do estudo localizam-se na Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense (Figura 8) na fronteira com o Uruguai e Argentina, uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul. Esta mesorregião é composta por 19 municípios ocupando uma área de 62 mil km² com uma população de cerca de 800 mil habitantes (dados do IBGE, 2005).

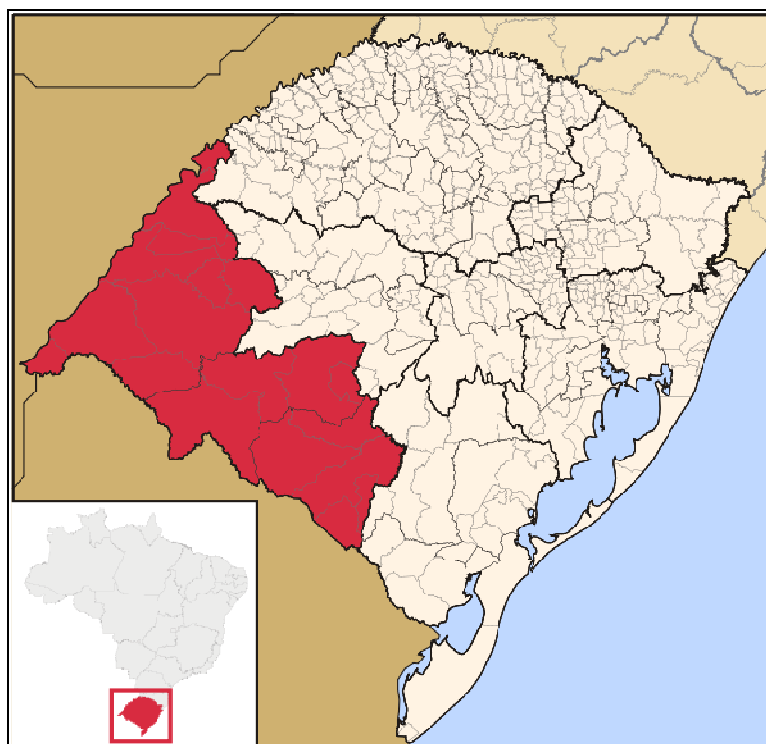


Figura 8. Mapa da Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense.
Fonte: elaborado pelo autor.

A mesorregião se divide em 3 microrregiões:

- Campanha Ocidental (região localizada na parte oeste com dez municípios e cerca de 400 mil habitantes e 31 mil km². Nesta microrregião está o município de Quaraí),
- Campanha Central (região com quatro municípios e cerca de 200 mil habitantes e 17 mil km²);

- Campanha Meridional (região com cinco municípios com cerca de 170 mil habitantes e 14 mil km². Nesta microrregião estão os municípios de Dom Pedrito e Bagé).

A mesorregião apresenta grandes diferenças fisiográficas entre os municípios e dentro dos próprios municípios. Este trabalho estuda três localidades com características fisiográficas diferentes.

5.2.1 Bagé

A seguir são apresentados os principais dados do município de Bagé.

5.2.1.1 Localização e principais características

O município de Bagé está localizado na microrregião Campanha Meridional do Rio Grande do Sul na latitude 31^o 19' e longitude 54^o 06' (IBGE, 1998). Tem uma área total de 4.095 Km² tendo como limites ao norte o município de Caçapava do Sul; ao sul, a República Oriental do Uruguai; ao leste, os municípios de Aceguá, Hulha Negra, Candiota e Pinheiro Machado e a oeste os municípios de Lavras do Sul e Dom Pedrito.

O trabalho foi realizado na região 1 localizada na parte norte do município (marcada com um círculo) que, conforme o trabalho da EMATER-RS Escritório Municipal de Bagé (1999) apresenta as condições ambientais, econômicas e sociais descritas no Quadro 3.

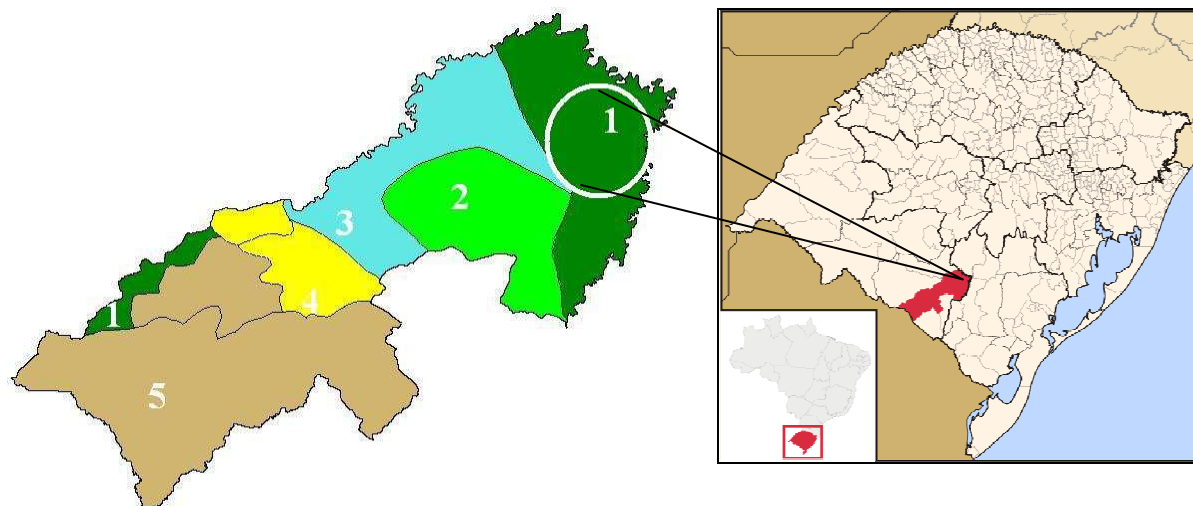


Figura 9. Mapa das regiões homogêneas de Bagé
 Fonte: EMATER RS – Escritório Municipal de Bagé (1999)

Quadro 3. Descrição da região estudada em Bagé

Características Ambientais	Características Econômicas	Características Sociais
- Solos pedregosos, rasos e graníticos	- Exploração de pecuária de corte de forma tradicional	- Região com energia elétrica
- Mata densa	- Predominam as pequenas e médias propriedades	- Casas de alvenaria
- Topografia acidentada e fortemente acidentada	- Predominam as raças bovinas azebuadas	- Muitas taperas (casas abandonadas)
- Possui alguns vales com solos profundos	- Predominam ovinos de lã	- Há um posto de saúde
- Estradas firmes	- Há presença de caprinos	- Presença de escolas e do centro comunitário
	- Muito pouca presença de lavouras	

Fonte: Adaptado de EMATER / RS – Escritório Municipal de Bagé (1999)

A região é parte do Planalto Sul-riograndense que, de acordo com Boldrini (1997) e Gonçalves, Girardi-Deiro & Mota (1997), tem um relevo ondulado e fortemente ondulado. Os solos são, na sua maioria, de origem granítica sendo pobres em fertilidade.

Moraes e Alves (2003) descrevem que nesta região encontram-se campos “duros” associados a uma mata arbustiva-arbórea com predominância de solos litólicos com afloramentos de rochas. Boldrini (1997) e Porto (2002) reforçam esta descrição ao afirmar que a região é dominada por uma topografia acidentada, com solos pouco férteis, rasos, com afloramentos de rochas e com uma vegetação arbustiva e florestal de pequeno porte. Boldrini acrescenta que devido a essas características de solo a exploração de lavouras é pouco expressiva e não recomendada. A atividade principal é a *“pecuária, com bovinos de corte e ovinos, desenvolvida em pequenas propriedades”* (BOLDRINI, 1997:24).

Gonçalves, Girardi-Deiro & Mota (1997) e Boldrini (1997) registram que, por longo tempo, a vegetação arbustiva foi utilizada para lenha sendo os cortes feitos com o objetivo de “limpeza” dos campos (na busca do aumento da área para pastoreio dos animais) o que acabou proibido pela legislação ambiental.

Rambo (1994) descreve que a região pertence à bacia hidrográfica do Rio Camaquã cujas águas correm em direção ao leste para a Lagoa dos Patos onde deságua.

A região possui um clima que pode ser enquadrado como tipo subtropical com verões quentes e invernos relativamente frios com geadas freqüentes entre abril e novembro (com maior incidência nos meses de junho a agosto). As precipitações costumam ser regularmente distribuídas durante o ano (média anual de 1.472 mm), mas podem ocorrer estiagens esporádicas especialmente no verão.

Esta região compreende o distrito de Palmas.



Fotos 1. Ambiente da região pesquisada em Bagé
Fonte: Autor.

5.2.1.2 População

A população de Bagé é de 112.550 habitantes, conforme o Censo de 2007 (IBGE, 2007). Segundo ainda o IBGE o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,802 PNUD / 2000.

5.2.1.3 Economia e estrutura fundiária

De acordo com o IBGE (2007) Bagé tem 1.199 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 300.734 ha. As lavouras de grãos principais são o arroz (15 mil ha), a soja (6 mil ha), o sorgo (2,5 mil ha), a cevada (1,5 mil ha) e o milho (1,5 mil ha). De acordo com IBGE (2006) tem uma área de 208.054 ha ocupados com pastagens naturais. Os dados do IBGE ainda indicam a existência de 999 estabelecimentos com bovinos em um total de 318.870 animais. Os dados apontam ainda que, da mão-de-obra rural total (3.483 pessoas), 66% (2.323 pessoas) são da própria família caracterizando a mão-de-obra familiar.

A estrutura fundiária apresenta 75% dos estabelecimentos com até 200ha sendo 69% com até 100 ha.

5.2.1.4 Origem e formação histórica

De acordo com IBGE (1959a) os primeiros europeus que estiveram em Bagé foram os padres jesuítas que estabeleceram uma redução chamada de Santo André Guenoas. Eles acabaram sendo expulsos pelos índios da região (charruas) que eram *“impermeáveis a fé cristã”*.

Posteriormente, em 1752, após o Tratado de Madri os espanhóis e portugueses chegaram a esta região com a intenção de demarcar as novas fronteiras e foram impedidos pelo índio Sepé Tiarajú. Fazia parte das forças de

Sepé, o índio Ibagé¹, que se estabeleceu no cerro próximo dando-lhe o nome, bem como ao arroio que corre a seus pés. Por corruptela transformou-se em Bagé.

A região permaneceu conflituosa durante todo o século XVIII, entre espanhóis e portugueses, especialmente em torno da conquista do Forte Santa Tecla (construído pelos espanhóis e destruído pelos portugueses em 1776).

Em 1801 foram distribuídas as primeiras sesmarias em Bagé aos militares (oficiais e soldados) que participaram das campanhas contra os espanhóis. Receberam sesmarias João Madeira, João Lucas Machado, Bento Guimarães, Firmino de Souza Borges, Antônio Simões Pires, capitão Antônio Ricardo de Melo e Albuquerque e tenente Antônio Jacinto Pereira.

Em 1811, Dom Diogo de Souza, oficial português encarregado de preservar esta região para a Coroa portuguesa concentrou seu exército na fronteira, próximo ao Cerro de Bagé. Antes de partir em direção a Montevidéu, fundou Bagé deixando grande número de pessoas que não o puderam acompanhar surgindo, deste acampamento militar, os primeiros arranchamentos.

A povoação foi aumentando devagar, espalhando-se ao redor da Praça da Matriz (onde seria o centro do acampamento). Em 1820 foi construída uma Igreja para abrigar a imagem do padroeiro da cidade, São Sebastião.

Durante todo o século XIX, Bagé foi palco de inúmeras invasões e ocupações sendo participante de todas as Guerras e Revoluções² acontecidas na região com inúmeros saques e pilhagens³. O município foi, portanto, estabelecido sob a guerra constante. As estâncias eram mais unidades militares do que de produção agrícola.

O início do século XX mostrou-se promissor para a cidade. A pecuária do município sempre apresentou destaque na produção de bovinos, ovinos e eqüinos.

As charqueadas eram responsáveis pela movimentação da economia local e eram as fontes principais de empregos da cidade.

¹ A origem do nome Bagé ainda é discutida. A existência desse índio nunca foi comprovada. Há ainda a hipótese de que a origem do nome Bagé venha da linguagem indígena e está relacionada com a idéia de “cerros”.

² Ver a descrição no capítulo 3.

³ IBGE (1959:48) descreve que em 1827 o General espanhol Lavallega ao se retirar da região arrebanha 100.000 cabeças de gado bovino das estâncias locais deixando “*atrás de si uma população saqueada e vandalizada*”. Além disso, nas revoluções Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1893-1895) há narrações de atos de extrema violência ocorridos no município como o Combate do Seival (1836) e o Combate do Rio Negro (1893) onde 300 prisioneiros foram degolados sem defesa. Também se destaca o sítio de Bagé quando a Catedral ficou cercada e resistiu à invasão.

A localidade estudada, em Bagé, é conhecida como Palmas, fica na parte norte do município. De acordo com Pires (1992:17) este nome se relaciona com a existência de espécies de palmeira entre os quais o *“popular coqueiro e o buriti”*.

Esta região, teve a principal ocupação da terra através da distribuição das sesmarias sendo o seu principal sesmeiro Antônio Simões Pires (PIRES, 1992).

Pires (1992:31) e Brasil (2005:251) descrevem que a região foi ocupada *“nos anos 90 do século XVIII com a concessão de campos”* a elementos de origem lusa destacando-se *“os descendentes de Antônio Simões Pires ... os Brasil e os Collares, as três famílias de maiores posses, proles e influências...”*

Estas famílias ainda possuem descendentes na localidade sendo que vários dos entrevistados se identificaram como herdeiros dos sesmeiros e pertencentes às famílias Araújo, Tavares, Simões Pires, Collares e Brasil.

Os sesmeiros, que tinham famílias numerosas, acabaram transmitindo as áreas fracionadas para seus filhos e netos originando alguns pecuaristas familiares. Apesar do fracionamento das áreas a bovinocultura de corte permaneceu como a principal atividade devido às condições de solo pouco aptas para as lavouras anuais, às facilidades de comercialização dos bovinos e a manutenção do gado como mercadoria de reserva. Além disso, durante um longo período, a exploração da lenha e do carvão foi importante atividade econômica na localidade devido a sua vegetação arbustiva abundante.

Pires (1992:46) afirma que Palmas se caracterizava como uma *“comunidade nascida do tronco da mesma cepa; entrelaçada pelo sangue de suas famílias ... identificada pelo mesmo tipo de atividade econômica (a pecuária como negócio e a agricultura como subsistência)...”*.

Pires afirma ainda que houve (reforçando o descrito no Capítulo 3), no decorrer do tempo, uma modificação grande na localidade devido a mudança na estrutura da estância que deixou de ser *“o centro de convivência social”* (PIRES, 1992:47). Trata-se do processo de êxodo rural que atingiu os costumes e as expectativas das famílias rurais, apesar da região não ter tido um processo de modernização intenso. Entretanto, Palmas ainda é a região rural mais populosa do município e onde há um predomínio de pequenas propriedades de caráter familiar que se dedicam basicamente à bovinocultura de corte. Pires acrescenta que *“Palmas foi uma grande estância, oriunda da larga e paternal sesmaria. O tempo a transformou. Já não é como antigamente...”* (PIRES, 1992:47).

5.2.2 Dom Pedrito

A seguir são apresentados os principais dados do município de Dom Pedrito.

5.2.2.1 Localização e principais características

O município de Dom Pedrito está localizado na microrregião da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul na latitude 30°58'e longitude 54°40' (IBGE, 1998). Tem uma área total de 5.192 Km² (representando 1,9% da área do estado e sendo o quarto município do estado em área territorial) tendo como limites ao norte os municípios de Rosário do Sul, São Gabriel e Lavras do Sul; ao sul o município de Santana do Livramento; ao leste o município de Bagé e a oeste a República Oriental do Uruguai (SOUZA, 1996).

O trabalho foi realizado na região 1 localizada na parte sudoeste do município (marcada com um círculo) que, conforme o trabalho de EMATER / RS Escritório Municipal de Dom Pedrito (1999), apresenta as condições ambientais, econômicas e sociais descritas no Quadro 4.

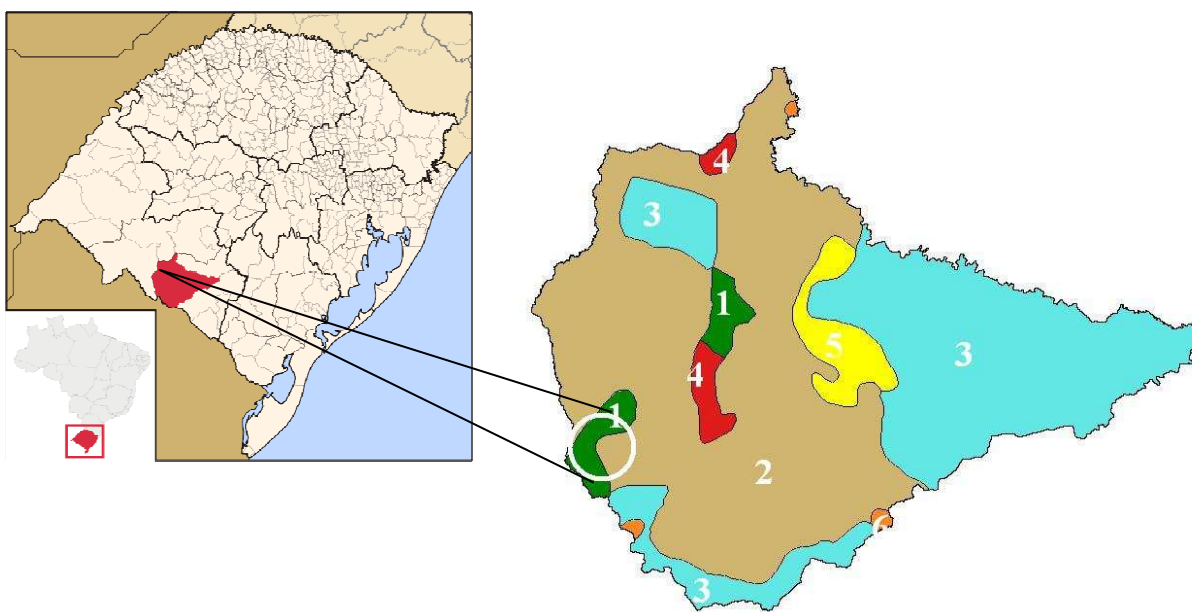


Figura 10. Mapa das regiões homogêneas de Dom Pedrito
Fonte: EMATER / RS – Escritório Municipal de Dom Pedrito (1999)

Quadro 4. Descrição da região estudada em Dom Pedrito.

Características Ambientais	Características Econômicas	Características Sociais
- Coxilhas onduladas mesclada com várzeas	- Presença de gado de corte e ovinos em pequenas propriedades	- Casas de alvenaria e madeira
- Solos argilosos férteis	- Pequenas lavouras de arroz, soja, sorgo e milho.	- Algumas têm eletrificação
- Matas nativas ciliares, bosques de eucaliptos e pequenos pomares		- Estradas com dificuldades de trânsito
- Predomina o campo nativo		- sem transporte coletivo

Fonte: Adaptado de EMATER / RS – Escritório Municipal de Dom Pedrito (1999)

Dom Pedrito está a 141 m de altitude. Conforme Rambo (1994) e Boldrini (1997) trata-se de uma vasta planície suavemente inclinada drenada por cursos de água em leitos rasos.

O município possui 39% da área total (205.275 ha) de terras cultiváveis e aptas para lavouras intensivas anuais (SOUZA, 1996 e Moraes e Alves, 2003).

A vegetação encontrada é bastante densa e heterogênea com o estrato inferior com plantas rasteiras e com o estrato superior com plantas cespitosas. São campos com alta participação de gramíneas de inverno o que, segundo Boldrini (1997), garantem um “*bom valor forrageiro*” a estes campos. Acrescenta ainda que (BOLDRINI, 1997), em algumas áreas, há redução efetiva da pastagem por presença de espécies cespitosas como a chirca e mio-mio.

No município, o maior curso d’água é o Rio Santa Maria. A região estudada localiza-se na costa do Arroio Vacaiquá. Souza (1996) afirma que no município existem mais de 300 barragens para a irrigação de lavouras.

A temperatura média anual é de 16 °C, com formação de geadas de maio a outubro (com maior incidência nos meses de junho, julho e agosto). A ocorrência de chuvas é de 1.230 mm anuais com deficiência nos meses de dezembro e janeiro.

A localidade do Vacaiquá tem uma marcante presença de pequenas propriedades que tem como atividade a pecuária de corte em solos argilosos, com campos de alta fertilidade envolvidos por propriedades maiores com granjas de arroz e pecuária de corte.



Fotos 2. Ambiente da região pesquisada em Dom Pedrito.

Fonte: Autor.

5.2.2.2 População

A população de Dom Pedrito é de 38.148 habitantes, conforme o Censo de 2007 (IBGE, 2007) sendo 11,4% de população rural. Segundo ainda o IBGE o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,783 (PNUD / 2000).

5.2.2.3 Economia e estrutura fundiária

Dom Pedrito tem 1.439 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 360.674 ha (sendo 64% com até 200ha e 52% com até 100ha). As lavouras de grãos principais são o arroz (43 mil ha), a soja (12 mil ha) e o trigo (3,5 mil ha). Tem uma área de 243.393 ha de pastagens naturais. O município conta com 1.084 estabelecimentos com bovinos em um total de 393.259 animais (RIO GRANDE DO SUL, 2007). Da mão-de-obra rural total (4.435 pessoas), 57% (2.558 pessoas) são da própria família caracterizando a mão-de-obra familiar.

A economia do município de Dom Pedrito baseia-se principalmente em atividades do setor primário com importante contribuição da indústria de beneficiamento do arroz sendo exportadora do produto para todo o país. A estrutura fundiária apresenta

5.2.2.4 Origem e formação histórica

De acordo com Lopes (1972), em 1770 os espanhóis liderados por um comerciante de nome Pedro Ansoateguy (magro e alto que atendia pela alcunha de "Dom Pedrito") estabeleceram uma picada nos matos que margeiam o rio Santa Maria e começaram a desenvolver o comércio, o que originou a povoação. "Dom Pedrito" era um desertor do exército espanhol e um contrabandista de gados e couros.

"Dom Pedrito" abriu a picada para estabelecer um *"posto de contrabando"* (LOPES, 1972), de onde tinha facilidades de acessar o Uruguai sobre os *"verdes espaços de campos do Ponche Verde"*. Segundo ainda Lopes (p.11) do *"posto de contrabando nasceria uma cidade brasileira"*.

O povoamento da região iniciou em 1800. De acordo com Lopes (1972) os primeiros povoadores foram Uladislau Alves de Souza, Tomás Carneiro da Fontoura, Miguel Francisco de Quadros, Plácido José Fialho, Demétrio José Xavier, Antônio Pinto Barreto e Antonio Garcez de Moraes que receberam sesmarias. Afirma que viviam de armas na mão, sendo as estâncias, além da sede dos trabalhos campeiros, *"autênticas fortalezas militares"*. Lopes observa ainda que ao lado dos sesmeiros que obtinham a concessão das terras havia outros "menos favorecidos" que formaram pequenos estabelecimentos por meio de posses mais tarde legitimadas (portanto, já existiam as pequenas propriedades).

Dom Pedrito emancipou-se em 1872. Inicialmente, denominou-se Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito. Posteriormente, passou a se chamar somente Dom Pedrito. A partir de 1888 a sede foi elevada à categoria de cidade.

O município de Dom Pedrito foi palco de inúmeras e violentas batalhas na Revolução Farroupilha, na Revolução de 1893 e na Revolução de 1923⁴. Foi também o local onde foi assinada a paz em 1845, dando fim à Revolução Farroupilha, sendo por isso chamada de Capital da Paz.

⁴ Em maio de 1843 (IBGE, 1959:152) houve no Ponche Verde o combate entre farroupilhas e imperiais envolvendo mais de 5.000 soldados com cerca de 130 mortos e 700 feridos. Em 1893 aconteceram combates na Praça da cidade. Em 1923 houve combates violentos no Ponche Verde entre Honório Lemes e Nepomuceno Saraiva com inúmeros mortos e feridos. Enfim, o município, por sua localização, foi palco de todas as guerras e revoluções atrasando o avanço da produção pecuária.

Ainda de acordo com Rambo (1994), enquanto as fronteiras do oeste já estavam plenamente definidas, a fronteira sul foi resultante de uma sucessão de guerras decorrentes também da sua fisionomia natural: os *“horizontes abertos para todos os lados, a falta de linhas naturais de demarcamento, a transição insensível para o território da República Oriental do Uruguai”*. Acrescenta que esta luta pela fronteira, unida ao caráter da paisagem, *“forjou o caráter do gaúcho na mais pura significação do termo”*.

No início do século XX houve um considerável avanço na agropecuária do município especialmente na bovinocultura de corte. Na década de 40, as produções de trigo e de arroz se intensificaram através de agricultores alemães e italianos vindos de outras regiões do estado que iniciaram os plantios irrigados. Na década de 70 incrementou-se a lavoura de soja.

As informações sobre a ocupação do Vacaiquá, a região estudada em Dom Pedrito, não foram muito precisas havendo dificuldade de encontrar citações específicas na bibliografia consultada. O que se constatou é que nenhum entrevistado se identificou como herdeiro das sesmarias. A principal informação obtida junto à maioria dos entrevistados é a de que seus bisavós (e tataravós) eram oriundos do Uruguai e se estabeleceram na região através de compra de áreas. Os nomes de origem uruguaia, que ainda se encontram nas famílias da região, como Espinoza, Etchechury, Morales, Tarouco e Caillava são testemunhas dessa afirmativa.

Segundo as informações de alguns entrevistados, diversos fatores determinaram estas aquisições: a proximidade com a fronteira do Uruguai, a distância da cidade (Dom Pedrito), a sua localização entre dois banhados (que se constituía em um entrave para o deslocamento em direção à cidade) e a disponibilidade de áreas (não ocupadas efetivamente pelas sesmarias já distribuídas). Assim, embora “cercada” pelas grandes propriedades estabeleceu-se um núcleo de propriedades menores que, no decorrer do tempo, também foram se fracionando por herança.

5.2.3 Quaraí

A seguir são apresentados os principais dados do município de Quaraí.

5.2.3.1 Localização e principais características

O município de Quaraí está localizado na microrregião Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul. Está na latitude $30^{\circ} 23'$ e longitude $56^{\circ} 27'$ (IBGE, 1998). Tem uma área total de 3.147 Km^2 tendo como limites ao norte os municípios de Uruguiana e Alegrete; ao sul, a República Oriental do Uruguai e o município de Santana do Livramento; ao leste, os municípios de Rosário do Sul e Alegrete e a oeste o município de Uruguiana.

O trabalho foi realizado na região 1 localizada na parte sul do município (marcada com um círculo) que, conforme o trabalho de EMATER / RS Escritório Municipal de Quaraí, apresenta as condições ambientais, econômicas e sociais descritas no quadro 5.

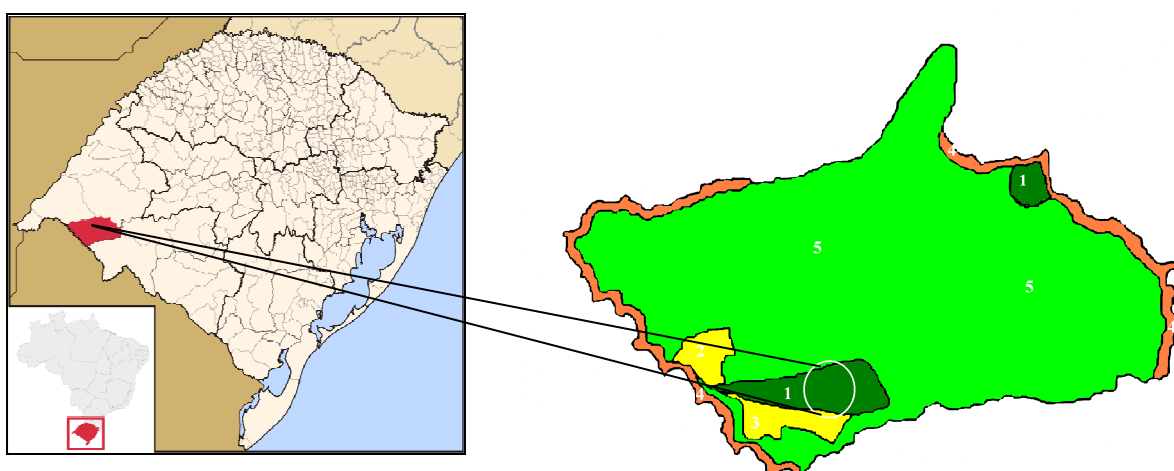


Figura 11. Mapa das regiões homogêneas de Quaraí.
Fonte: EMATER / RS– Escritório Municipal de Quaraí (1999)

Quadro 5. Descrição da região estudada em Quaraí.

Características Ambientais	Características Econômicas	Características Sociais
- Solos arenosos e profundos - Relevo levemente ondulado.	- Pecuária de corte e ovinocultura em pequenas áreas	- Predominam as pequenas propriedades
- Predominância de pastagens nativas com alguma vegetação arbórea.	- Cultivo de pequenas lavouras de subsistência de milho, mandioca, melancia	- As moradias são de alvenaria, madeira, barro ou zinco.
- Bosques de florestamento de eucalipto		- Escola Pólo João Tubino, sendo servida por linhas de ônibus e transporte escolar.
- Áreas em processo de arenização com áreas degradadas		- As estradas possuem boa trafegabilidade.

Fonte: Adaptado de EMATER / RS – Escritório Municipal de Quaraí (1999)

Outros autores descrevem as características ambientais desta região. Andrades Filho, Suertegaray e Guasselli (2006) identificam esta região como uma área que necessita “*atenção especial*” devido ao forte processo de degradação ambiental. Rovedder et al. (2004) afirmam que há uma fragilidade ambiental, nesta região, em função dos processos de arenização. Andrades Filho, Suertegaray e Guasselli (2006:02) utilizam o conceito de arenização como o “*processo de retrabalhamento de depósitos arenosos pouco ou não consolidados, que acarreta nessas áreas uma dificuldade de fixação da cobertura vegetal, devido à intensa mobilidade dos sedimentos pela ação das águas e dos ventos*”. Isto significa que esta área arenizada é suscetível a uma degradação acentuada.

Souto (1984) define dois fatores principais como responsáveis pelo processo de arenização: a constituição física do solo (textura) que tem alta concentração de areia (com baixa percentagem de argila) tornando o solo altamente suscetível à ação dos agentes erosivos e a predominância de espécies vegetais de cobertura do solo de ciclo estival (primavera/verão) que apresentam um crescimento ótimo durante a primavera. Quando ocorrem as primeiras geadas esta cobertura vegetal praticamente desaparece deixando o solo descoberto e “*a mercê dos agentes causadores da erosão*” (SOUTO, 1984:105).

Já Rovedder et al. (2005) afirmam que os ecossistemas que se encontram sobre estas formações areníticas constituem-se em “*um dos tecidos geoecológicos*

mais frágeis do país”. Os focos de arenização são conhecidos regionalmente como “areais” pelo fato de formarem “campos de areia” em meio à vegetação campestre. O relevo é suavemente ondulado formando planícies de grandes extensões com solos com limitação natural quanto “à fertilidade, baixa capacidade de retenção de água e alta suscetibilidade à erosão” (ROVEDDER et al., 2005:501).

Portanto, trata-se de uma região com um ambiente extremamente frágil para as atividades agrícolas. Esta região é identificada como aquela que tem, no município, “os campos de piores qualidades pertencendo a terceira classe” (CARRICONDE, 1933:03).

A região possui um clima em que as chuvas são distribuídas irregularmente durante o ano podendo ser enquadrado com verões quentes e invernos relativamente frios com geadas freqüentes entre abril e novembro. As precipitações costumam ser regularmente distribuídas durante o ano (média anual de 1.250 mm), mas podem ocorrer estiagens no verão.

A região estudada, chamada Areal (tem uma área de cerca de 17.500 ha) compreende as localidades do Salsal, Quatepe e Passo da Colônia que possuem grande concentração de pequenas propriedades que exploram basicamente bovinos de corte e ovinos conforme o objetivo da pesquisa.



Fotos 3. Ambiente da região pesquisada em Quaraí.

Fonte: Autor.

5.2.2.2 População

A população de Quaraí é de de 22.552 habitantes, conforme o Censo de 2007 (IBGE, 2007) sendo 11,4% de população rural. Segundo ainda o IBGE o Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,783 (PNUD / 2000).

5.2.2.3 Economia e estrutura fundiária

De acordo com o IBGE (2007) Quaraí tem 915 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 237.741 ha. As lavouras de grãos são o arroz (12 mil ha), a soja (200 ha) e o milho (500 ha) de acordo com IBGE (2006). Tem ainda uma área de 207.921 ha ocupados com pastagens naturais. Os dados indicam a existência de 793 estabelecimentos com bovinos em um total de 228.040 animais (SAPA, 2007). Da mão-de-obra rural total (2.186 pessoas), 69% (1.527 pessoas) são da própria família caracterizando a mão-de-obra familiar.

A estrutura fundiária apresenta 69% dos estabelecimentos com até 200ha sendo 58% com até 100ha.

5.2.3.4 Origem e formação histórica

De acordo com IBGE (1966) e IBGE (1959b) as terras de Quaraí eram primitivamente habitadas pelos índios guaicurus. Estes índios já conheciam o gado através das Missões Jesuíticas.

O território de Quaraí sempre foi palco das disputas entre espanhóis e portugueses durante todo o século XVIII devido aos inúmeros tratados que delimitavam a fronteira. As lutas se prolongaram até 1820 com a derrota do General uruguaio Artigas.

Apenas em 1817 foram distribuídas as primeiras sesmarias em Quaraí sendo beneficiários 42 estancieiros. O principal deles, José Joaquim de Melo recebeu a

área onde está a sede do município. Três anos depois a área foi comprada por João Batista de Castilhos (que era comprador de mulas de São Paulo) que deu origem ao “Passo do Batista” (junto ao rio Quaraí) onde surgiu a cidade (SIMÕES, sd e IBGE, 1966).

Como os outros municípios deste estudo, durante o século XIX, a região foi abalada pelas inúmeras Guerras e Revoluções, sendo travados por quase todo o século inúmeros e violentos combates⁵.

Em 1852, o Governo uruguaio estabelece na outra margem do Rio Quaraí, em frente ao Passo do Batista, a povoação de San Eugênio (hoje, cidade de Artigas). Isto determinou que as autoridades rio-grandenses estabelecessem um reforço militar no lado brasileiro. O espírito de guerra e de defesa era sempre superior a idéia das melhorias produtivas.

Em dezembro de 1859 foi elevada a condição de freguesia e em março de 1890 foi elevada a condição de cidade (IBGE, 1959b e IBGE, 1966).

No início do século XX houve notável progresso no município devido as charqueadas com um abate de mais de 80 mil cabeças de bovinos. Com isso, os estancieiros se sentiram estimulados à melhoria da produção pecuária.

Em 1923, novamente os conflitos da Revolução afetam a região⁶. A produção de charque em abundância fez com que Quaraí conseguisse se ligar por via ferroviária a Alegrete. Entretanto, a crise das charqueadas e a extinção dos “saladeros” fez com que novamente a região fosse obrigada a exportar gado em pé para os municípios que tivessem frigoríficos.

Na década de 50 surgiram, nas áreas mais baixas e com disponibilidade de água, as lavouras de arroz. O seu crescimento sempre foi limitado pelas condições dos solos.

A localidade do Areal, onde foi realizada a pesquisa, apresenta uma característica peculiar, em relação a forma de acesso à terra, que foi informada por alguns entrevistados e confirmada pelos documentos consultados. O acesso à terra no município de Quaraí, como um todo, se deu através da distribuição de sesmarias

⁵ IBGE (1959:97) relata os combates travados durante a Revolução Farroupilha com destaque ao combate de 26 de outubro de 1844 onde o Major Antônio Fernandes Lima derrota os Farrapos e lhes toma 2.000 cavalos. Na Revolução Federalista de 1893, Ulisses Reverbel invade a cidade por duas vezes e percorre o interior do município em escaramuças de defesa do território.

⁶ Há ocupações da cidade com cercos e violentos combates. Em julho de 1923 há um cerco à cidade por Honório Lemes que acaba em saque. Novamente a Guerra afeta a continuidade das atividades produtivas além de reforçar este espírito de conflito.

em 1814 para 42 estancieiros, principalmente militares (SIMÕES, s.d.). No início do século XX, o Tenente Coronel João Francisco Pereira de Souza, herdeiro das sesmarias na região do Areal, vendeu para o Exército Nacional cerca de 500 hectares. Esta área já estava ocupada por alguns produtores que produziam milho, abóbora, mandioca e bovinos de corte naquelas que eram consideradas as *“piores terras do município”* devido aos solos arenosos que *“não se prestam para a criação e engorde de animais”* (BRASIL, 1936:08). Posteriormente, as áreas foram regularizadas com a venda para os seus ocupantes. Alguns ocupantes e alguns de seus herdeiros ainda permanecem na área tendo sido entrevistados. Segundo relatos, após muitos anos de dedicação à produção de mandioca, melancia, milho e outras plantas de “cercado” os entrevistados abandonaram os plantios e passaram a se dedicar à bovinocultura de corte devido, principalmente, às oscilações climáticas e às dificuldades de mercado.

5.2.4 O contexto comparativo

Este trabalho foi, portanto, realizado em três localidades de três diferentes municípios, com características fisiográficas completamente distintas.

A localidade do Vacaiquá, em Dom Pedrito, é aquela com melhores condições de topografia, solo e vegetação se constituindo em uma das melhores áreas para a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul. Por outro lado, a localidade do Areal, em Quaraí, apresenta as piores condições de solo se constituindo em uma região, não apenas com dificuldades de produção agrícola, mas também com possibilidades de arenização e de degradação ambiental. A região das Palmas, em Bagé, apresenta solos rasos, muito dobrados e alguns afloramentos de rochas também com dificuldades de estabelecimento de lavouras.

Desta forma, este estudo estabelece uma aproximação junto aos pecuaristas familiares que estão assentados em distintos ambientes. A idéia é a de demonstrar, que os pecuaristas familiares, apesar de estarem em ambientes completamente diferentes, possuem características comuns que permitem compreender e explicar o seu modo de vida, que acaba definindo as suas estratégias técnico-produtivas, de comercialização e sobrevivência.

6 O MODO DE VIDA DOS PECUARISTAS FAMILIARES

Este trabalho utiliza na sua essência o conceito de modo de vida. Modo de vida (conforme já descrito no Capítulo 3), de acordo com Chambers e Conway (1992), Scoones (1998) e Ellis (1998 e 2000), é entendido como o conjunto das diferentes estratégias utilizadas pelos agricultores e suas famílias, ao longo de suas trajetórias, em busca do atendimento das suas necessidades de reprodução e dos seus anseios e vontades a partir dos recursos de que dispõem e no contexto onde estão inseridos.

Parte-se do princípio de que o modo de vida dos agricultores é o que define os diferentes estilos de agricultura. Desta forma, o modo de vida dos pecuaristas familiares pode apresentar diferentes estilos de agricultura (em uma heterogeneidade identificada por Long – 1986 - como fruto dos processos históricos de ocupação da terra, das formas de comercialização e dos aspectos técnico-produtivos desenvolvidos). Isto significa que os estilos de agricultura são frutos das diferentes trajetórias dos agricultores e de suas famílias, no tempo e no espaço, que acabam estabelecendo a heterogeneidade da agricultura (PLOEG, 1986:24).

O modo de vida é que determina as ações, as atividades (agrícolas e não agrícolas) e a intensidade das relações mercantis desenvolvidas pelas famílias. Vários são os fatores que contribuem na definição do modo de vida das famílias.

Chambers e Conway afirmam que os modos de vida são compostos pelas capacitações, pelos ativos e pelas atividades mediados por diferentes processos.

Neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os componentes do modo de vida dos pecuaristas familiares entrevistados.

6.1 As capacitações

As capacitações (já descritas no capítulo 3), de acordo com Ellis, são componentes importantes do modo de vida. As capacitações se referem às capacidades, às habilidades e às possibilidades que as pessoas têm de realizar o seu potencial como ser humano. Para isso, é necessário que as pessoas tenham a possibilidade de utilizar, e expressar, todo o seu potencial e os seus funcionamentos (que são as várias coisas que uma pessoa considera valioso ter ou fazer). As pessoas têm, na sua vida, uma “coleção” destes funcionamentos e eles variam de acordo com os valores individuais e com os valores da sociedade que se analisa.

Conforme já foi apresentado, de acordo com Sen (SEN, 1997), as capacitações se centram nas habilidades das pessoas de levar o tipo de vida que consideram ideal e as possibilidades que realmente têm de realizá-la. Acrescenta que as capacitações dependem das características das pessoas, dos antecedentes sociais e das circunstâncias econômicas onde estão inseridas.

A realização dos funcionamentos depende das condições pessoais e das condições sociais ou comunitárias. Isto significa que um conjunto de instituições, formais e informais, também contribui (favorecendo ou dificultando) para a conversão das características em capacitações.

A seguir, é realizada uma análise das capacitações dos pecuaristas familiares considerando algumas condições pessoais (constituição, idade e tamanho das famílias, a idade dos chefes de família, o autoconsumo alimentar e as suas habilitações formais) e algumas condições sociais e comunitárias (mercados e estradas) que contribuem para as possibilidades desta conversão.

6.1.1 Constituição das famílias

Foram entrevistadas sessenta famílias nos três municípios (vinte em cada município) sendo compostas por 158 pessoas sendo 94 do sexo masculino (59,5%) e 64 do sexo feminino (40,5%) com a seguinte constituição por sexo (Tabela 7).

Tabela 7. Constituição das famílias entrevistadas por município e total.

	Bagé		Dom Pedrito		Quaraí		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Homens	35	54,6	29	70,7	30	56,6	94	59,5
Mulheres	29	45,4	12	29,3	23	43,4	64	40,5
Total	64	100	41	100	53	100	158	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esta Tabela permite perceber que há um número pequeno de pessoas por família sendo na sua maioria homens. A Figura 12 apresenta a composição das famílias entrevistadas considerando-se as idades dos seus componentes.

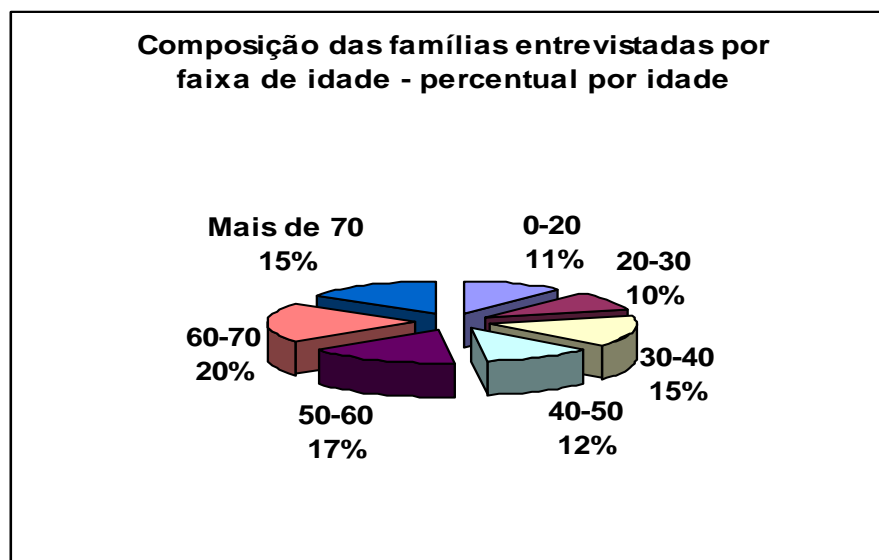


Figura 12. Constituição das famílias entrevistadas por faixa de idade – total em anos de vida.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A constituição das famílias dos pecuaristas entrevistados, embora apresente algumas diferenças entre as três regiões pesquisadas, têm algumas características em comum como a existência de poucos jovens (especialmente de poucas mulheres jovens) e de muitas pessoas com mais de 60 anos (35%).

De acordo com Sen, a idade é uma das variáveis que pode contribuir para a realização, ou não, das capacitações na medida em que a força física, a capacidade de execução e as expectativas futuras podem afetar as condições que têm os indivíduos de transformar um conjunto de bens em capacidades de realização. Dessa forma, o alto percentual de pessoas com mais idade serve também de motivação para uma conduta menos arrojada na condução das atividades, nas relações mercantis e nos investimentos produtivos.

Ao se analisar a constituição das famílias por município¹, considerando as faixas de idade o que se constata é que:

a) Em Bagé, as famílias têm poucos jovens (apenas 12,6% têm menos de 20 anos), muitas pessoas com mais de 60 anos (42,2%) e poucas mulheres jovens (apenas 13,8% das mulheres têm até 30 anos);

b) Em Dom Pedrito, há um menor número de pessoas (apenas 41 pessoas). Destaca-se também o baixo número de jovens (apenas 7,3% têm menos de 20 anos), o alto número de pessoas com mais de 60 anos (32%) e a pouca presença de mulheres, especialmente de mulheres jovens (há apenas uma pessoa do sexo feminino com menos de 30 anos).

c) Em Quaraí, também há uma pequena quantidade de jovens (13% do total) e um número significativo de pessoas com mais de 60 anos (30%). O percentual de pessoas com idade acima de 70 anos chega a 20,7%, o que é bem superior aos percentuais encontrados nos outros dois municípios deste trabalho. Destaca-se ainda uma presença significativa de mulheres especialmente na faixa de idade acima dos 70 anos (20%). Este fator pode ser atribuído à pouca distância da localidade até a sede do município que, com fácil acesso, acaba possibilitando que as pessoas mais velhas permaneçam no meio rural.

¹ Ver Tabelas 1, 2, e 3 do Apêndice B onde estão as distribuições por sexo e por idade por município.

6.1.2 Número de pessoas por família

A figura 13 apresenta, de forma sintética, o percentual de famílias por número de pessoas de todos entrevistados mostrando que as famílias pequenas (com 1 ou 2 pessoas) são a maioria com 55% do total e as famílias maiores (4 ou 5 pessoas) representam apenas 20% do total.

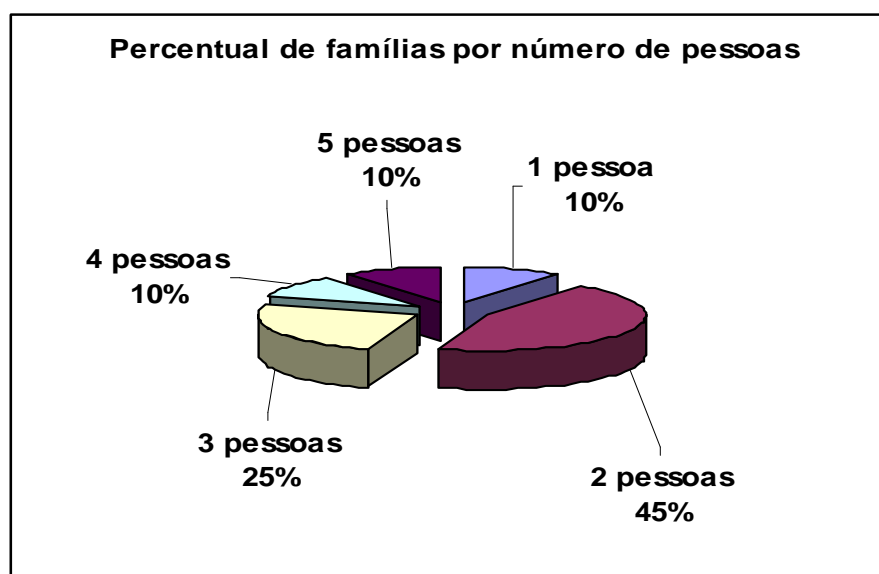


Figura 13. Percentual de famílias por número de pessoas - Total.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Ao se analisar a relação do número de pessoas por família² se constata também que há diferenças entre os municípios pesquisados:

a) Em Bagé, embora seja a mais populosa das três regiões pesquisadas, observa-se que há uma predominância das famílias pequenas (com 2 e 3 pessoas). Entretanto, foram encontradas algumas famílias maiores (com 4 e 5 pessoas) que são constituídas pelos pais, mais velhos, e por seus filhos (ou filhas), na maioria casados, morando na mesma casa (ou casa próxima), na mesma área. Portanto, há famílias em que os pais e os (as) filhos (as) casados (as) vivem juntos, trabalham na mesma área e desenvolvem as mesmas atividades. Entretanto, a chefia da família e as decisões, via de regra, ainda são dos pais.

² Ver Figuras 1, 2 e 3 do Apêndice B onde estão as distribuições dos percentuais de famílias por número de pessoas por município.

As famílias encontradas nesta situação fazem parte do que Chayanov (1974) define como a diferenciação demográfica da família onde a evolução biológica da família e o avanço da idade dos seus componentes estabelece a “fratura” da família com a formação de outras famílias ou com a formação de novas famílias dentro da família original. Ou seja, o envelhecimento dos pais faz com que algum dos filhos (as) volte a morar com seus pais constituindo nova família sob mesmo teto. Isto determina, conforme Chayanov, uma nova fase das famílias com diferentes intensidades de trabalho, de expectativas e de investimento.

b) Em Dom Pedrito, a região pesquisada foi a menor em número de moradores em relação às outras regiões deste trabalho. Predominam as famílias pequenas (com 1 e 2 pessoas) em um total de 75% das famílias entrevistadas. Ao se analisar também as famílias com até 3 pessoas constata-se que este número chega a 95%.

Destaca-se ainda a existência de famílias “constituídas” por apenas uma pessoa (20%). São jovens solteiros e alguns casados que mantêm as suas famílias (esposa e filhos) na cidade em busca de melhores condições de acesso à escola, saúde, etc. De qualquer forma as famílias não participam das atividades e da vida do estabelecimento.

Há apenas uma família constituída por 4 pessoas (nenhuma com 5 pessoas) sendo um casal e dois filhos pequenos. Não foi encontrada nenhuma família com filhos casados morando com os pais.

c) Em Quaraí, observa-se a predominância das famílias compostas por 2 pessoas (45%). Foram encontradas também algumas famílias compostas por pais com os filhos (as) casados (as) vivendo e trabalhando juntos.

As famílias “constituídas” por apenas uma pessoa, no caso dos entrevistados de Quaraí (ao contrário de Dom Pedrito onde a família vive na cidade), são de dois homens solteiros (um de 40 anos e um de 71 anos).

6.1.3 Chefes de família

Outro componente importante para a realização plena das capacitações é a chefia da família. A Figura 14 sintetiza o percentual das faixas de idade dos chefes de família de todos entrevistados nos três municípios.

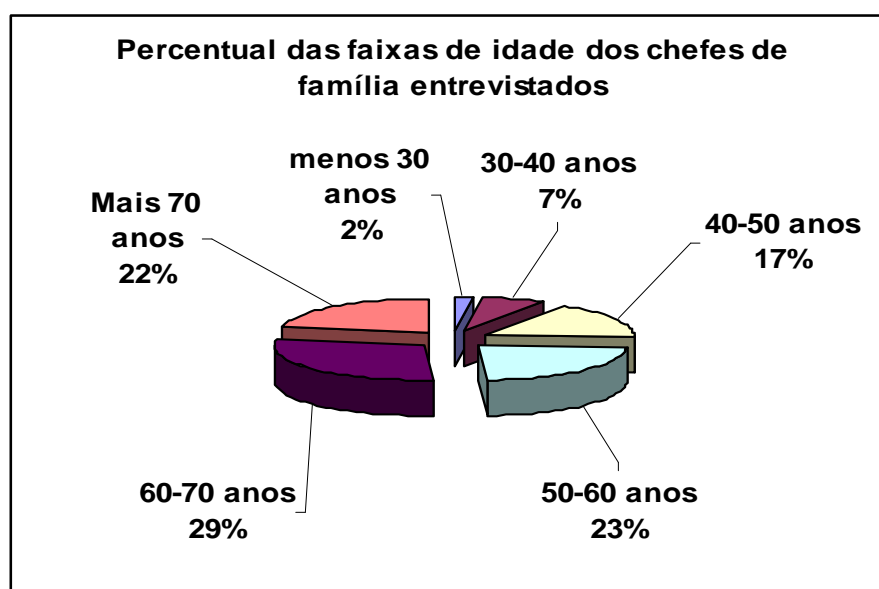


Figura 14. Percentual das faixas de idade dos chefes de família entrevistados – Total.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados evidenciam que há, entre os pecuaristas, um processo de envelhecimento das famílias sem o encaminhamento da sucessão e a substituição pelos mais jovens. Os chefes de família têm, na sua maioria (51%), mais de 60 anos. E, apenas 2% dos chefes de família têm menos de 30 anos caracterizando que não é comum os pais se “aposentarem” e repassarem para seus filhos a condução das atividades e da própria família.

De certa maneira, este envelhecimento dos chefes de família acaba refletindo nas capacitações, tendo em vista a sua menor capacidade física e as suas aspirações e expectativas em relação ao futuro conforme o que afirma Sen.

Foram encontradas também algumas diferenças entre os municípios³.

³ Ver Figuras 4, 5, e 6 do Apêndice onde estão as distribuições dos percentuais por faixa de idade dos chefes de famílias entrevistados por município.

a) Em Bagé, a maioria (65%) dos chefes de família tem mais de 60 anos sendo que 15% têm mais de 70 anos. Além disso, inexistem jovens com menos de 30 anos responsáveis pelas famílias caracterizando um processo de envelhecimento sem renovação. Quanto à presença das mulheres foram encontradas apenas duas mulheres como chefes de família.

b) Em Dom Pedrito, 45% dos chefes de família entrevistados têm mais de 60 anos. Destes, 20% têm mais de 70 anos o que é um número bastante significativo.

Ao contrário de Bagé foram encontradas duas famílias cujos chefes de família têm menos de 40 anos. Nos dois casos os pais são idosos e doentes e, entregaram a responsabilidade para seus filhos. Em ambos os casos os pais possuem aposentadoria e, portanto, a renda da atividade agrícola é secundária e não a principal da família. São jovens solteiros que assumiram sozinhos a condução das atividades agrícolas da família. Foram encontradas duas mulheres como chefes de família.

c) Em Quaraí, 45% dos chefes de família entrevistados têm mais de 60 anos. Destes, 30% têm mais de 70 anos. Não foram encontrados chefes de família com idades abaixo de 30 anos. Foram identificadas quatro mulheres como chefes de família.

Assim, as principais características demográficas da composição das famílias entrevistadas podem ser resumidas como segue:

a) Alto percentual de pessoas (35%) com mais de 60 anos. Em Bagé o percentual de pessoas com mais de 60 anos é maior (42%). Em Quaraí há um alto percentual de pessoas com mais de 70 anos (20%) destacando-se um número significativo de mulheres nesta faixa de idade.

b) Baixo percentual de jovens (11%), especialmente de mulheres jovens sendo que apenas 9,4% das mulheres têm até 20 anos;

c) Os chefes de família têm, na sua maioria, mais de 60 anos de idade (51%) e, destes, 22% têm mais de 70 anos. Além disso, há muito poucos jovens como chefes de família (apenas 2% com menos de 30 anos).

d) As famílias são na sua maioria pequenas (55% das famílias têm 1 e 2 pessoas). As famílias maiores (com 4 e 5 pessoas) são constituídas (na sua maior parte) por filhos casados que vivem e trabalham com seus pais.

Em resumo, estes dados demonstram que a população é pequena, envelhecida e predominantemente masculina.

6.1.4 Autoconsumo

De acordo com Ellis o atendimento das necessidades básicas das pessoas se constitui em parte importante das capacitações. Assim, estar bem nutrido se caracteriza como um importante funcionamento que contribui para a realização das capacitações.

A produção da própria alimentação tem sido descrita e analisada por diversos autores⁴. A produção do autoconsumo se constitui em uma característica importante da agricultura familiar não só pela questão alimentar, mas também pela manutenção da autonomia e da questão cultural.

Desta forma, ao se analisar o autoconsumo dos pecuaristas familiares deve-se levar em consideração as suas peculiaridades históricas e culturais. A formação do gaúcho da Metade Sul do Rio Grande do Sul (conforme descrito no Capítulo 3) foi alicerçada na exploração da bovinocultura de corte. Com isso, a tradição alimentar do “gaúcho” tem sido, basicamente, o consumo de carne bovina.

Isto se comprova através das entrevistas onde se constata que a alimentação é, predominantemente, baseada na carne e com quase nenhum (em algumas famílias, nenhum) consumo de hortaliças e frutas. A alimentação se complementa com massa, arroz e feijão (que são comprados. Não foi encontrada nenhuma lavoura de feijão entre os entrevistados). Além disso, muito poucas famílias elaboram queijos e conservas para consumo.

As 60 famílias entrevistadas, na sua maioria, não têm cultivos e/ou lavouras. Um total de 36 famílias (60% do total de entrevistadas) não têm nenhum tipo de lavoura. Apenas 6 destas famílias informaram que possuem um pequeno “cercado”, que são pequenas áreas (0,2 ha) onde cultivam abóbora, mogango e algum milho.

Portanto, ao contrário da agricultura familiar “tradicional” do norte do estado, onde o autoconsumo (CONTERATO, 2003; GAZOLLA, 2004; GAZOLLA, 2006; GRISA, 2007) apresenta uma variedade de produtos (feijão, arroz, batatinha, trigo, milho e soja), nos pecuaristas familiares o autoconsumo identificado foi basicamente de carne (bovina, ovina e caprina).

⁴ Os trabalhos de Chayanov (1974) e Wolf (1976) são considerados clássicos. No Brasil há os trabalhos de Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979). Mais recentemente os trabalhos de Gazolla (2004) e Grisa (2007) abordam o tema do autoconsumo na agricultura familiar.

Embora algumas famílias tenham informado o consumo eventual de aves (principalmente galinhas) e algumas hortaliças, não souberam precisar a quantidade. Assim, considerou-se o autoconsumo dos animais (bovinos, ovinos e caprinos abatidos no estabelecimento) e das lavouras de milho⁵.

As Tabelas 8 e 9 apresentam os principais indicadores sobre o autoconsumo dos pecuaristas familiares entrevistados.

Tabela 8. Valor do autoconsumo total, autoconsumo bovino, autoconsumo ovino e caprino dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
Autoconsumo total – R\$ ⁶	58.440	62.240	48.100	168.780
Autoconsumo Bovino – R\$	22.900	22.400	17.700	63.000
Autoconsumo Bovino / total - %	39	36	37	37
Autoconsumo Ovino / total - %	40	64	63	55
Autoconsumo Caprino / total - %	21	0	0	8

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 9. Valor do autoconsumo total e as suas relações percentuais com o Produto Bruto, o Produto Animal, o Produto Bovino e com a UTHt dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
Autoconsumo / PBruto - %	9	12	12	11
Autoconsumo / PAn - %	10	15	13	13
Autoconsumo / PBov - %	12	20	17	16
Autoconsumo / UTH t – R\$	1.278,	2.081,	1.449,	1.603,

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

PBruto (Produto Bruto) – é a soma dos valores correspondentes a venda e ao autoconsumo dos produtos e serviços produzidos durante o ano (Lima, 1995:59)

PAn (Produto Bruto Animal) – é a soma dos valores correspondentes a venda e ao autoconsumo dos produtos animais durante o ano.

PBov – (Produto Bruto Bovino) - é a soma dos valores correspondentes a venda e ao autoconsumo dos produtos bovinos durante o ano.

UTHt – (Unidade Trabalho Homem Total) – toda a mão-de-obra utilizada (familiar + contratada)

⁵ Considerou-se o valor de compra dos animais vivos o que neste caso representa o mesmo valor que obteriam se vendessem em pé conforme é realizada a comercialização na região.

⁶ Neste trabalho, os cálculos foram realizados considerando-se os valores em reais (moeda brasileira). Para conversão em dólares americanos deve-se considerar 1 U\$= 2 R\$.

Estes dados permitem as seguintes constatações:

a) O autoconsumo dos pecuaristas familiares (de bovinos, ovinos e caprinos) representa um percentual importante do Produto Bruto (10,6%). Ou seja, atribuindo-se valor de venda ao produto consumido pela família, constata-se que o autoconsumo representa R\$2.813,00 por estabelecimento por ano. Gazolla (2006), em trabalho realizado no Alto Uruguai no norte do estado, encontrou dados de autoconsumo que representam 14,8% do Produto Bruto o que significa um valor cerca 50% maior que os pecuaristas familiares. De qualquer forma comprova-se que a maior parte das famílias entrevistadas tem a sua alimentação baseada na carne.

b) A participação da bovinocultura de corte no autoconsumo é de 37% do total. Entretanto, o que se constata é que a principal fonte para o autoconsumo dos pecuaristas familiares são os ovinos com 55% do total. Isto evidencia a importância da ovinocultura para a sobrevivência e para a segurança alimentar dos pecuaristas familiares. Os caprinos aparecem apenas em Bagé (por suas características ambientais e de tradição) em valores que representam 8% do total.

c) O município de Dom Pedrito apresenta os maiores percentuais de autoconsumo em relação aos outros municípios. Apesar de ser a região onde há menor número de moradores entre os entrevistados o consumo é elevado devido, segundo os entrevistados, aos pecuaristas fornecerem carne para as suas famílias na cidade. Esta constatação também pode ser percebida através dos dados referentes ao autoconsumo em relação à UTH total onde Dom Pedrito também apresenta os maiores indicadores.

Ainda, se pode acrescentar a existência de três famílias que informaram comprar carne na cidade devido a dificuldade de realizar o abate.

Em relação às lavouras e ao autoconsumo de milho constatou-se que, das 60 famílias entrevistadas, apenas 24 (40%) cultivam pequenas áreas de milho. Destas 24 famílias, apenas 4 vendem partes variáveis (entre 15 e 65%) da produção total. As demais famílias não comercializam sendo apenas para o consumo do estabelecimento. A prioridade é produção para o autoconsumo não tendo interesse de comercialização.

6.1.5 Habilitações formais

As capacitações se referem ao conjunto de alternativas que tem um indivíduo em ser ou em fazer coisas e as habilidades que tem para realizá-las. Assim, para desenvolver estas habilidades se constata que não há, entre os pecuaristas familiares, procura e/ou oportunidade de maiores habilitações (entendida como um conjunto de conhecimentos) formais. Assim, as informações, e formações, são repassadas pela família e vizinhos a partir dos conhecimentos práticos e das suas próprias experiências. Foi constatado que a grande maioria dos pecuaristas e suas famílias (75%) nunca participou de qualquer tipo de habilitação profissional formal. Os demais (25%) participaram alguma vez em diferentes eventos destacando-se a inseminação artificial em bovinos (1 pessoa), doma de cavalos (1), artesanato em lã (2), apicultura (1), pastagens (5), manejo de ovinos (5) e preparo de ferraduras de cavalos (1).

Embora isto não signifique incapacidade de trabalho ou desconhecimento da atividade, pode ser um entrave para a utilização de todos os potenciais das pessoas. Este fato ficou bem caracterizado com as inúmeras perguntas feitas pelos entrevistados sobre os mais diversos assuntos tanto técnico-produtivos (doenças dos animais, tratamentos, variedades de milho, manejos de animais, etc), quanto de comercialização (preços) e crédito (acesso a Pronaf, por exemplo) durante a pesquisa de campo.

6.1.6. Condições das Estradas

De acordo com o que já foi citado no capítulo 2, Sen (1997) afirma que a transformação, por um indivíduo, de um conjunto de bens em capacidades de realização tem também limitações de caráter comunitário ou social. Isto significa que há algumas condições que podem dificultar, ou facilitar, a conversão das características dos bens em capacitações. Isto é, determinadas condições podem diminuir a liberdade das pessoas em alcançar aquilo que almejam.

Desta forma, se considerou as condições das estradas como um dos componentes das capacitações⁷ devido à sua importância e a sua contribuição determinante para as diferenças encontradas entre os municípios pesquisados e as influências que tem sobre o modo de vida dos pecuaristas familiares.

As três regiões estudadas apresentam diferenças ambientais significativas conforme já foi descrito. A localidade de Vacaiquá, em Dom Pedrito, é a que tem as melhores condições de solo e topografia. Portanto, do ponto de vista produtivo e de possibilidade de geração de renda é a região mais favorecida.

Entretanto, exatamente por este tipo de solo (argiloso) as condições das estradas são as piores entre as três pesquisadas. Além de distante (cerca de 65 km da sede do município) o tipo de solo (que é extremamente favorável para a bovinocultura de corte) dificulta a manutenção das estradas e o deslocamento em períodos chuvosos. Devido a isto, alguns funcionamentos dos pecuaristas familiares ficam prejudicados na sua execução. Alguns aspectos daí decorrentes são:

a) a região não possui transporte coletivo de espécie alguma. Os moradores que precisam ir à cidade e não possuem veículos necessitam conseguir carona. Um morador contou que:

“para ir à cidade eu fico na estrada esperando que passe alguém. Hoje, por exemplo, eu fui para a estrada às nove horas da manhã e já são sete da noite e recém consegui carona” (Morador entrevistado)

Outra moradora (entrevistada n. 04 de Dom Pedrito) informou que uma vez por mês precisa ir à cidade para *“receber a aposentadoria, pagar contas e fazer o rancho”*. Como não tem alternativas de transporte ela chama um táxi da cidade que cobra R\$ 150, para o deslocamento. Considerando que ela recebe duas aposentadorias, totalizando cerca de R\$ 800, percebe-se o grande ônus que esta despesa significa (19% do total recebido).

Por outro lado, o entrevistado n. 01 de Bagé (cuja região é cortada pela BR-153 que é servida por linhas intermunicipais de ônibus) afirma, reforçando a facilidade de transporte, que *“se eu quiser, eu vou e volto à cidade três vezes no mesmo dia”*. Embora as distâncias sejam parecidas (cerca de 65 km) as possibilidades e as dificuldades são infinitamente diferentes.

⁷ Embora de acordo com a definição de Ellis, a condição das estradas possa também ser enquadrada como capital físico considerou-se como componente das capacitações.

b) o transporte escolar também é prejudicado. Os moradores informaram que em períodos chuvosos (inverno) não há circulação do transporte escolar impedindo os alunos de assistir aulas. Este fato tem consequências diretas na composição das famílias do meio rural de Dom Pedrito. Constata-se ainda que, há menos jovens em idade escolar (apenas 3), menos população total, as famílias são menores e “constituídas” por apenas uma pessoa (20% das famílias são de apenas uma pessoa). De acordo com os entrevistados, as condições da estrada acabam provocando a separação da família. A mãe vai para a cidade com os filhos, para a continuidade dos seus estudos, enquanto o pai permanece sozinho nas atividades rurais.

c) a região (Vacaiquá) não possui atendimento de saúde no local. O atendimento mais próximo é na cidade. As condições da estrada representam, portanto, uma preocupação constante especialmente no que se refere aos atendimentos de emergência. Vários foram os relatos sobre as dificuldades de deslocamento com pessoas doentes, sendo necessária a ajuda de carros tracionados e tratores de vizinhos.

Desta forma, se constata que esta região é a que possui menor percentual de pessoas com mais de 70 anos (apenas 9,7% enquanto em Quaraí é de 20,7%) e a que possui o maior número de chefes de família jovens (5% sendo 0% em Bagé e Quaraí). De acordo com os entrevistados há uma “fuga” das pessoas mais velhas da região na busca de mais segurança para momentos de emergência em termos de saúde. Também, nesta situação os pais optam por morar na cidade e passam, mais rapidamente, aos seus filhos jovens a condução das atividades rurais. Isto não se constatou nas outras regiões pesquisadas, verificando-se que as pessoas com mais idade permanecem morando e gerindo os estabelecimentos mesmo com a presença de filhos jovens.

d) as condições das estradas restringem as oportunidades de mercado e as possibilidades de diversificação das atividades produtivas. Os entrevistados atribuíram às condições das estradas (entre outros) um dos motivos da não diversificação das atividades. Segundo eles, todos os produtos perecíveis em curto prazo não podem ser cultivados sob risco de perda. Assim, os bovinos de corte, segundo eles, não têm restrição em termos de transporte e não são perecíveis a curto prazo sendo, portanto, “seguros”.

Um produtor entrevistado (n. 07) cultivou uma lavoura de melão e tem obtido boas produtividades, mas se mostrou muito temeroso com as condições da estrada durante a colheita o que acarreta um aumento nos custos do frete.

As grandes distâncias e as condições da estrada ainda se caracterizam como dificuldade para a comercialização dos bovinos. Os pecuaristas familiares têm um número pequeno de animais para comercializar o que dificulta a venda. Assim, acabam vendendo seus animais para os vizinhos, normalmente produtores maiores (invernadores), que se transformam no decorrer do tempo em “clientes fixos”. Conforme um entrevistado:

“quando eu preciso de dinheiro, eu vou ali no Dr. (nome do vizinho) e levo dois, três terneiros ou vacas de invernar e já sei que volto com o dinheiro” ... “ele coloca o preço, pois ele sabe quanto é que está valendo” ... “se eu não vender para ele, quem é que vem neste fundão, com esta estrada buscar três terneiros”... “e como que eu vou saber se vou receber (*o dinheiro*) de gente que eu nem conheço”. (entrevistado n. 14)

Esta relação comercial⁸ entre os pecuaristas familiares e os produtores maiores da região, apesar de estabelecer uma subordinação, representa, talvez, a única possibilidade mercantil devido às condições da estrada e às distâncias dos centros urbanos e comerciais.

De qualquer forma, conforme Sen, o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades das pessoas e são estas que possibilitam que se alcancem plenamente as suas potencialidades. A expansão das liberdades, as possibilidades econômicas têm um papel importante. Entretanto, devem ser inseridas dentro de um processo muito mais amplo do que a questão da renda.

Assim, o que se deseja enfatizar é que, embora Dom Pedrito tenha os melhores solos, as melhores condições, o maior potencial econômico e gera mais renda, não se constitui em uma região “desenvolvida”. Ao contrário é a região, entre as três pesquisadas, onde há a maior limitação para as pessoas expandirem as suas capacitações e potencializarem os seus funcionamentos.

Da mesma forma, conforme Sen, as capacitações podem diminuir a vulnerabilidade das pessoas. Assim, os pecuaristas familiares de Dom Pedrito são os mais vulneráveis entre os pesquisados reforçando a idéia de que a questão econômica tem importância relativa na busca do desenvolvimento, especialmente se

⁸ A questão da comercialização é abordada na seção 5.4.

tratando de desenvolvimento rural. Isto é, embora a prosperidade econômica contribua para o desenvolvimento é importante considerar outros avanços, outros acessos que possibilitem que as pessoas obtenham a sua real liberdade.

Convém ressaltar ainda que as diferentes regiões e os diferentes ambientes estudados acabam tendo importante influência na plena execução das capacitações das pessoas. Assim, alguns pecuaristas familiares, embora localizados em ambientes produtivos mais favoráveis, acabam desfrutando de menos liberdade para utilização dos seus diferentes intitamentos para alcançar o seu bem estar e diminuir as suas vulnerabilidades⁹.

⁹ Outra referência sobre a liberdade dos pecuaristas familiares em executar as suas capacitações é apresentada na seção 5.2.4 ao descrever o acesso ao crédito. Pode-se verificar que um grande número (37%) de pecuaristas que não acessam o crédito por escolha própria.

6.2 Os ativos

Os ativos são os componentes identificados como os diferentes tipos de capitais.

6.2.1 Capital natural

O principal capital natural dos pecuaristas familiares é a terra. Neste trabalho foram identificadas a sua origem, as formas de acesso, as suas quantidades e as suas possibilidades de aproveitamento de acordo com as condições de solo, topografia e vegetação.

6.2.1.1 Origem da terra

Uma das hipóteses deste trabalho é a de que os pecuaristas familiares são oriundos de diferentes processos de formação no que se refere ao acesso à terra. A hipótese principal é a de que os pecuaristas familiares seriam oriundos, principalmente, da divisão das estâncias (heranças) e também através de aquisições.

Os resultados obtidos demonstram que não há uma única origem, mas uma diversidade de origens decorrentes da localização das regiões estudadas e dos diferentes acontecimentos históricos. Assim, as três regiões estudadas apresentam formações diferenciadas devido as suas condições históricas conforme descrito nas seções 5.2.1.4, 5.2.2.4 e 5.2.3.4.

De uma maneira geral, os entrevistados têm poucas informações sobre a história da região e sobre as origens mais remotas das áreas que ocupam. Quando perguntados sobre seus ascendentes, sobre a forma como a terra foi adquirida (ou recebida) ou sobre quem foram os antigos donos das áreas, as lembranças não

foram além da época dos seus pais e avós. Alguns, entretanto, ajudaram a recuperar as informações e a identificar as principais diferenças existentes entre elas.

De qualquer forma, fica evidente a diversidade das origens da terra dos pecuaristas familiares nestas três regiões. Apesar da ocupação da terra ter se dado a partir da grande propriedade e da estância das sesmarias a evolução histórica e as questões políticas, econômicas e até climático-ambientais acabaram estabelecendo, nas diferentes regiões, a exploração da bovinocultura de corte como atividade principal mesmo em pequenas áreas.

6.2.1.2 Formas de acesso à terra

Apesar das origens diferentes constata-se que a principal forma de acesso dos entrevistados à terra dos entrevistados foi através de herança. A Tabela 10 apresenta as formas de acesso à terra por município e no total dos entrevistados.

Tabela 10. Formas de acesso, dos entrevistados, à terra.

Município / Forma de Acesso	Bagé (famílias)		Dom Pedrito (famílias)		Quaraí (famílias)		Total (famílias)	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Só herança	3	15	7	35	9	45	19	31,7
Herança + Compra	17	85	13	65	5	25	35	58,3
Compra	0	0	0	0	5	25	5	8,3
Arrendamento	0	0	0	0	1	5	1	1,7
Total	20	100	20	100	20	100	60	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados evidenciam que a grande maioria dos entrevistados (90%) recebeu a sua área de terra (ou parte dela) por herança. Alguns receberam a terra e não adquiriram mais áreas (31,7%). Outra parte deles adquiriu mais terra (58,3%) além daquela que recebeu de herança. Apenas 10% dos entrevistados acessaram a sua terra através de compra (sem receber herança) ou através de arrendamento (apenas um dos entrevistados).

As famílias que herdaram e depois adquiriram novas áreas o fizeram de familiares (45%) e de terceiros (55%). Não se constata a predominância da compra das áreas por um dos familiares recompondo as áreas fracionadas por herança.

As Tabelas 11 e 12, a seguir, apresentam a distribuição, por estrato de área, das heranças recebidas pelos pecuaristas familiares e aquelas que adquiriram outras áreas posteriormente.

Tabela 11. Distribuição, por estrato de área, das heranças recebidas pelos pecuaristas entrevistados.

Áreas recebidas por herança	N. de famílias	
	N.	%
Até 10 ha	11	20,4
10-20 ha	14	25,9
20-50 ha	9	16,6
50-100 ha	11	20,4
100-200 ha	7	13,0
Mais de 200 ha	2	3,7
Total	54	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 12. Número de famílias entrevistadas que receberam herança e quantidade de área de terra adquirida, por estrato de área.

Áreas recebidas	Sem compras		Comprou até 50 ha		Comprou entre 50 e 100 ha		Comprou mais de 100 há	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Até 10 ha	5	45,4	2	18,2	1	9,0	3	27,4
10-20 ha	2	14,3	5	35,7	3	21,4	4	28,6
20-50 ha	5	55,6	1	11,1	1	11,1	2	22,2
50-100 ha	3	27,3	3	27,3	3	27,3	2	18,1
100-200 ha	4	57,1	2	28,5	0	--	1	14,4
Mais de 200 ha	2	100	0	--	0	--	0	--
Total	21		13		8		12	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados apresentados nestas tabelas permitem algumas considerações:

a) Apenas 3,7% dos entrevistados receberam mais de 200 ha de herança. Nenhum deles comprou mais terra, posteriormente. Daqueles que receberam áreas entre 100 e 200 ha (13% dos entrevistados) a maioria (57,1%) não adquiriu mais terra.

Estes dados permitem levantar duas hipóteses. A primeira é de que estas áreas (entre 100 e 200 ha) seriam suficientes para possibilitar um nível de satisfação e sobrevivência das famílias que acabaram não estimulando a realização de esforços para a aquisição de mais áreas. A segunda se relaciona a restrição de

mão-de-obra. Ou seja, as áreas recebidas utilizariam toda a mão-de-obra familiar disponível fazendo com que a aquisição de mais áreas não se tornasse um objetivo da família;

b) Os pecuaristas que receberam áreas entre 50 e 100 ha, na sua maioria, adquiriram outras áreas (72,7%) sendo 62% maiores que 50 ha. Os que receberam áreas entre 20 e 50 ha, na sua maioria, não adquiriram mais áreas (55,6%).

d) Os pecuaristas que receberam áreas de até 20 ha, na sua maioria (72%), adquiriram novas áreas sendo 22% entre 50 e 100 ha e 38% mais de 100 ha. De acordo com a constatação anterior, percebe-se que aqueles que receberam pequenas áreas buscaram agregar mais terra obtendo relativo êxito.

Portanto, pode-se perceber um esforço dos pecuaristas que receberam heranças de áreas menores em comprar mais áreas. Ao contrário, aqueles que receberam áreas maiores não adquiriram mais áreas. Além disso, não se percebe uma agregação das áreas por um único membro da família e sim uma maior aquisição de áreas de terceiros.

6.2.1.3 Distribuição fundiária

Os pecuaristas familiares entrevistados foram indicados por informantes-chave a partir de uma lista prévia elaborada com os dados das Inspetorias Veterinárias, selecionando-se a partir dos critérios de enquadramento já expostos no capítulo 4. Assim, as famílias entrevistadas trabalham em áreas de acordo com seguinte distribuição fundiária (Tabela 13).

Tabela 13. Distribuição fundiária dos pecuaristas familiares entrevistados.

Áreas	Bagé		Dom Pedrito		Quarai		Total		Área média
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
Até 50 ha	0	0	6	30	7	35	13	21,7	22,9
50-100 ha	1	5	6	30	3	15	10	16,7	67,1
100-150 ha	6	30	6	30	3	15	15	25,0	119,5
150-200 ha	2	10	1	5	0	--	3	5,0	163,3
200-250 ha	7	35	1	5	3	15	11	18,4	218,2
250-300 ha	3	15	0	0	1	5	4	6,6	272,3
Mais 300 ha	1	5	0	0	3	15	4	6,6	354,5
Total	20	100	20	100	20	100	60	100	136

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Embora as amostras tenham sido intencionais em termos de características dos entrevistados, não o foram em termos de distribuição fundiária (não houve restrição ou escolha para a realização de entrevistas por distribuição fundiária). As 60 entrevistas foram realizadas com pecuaristas que ocupam uma área total de 8.160,5 ha com uma média de 136 ha por entrevistado.

Tabela 14. Área ocupada e média dos entrevistados por municípios e total.

	Bagé ha	Dom Pedrito ha	Quaraí ha	Total Há
Área ocupada total	3.888,5	1.647,8	2.642,2	8.160,5
Média	194,4	83,4	131,2	136
Maior entrevistado	410	200	338	--
Menor entrevistado	77	13	4,5	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

6.2.1.4 Áreas aproveitáveis

A descrição das regiões escolhidas para a realização das entrevistas já permite identificar a grande diferenciação ambiental existente entre elas. Esta diferenciação é indicada pela Superfície Agrícola Útil (SAU), definida por Lima et al. (1995:70) como aquela que *“corresponde à parte da área que normalmente é utilizada pelas atividades agrícolas”*. Ou seja, as condições agroecológicas de solo, topografia e vegetação definem os diferentes percentuais de aproveitamento produtivo das áreas. Isto significa que as regiões com maior SAU têm maior área aproveitável em relação às áreas totais.

Na localidade de Palmas, em Bagé, a SAU é de apenas 71,1%. A localidade do Vacaiquá, em Dom Pedrito, apresentou o maior percentual de SAU com 93,5% enquanto que na localidade do Areal, em Quaraí, o percentual foi de 90,5%. Este indicador associado à qualidade dos solos evidencia que as áreas de Dom Pedrito são aquelas com o maior potencial produtivo em relação às outras duas regiões.

6.2.1.5 Áreas próprias / áreas totais

Outro indicador importante é o percentual de área própria em relação à área total utilizada pelos pecuaristas. Os dados mostram que 73,6% das áreas totais dos entrevistados são áreas próprias (83,6% em Bagé, 77,5% em Dom Pedrito e 59,7% em Quaraí).

O indicador encontrado em Quaraí (59,7%) é expressivamente menor que os demais devido a um entrevistado que trabalha apenas com área arrendada.

6.2.2 Capital físico

Os pecuaristas familiares apesar de trabalharem em pequenas áreas de terra, basicamente com a exploração da bovinocultura de corte, são detentores de um capital físico em terra, benfeitorias e animais conforme é apresentado na Tabela 15.

Tabela 15. Capital dos pecuaristas familiares em terra, benfeitorias, máquinas, implementos, animais e total por município e total (em mil R\$).

	K em terra			K em benfeitorias, máquinas e equipamentos			K em animais			K total	
	Total R\$ (mil)	Média R\$ (mil)	% K total	Total R\$ (mil)	Média R\$ (mil)	% K total	Total R\$ (mil)	Média R\$ (mil)	% K total	Total R\$ (mil)	Média R\$ (mil)
Bagé	5.068	253	53	2.176	109	23	2.289	114	24	9.534	477
Dom Pedrito	5.265	263	65	1.337	67	17	1.522	76	18	8.124	406
Quaraí	3.132	157	55	917	46	16	1.678	84	29	5.727	286
Total	13.465	224	58	4.430	221	19	5.489	274	23	23.385	389

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

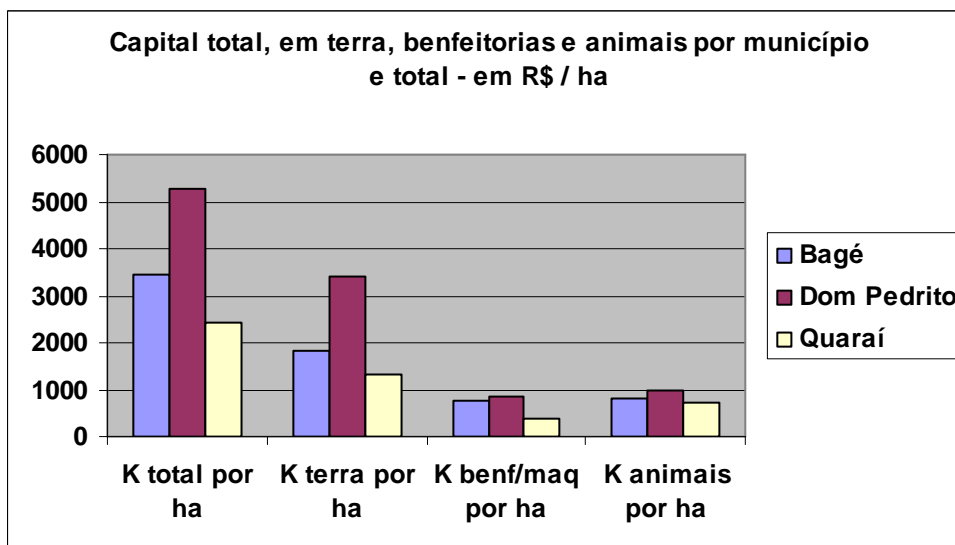


Figura 15. Capital total em terra, benfeitorias/ máquinas e equipamentos e animais por ha e por município – em R\$.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados são analisados a seguir:

a) O maior capital físico dos pecuaristas familiares é a terra (58% do capital total). Dom Pedrito apresenta os maiores valores, pois a terra é mais valorizada por ser de melhor qualidade;

b) O capital em benfeitorias, máquinas e equipamentos é pequeno (apenas 19% do capital total ou R\$ 221.000,00 em média). O que se percebe é que os pecuaristas familiares têm poucas instalações, poucas máquinas e equipamentos, que na sua maioria são antigos. Apenas 13 (21%) entrevistados têm trator, sendo que 10 destes tratores têm mais de 28 anos.

c) O capital em animais é superior ao capital das benfeitorias e máquinas sendo o principal investimento realizado pelos pecuaristas familiares, comprovando que os animais se constituem também em mercadoria de reserva.

d) Constata-se que, do capital em animais, 81,5% são de animais bovinos comprovando o caráter essencialmente “bovinocultores de corte” dos pecuaristas familiares, conforme o que vem sendo discutido neste trabalho.

e) Os entrevistados de Quaraí são aqueles que têm o menor percentual de capital em bovinos em relação ao capital em animais com 77%, devido ao grande número de ovinos ainda existentes nos estabelecimentos.

6.2.3 Capital humano

Os capitais humanos analisados se referem ao trabalho, às condições pessoais e ao nível de escolaridade das famílias. O trabalho, conforme Ellis (2000), é o ativo “chefe” possuído pelas pessoas mais pobres e para realizá-lo necessitam ter condições pessoais (saúde) e habilidades.

6.2.3.1 Trabalho

Ao se realizar uma análise sobre o trabalho dos pecuaristas familiares deve-se considerar que as famílias estabelecem diferentes estratégias (e combinações de estratégias) para a utilização do seu tempo e da sua mão-de-obra.

Nos pecuaristas familiares um dos fatores extremamente importantes está relacionado com a diferenciação demográfica da família, descrita por Chayanov (1974). Isto é, as diferentes etapas da vida dos componentes da família, em termos de idade, determinam diferentes intensidades de trabalho. Esta diferenciação estabelece também os diferentes níveis de trabalho nos estabelecimentos, e fora deles, além de regular a necessidade ou não de contratação de mão-de-obra externa. Este fator, associado à presença ou não da aposentadoria rural, contribui para as diferentes estratégias em relação à mão-de-obra familiar e contratada.

As famílias entrevistadas têm 35,4% dos seus componentes com mais de 60 anos. E, grande parte deles, recebe aposentadoria rural (70% das famílias recebem ao menos uma aposentadoria). Este fato é decisivo na definição das suas estratégias.

Além disso, o fato das famílias receberem, ou não, recursos de outras fontes externas também tem grande importância e faz diferença na definição das atividades e de suas intensidades. De qualquer maneira, a análise da mão-de-obra dos pecuaristas familiares foi dividida em atividades internas ao estabelecimento (basicamente agrícolas) e atividades externas na tentativa de uma melhor compreensão das suas estratégias e das suas lógicas de sobrevivência e reprodução.

6.2.3.1.1 Trabalho nas atividades agrícolas do estabelecimento

Inicialmente se realizou uma análise do trabalho realizado nas atividades agrícolas do estabelecimento. Considerou-se, conforme o que propõem Lima et al. (1995), os diferentes tipos de mão-de-obra: a familiar, a contratada eventual e a contratada permanente. Para análise do trabalho dos pecuaristas familiares utilizou-se o indicador Unidade de Trabalho Homem (UTH) que, de acordo com os mesmos autores, correspondente a 300 dias de trabalho por ano com jornada média de 8 horas/dia de uma pessoa adulta¹.

A Tabela 16 apresenta dados sobre mão-de-obra utilizada pelos pecuaristas familiares dos três municípios e do total dos entrevistados.

Tabela 16. Indicadores da mão-de-obra total dos pecuaristas familiares por município e total.

Indicadores	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
UTH Total (média)	2,2	1,5	1,6	1,8
UTH Familiar (média)	2,0	1,2	1,5	1,6
UTH T / UTH F (%)	89,0	83,6	94,5	89,2
SAU / UTH T (ha) média	60,7	54,6	72,7	62,6
SAU / UTH T (ha) máxima	144,0	135,6	204,4	--
RA / UTH T / ano (R\$) média	10.867,	15.058,	6.295,	10.740,
RA / UTH T / ano (R\$) máxima	28.205,	64.410,	27.570,	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

UTH Total – toda a mão-de-obra utilizada (familiar + contratada)

UTH familiar – mão-de-obra da família

SAU – Superfície Agrícola Útil em hectares

SAU / UTH T – quantidade de hectares que cada adulto é responsável

RA – Renda agrícola é a parte do Valor Agregado, em reais, que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar o patrimônio. É o que avalia o ganho obtido pela unidade de produção, através da atividade agrícola durante o ano (Lima et al 1995:57).

RA / UTH T – renda em reais obtida com as atividades agrícolas por cada unidade de mão-de-obra utilizada.

¹ Os autores atribuem uma UTH para uma pessoa adulta entre 18 e 59 anos, sendo consideradas as crianças de 7 a 13 anos como 0,5 UTH, os jovens de 14 a 17 como 0,65 UTH e os idosos com mais de 60 anos como 0,75 UTH (LIMA et al., 1995:79).

Estes dados indicam que:

a) A maior parte da mão-de-obra utilizada na produção agrícola é familiar (89,2%) sendo apenas uma pequena parcela contratada (10,8%). Esta constatação confirma o caráter familiar dos entrevistados no que se refere à utilização de mão-de-obra. Apesar de se dedicarem basicamente à bovinocultura de corte, considerada uma atividade tipicamente da grande propriedade (e da agricultura patronal), os pecuaristas familiares têm características de agricultores familiares confirmando uma das hipóteses deste trabalho;

b) A bovinocultura de corte praticada pelos pecuaristas familiares é realizada com o uso de pouca mão-de-obra (1,8 UTHs totais em média). Os dados demonstram que um homem adulto (uma UTH) é responsável por uma área média de 62,4 ha. Além disso, a área máxima encontrada para uma UTH foi de 204,4 ha.

Outra observação importante é que, apesar da maioria dos pecuaristas familiares se dedicarem à produção de carneiros (uma atividade mais exigente em mão-de-obra do que, por exemplo, a terminação e a engorda) ainda assim utilizam pouca mão-de-obra.

c) As Rendas Agrícolas médias por UTH total são em média de R\$ 10.740, / ano ou R\$ 826, / mês o que significa 1,7 salários mínimos nacionais por mês por unidade de mão-de-obra².

A mão-de-obra contratada, basicamente é eventual, isto é contratada esporadicamente para a realização de trabalhos definidos por um determinado tempo. A Tabela 17 apresenta as principais atividades para as quais os trabalhadores são contratados e o número de dias para cada atividade por município e pelo total dos pecuaristas entrevistados.

² A renda agrícola máxima encontrada entre os entrevistados foi de R\$ 64.410, em um produtor de Dom Pedrito que recebe percentuais de lavouras de arroz por arrendamento de água o que aumenta em muito a sua renda agrícola.

Tabela 17. Atividades principais e número de dias da mão-de-obra contratada dos pecuaristas familiares por município e total.

Atividades	Bagé		Dom Pedrito		Quarai		Total	
	dias	%	dias	%	dias	%	dias	%
Cercas	423	52,1	81	18,5	142	70,6	646	44,5
Milho – colheita	132	16,4	174	39,8	--	--	306	21,1
Ovinos – esquila	72	8,7	66	15,1	49	24,4	187	13,0
Bovinos de corte – banho e vacinas	80	9,9	96	22,0	10	5,0	186	12,8
Limpeza de campo / Lenha	45	5,5	20	4,6	--	--	65	4,5
Mel - colheita	60	7,4	--	--	--	--	60	4,1
Total	812	100	437	100	201	100	1.450	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados evidenciam que a atividade que exige o maior número de dias de contratação de mão-de-obra é a construção / reforma de cercas com 44,5% do total. Seguem-se os trabalhos com a colheita de milho (21,1%). O trabalho com ovinos, especialmente a esquila, que representa 13% do tempo de contratação de mão-de-obra caracteriza-se como uma atividade sazonal, mas cuja contratação aparece praticamente em todos os estabelecimentos. O trabalho contratado para as atividades com bovinos de corte é de 12,8% sendo principalmente para atividades de vacinação, dosificação e banhos com carrapaticidas. Este trabalho não aparece em todos os estabelecimentos, apenas naqueles que têm áreas maiores e/ou que têm poucos vizinhos nas proximidades.

Apenas cinco pecuaristas entrevistados têm empregado fixo. Destes, três são assalariados. Os outros dois são trabalhadores que recebem outras formas de remuneração como casa, comida e/ou a possibilidade de ter animais no campo. Os três pecuaristas com empregado fixo têm as características que constam na Tabela 18.

Tabela 18. Características dos pecuaristas familiares que têm empregados fixos.

Entrevistado	Bagé n. 20	Dom Pedrito n. 17	Dom Pedrito n. 18
Idade (anos)	73	75	82
UTH F / UTH (%)	61	29	33
Área total (ha)	220	200	110
SAU	198	198	109
Rendas não agrícolas %	49	16*	66

* O entrevistado recebe ajuda do seu filho que possui um comércio na cidade. Não soube precisar os valores que recebe, mas informa que a ajuda é contínua devendo ser este percentual bem mais elevado.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

UTH Total – toda a mão-de-obra utilizada (familiar + contratada)

UTH familiar – mão-de-obra da família

SAU – Superfície Agrícola Útil em hectares

Esta tabela evidencia que os produtores que contratam mão-de-obra fixa têm em comum a idade acima de 70 anos, as áreas acima de 100 ha (que exigem mais mão-de-obra) e, acima de tudo, têm uma boa entrada de recursos financeiros externos através de aposentadorias, de outras atividades ou da ajuda dos filhos.

A pouca contratação de mão-de-obra para o trabalho com bovinos de corte também se explica pela outra forma de trabalho encontrada nas entrevistas, com muita frequência, que é a chamada “troca de serviços” entre os pecuaristas (reciprocidade).

De acordo com Sabourin (2003:03) uma das formas de reciprocidade (entendida como “a troca de equivalências materiais e ou simbólicas entre as pessoas”) é aquela que está associada à produção agropecuária e às atividades rurais. Acrescenta ainda que em diversas sociedades rurais de hoje o princípio da reciprocidade ainda “governa” grande parte da vida de seus moradores em práticas como as trocas referentes ao autoconsumo, ao trabalho familiar, etc.

Sabourin (2003) descreve ainda as formas de ajuda na produção e na organização local como ajuda mútua nas atividades e nas tarefas de produção agrícola havendo uma “troca de dias” de trabalho, não monetarizada. Trata-se, portanto, de uma obrigação e um compromisso entre os vizinhos que permite a realização das tarefas que, apenas com os componentes da família, não seria possível realizar.

Entre os pecuaristas familiares foi constatada a existência do que é denominado por eles como “troca de serviços”. Neste tipo de reciprocidade os vizinhos, tendo em vista as dificuldades de contratação de mão-de-obra nos momentos de maior necessidade (ou pelo seu alto custo ou pela pouca disponibilidade de trabalhadores), trocam auxílio para a execução das tarefas de forma recíproca.

Desta forma um produtor (às vezes, também parte de sua família) ajuda um vizinho nas suas atividades. Em contrapartida, em outro momento, recebe apoio do vizinho na execução das atividades sem custo algum. A grande maioria dos entrevistados realiza estas trocas. Esta é uma forma de evitar o estrangulamento maior na demanda por mão-de-obra.

Na “troca de serviços” os trabalhos são majoritariamente (87%) realizados com bovinos de corte (vacinações, dosificações, marcações) em atividades que não são possíveis de realizar sozinhos ou apenas com a mão-de-obra das pessoas da família. Eventualmente, é utilizada para outras atividades como no conserto de cercas ou na esquila (tosquia) dos ovinos. Os trabalhos com construção de cercas e esquila de ovinos, por se constituírem em atividades mais trabalhosas e penosas são, normalmente, exercidas pela própria família ou pela mão-de-obra contratada especificamente para essa atividade.

De qualquer forma o que se constata é que a “troca de serviços” é uma estratégia dos pecuaristas familiares para enfrentar as dificuldades de mão-de-obra nas atividades agrícolas do estabelecimento. Percebe-se a constituição de uma rede de trocas que acaba possibilitando que os pecuaristas familiares consigam realizar as suas tarefas e evitem os momentos de maior estrangulamento de mão-de-obra nas atividades agrícolas.

A Tabela 19 mostra as principais atividades e o número de dias destinados pelos pecuaristas por município e no total dos pecuaristas familiares entrevistados.

Tabela 19. Atividades principais e número de dias da “troca de serviços” dos pecuaristas familiares por município e total.

Atividades	Bagé		Dom Pedrito		Quaraí		Total	
	dias	%	dias	%	dias	%	dias	%
Ovinos	10	2,4	--	--	--	--	10	0,8
Milho	--	--	5	1,1	30	7,9	35	2,8
Cercas	120	28,5	--	--	--	--	120	9,6
Bovinos de corte	290	69,1	447	98,9	350	92,1	1087	86,8
Total	420	100	452	100	380	100	1.252	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Portanto, nas atividades agrícolas são utilizadas a mão-de-obra familiar (principal), a contratada efetiva (muito pouca), a contratada eventual e a troca de serviços além de uma combinação delas refletindo a heterogeneidade e a diversidade dos pecuaristas familiares.

Ainda de acordo com Sabourin (2003), as diferenças dos avanços das sociedades humanas, a partir das suas histórias, fazem com que as formas de ajuda mútua também se modifiquem. Acrescenta que as estruturas de reciprocidade, e seus valores humanos de partilha e de solidariedade, podem se modificar a partir de modificações tecnológicas ou através de avanço da mercantilização.

No caso dos pecuaristas familiares, apesar de toda a história da ocupação da terra e de sua formação ter sido em um ambiente hostil e de guerra, ainda assim se pode perceber a existência de mecanismos de reciprocidade. Pode-se atribuir ao pouco avanço da modernização das atividades agrícolas e ao aumento das dificuldades de contratação de mão-de-obra.

Ainda em relação a “troca de serviços” constata-se que esta forma de ajuda é menos intensa quanto maior for o estabelecimento. Os pecuaristas familiares com maiores áreas são aqueles que preferem contratar mão-de-obra eventual para as suas atividades e não estabelecer uma relação de reciprocidade com os vizinhos. Isto é, a reciprocidade em termos de trabalho é mais praticada por aqueles com menores áreas e rendas. Conforme afirma Sabourin (2003) isto se deve a maior relação mercantil daqueles produtores e, portanto, com a sua maior inserção no capitalismo.

Outro aspecto a ser considerado em relação ao trabalho dos pecuaristas familiares se refere à diversificação das atividades como estratégia de reprodução. Assim, é possível, desde este ponto de vista, identificar dois tipos de pecuaristas: os

que vivem unicamente da atividade agrícola (associada ou não com a aposentadoria rural) e os que têm outras atividades no meio rural ou não.

Isto significa que entre as estratégias adotadas pelos pecuaristas familiares está a pluriatividade. De acordo com os trabalhos de Schneider (2001:10; 2005:04) e Sacco dos Anjos (2000)³, a pluriatividade se refere a um fenômeno que se caracteriza pela *“combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”*. Isto é, a pluriatividade se refere a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER, 2005:04).

Perondi (2007), baseado no trabalho de Schneider e Sacco dos Anjos (2003) e Schneider (2006a), propõe uma tipificação a partir das diferentes estratégias de reprodução dos agricultores familiares de acordo com os seus tipos de ocupação e suas fontes de renda. Identifica quatro tipos básicos de famílias de acordo com a origem da renda e da utilização da mão-de-obra.

a) Famílias monoativas agrícolas - que se dedicam exclusivamente ao trabalho agrícola no interior do estabelecimento, comercializando apenas produtos agropecuários “in natura”;

b) Famílias monoativas para-agrícolas - que realizam algum tipo de transformação de produtos agropecuários;

c) Famílias pluriativas de base agrária – que desenvolvem atividades agrícolas também fora da unidade de produção;

d) Famílias pluriativas de base não agrária – que realizam a combinação de atividade agrícola dentro da unidade de produção com atividade (s) estranha (s) ao setor agrícola. (PERONDI, 2007:30).

A partir destas definições foi encontrada a seguinte situação entre os pecuaristas familiares entrevistados nos três municípios e no total de entrevistas conforme a Tabela 20 apresentada a seguir.

³ O objetivo não é conceituar ou discutir os conceitos de pluriatividade, mas explicar o que foi considerado para a classificação dos pecuaristas familiares em monoativos e pluriativos.

Tabela 20. Tipo de famílias de pecuaristas familiares entrevistadas de acordo com a condição das atividades por município e no total.

Tipo de família	Exclusivamente agrícolas				Pluriativas			
	Monoativas		Paraagrícolas		Base agrária		Intersectorial	
	c/ aposent	s/ aposent	c/ aposent	s/ aposent	c/ aposent	s/ aposent	c/ aposent	s/ aposent
Bagé	11	3	1	--	1	1	3	--
Dom Pedrito	10	2	--	--	--	5	2	1
Quaraí	13	4	--	--	--	1	1	1
Total	34	9	1	--	1	7	6	2
%	56,6	15,0	1,7	--	1,7	11,7	10,0	3,3

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados permitem verificar que, entre os pecuaristas entrevistados, as atividades unicamente agrícolas são preponderantes sendo que 73,3% das famílias são exclusivamente agrícolas. Também é importante ressaltar que, entre as famílias exclusivamente agrícolas, a maior parte (79%) recebe aposentadorias (43% destas famílias recebem uma aposentadoria e 57% recebem duas aposentadorias) conforme apresenta a Figura 16.

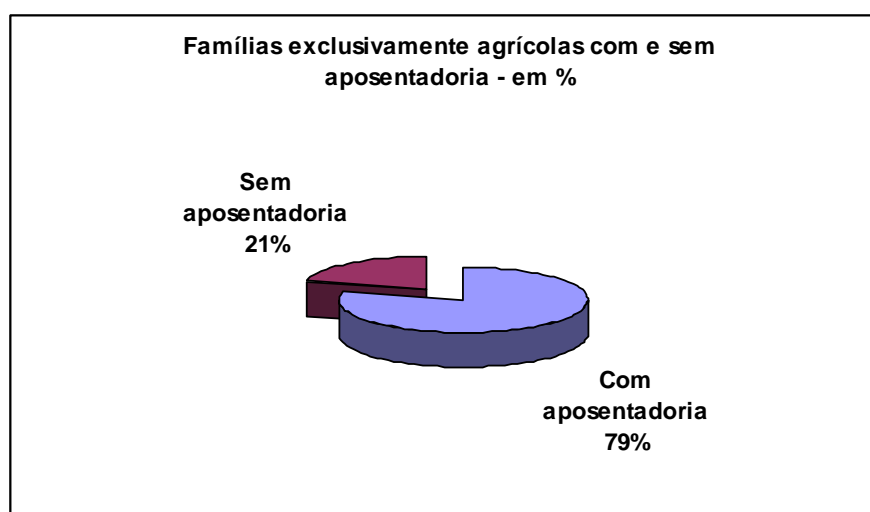


Figura 16. Percentual das famílias exclusivamente agrícolas com e sem aposentadoria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados permitem que se façam as seguintes considerações:

a) A participação das aposentadorias rurais na composição da renda total dos pecuaristas familiares exclusivamente agrícolas contribui para a sua manutenção e reprodução. De certa forma, contribui para uma situação de estabilidade que possibilita que as famílias não sejam obrigadas a buscar outras atividades externas ao estabelecimento. Isto implica, por um lado em uma garantia de maior segurança da família e, ao mesmo tempo, em uma menor “*vontade*” de correr riscos e realizar investimentos nas suas atividades produtivas. Seria um estímulo para a consolidação do lado “*satisficer*” do pecuarista⁴ (conforme descreve Bandeira, 1994:21) onde a aversão ao risco faz com os pecuaristas optem por rentabilidades mais baixas desde que com bastante segurança. E ainda, reforça a “*cultura econômica pecuarista*”, descrita por Rocha (2000), como um comportamento econômico “conservador”.

b) Pode-se destacar também a pequena agregação de valor aos produtos (foi encontrada apenas uma família para-agrícola que trabalha com artesanato em lã ovina e caprina) sendo a maioria dos produtos vendidos “in natura”. Isto pode estar relacionado às dificuldades de mercado e também as poucas habilitações em termos de beneficiamento e agregação de valor aos produtos oriundos das criações bovinas, ovinas e caprinas.

Entre os pecuaristas familiares entrevistados foram identificadas dezesseis famílias que têm alguma pluriatividade (isto é, que têm alguma pessoa da família desenvolvendo algum tipo de atividade externa ao estabelecimento). Destas famílias, oito desenvolvem atividades de base agrária e oito atividades inter-setoriais. Das famílias de base agrária, sete não recebem aposentadoria caracterizando a busca de complementação de renda através de outras atividades fora do estabelecimento na própria atividade agrícola.

A Tabela 21 apresenta as principais atividades de base agrária e intersetorial que são desenvolvidas por estas famílias, por município, a partir das definições utilizadas por Perondi (2007).

⁴ Conforme Bandeira (1994:21) já relatado no capítulo 3 deste trabalho “*satisficer*” seriam aqueles que buscam soluções satisfatórias, e não necessariamente as mais rentáveis, considerando a satisfação a partir do nível de aspirações dos indivíduos e do volume de informações de que dispõem.

Tabela 21. Atividades desenvolvidas pelas famílias pluriativas de base agrária e intersetorial por município.

Atividades	Bagé	Dom Pedrito	Quarai
Base agrária			
Doma de cavalos	1	--	--
Cuidado de animais para terceiros	1	2	1
Serviços de trator	--	3	--
Intersetorial			
Funcionário público	2	1	1
Outras atividades urbanas	1	2	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados indicam que uma das atividades de base agrária mais importante nos três municípios é a do cuidado dos animais de terceiros. Os quatro entrevistados são responsáveis pelo cuidado de animais de algum vizinho, normalmente morador da cidade e que possui outra atividade, recebendo para isso uma remuneração.

Outra atividade que aparece, mas que se limita ao município de Dom Pedrito, é a prestação de serviços de mecanização com o trator. Os entrevistados possuem tratores antigos (anos 1974, 1979 e 1987) com os respectivos equipamentos (arados, grades, roçadeiras) e realizam trabalhos de preparo do solo e plantio de lavouras de milho e pastagens para seus vizinhos. Segundo eles os tratores são “sobra” da experiência frustrada de plantio de lavouras (especialmente de arroz) realizadas por eles no passado.

No que se refere às atividades intersetoriais foram encontradas pessoas ligadas ao serviço público, especialmente às escolas, como professores, merendeiras e zeladores. Nas outras atividades, tidas como urbanas, foram entrevistados alguns dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que dedicam seu tempo, ou parte dele, para as atividades de organização e representação da categoria paralelamente à bovinocultura de corte.

De qualquer forma, ao se relacionar as atividades externas ao estabelecimento com o recebimento de aposentadorias constata-se que a maioria dos que buscam outras atividades não recebem aposentadoria.

Enfim, há uma diversidade do uso da mão-de-obra pelos pecuaristas familiares sendo 89,2% familiar, sendo os contratados fixos muito poucos sendo a mão-de-obra restante contratada de forma eventual. Destaca-se a utilização de “troca de serviços” entre os pecuaristas familiares (87%) contribuindo esta, efetivamente, para a viabilidade das atividades agrícolas.

6.2.3.2 Condições pessoais

Conforme já descrito por Ellis (2000), o trabalho é extremamente importante para as pessoas mais pobres e para realizá-lo necessitam ter boas condições pessoais (saúde) e habilidades.

Assim, as más condições de saúde podem impedir que as pessoas possam potencializar as suas atribuições na busca da sua sobrevivência e reprodução. Dessa forma, o que se pode constatar é que, embora haja um grande número de pessoas com idades mais avançadas, de uma maneira geral, os pecuaristas familiares apresentam boas condições pessoais.

Das sessenta famílias entrevistadas, 75% declararam não ter nenhum problema de saúde na família. Outras 20% declararam que alguém tem algum problema que dificulta a sua plena atividade como hipertensão, doenças terminais e problemas de coração e coluna. Apenas 5% declararam algum tipo de incapacidade física na família como Síndrome de Down e condições físicas limitadas pela idade.

6.2.3.3 Escolaridade das famílias

A escolaridade é também um fator importante na constituição do capital humano dos pecuaristas familiares.

A Tabela 22 apresenta um resumo do nível de escolaridade das famílias entrevistadas nos três municípios.

Tabela 22. Nível de escolaridade das famílias entrevistadas - total.

Escolaridade	Homens			Mulheres			Total		
	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum
Analfabeto / semi-analfabeto	6	6,4	6,4	6	9,4	9,4	12	7,6	7,6
Ensino fundamental incompleto	66	70,2	76,6	36	56,2	65,6	102	64,5	72,1
Ensino fundamental completo	12	12,8	89,4	11	17,2	82,8	23	14,5	86,6
Ensino médio incompleto	6	6,4	95,8	2	3,1	85,9	8	5,1	91,7
Ensino médio completo	2	2,1	97,9	6	9,4	95,3	8	5,1	96,8
Ensino superior incompleto	--	--	--	1	1,6	96,9	1	0,6	97,4
Ensino superior completo	2	2,1	100	2	3,1	100	4	2,6	100
Total	94	100		64	100		158	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esta Tabela permite concluir que o nível de escolaridade dos pecuaristas e de suas famílias é muito baixo. A maior parte das pessoas não concluiu o Ensino Fundamental (65,2%) sendo que a maioria estudou apenas até a 4ª série. Foram encontradas 14,5% das pessoas entrevistadas com o Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª série). Com Ensino Médio (incompleto e completo) e Superior (incompleto e completo) foram encontrados apenas 12,7% pessoas.

Portanto, diante do que afirma Ellis sobre a importância do capital humano como componente do modo de vida, pode-se perceber que este baixo nível de escolaridade pode dificultar os avanços em termos de liberdades da execução das suas capacitações.

Estes dados também apresentam diferenças entre os municípios⁵ conforme se constata:

⁵ Ver Tabelas 1, 2, e 3 do Apêndice onde estão as distribuições por sexo e por idade por município.

a) Em Bagé, há um percentual de analfabetos e semi-analfabetos de 6,2% sendo, na sua maioria, pessoas com mais de 70 anos de idade. Um percentual de 48,4% não completou o Ensino Fundamental. Assim, ao se considerar os analfabetos e os que estudaram até o Ensino Fundamental se têm um total de 71,8% da população o que indica uma baixa escolaridade.

Além disso, a maior parte das pessoas que não completou o Ensino Fundamental estudou apenas até a 4ª série (que antigamente era a série mais adiantada disponível na região. A partir daí, o aluno deveria se transferir para a cidade). Atualmente, há acesso ao Ensino Fundamental completo na localidade com transporte escolar e mesmo assim foram encontrados apenas 3 estudantes.

b) Em Dom Pedrito os dados evidenciam também um baixo grau de escolaridade. Embora não tenham sido encontrados adultos analfabetos o percentual de pessoas que não completaram o Ensino Fundamental é de 65,8%. Os que completaram o Ensino Fundamental representam 19,5%. Portanto, ao se considerar os analfabetos e os que estudaram até o Ensino Fundamental se têm um total de 90,2% da população o que é altamente significativo.

Também em Dom Pedrito os entrevistados informaram que a maior parte das pessoas estudou apenas até a 4ª série. Há apenas um estudante que utiliza o transporte escolar, mas que enfrenta dificuldades durante grande parte do ano devido às condições de trafegabilidade das estradas passando longos períodos sem freqüentar as aulas.

c) Em Quaraí, os dados também evidenciam um baixo grau de escolaridade da população rural entrevistada. Foram encontrados três adultos analfabetos (5,6%). O percentual de pessoas que não completou o Ensino Fundamental é de 73,5%. Aqueles que completaram o Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) representam apenas 7,5%. Portanto, ao se considerar os analfabetos e os que estudaram até o Ensino Fundamental têm-se um total de 86,7% da população pesquisada o que também se constitui em um número significativo.

6.2.4 Capital financeiro

Conforme Ellis, o capital financeiro se refere às diversas linhas de financiamento e os diferentes acessos que as famílias têm. Neste trabalho foram analisados os créditos e financiamentos públicos que os pecuaristas familiares buscam e têm acesso.

A Tabela 23 apresenta os resultados encontrados.

Tabela 23. Relação do acesso ao crédito dos pecuaristas familiares entrevistados por município e no total.

Acesso ao crédito	Bagé		Dom Pedrito		Quaraí		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Pronaf	6	30	11	55	13	65	30	50
Não querem	10	50	7	35	5	25	22	37
Não conseguem	3	15	2	10	0	0	5	8
Outros créditos	1	5	0	0	2	10	3	5
Total	20	100	20	100	20	100	60	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados demonstram que grande parte dos pecuaristas familiares entrevistados (50%) acessou, ao menos uma vez, o Pronaf, na sua maioria para custeio pecuário ou para investimentos ligados à bovinocultura de corte como a aquisição de animais e a elaboração de pastagens.

Por outro lado, 8% dos entrevistados, embora queiram, não conseguem acessar o Pronaf. Entre os motivos estão a falta de documentação da terra ou das famílias e questões de cadastro bancário.

Ainda foram encontradas 3 famílias (5%) que acessaram outros créditos, especialmente o crédito pessoal para aposentados. Segundo as famílias, embora sejam empréstimos com juros mais altos são obtidos com facilidade junto aos Bancos. A entrevistada n. 15 de Quaraí afirmou, com uma certa dose de orgulho, ter “*crédito em todos os Bancos*” ao referir-se ao empréstimo. Além disso, percebeu-se um desconhecimento de parte dos entrevistados sobre a existência do Pronaf, suas condições de juros e prazos e as suas formas de acesso.

Mas, em relação ao capital financeiro e aos acessos aos créditos o que também se destaca é o alto percentual de entrevistados (37%) que não quer crédito

de forma alguma. Parte dos pecuaristas familiares têm uma rejeição aos empréstimos bancários. Alguns entrevistados afirmaram que *“banco só quero para sentar”* e *“não quero saber dessa gente”*. Ou seja, os créditos bancários no decorrer do tempo acabaram provocando uma total desconfiança dos pecuaristas. Alguns afirmaram ainda que *“só compro alguma coisa quando tenho dinheiro”* referindo-se também a não utilização de crediário para as compras mais simples. E ainda, constatou-se que vários dos pecuaristas entrevistados não têm sequer conta bancária utilizando-se apenas de dinheiro vivo nas suas transações mercantis.

Isto ajuda a demonstrar que grande parte dos pecuaristas familiares prefere manter a sua autonomia mercantil e financeira regulando a sua vida não pela busca do lucro ou dos melhores preços e oportunidades de venda, mas pelo lado do consumo, aumentando ou diminuindo, conforme as suas possibilidades de recursos e as necessidades da família.

Este dado permite concluir que o crédito não é uma demanda prioritária para este tipo de público. Aliás, alguns entrevistados se orgulham de nunca terem utilizado o crédito e atribuem a isto o fato de ainda permanecerem na atividade sem endividamentos.

6.2.5 Capital social

De acordo com o que já foi descrito por Ellis, o capital social se refere *“às redes sociais, associações e relações sociais que as pessoas têm e das quais podem obter apoio para a manutenção e reprodução do seu modo de vida”*. E ainda que, o capital social, é determinado pelas diferentes formas de participação, reivindicação e obtenção dos benefícios dos serviços públicos. Desta forma, neste trabalho, se busca identificar o capital social dos pecuaristas familiares a partir da sua participação em entidades representativas como as associações de produtores, Sindicatos e Cooperativas. Além disso, identificou-se ainda a participação junto aos partidos políticos a partir das informações dos entrevistados que se declararam filiados a algum partido.

Os dados apresentados na Tabela 24 evidenciam uma grande diferenciação entre os municípios sobre a participação nas entidades representativas.

Tabela 24. Relação da participação dos pecuaristas familiares em Associações, Sindicatos, Cooperativas e partidos políticos.

Participação	Bagé		Dom Pedrito		Quaraí		Total	
	Sim	%	Sim	%	Sim	%	Sim	%
Associação de produtores	15	75	0	0	5	25	20	33
Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR	16	80	20*	100	16	80	52	85
Sindicato Patronal	1	5	1**	5	0	0	2	10
Cooperativas	0	0	0	0	13	65	13	22
Partidos políticos	2	10	3	15	1	5	6	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* Uma entrevistada é associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rivera no Uruguai onde, segundo ela, têm melhor atendimento médico.

** Outro entrevistado é associado no STR e também no Sindicato Patronal. Por isso, os percentuais superam os 100%.

Os dados desta Tabela evidenciam uma grande diferenciação entre as regiões no que se refere ao capital social. Algumas observações são apresentadas a seguir:

a) Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais participaram na definição da amostra de entrevistados o que talvez explique o alto percentual de associados que foram encontrados nos três municípios. Por isso, pode-se constatar que a principal entidade representativa reconhecida pelos pecuaristas familiares são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Entretanto, muitos entrevistados informaram que o principal motivo de serem sócios dos Sindicatos é a possibilidade de acesso ao atendimento médico e odontológico e não, necessariamente, por sua identidade com a representação da categoria⁶. Isto se reforça com a constatação de que alguns entrevistados são associados aos sindicatos patronais.

b) A existência recente de uma Associação de Moradores das Palmas, em Bagé, fez com que os dados sobre participação em associações fosse bastante diferente dos outros municípios. Alguns entrevistados indicaram a Associação como responsável direta por algumas melhorias recebidas pela localidade (como serviços da patrulha agrícola municipal e o recebimento de reprodutores). Outros declararam participar da Associação, mas ainda não perceberam nenhuma vantagem. De qualquer maneira, a Associação de Moradores não é algo comum na região estando

⁶ A questão da identidade dos pecuaristas familiares será discutida na seção 5.5.

ainda em processo de consolidação em Bagé. Nos outros municípios não existem Associações de Moradores.

Em Dom Pedrito, em especial, não se percebe junto aos pecuaristas familiares, nenhuma outra instituição além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reforçando o que já foi constatado e descrito anteriormente sobre as dificuldades oriundas das condições de acesso e da rarefação populacional.

c) Em Quaraí, ainda se destaca a existência da Cooperativa de Lãs que tem importância na comercialização do produto. As Cooperativas, que tiveram no passado grande importância para os ovinocultores de lã são, atualmente, muito poucas na região. Uma das Cooperativas remanescentes está em Quaraí e ainda tem grande importância na comercialização da lã dos pecuaristas familiares. Embora seja importante neste município também não se trata de algo comum na região.

d) Os pecuaristas familiares, na sua maioria, não possuem vínculos com os partidos políticos tendo sido encontrados apenas 6 filiados. Há uma enorme descrença nas ideologias partidárias. Os entrevistados ao serem questionados sobre a forma de escolha dos seus candidatos nas eleições responderam que 90% deles escolhem a pessoa do candidato e apenas 10% escolhem pelo partido. Além disso, quando questionados se escolhiam os candidatos por serem identificados com o meio rural e/ou com a agricultura, 60% responderam que não. Portanto, além de não serem vinculados aos partidos políticos também não escolhem os seus candidatos a partir da representação com o setor ou com a sua categoria social.

Assim, embora existam algumas iniciativas associativas recentes, os pecuaristas familiares têm, em termos de participação em entidades representativas, um baixo capital social. Ao se considerar também a reciprocidade como componente do capital social pode-se perceber que há valores que persistem quando se trata execução das atividades “produtivas”. Alguns entrevistados afirmam que há um descrédito quanto às instituições, pois elas *“nunca conseguiram nada para nós”*. Estas manifestações refletem os valores herdados do gaúcho peão descritos anteriormente por Vianna (1987:147), onde prevalece a subordinação, a subalternidade, a submissão e a passividade na espera de que alguém *“faça alguma coisa por nós”*.

6.3 As atividades

As atividades são as ações realizadas pelas famílias, dentro das suas estratégias de sobrevivência e reprodução, quer na produção agrícola, quer em outras alternativas “não agrícolas”. Chambers e Conway (1992:07) definem as atividades como “*o que eles (os agricultores) fazem*” a partir do “portfólio” de possibilidades de que dispõem.

Conforme Ellis (2000) este “portfólio” é constituído de atividades que podem ser baseadas nos recursos naturais (agrícolas e não agrícolas) e baseadas nos recursos não naturais (negócios rurais, serviços rurais, manufaturas rurais e recebimento de recursos externos).

A questão das atividades já foi discutida, em parte (na seção 5.2.3.1), quando se abordou o trabalho e as diferentes formas de uso da mão-de-obra (interna e externa). Naquela seção o que se destaca é que a principal atividade é a bovinocultura de corte realizada com o uso, principal, da mão-de-obra familiar. Pode haver uma combinação da bovinocultura de corte com um número restrito de outras atividades como as criações (ovinos, caprinos e apicultura) e as lavouras (milho) e a existência de atividades não agrícolas que já foram apresentadas e discutidas.

A seguir são apresentadas as atividades dos pecuaristas familiares.

6.3.1 Bovinocultura de corte

A principal constatação sobre os pecuaristas familiares é a sua relação umbilical com a bovinocultura de corte. A história da ocupação da terra e a identidade daí decorrente estabelecem esta relação de forma que vai além da exploração da atividade com objetivos econômicos. Apesar de ser associada a outras criações e/ou lavouras (basicamente o milho) é a bovinocultura de corte o centro da lógica da reprodução e da sobrevivência dos pecuaristas familiares.

Esta afirmativa é reforçada quando se analisam as questões produtivas, tecnológicas e econômicas dos pecuaristas familiares. A seguir são apresentadas algumas características dos pecuaristas familiares.

6.3.1.1 Tempo na atividade.

Os pecuaristas familiares, entrevistados nos três municípios, estão há bastante tempo na atividade. A Tabela 30 apresenta as médias de tempo na atividade e as variações de tempo por município e no total dos entrevistados.

Tabela 25. Tempo médio dos pecuaristas familiares na atividade de bovinocultura de corte e as variações de tempo encontradas por município e no total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
Tempo médio na atividade (anos)	46,9	39,9	34,3	40,3
Varição de tempo (mín-máx anos)	30-75	12-70	13-60	12-75

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esta tabela permite que se façam as seguintes considerações:

a) Os pecuaristas familiares entrevistados, na sua maioria, têm uma larga vivência na bovinocultura de corte com uma média de 40,3 anos na atividade com variações entre 12 e 75 anos;

b) Um grupo pequeno de famílias (apenas 4) informaram ter menos de 20 anos na atividade. Destas quatro famílias, duas eram compostas por viúvas (que passaram a se dedicar à bovinocultura após a morte dos maridos). Outra família foi constituída a partir da venda de bovinos e aquisição de terra. De qualquer forma, embora informem menos de 20 anos estas famílias já possuíam uma relação anterior com a bovinocultura de corte.

A quarta família informou que está na atividade há 12 anos tendo recebido a terra por herança de seu pai no momento em que desistiu da lavoura de arroz. De acordo com ele é *“preferível ganhar menos com o gado, do que aventurar com a lavoura de arroz”* (Entrevistado n. 05 de Dom Pedrito). Explica a concepção do risco das lavouras em relação à segurança da bovinocultura embora com menor rentabilidade. Portanto, a bovinocultura de corte, em termos de tempo, é a atividade principal dos pecuaristas familiares. Isto significa que as crises e as baixas rentabilidades da atividade não foram suficientes para que eles mudassem ou se *“aventurassem”* em outras atividades.

6.3.1.2. Composição do rebanho bovino.

Ao se realizar uma análise na composição do rebanho bovino dos pecuaristas familiares pode-se perceber que eles se dedicam principalmente à produção de carneiros, etapa da bovinocultura de corte identificada como “*cria*”. Não são, portanto, produtores que engordam o gado e vendem para os frigoríficos (terminadores).

Os dados da Figura 17 demonstram que os pecuaristas familiares mantêm uma predominância de vacas de cria (54% do rebanho) para a produção de carneiros.

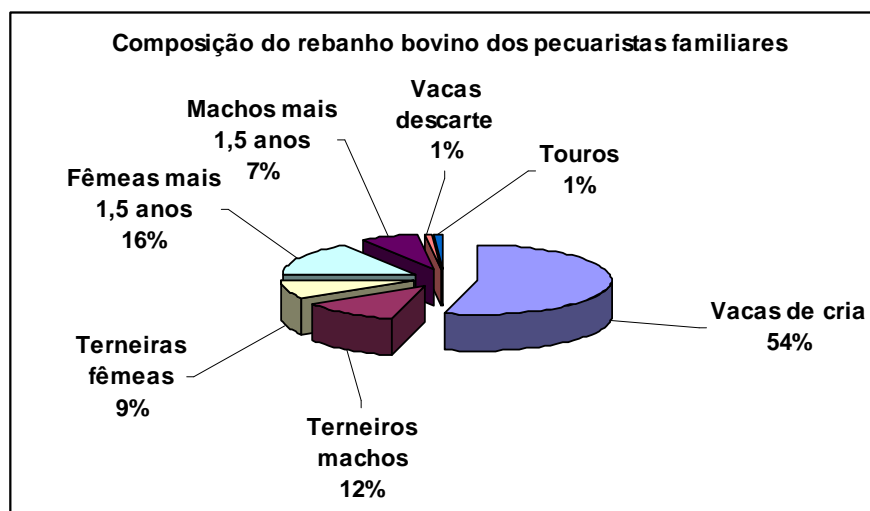


Figura 17. Composição do rebanho bovino dos pecuaristas familiares entrevistados em percentual.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Numa situação de busca pela eficiência técnico-produtiva, um “criador” deveria ser um produtor especializado em produzir, e vender, carneiros machos. Desta forma, deveria ter no seu rebanho, além de touros, vacas de cria e carneiros, apenas as fêmeas de reposição (1,5 e 2,5 anos) sem a presença de animais machos (que deveriam ser vendidos entre 6 e 8 meses). Entretanto, conforme a Figura 20, se pode perceber que há animais machos com mais de 1,5 anos (7%) o que se caracteriza, do ponto de vista da lógica capitalista e técnico-produtiva, em uma “irracionalidade técnica e econômica”. Questionados sobre os motivos da não especialização os pecuaristas familiares responderam que se trata de uma

estratégia de sobrevivência, pois *“quando o preço dum bicho (categoria) está ruim, tem o outro (de outra categoria) para vender”* (entrevistado n. 09 de Bagé).

Desta forma, havendo necessidade de vendas e estando o preço dos carneiros muito baixos sempre há a possibilidade da venda de outra categoria animal (novilhos de 1,5 anos, por exemplo) cujo preço esteja mais favorável. É o que Ellis descreve como a estratégia de risco onde as famílias não *“põem todos os ovos dentro de um mesmo cesto”* (ELLIS, 2000) na tentativa de aumentar o conjunto de alternativas, de obterem mais segurança e diminuírem a sua vulnerabilidade.

Esta é uma estratégia semelhante ao que os agricultores familiares “tradicionais” descritos praticam com a diversificação das atividades para evitar ficar a mercê das alterações do mercado. Os pecuaristas familiares, entretanto, realizam uma diversificação dentro da própria atividade o que, ao contrário de ser reconhecido como uma estratégia, acaba se caracterizando como “uma irracionalidade administrativa e econômica”.

Outra observação importante é a de que, mesmo em solos mais férteis e em “campos bons” (caso de Dom Pedrito) onde seria possível a engorda dos bovinos, os pecuaristas familiares dedicam-se à produção de carneiros e não à terminação. A opção dos pecuaristas familiares em relação às atividades a serem desenvolvidas está ligada aos aspectos de autonomia em relação ao mercado, à estabilidade e à segurança e não às melhores opções produtivas e econômicas como vem se demonstrando neste trabalho.

E, além disso, a bovinocultura de corte tem um significado ligado às questões de reconhecimento social e de possibilidade de acumulação de mais gado e mais terra. A lógica dos pecuaristas familiares está ligada à questão da segurança e do baixo risco, mesmo que isto signifique menor rentabilidade.

6.3.1.3 Indicadores de lotação animal

Uma das características dos pecuaristas familiares, já descritas, é ter os bovinos de corte como mercadoria de reserva e se relacionar com o mercado de maneira eventual buscando manter a sua autonomia. Esta lógica faz com que, uma das estratégias utilizadas pelos pecuaristas familiares seja a de ter a maior

quantidade possível de animais. Como as áreas de terra são limitadas e a principal alimentação dos bovinos de corte são as pastagens (naturais e, eventualmente, as cultivadas) os pecuaristas familiares utilizam altos índices de lotação⁷. Se do ponto de vista técnico e produtivo caracteriza-se como uma irracionalidade, pois menores lotações por área proporcionam maior produtividade⁸, do ponto de vista da lógica dos agricultores familiares que criam bovinos de corte é perfeitamente compreensível. Os dados obtidos demonstram que os pecuaristas familiares, na sua maioria, têm altos índices de lotação de animais por ha.

Tabela 26. Indicadores de lotação total por área, indicadores de lotação de bovinos por área e em relação à lotação total dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
UA / SAU	1,15	1,21	0,97	1,10
UA Bovina / SAU	0,86	0,85	0,62	0,78
UA Bovina / UA total - %	75	70	64	70

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

UA / SAU – Unidade Animal por ha de Superfície Agrícola Útil. Uma UA equivale a 450 kg de peso vivo de bovinos.

UA Bovina / SAU – Unidade Animal de Bovinos por ha de Superfície Agrícola Útil.

UA Bovina / UA total – percentual da UA em relação a UA total

Estes dados permitem que se façam algumas considerações:

a) Os indicadores de lotação encontrados são extremamente elevados caracterizando a lógica dos pecuaristas familiares de terem animais como mercadoria de reserva. O que importa para os pecuaristas familiares é o número de cabeças de gado disponíveis para que possam ser comercializados, se necessário, em momentos de emergência. Isto significa que a importância é dada a quantidade de estoque animal disponível e não aos níveis de produtividade a serem obtidos. O indicador de 1,10 UA/Ha, em média, expressa uma acumulação de animais cuja produtividade dos pastos nativos (principal fonte de alimentação dos animais dos pecuaristas familiares) não é capaz de alimentar adequadamente na maior parte do ano. Portanto, há graves prejuízos produtivos aos animais como perda de peso,

⁷ Os indicadores de lotação representam a quantidade de peso vivo dos animais colocados em um hectare de SAU. Este indicador varia conforme as condições de fertilidade de solo e de acordo com as épocas do ano.

⁸ Sobre o tema das lotações e produtividades nos pastoreios com bovinos de corte ver o trabalho de Nabinger (2006).

diminuição de crescimento e baixas taxas de repetição de cria das vacas acarretando baixas natalidades, altas mortalidades e, acima de tudo, baixas produtividades por área.

b) Os dados evidenciam, mais uma vez, a grande importância que têm os bovinos de corte para os pecuaristas familiares. Os indicadores apontam que 70% da lotação total é de bovinos de corte. Isto significa que os pecuaristas familiares que trabalham com a lógica da mercadoria de reserva têm nos bovinos a sua principal aplicação.

c) Os entrevistados de Quaraí apresentaram a menor participação dos bovinos de corte na composição da lotação. Isto se deve a uma maior participação da ovinocultura. O ambiente mais difícil da região estudada em Quaraí (em relação às outras duas regiões) faz com que os pecuaristas tenham maiores percentuais de ovinos e menores de bovinos. Trata-se, também, de uma estratégia de sobrevivência com animais menores em áreas com mais dificuldade produtiva.

6.3.1.4 Renda Agrícola Bovina e Produto Bruto

Ao se realizar uma análise das atividades dos pecuaristas familiares e de suas respectivas rendas pode-se perceber que há, na constituição da Renda Total⁹, uma importante participação da Renda Agrícola¹⁰.

A Tabela 27 apresenta os principais dados obtidos sobre a Renda Agrícola dos entrevistados por município e a sua relação por estabelecimento, pela Renda Total, por ha de SAU e por UTHf.

⁹ Renda Total é a soma das rendas agrícolas e não agrícolas auferidas pelos membros da família (rendas agrícolas, não agrícolas, aposentadorias, outras transferências sociais e outras rendas externas) de acordo com SEBRAE/RS; SENAR/RS; FARSUL e UFRGS (2005:anexos).

¹⁰ De acordo com Lima et al (1995:57) a renda agrícola é a parte do valor agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar o patrimônio, ou seja, é a diferença entre as receitas obtidas com as atividades agrícolas e o custo de produção total.

Tabela 27. Renda agrícola dos pecuaristas familiares entrevistados em relação à renda total, à Superfície Agrícola Útil e à Unidade de Trabalho Homem familiar por município e total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quarai	Total
RA/RT - %	68	63	63	65
RA por estabelecimento – R\$/ano	24.323	19.255	11.414	18.331
RA/SAU – R\$/ano	175,	250,	95,	173,
RA/UTHf – R\$/ano	11.952,	15.404,	7.270,	11.542

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

RA / RT – percentual da renda agrícola sobre a renda total obtida

RA / SAU – Renda agrícola por Superfície Agrícola Útil em Reais

RA / UTH f – renda em reais obtida com as atividades agrícolas por cada unidade de mão-de-obra familiar utilizada.

Estes dados indicam que os pecuaristas familiares ainda obtêm a maior parte da sua renda das atividades agrícolas (65%). Apesar das modificações ocorridas no meio rural brasileiro e gaúcho, ainda nas regiões estudadas a Renda Agrícola é a principal dos pecuaristas familiares.

Além disso, as rendas agrícolas obtidas por hectare de SAU são diferentes entre os três municípios com valores que variam entre R\$ 95,00 e R\$ 250,00/ha (com uma média entre todos os pesquisados de R\$ 173/ha). Esta diferença de valores (onde se destaca Dom Pedrito com as rendas mais altas) pode ser atribuída, principalmente, às questões ambientais (qualidade de solo) e às outras oportunidades de renda (por arrendamento de água e terra para as lavouras de arroz) que só foram encontradas em Dom Pedrito.

Esta diferença, favorável a Dom Pedrito, também se reflete na remuneração da mão-de-obra familiar com valores que variam entre R\$ 7.270,00 e R\$ 15.404,00 por UTHf.

Ao se aprofundar a análise da composição da renda pode-se perceber, mais uma vez, o caráter “pecuarista e bovinocultor de corte” dos entrevistados. De acordo com Lima et al (1995:59) a Renda é composta pelo Produto Bruto (PB)¹¹ menos o Custo de Produção Total (CPT). Ao se analisar apenas o Produto Bruto obtido pelos

¹¹ PB é a soma dos valores correspondentes a venda e ao autoconsumo dos produtos e serviços produzidos durante o ano. CPT é a soma dos valores correspondentes ao uso de recursos ou fatores no processo de produção. (Lima, 1995:59)

pecuaristas familiares e a sua composição pode-se perceber a enorme importância e participação da bovinocultura de corte conforme apresenta a Tabela 28.

Tabela 28. Produto bruto total, produto animal e produto bovino dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé	Dom Pedrito	Quaraí	Total
PBruto total – R\$/ano	677.513	525.659	385.596	1.588.768
PBruto por ha – R\$/ano	244,	341,	161,	
PAnimal total – R\$/ano	560.343	402.747	363.946	1.327.036
PAnimal por ha– R\$/ano	202,	261,	152,	
PBov total – R\$/ano	467.150	310.000	276.700	1.053.850
PBov por ha – R\$/ano	168,	201,	115,	
Pan / PBruto - %	83	77	94	83
PBov / PAnimal - %	83	77	76	80
PBov / P Bruto - %	69	59	72	66

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

PAn / PBruto – percentual do Produto Animal em relação ao Produto Bruto

PBov / PAn – percentual do Produto Bovino em relação ao Produto Animal

Estes dados demonstram que:

a) O Produto Bruto obtido pelos pecuaristas familiares entrevistados tem grande participação dos produtos animais com 80% em Bagé, 77% em Dom Pedrito e 94% em Quaraí. Este percentual é menor em Dom Pedrito tendo em vista a maior participação das lavouras e dos arrendamentos já referidos.

Pode-se observar isto, com mais clareza, ao se analisar a diferença existente entre o Produto Bruto por ha (R\$ 341,00) e o Produto Animal por ha (R\$ 261,00). Mesmo assim, pode-se perceber a grande importância da produção animal para os pecuaristas familiares na constituição do seu Produto Bruto (83%);

b) A bovinocultura de corte é a atividade que mais contribui na composição do Produto Animal com 80% (com participações que variam entre 76% e 83%). O restante é atribuído às criações de ovinos e caprinos (existentes apenas em Bagé).

c) A questão ambiental (especialmente os melhores solos e pastagens) influencia o Produto Bruto obtido pelos pecuaristas familiares. As melhores condições existentes em Dom Pedrito permitem uma produção animal maior, tanto em bovinos de corte como em ovinos. Os dados mostram R\$ 261,00 por ha de produto animal e R\$ 201,00 por ha de bovinos de corte destacando-se em relação aos outros municípios. Dentro de uma análise produtiva este é um fator relevante e

decisivo, pois as condições naturais contribuem para uma melhor possibilidade de produção e de renda.

d) Um dos entrevistados (nº. 20 de Quaraí) informou não ter realizado vendas de produtos agrícolas nos últimos dois anos porque “*não precisou*”. Isto acabou provocando um menor volume do Produto Bruto e Animal de Quaraí. Entretanto, reflete a lógica mercantil de alguns dos pecuaristas familiares que vendem seus produtos apenas quando têm necessidade de dinheiro.

e) Os pecuaristas familiares entrevistados apresentam um volume de Produto Bruto significativo com valores totais de R\$ 1.588.768,00. Isto representa R\$26.479,00 por estabelecimento pesquisado o que significa que, os pecuaristas familiares também são geradores de riquezas que alavancam o crescimento da economia dando a sua contribuição para o desenvolvimento rural apesar das suas atividades e formas produtivas consideradas “*inviáveis*” e inexoravelmente condenadas à exclusão. Evidente, que não se desconhece as dificuldades de sobrevivência, conforme afirma Ploeg (2006:20), dentro da tentativa de enfrentar um “*mundo grosseiro e cruel*” onde estão inseridos.

6.3.1.5 Valores e motivações para a criação de bovinos de corte

Os pecuaristas familiares são essencialmente bovinocultores de corte. Esta é uma afirmativa que vem sendo feita desde o início deste trabalho e cujas comprovações têm sido apresentadas. Esta relação com a bovinocultura de corte é atribuída a diversos fatores como à questão cultural oriunda das formas de ocupação da terra, à questão climática que apresenta restrições à exploração de outras lavouras e às questões relativas aos mercados.

Esta relação adquire sentido quando se começa a compreender a lógica dos pecuaristas familiares a partir da conjugação de todos estes fatores. Quando perguntados sobre quais os fatores motivadores para a atividade da bovinocultura de corte os pecuaristas responderam conforme os dados da Figura 18.

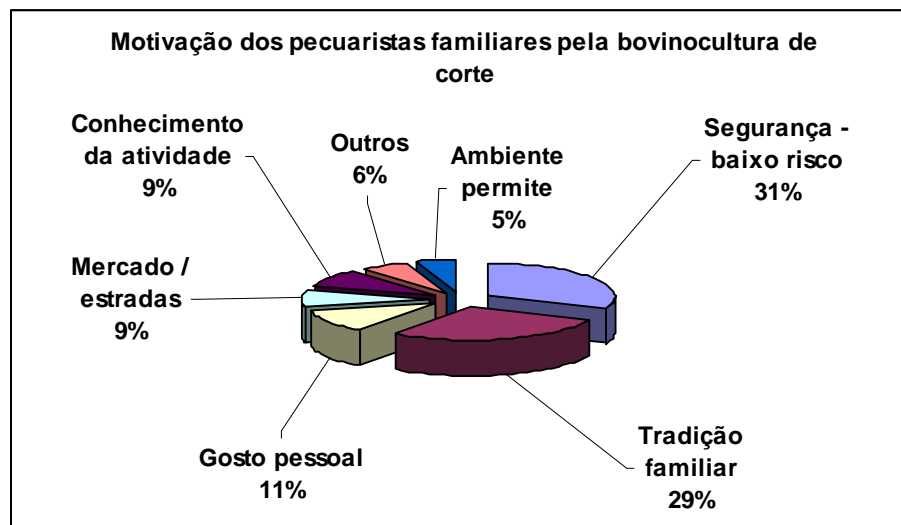


Figura 18. Motivação dos pecuaristas familiares pela bovinocultura de corte.
 Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

Outros – se referem à busca do lucro (1,7%), busca a sobrevivência da família (1,7%) e à facilidade de mão-de-obra (2,5%).

Ambiente permite – se refere à atividade mais adequada ao tipo de ambiente.

Mercado / Estradas – se refere à restrição para outras atividades devido às oportunidades de mercado e as restrições devido as condições das estradas.

A Figura 18 demonstra que as principais motivações dos pecuaristas familiares para a atividade da bovinocultura de corte são a busca da segurança e do baixo risco (e, portanto, a fuga da situação de vulnerabilidade) com 31% e a tradição familiar com 29%, totalizando 60%. Ao, se considerar outras duas motivações, de caráter não econômico, como o gosto pessoal e o conhecimento da atividade este percentual atinge 80% do total. Portanto, os pecuaristas familiares não são bovinocultores de corte motivados, acima de tudo, pela busca do lucro e da rentabilidade econômica. Trata-se de um grupo de famílias motivado a desenvolver esta atividade a partir de uma escolha de caráter pessoal e familiar devido a uma série de fatores (culturais, mercadológicos, climáticos e ambientais) que fazem parte do *portfólio* das alternativas do modo de vida escolhido por eles.

Outras duas questões também merecem destaque no sentido de evidenciar esta ligação e esta valorização da bovinocultura de corte pelos pecuaristas familiares.

A primeira questão se refere às respostas dadas à pergunta: “Se não pudesse criar bovinos de corte, o que faria?” As respostas sistematizadas são apresentadas na Figura 19 a seguir.

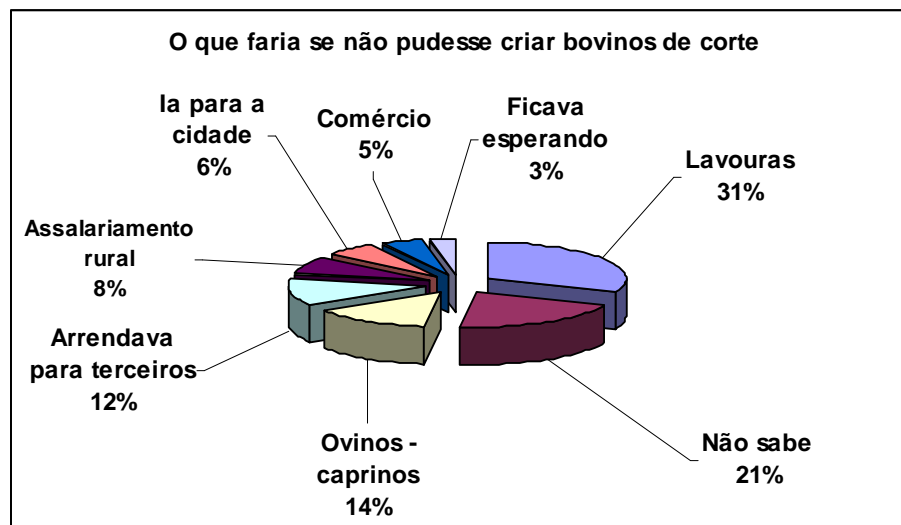


Figura 19. O que faria se não pudesse criar bovinos de corte.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esta talvez tenha sido a pergunta que mais impacto causou aos pecuaristas familiares. Alguns manifestaram tanta surpresa que responderam “não sei” de imediato. Retirar a possibilidade de criação de bovinos de corte dos pecuaristas familiares significa retirar uma das partes de suas vidas e deixá-los sem alternativas. Desta maneira muitos (21%) afirmaram não saber o que fazer. Alguns destes ainda acrescentaram um certo tom de ironia nas respostas como por exemplo:

- *“Como assim? não poder criar gado? Então eu ia roubar...”* (entrevistado n. 13 de Bagé);
- *“Se não pudesse criar mais gado? Eu pedia para não existir mais...”* (entrevistado n. 7 de Dom Pedrito);
- *“Sem poder criar? Pois é, não sei... talvez virasse intermediário de gado...”* (entrevistado n. 12 de Dom Pedrito);
- *“Bom, sem poder criar gado só me resta o suicídio...”* (entrevistado n. 06 de Quaraí);
- *“Sem poder criar gado? Eu ficava em casa sentado esperando passar (a possível restrição para a criação de gado bovino)”*. (entrevistado n. 13 de Quaraí);
- *“Eu, o que, que eu fazia? Ficava quieto. E guardava dinheiro para quando fosse liberado ter gado novamente”* (entrevistado n. 20 de Quaraí).

Estas respostas evidenciam a relação do pecuarista familiar com a bovinocultura de corte e a dificuldade de vislumbrar uma alternativa para a sua vida.

Alguns afirmam que, impossibilitados de criar bovinos de corte, não tomariam atitude nenhuma além de aguardar novamente a possibilidade de voltar a criar gado.

Isto reforça, ainda mais, que a bovinocultura de corte não é apenas a principal atividade econômica, mas a atividade que compõe o modo de vida dos pecuaristas familiares.

A segunda questão se refere às respostas dadas à pergunta: “Se sobrasse dinheiro, o que faria em primeiro lugar?” As respostas sistematizadas são apresentadas na Figura 20 a seguir:

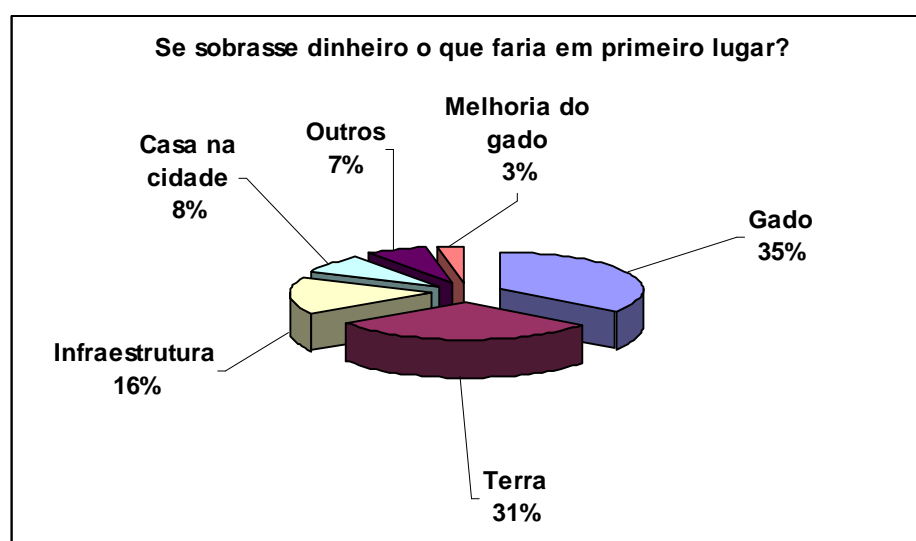


Figura 20. Se sobrasse dinheiro o que faria em primeiro lugar?

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

Gado - se refere a investir na aquisição de mais bovinos de corte.

Terra - se refere a investir na aquisição de mais terra.

Infraestrutura – se refere a investir na infraestrutura do estabelecimento (casa, mangueiras)

Casa na cidade – se refere a investir na aquisição de uma residência de moradia na cidade.

Outros – Melhoria do gado – se refere a investir em melhorias dos aspectos de melhoria genética como a aquisição de reprodutores e/ou inseminação artificial.

Desta forma, se percebe, mais uma vez, a importância da bovinocultura de corte para os pecuaristas familiares sendo indicada por 35% dos entrevistados como o investimento a ser feito caso houvesse alguma sobra de dinheiro. Ou seja, apesar de altos indicadores de lotação, conforme demonstrado anteriormente, o anseio dos pecuaristas familiares é ter mais animais, reforçando a lógica de que os bovinos de corte se constituem em mercadoria de reserva. Dessa forma a conduta dos

pecuaristas familiares é de estabelecer mais reservas através do gado e não de incrementar a produção e a produtividade.

Isto é constatado também através dos baixos percentuais indicados pelos pecuaristas familiares para o investimento na melhoria da produção dos bovinos de corte (apenas 3%). Isto ajuda a evidenciar a pouca preocupação com a melhoria técnica e produtiva e sim com a acumulação de animais e terra.

O entrevistado n. 18, de Bagé, de 78 anos de idade, reforça estes valores ao descrever a sua expectativa em relação ao futuro:

“eu tenho 80 vacas com cria a pastoreio num campo na costa do Camaquã (área fora do estabelecimento). Tá vendo aquela área ali (apontando para um campo vizinho ao seu). Está em inventário. Assim, que terminar (o inventário) eu vendo as 80 vacas e compro aquela terra prá mim”. (entrevistado n. 18 de Bagé, 78 anos).

Isto evidencia que a bovinocultura de corte é a atividade que permite adquirir mais terra e se transforma em um ativo em que a quantidade é mais importante conforme a lógica não capitalista que vem sendo descrita.

Pode-se destacar ainda a bovinocultura de corte como uma atividade que tem um valor e um significado além da questão econômica caracterizando-se como uma manifestação de “status”.

O entrevistado n. 06, de Bagé, afirmou ter vendido recentemente todo o seu rebanho bovino para adquirir uma área de terra (algo muito comum entre os pecuaristas). Após esta venda passou a se dedicar à criação de ovinos e caprinos de onde tem conseguido retirar boas rendas (90% da sua renda atual). Mas, questionado sobre as suas expectativas futuras, manifestou o seu desejo de “*povoar o meu campo*” numa referência a sua vontade de comprar bovinos de corte para ocupar a área adquirida. Ou seja, apesar das boas receitas obtidas com as outras atividades o seu objetivo futuro e o seu principal anseio é adquirir novamente bovinos, mesmo que isto signifique obter menores rendas. Pode-se explicar este anseio pela busca de uma maior segurança e menor risco, uma menor necessidade de mão-de-obra e a possibilidade do reconhecimento de seu *habitus* de “pecuarista”.

Enfim, a bovinocultura de corte é essencial no modo de vida dos pecuaristas familiares como principal atividade, como opção de acumulação de recursos e como um fator fundamental na representação cultural dos pecuaristas.

6.3.1.6 Tecnologias de produção – a baixa cientificização

Os pecuaristas familiares se caracterizam por não terem sido “atingidos”, efetivamente, pelo processo de modernização da agricultura. Assim, as tecnologias de produção ainda se caracterizam por uma reduzida utilização de insumos externos e por uma intensa relação, e dependência, dos fatores da natureza.

Na medida em que um maior número de tarefas são externalizadas, menor será o controle do próprio produtor do processo produtivo. Significa que na medida em que avança o processo de mercantilização diminui o grau de autonomia dos produtores fazendo com que eles passem a ficar mais dependentes das relações com o mercado. Isto acontece na medida em que aumenta o progresso técnico através do processo de “cientificação”, que Ploeg (1992a:153) afirma que se trata da *“reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas”* segundo os desenhos de caráter científico. Isto cria, de acordo com Ploeg, uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola.

Assim, quanto maior o progresso técnico introduzido, maior o grau de mercantilização e, por consequência, maior domínio do capital sobre o processo de trabalho agrícola.

Os pecuaristas familiares, entretanto, apresentam uma baixa cientificação dos seus processos produtivos permanecendo fortemente “conectados” à terra e ao meio ambiente. A seguir são apresentadas algumas das práticas utilizadas pelos pecuaristas familiares dentro dos processos produtivos da bovinocultura de corte (Tabela 29).

Tabela 29. Práticas de manejo utilizadas pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total. – em % de produtores

	Bagé %	Dom Pedrito %	Quarai %	Total %
Entoure				
Ano todo	40	75	90	68
Primavera / verão	60	25	10	32
Desmame dos terneiros				
Outono (abr-jun)	65	60	65	63
Primavera (set-out)	25	35	25	29
Não faz	10	5	10	8
Exame andrológico dos touros				
<i>Não faz</i>	90	95	100	95

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

Entoure – prática de acasalamento dos bovinos de corte cuja recomendação técnica é que seja realizada na primavera/verão.

Desmame de terneiros – prática de separação dos terneiros das vacas cuja recomendação técnica depende das condições de alimentação, mas que deve ser realizado até o outono.

Exame andrológico dos touros – exame que testa a fertilidade dos touros. Deve ser realizado uma vez por ano.

Esta tabela mostra que, apesar de ser recomendada uma época definida (primavera/verão) para o acasalamento, os pecuaristas familiares, na sua maioria (68%), deixam os touros nos rebanhos durante todo o ano. Esta prática é explicada pelos pecuaristas familiares, não como uma estratégia, mas como a única possibilidade que eles têm devido à inexistência de condições (falta de poteiros) para a separação do rebanho em categorias animais. Isto também explica porque 8% dos pecuaristas não realizam a prática do desmame e que 50% o fazem utilizando as “tabuletas”¹². A falta de alternativas de separação dos animais, devido à ausência de poteiros, é uma das dificuldades de manejo enfrentada pelos pecuaristas familiares.

Quanto ao uso de insumos externos verifica-se que os principais insumos utilizados são aqueles destinados à sanidade animal. Os insumos veterinários utilizados são as vacinas, os vermífugos e os carrapaticidas.

As vacinas utilizadas são contra a febre aftosa e brucelose (que são vacinas obrigatórias e fornecidas pelo Estado sendo aplicadas por 100% dos produtores) e

¹² Tabuleta é uma pequena tábua que é colocada no focinho dos terneiros impedindo que possa mamar estabelecendo o desmame dos terneiros apesar de estarem junto com as mães.

contra o carbúnculo e gangrena (que são opcionais a partir da incidência das doenças) que são aplicadas por 58% e 20% dos entrevistados, respectivamente.

Os vermífugos e os carrapaticidas são aplicados durante o ano, em diferentes categorias animais, a partir das incidências decorrentes das condições ambientais e climáticas. Constatou-se que os pecuaristas familiares utilizam os vermífugos e os carrapaticidas com diferentes intensidades conforme apresenta a Tabela 30.

Tabela 30. Utilização de vermífugos e carrapaticidas nos rebanhos dos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé %	Dom Pedrito %	Quaraí %	Total %
Vermífugos				
Até 3 doses por ano	35	65	35	45
4 doses por ano	45	20	40	35
+ de 5 doses por ano	20	15	25	20
Carrapaticidas				
Até 3 X por ano	35	80	20	45
4 X por ano	15	10	10	12
Mais de 5 X por ano	50	10	70	43

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados demonstram que os insumos de sanidade animal são os principais utilizados pelos pecuaristas familiares. Observa-se que 80% dos pecuaristas utilizam até 4 doses de vermífugos e 57% utilizam até 4 tratamentos de carrapaticidas por ano nos seus bovinos.

As aplicações e os tratamentos com carrapaticidas são feitas a partir da percepção de infestações sem um manejo estratégico.

Apesar do pouco uso de insumos externos estes são os principais custos dos pecuaristas familiares destacando-se o custo com carrapaticidas (Figura 21).

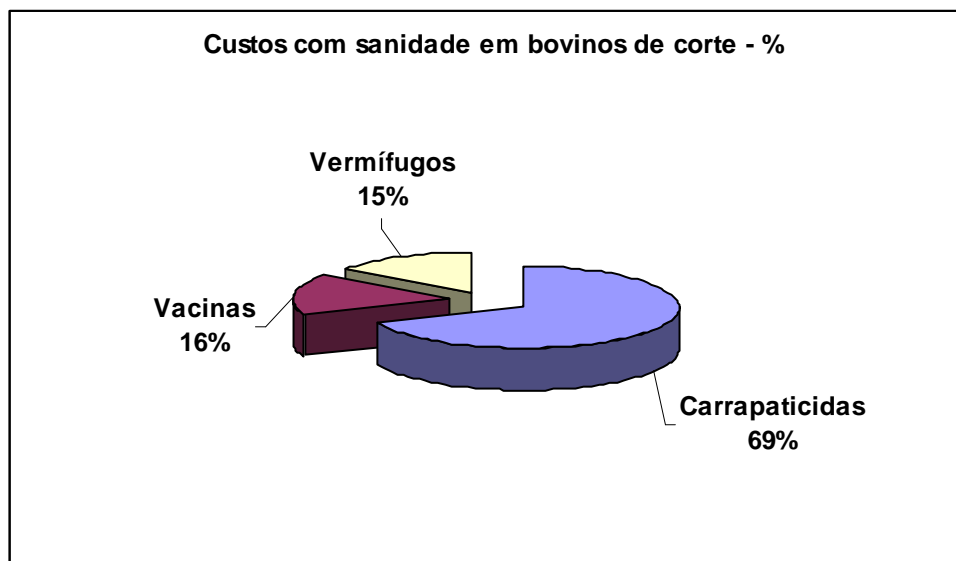


Figura 21. Custos com sanidade em bovinos de corte dos pecuaristas familiares em %.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Outro fator que merece destaque é a utilização dos campos nativos do Bioma Pampa como a principal fonte de alimentação dos animais (tal como eram nas estâncias jesuíticas). Isto significa que há uma dependência quase total das condições ambientais para a disponibilidade da alimentação dos bovinos. Assim, em determinadas épocas do ano (no inverno pelo frio e geadas e no verão pela estiagem) há uma diminuição da oferta de forragens. Apesar disso, os pecuaristas familiares utilizam muito poucas pastagens cultivadas como forma de suplementar a oferta da natureza e, com isso, diminuir as perdas de animais. A Tabela 31 mostra o número de produtores e as áreas utilizadas com pastagens artificiais encontradas nos pecuaristas familiares entrevistados.

Tabela 31. Utilização de pastagens artificiais pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé		Dom Pedrito		Quaraí		Total	
	Prod.	Área ha	Prod.	Área ha	Prod.	Área ha	Prod.	Área ha
Pastagens Inverno								
Azevém	9	150**	8	155**	-	-	17	305**
Azevém e aveia	5	45	2	5	2	11	9	61
Azevém e cornichão	-	-	4	49	-	-	4	49
Aveia	-	-	-	-	14*	33	14*	33
Pastagens Verão								
Milheto	-	-	-	-	9*	22	9*	22
Braquiária	-	-	-	-	2	3	2	3
Sorgo	-	-	-	-	1	8	1	8
Total	14	195	14	209	28	77	47*	481

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* Os mesmos produtores (9) utilizam pastagens de verão e inverno. O número total, sem repetição, dos que utilizam pastagens é de 47 pecuaristas familiares.

** Em Bagé, dois produtores cultivam 120 ha de azevém o que aumenta a área de pastagens dos entrevistados. A média das áreas sem a participação destes dois produtores é de 5 ha. Em Dom Pedrito, três entrevistados cultivam 110 ha. A média sem a participação deles é de 3,2 ha.

Ao se analisar esta tabela pode-se perceber que grande parte dos produtores entrevistados (78%) utiliza alguma pastagem cultivada em pequenas áreas. As áreas de pastagens representam 5,9% da área total com 5,5% de pastagens de inverno e 0,4% de pastagens de verão. Os entrevistados informaram também que realizam o plantio sem o uso de adubos químicos (apenas 8% do total de entrevistados utilizam) e/ou de defensivos. Ou seja, caracteriza um fraco processo de cientificização, conforme descreve Ploeg.

Além da constatação de que o uso de insumos externos é pequeno pode-se concluir ainda que a maior parte do pastoreio utilizado pelos pecuaristas familiares (94,5% das áreas) é em pastagens naturais. Isto comprova a relação, e dependência, das condições ambientais dos pecuaristas familiares.

Esta característica, se por um lado significa uma restrição produtiva devido à sazonalidade de oferta de forrageiras nas diferentes estações do ano, por outro lado permite a manutenção de uma certa distância dos processos produtivos baseados na modernização e na dependência. Conforme Ploeg preserva um estilo de agricultura que prioriza a manutenção de um modo de vida e não a lucratividade e a eficiência técnico-produtiva.

6.3.2 Outras criações e lavouras

Os pecuaristas familiares utilizam a bovinocultura de corte em combinação com outras criações e lavouras. A principal combinação é com a ovinocultura. Em Bagé, por suas características ambientais, há também alguma criação de caprinos extensiva juntamente com a ovinocultura.

A Tabela 32 apresenta as atividades encontradas em combinação com a bovinocultura de corte.

Tabela 32 – Outras criações encontradas em combinação com a bovinocultura de corte existentes entre os pecuaristas familiares entrevistados por município e total.

	Bagé		Dom Pedrito		Quarai		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Só Bovinos	-	-	-	-	1	5	1	1,6
Bov + Ovinos	8	40	20	100	19	95	47	78,4
Bov + Ovinos + Caprinos	11	55	-	-	-	-	11	18,4
Bov + Caprinos	1	5	-	-	-	-	1	1,6
Total	20	100	20	100	20	100	60	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados evidenciam que a ovinocultura é a principal atividade “parceira” da bovinocultura de corte, pois, considerando-se os produtores que têm bovinos e ovinos (tendo ou não caprinos) atinge-se um percentual de 96,8% dos entrevistados. A caprinocultura, existente apenas em Bagé, se caracteriza por uma atividade praticada extensivamente a partir dos campos nativos.

Entre as lavouras a principal é a lavoura de milho (apenas um produtor entrevistado planta uma pequena área de melão). Das 60 famílias entrevistadas, 36 (60%) não têm nenhum tipo de lavoura e apenas 21 (35 %) cultivam milho em um total de 77 ha. (a média das áreas é de 2,3 ha). O principal objetivo também é o autoconsumo sendo apenas parte comercializada. Desta forma, pode-se verificar a predominância da bovinocultura de corte entre os pecuaristas familiares. Na verdade eles são essencialmente bovinocultores utilizando, conforme as condições ambientais, de disponibilidade de mão-de-obra e de necessidade de autoconsumo, uma combinação de atividades baseadas, principalmente, em outras criações.

6.4 As relações mercantis

De acordo com Ploeg (1992a) a agricultura é um processo resultante da interação contínua da força de trabalho, dos objetos e dos instrumentos de trabalho na busca da produção e reprodução. Desta forma, os agricultores organizam as suas formas produtivas destinando uma parte do que é produzido ao intercâmbio com o mercado e outra parte para a sua própria sobrevivência e reprodução. Para isso, é necessário estabelecer relações mercantis. Estas relações não se constituem em um processo uniforme existindo determinados elementos que podem, ou não, ser mercantilizados.

O processo de mercantilização, conforme já foi descrito, avança na medida em que avança a chamada externalização. Ploeg acrescenta (1990:12) que este processo não avança de maneira uniforme havendo diferentes “estilos de agricultura” que são mais ou menos autônomos em relação as suas relações produtivas e mercantis.

Os pecuaristas familiares, como um tipo de agricultor familiar, também não são homogêneos nas suas relações mercantis não havendo apenas uma única lógica.

Como já foi referido, os pecuaristas familiares, na sua maioria, não foram “atingidos” pelo processo de modernização da agricultura mantendo, na sua maior parte, formas produtivas que utilizam poucos insumos externos e são feitas a partir dos recursos naturais (especialmente, com o pastoreio em campo nativo).

Estas formas permitiram baixos custos e poucos investimentos. Isto é, os processos de externalização não “penetraram” nos processos produtivos preservando, em grande parte, as tecnologias “originais”.

A maior parte dos pecuaristas familiares entrevistados busca ao máximo manter uma autonomia em relação ao mercado. Alguns fatores contribuem para esta autonomia e servem também para a explicação de sua manutenção:

a) Vários entrevistados informaram que o fator determinante para a venda dos seus produtos “é o bolso”, numa referência ao fato de realizar vendas apenas quando têm necessidades financeiras. Ou seja, conforme afirma Ploeg, não há uma exclusão das relações mercantis, mas, a produção e a reprodução são feitas com uma “relativa autonomia”. Além disso, um entrevistado informou que não realizava

vendas há dois anos, pois “*não precisou*”, reforçando o caráter da autonomia em relação ao mercado.

b) Outro fator se refere aos altos índices de lotação. Os pecuaristas familiares raciocinam em relação aos bovinos como mercadorias de reserva que são comercializados apenas quando há uma necessidade financeira, não estabelecendo relações mercantis guiados pelos melhores preços ou pelas diferentes épocas do ano. As estratégias dos pecuaristas familiares, neste sentido, são de garantir a sobrevivência e a reprodução a partir da maior quantidade de animais e não pela busca de uma maior produtividade. Desta forma, conforme demonstrado na seção 6.3.1.3., os pecuaristas familiares conservam altos índices de lotação de animais como uma reserva de valor para os momentos de necessidade como uma estratégia de sobrevivência e de autonomia em relação aos momentos de vulnerabilidade que a família enfrenta.

c) A aposentadoria rural é um fator que contribui, de forma bastante significativa para a manutenção desta relativa autonomia dos pecuaristas familiares. Os dados, apresentados na seção 6.2.3.1.2., demonstram que 70% dos entrevistados recebem aposentadorias que têm grande importância na composição da sua renda. Esta renda acaba favorecendo a autonomia mercantil dos pecuaristas familiares, pois garante o pagamento de algumas despesas que as famílias têm sem necessidade de vender mercadorias.

Assim, as relações mercantis são restritas e limitadas. Pelo lado da compra de insumos, os pecuaristas familiares por suas formas produtivas, são pouco consumidores (adquirem basicamente produtos de sanidade animal). E, pelo lado das vendas se limitam àquelas necessárias para a sobrevivência e reprodução da família durante o ano, tendo a possibilidade de inclusive não realizar vendas durante o ano.

Em relação aos canais de comercialização dos produtos dos pecuaristas familiares (principalmente terneiros e vacas de descarte, lã, pelegos, cabritos, mel e artesanato). identifica-se que, pela pequena escala de produção, há uma dificuldade de buscar mercados distantes e diferentes.

Desta forma, constata-se que os principais canais de comercialização são as “barracas”¹³ e a Cooperativa (em Quaraí) para lãs e pelegos e compradores de outras regiões para cabritos, mel e artesanato.

Para a comercialização de bovinos, especialmente os terneiros e as vacas de descarte, os principais compradores são produtores vizinhos, com maiores áreas e com maior poder aquisitivo, estabelecendo uma relação de subordinação em que, quem determina os preços e prazos de pagamento é o comprador. Apesar disso, são identificados pelos pecuaristas familiares como o “melhor” canal para a venda dos seus produtos. Isto é, conforme afirmam alguns entrevistados “...apesar de eu vender pelo preço que ele (o comprador) quer, ainda bem que tem ele, para me comprar os meus bichinhos...” e “...com ele eu tenho certeza de que recebo pelos meus animais, que não são muitos e por isso mesmo muito difícil de achar comprador...”. (Entrevistado n. 14, Dom Pedrito). A partir daí se estabelece uma relação de fidelidade entre as duas partes que é vista como positiva pelos pecuaristas familiares devido as suas poucas alternativas.

Ainda sobre as relações mercantis dos pecuaristas familiares pode-se destacar a necessidade de aquisição de reprodutores. Como, na sua maioria se dedicam à produção de terneiros, um dos seus custos elevados é a aquisição de reprodutores (touro). Por terem dificuldades de, individualmente, realizarem a inseminação artificial, devido à pequena escala (poucas vacas), à exigência de conhecimento tecnológico e à indisponibilidade de equipamentos (mangueiras, botijão, sêmen, nitrogênio) é necessário adquirir um reprodutor, o que se constitui em um gasto significativo. Desta forma, os pecuaristas familiares buscam outras estratégias que lhes possibilite a manutenção da sua relativa autonomia.

A Tabela 33 mostra de onde são obtidos os touros utilizados pelos pecuaristas familiares entrevistados nos municípios e no total.

¹³ Barracas são empresas particulares compradoras de lãs e couros podendo se dar a comercialização diretamente na propriedade ou na sede do município.

Tabela 33. Origem dos touros utilizados pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total - % de produtores.

	Bagé %	Dom Pedrito %	Quaraí %	Total
Compra / troca com vizinhos	35	65	50	50
Compra de cabanhas	35	15	30	27
Projeto EMATER/EMBRAPA	25	--	5	10
Emprestado/Doado	--	15	5	7
Troca por terneiros	5	5	--	3
Produz do rebanho	--	--	10	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Por estes dados pode-se perceber que a maior parte dos pecuaristas familiares (50%)¹⁴ adquire ou troca os touros com seus vizinhos. Dessa forma, os touros utilizados, conforme dito pelos entrevistados, “*são aqueles que se consegue*”. Isto é, o que importa é a possibilidade de compra ou troca, não importando a raça, o estado sanitário e as condições reprodutivas. Esta relação mercantil é explicada pelos pecuaristas como aquela que “é possível”, pois os entrevistados afirmaram que a aquisição de touros melhoradores das cabanhas se constitui em um custo muito alto.

Outra forma encontrada, ainda que em baixos percentuais (3%), é a troca dos touros por terneiros. Alguns produtores maiores, interessados em garantir a compra dos terneiros dos pecuaristas familiares e preocupados com a sua qualidade zootécnica estabeleceram um modelo de integração. Neste caso os produtores fornecem os touros para os pecuaristas familiares com o compromisso de que sejam pagos com os terneiros nascidos posteriormente. Trata-se de uma iniciativa de semi-integração onde os pecuaristas familiares ficam comprometidos a vender os seus terneiros para o fornecedor do touro, melhorando os seus rebanhos, porém diminuindo a sua autonomia mercantil. Ou seja, aumentando a cientificação e as relações mercantis e diminuindo o espaço de manobra dos pecuaristas familiares.

Pode-se ressaltar ainda que alguns produtores “*fazem*” o touro a partir dos terneiros do seu próprio rebanho, isto é, escolhem um de seus terneiros e o

¹⁴ Conforme informação dos pecuaristas que participaram do Programa EMATER/EMBRAPA (onde receberam touros em condições facilitadas) se não houvesse o Programa continuariam trocando com seus vizinhos. Isto aumentaria o percentual para 60% dos entrevistados.

conservam para ser o futuro reprodutor, evitando as relações mercantis na busca da menor dependência e da maior autonomia. Do ponto de vista da melhoria genética e produtiva é uma prática que surte poucos efeitos e gera alguns problemas (como a consangüinidade), mas se explica dentro da lógica da busca de autonomia em relação ao mercado.

Ainda pode-se ressaltar, que sendo a maioria dos pecuaristas familiares produtores de carneiros, e não de terminação, a relação com abatedouros e frigoríficos é muito restrita.

A Tabela 34 apresenta as relações de venda dos bovinos (carneiros, vacas de descarte e vacas gordas) dos pecuaristas familiares entrevistados.

Tabela 34. Destino dos bovinos de corte vendidos pelos pecuaristas familiares entrevistados por município e total - % de produtores.

	Bagé %	Dom Pedrito %	Quaraí %	Média %
Venda para vizinhos	70	95	100	89
Vende em remates	30	--	--	10
Vende para frigoríficos / abatedouros	--	5	--	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Estes dados demonstram que em relação à venda de produtos a maior parte (89%) é feita para vizinhos conhecidos e tradicionais compradores em uma relação de subordinação já descrita. Alguns (10%) de Bagé vendem em remates, especialmente porque na localidade existe um local de vendas próximo o que permite que os pecuaristas familiares não tenham custos com frete e possam vender seus poucos animais.

Enfim, as questões mercantis apresentam uma característica toda própria. Os pecuaristas familiares têm um modo de vida que tem nas relações mercantis uma opção específica condicionadas às suas condições de uma baixa cientifização, pequenas escalas e mercados difíceis e distantes. E, nestas condições se reforçam as estratégias de, acima de tudo, busca de segurança e de autonomia.

Estas estratégias se apresentam de forma mais clara e contundente, na região pesquisada em Dom Pedrito. No Vacaiquá, apesar dos pecuaristas familiares ocuparem áreas com solos excelentes e campos de grande fertilidade, onde as

possibilidades de estabelecer uma exploração de engorda e terminação de animais são maiores, os pecuaristas familiares optam pela cria da mesma forma que aqueles localizados em áreas de menor fertilidade. Embora os dados e os inúmeros argumentos existentes, dos pontos de vista técnicos e econômicos, sobre as possibilidades de uma maior produtividade, um maior ganho, da geração de mais renda e maior giro do capital, os pecuaristas preferem se dedicar à produção de carneiros. Desta forma, evitam a necessidade de ter que correr riscos na compra e venda de animais. Buscam manter a sua relativa autonomia e o estabelecimento de o maior número possível de mercadorias de reserva.

Isto significa que, apesar de estarem em melhores ambientes para a produção agrícola o que dirige e conduz as suas estratégias de sobrevivência e reprodução é o modo de vida que definiram para si conforme os demais pecuaristas familiares das outras regiões, conforme este trabalho vem demonstrando no seu decorrer.

Portanto, as características principais da maioria dos pecuaristas familiares entrevistados, no que se refere à questão mercantil, são a busca da manutenção da autonomia relativa, conforme o modelo descrito por Ploeg. Esta autonomia mercantil está relacionada com as formas produtivas até então praticadas de baixa externalização e de íntima relação e dependência dos recursos naturais.

6.5 A identidade dos pecuaristas familiares

Conforme já foi descrito a identidade do gaúcho da região da Campanha do Rio Grande do Sul é fruto da sua formação histórica, da sua posição geográfica, da sua ocupação territorial, da sua combinação étnica e das suas condições sociais, ambientais e econômicas.

O imaginário da sociedade rural da Campanha alicerça-se sobre a bovinocultura de corte e sobre a sua exploração extensiva em grandes áreas. Esta identidade está também presente nos pecuaristas familiares, embora as suas condições físicas (tamanho das áreas) e econômicas (rendas) tenham mudado e não reflitam mais esta realidade.

Conforme o que descreve Fialho (2005), os pecuaristas familiares acabaram incorporando as ambições e atitudes (que embora não sigam uma racionalidade econômica) que representam uma opção por um modo de vida e não apenas uma exploração racional da atividade econômica da bovinocultura de corte.

Esta realidade se reflete na forma como os pecuaristas familiares se identificam como categoria social. Apesar de serem agricultores familiares não se identificam como tal. Apesar de não serem estancieiros ou grandes proprietários, apresentam-se como “pecuaristas” e “produtores rurais”.

A Figura 22 apresenta as respostas dos pecuaristas familiares entrevistados sobre como se identificam como categoria social.

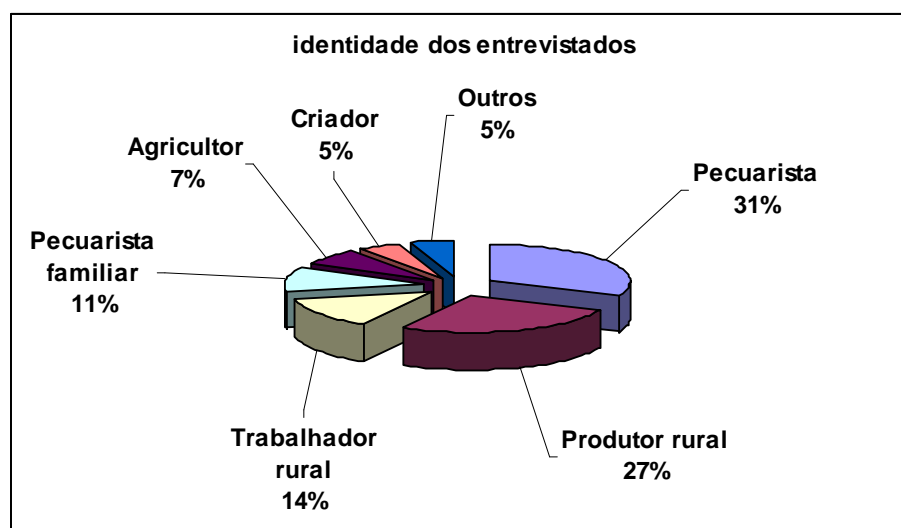


Figura 22. Como se identificam os pecuaristas familiares em %.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Obs. Outros – aposentado e dona de casa.

Nesta Figura se pode perceber que os pecuaristas familiares se identificam, na sua maior parte, como “pecuaristas” (31%) e como “produtores rurais” (27%). E, ainda que apenas 14% se identificaram como trabalhadores rurais.

Isto reforça o que já foi apresentado sobre a “dupla” personalidade (VIANNA, 1987) do gaúcho (em especial do pecuarista familiar) que alterna momentos de gaúcho estancieiro e de gaúcho peão. Apesar de serem pequenos “proprietários” (e, agricultores familiares) se mantém identificados muito mais com o gaúcho

estancieiro em relação a sua posição na sociedade. Este fato acaba gerando uma inconsistência nas representações políticas não tendo, de certa forma, uma identidade como agricultor familiar e/ou como trabalhador rural. E, muito menos são reconhecidos como iguais pelos estancieiros.

Pode-se destacar ainda que 11% dos entrevistados se identificaram como pecuaristas familiares. Apesar de não ser um termo conhecido (e, menos ainda, reconhecido pelos próprios pecuaristas) a ação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, da extensão rural e a necessidade de enquadramento para acesso ao crédito (Pronaf) acabaram divulgando o termo que acabou sendo citado por alguns entrevistados.

Enfim, cabe ressaltar em termos de identidade a inexistência de uma ligação clara com os agricultores familiares. Mas, também não há uma ligação clara com os assalariados rurais. E, também não se consideram totalmente ligados aos estancieiros.

De qualquer forma, o que se deseja ressaltar é que há uma maior proximidade de identidade dos pecuaristas familiares com os estancieiros e menor com os agricultores familiares. Ou ainda, conforme o que afirmam Luizelli (2001) e Ribeiro (2003) o modo de vida e as atividades praticadas de forma extensiva, que são praticadas na grande propriedade, são reproduzidos na pequena propriedade que *“tem na grande (propriedade) a sua referência”*.

Isto é, apesar de serem agricultores familiares têm como referência a grande propriedade.

6.6 As perspectivas de futuro

Apesar das baixas rendas e de algumas dificuldades de acesso à saúde, educação e transporte, os pecuaristas familiares mostram-se confiantes no seu futuro e no futuro dos seus filhos. Ao serem questionados sobre se gostariam que seus filhos continuassem no campo e como pecuaristas as respostas dadas pelos entrevistados em relação ao seu futuro são apresentadas nas Figuras 23.



Figura 23. Gostaria que seus filhos continuassem na profissão de pecuarista? Em % de produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os pecuaristas entrevistados desejam que seus filhos permaneçam na atividade (83%) numa demonstração de confiança e de satisfação em relação ao modo de vida que levam. Além disso, os entrevistados manifestaram a preocupação com as condições de vida da cidade e as dificuldades cada vez maiores que os filhos têm de encontrar emprego e oportunidades. A perspectiva de uma melhor qualidade de vida e de sobrevivência digna no meio rural é ainda vista como uma possibilidade para o futuro dos seus filhos.

A Figura 24 apresenta as respostas dadas sobre o percentual de famílias que tem a sucessão encaminhada para o futuro.

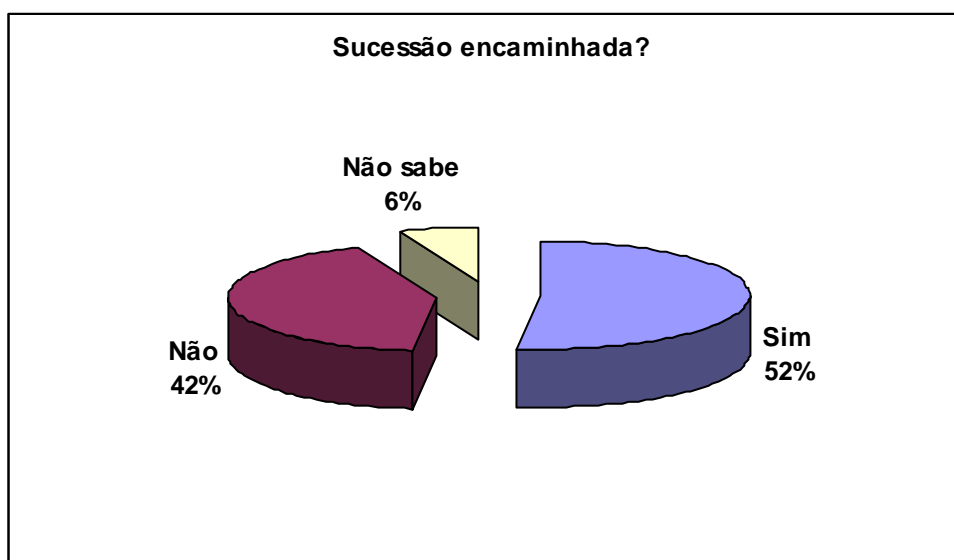


Figura 24. Sucessão encaminhada? Em % de produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Os dados mostram que 52% das famílias já têm a sucessão encaminhada junto aos seus filhos (as). Isto significa a garantia da continuidade de, pelo menos, metade das famílias entrevistadas como pecuaristas no futuro. Apesar das previsões sobre a incapacidade de sobrevivência e reprodução e sobre a inexorabilidade do desaparecimento dos agricultores familiares, os entrevistados demonstram vontade e encaminham o seu futuro dentro da atividade e do meio rural. Ou seja, as dificuldades existentes do meio urbano associadas com as perspectivas de continuidade da tradição familiar faz com que os pecuaristas familiares encaminhem a sua sucessão repetindo o seu modo de vida.

De qualquer forma, o modo de vida dos pecuaristas familiares se traduz em uma série de ações que refletem as diferentes estratégias utilizadas para o atendimento das suas necessidades a partir dos recursos de que dispõem. Uma das estratégias, definidas por Ellis (2000:60) como “estratégias de risco”, é aquela em que as famílias, frente a momentos de crise, buscam alternativas que lhes permitam diminuir as suas vulnerabilidades. Os pecuaristas familiares quando perguntados sobre o que fariam caso houvesse uma crise responderam conforme o que é apresentado na Figura 25.



Figura 25. Em caso de crise, o que faria? Em % de produtores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Esta Figura demonstra que os pecuaristas familiares, ao se defrontarem com uma situação de crise, utilizam como estratégia principal, não a busca de alternativas produtivas ou do uso de novas tecnologias, mas, principalmente, a diminuição de custos (95% dos entrevistados).

Esta estratégia é característica dos pecuaristas familiares que administram as suas atividades a partir dos gastos. Os gastos são maiores ou menores conforme forem as garantias de que não haverá riscos para a sua sobrevivência. Assim, as crises se tornam momentos em que há uma diminuição de custos e um “recolhimento” até que a crise passe.

Isto reforça mais uma vez o que afirma Bandeira (1994) sobre os pecuaristas gaúchos quando os define como *satisficer* (aqueles que buscam soluções satisfatórias, e não necessariamente as mais rentáveis) por preferirem rentabilidades mais baixas, porém, com bastante segurança. Assim, em momentos de crise isto se acentua e há uma redução dos gastos e uma “hibernação” enquanto aguardam o fim da crise.

De qualquer forma, Bandeira acrescenta que não se trata de *“ignorância ou da incompetência dos estancieiros enquanto agentes econômicos”*, mas sim de uma *“forma particular de racionalidade”* que privilegia a segurança em detrimento da maior rentabilidade.

Cabe ressaltar ainda que nenhum dos entrevistados citou a possibilidade de, em momentos de crise, vender os animais ou a terra e mudar de atividade. Nenhum citou a possibilidade de ir para a cidade. Isto reforça que o que move os pecuaristas familiares não são os rendimentos econômicos e sim o modo de vida que resolveram ter.

Ainda em relação às expectativas de futuro foi feita uma última pergunta aos pecuaristas familiares: Qual a sugestão que dariam aos governantes para melhorar a vida dos pecuaristas familiares? As respostas obtidas estão na Tabela 35 em percentuais das respostas.

Tabela 35. Sugestões aos governantes por município e total - % de produtores.

	Bagé %	Dom Pedrito %	Quaraí %	Total
Crédito (acesso, mais e barato)	53	60	84	66
Estradas	5	30	--	12
Menos impostos	21	10	--	11
Segurança	5	--	5	3
Honestidade	10	--	--	3
Preço do gado	--	--	10	3
Assistência técnica	5	--	--	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

OBS.

Crédito (acesso, mais e barato) – estão incluídas as respostas que sugerem mais crédito, créditos mais baratos, mais facilidades de acesso e menos burocracia. Foram incluídas neste item as respostas sobre créditos para a infra-estrutura da propriedade incluindo a habitação rural (9% do total).

Estradas – se referem às melhorias das condições de trafegabilidade das estradas

Segurança – se refere a melhoria da segurança no que se refere a roubos

Estas respostas evidenciam ainda uma carência de acesso ao crédito dos pecuaristas familiares. Apesar de um número expressivo dos pecuaristas terem acessado o Pronaf e outros terem dito que não querem crédito este foi o item mais apontado. Muitos destes entrevistados enfatizaram que o crédito deveria ser direcionado para a infra-estrutura do estabelecimento e para a habitação rural e não necessariamente para a implantação de formas produtivas (lavouras ou aquisição de animais).

O segundo item mais apontado foi a condição das estradas, especialmente em Dom Pedrito, onde, conforme já relatado, as condições são difíceis e representam um entrave para a vida, a produção e a comercialização para os pecuaristas familiares.

De qualquer forma, pode-se verificar que há uma expectativa positiva em relação ao futuro dos pecuaristas familiares e de seus filhos. Ou seja, apesar das dificuldades apontadas, é um modo de vida que deve ter continuidade como forma de sobrevivência e de reprodução de milhares de famílias para enfrentar o que, de acordo com Ploeg, se caracteriza “*em um mundo grosseiro e cruel*”.

6.7 Os assentados pecuaristas familiares

Na região da Campanha, durante as décadas de 80 e 90, do século XX, e, nos primeiros anos do século XXI, houve um acentuado processo de assentamento de famílias oriundas do projeto de Reforma Agrária promovido pelos Governos Federal e Estadual¹⁵.

A concepção existente (e os discursos da época) era de que a região, baseada no “latifúndio improdutivo” e na bovinocultura de corte extensiva, atrasada e conservadora, mantinha-se em um estado de depressão econômica, que só poderia ser alterado a partir da modificação da estrutura fundiária. Após disso, viria naturalmente a mudança da matriz produtiva e a modificação da economia local e regional.

A bovinocultura de corte era citada como a grande vilã desta situação de estagnação econômica. A cultura “bovina” deveria ser diminuída com a introdução de outras atividades. O modelo a ser seguido, e implementado, era a agricultura familiar do norte do estado. A agricultura familiar “colonial” baseada nas pequenas propriedades e na agricultura intensiva e diversificada deveria ser implantada na região onde as pessoas, historicamente estabelecidas, não saberiam praticar a verdadeira “agricultura”. As lavouras de grãos (milho, soja, feijão) seriam a grande alternativa para a bovinocultura de corte atrasada.

Assim, foram implantados diversos assentamentos na região de Bagé, Dom Pedrito e Santana do Livramento com este objetivo. Foram assentadas mais de 2.500 famílias oriundas do norte do estado com uma cultura e uma prática agrícola completamente diferentes e distantes da bovinocultura de corte. As famílias foram assentadas em áreas entre 16 e 25 ha por lote.

A trajetória dos assentamentos de reforma agrária na região foi se modificando no decorrer dos anos. Ocorreram inúmeras frustrações com as lavouras de grãos.

As questões climáticas, acabaram estimulando a busca de alternativas produtivas, como a produção de sementes de hortaliças e a produção leiteira. Alguns assentados tiveram relativo sucesso nestas novas atividades.

¹⁵ Sobre este assunto ver QUADROS (2002) e DAMBORIARENA (1999).

Apesar disso, no decorrer do tempo alguns dos assentados passaram a se dedicar à bovinocultura de corte. Surgiram então, os “assentados pecuaristas familiares” que passaram a repetir o modelo da agricultura familiar (diferenciada) historicamente estabelecida na região.

O interesse deste trabalho é explicar o porquê, apesar da questão cultural completamente distinta, da formação política e ideológica contrária, da ausência de uma identidade “bovina”, do completo desconhecimento dos cuidados e do manejo dos bovinos, alguns assentados também acabaram se transformando em pecuaristas familiares.

No sentido de entender estes pecuaristas familiares foram entrevistados 4 assentados nos municípios de Candiota e Hulha Negra, próximos a Bagé. Apesar de não ser um número de entrevistas que tenha representatividade dos assentados na região, trata-se de uma amostra que permite entender o pensamento e a conduta em relação à bovinocultura de corte conforme é o objetivo deste trabalho.

6.7.1 A trajetória anterior ao assentamento

Os entrevistados descreveram suas trajetórias anteriores ao assentamento. Nela pode-se perceber que:

- a) todos tinham uma origem do meio rural onde trabalharam com a família em pequenas áreas ou como assalariados rurais em municípios do Noroeste do estado;
- b) dedicavam-se ao plantio de milho, feijão, soja e criação de suínos e gado de leite. Nenhum deles tinha contato com a criação extensiva de bovinos de corte;
- c) um deles teve uma experiência de trabalho urbano em açougue e em uma olaria de tijolos. Isto é, após a migração para o centro urbano retornou para o meio rural através do assentamento.

Enfim, os assentados entrevistados eram oriundos de outras regiões do estado sem a identidade do “gaúcho” da Campanha, sem o conhecimento da atividade e sem a relação histórica com o gado.

6.7.2 A trajetória posterior ao assentamento

De acordo com os entrevistados, ao se estabelecerem nas suas áreas a sua intenção era realizar o que o entrevistado n. 4 denominou de *“o sonho da produção de grãos”*.

Os assentados entrevistados descrevem a sua trajetória na busca da realização deste sonho a partir do plantio de lavouras de milho e soja. No decorrer dos anos tiveram grandes perdas e dificuldades devido ao solo e clima. Passaram a buscar alternativas como a criação de suínos e aves mas tiveram dificuldades devido à escassez de grãos. Afirmam ainda que, além dos problemas climáticos, enfrentaram problemas de mercado.

Além disso, o entrevistado n. 1 descreve que era *“obrigado a plantar alguma coisa para comprovar a aplicação do financiamento”*. Isto é, os financiamentos se destinavam, exclusivamente, para a implantação de lavouras sendo proibida a aplicação de recursos em bovinos de corte. Entretanto, o entrevistado descreve que *“arrendava o seu lote para as lavouras”* (e assim comprovava o plantio das lavouras exigidos pelo financiamento) e *“com o dinheiro do financiamento comprava gado”*.

Além disso, o entrevistado n. 1 relata que prestava serviços a outros assentados como pedreiro e recebia pagamento em carneiros. Apesar de ter recebido apenas 16,8 ha, a bovinocultura de corte passou a ser, e é, atualmente a sua principal atividade e fonte de renda

O entrevistado n. 2 relata que, no início, plantava mandioca e feijão e com o acesso aos financiamentos comprou algumas vacas de leite. Acabou saindo da produção leiteira por problemas de saúde e vislumbrou na bovinocultura de corte uma atividade com menor necessidade de mão-de-obra e com maior facilidade de acesso ao mercado, quando necessário.

Os outros dois entrevistados (n. 3 e 4) fazem parte da liderança dos assentados. As suas trajetórias estão vinculadas às Cooperativas. Como participantes tiveram experiências de trabalho ocupando áreas de forma coletiva com atividades diversas como milho, soja, suínos, aves, hortigranjeiros, gado de leite e confinamento de bovinos de corte.

A partir do fim da coletivização e com a separação em lotes individuais os entrevistados optaram pela bovinocultura de corte, devido às condições de mão-de-

obra (ambos têm outra atividade nas Cooperativas) e de tamanho do lote (afirmam que os lotes são muito pequenos para a produção de leite).

Ainda se pode constatar que, estes dois entrevistados, acabaram aumentando suas áreas através do arrendamento de mais um e mais dois lotes de assentados vizinhos, totalizando áreas de 50 e 75 ha, respectivamente, utilizando alguns financiamentos para cercarem a área.

Ou seja, assentados de reforma agrária oriundos de regiões distantes e estabelecidos na busca de um novo “modelo” de agricultura e de relações sociais e mercantis acabaram cercando as suas áreas e arrendando novas áreas conforme aconteceu com os pecuaristas familiares “historicamente estabelecidos”. Além disso, acabaram não reproduzindo as formas produtivas da agricultura familiar tradicional do Norte do estado conforme a expectativa inicial.

Além disso, os assentados entrevistados, de forma semelhante aos pecuaristas familiares descritos por este trabalho, também optaram pela produção de carneiros. Isto significa que, apesar de terem pequenas áreas, optaram pela criação devido as suas características de segurança, estabilidade e autonomia. Ou seja, o modo de vida dos pecuaristas familiares se reproduz nos assentados e nas suas atividades.

6.7.3 A motivação dos assentados para a bovinocultura de corte

Os entrevistados, oriundos de regiões diferentes, com culturas e identidades diferentes, formação e ideologia diferentes no decorrer de sua trajetória nos assentamentos acabaram repetindo as atividades já existentes e anteriormente criticadas por suas lideranças. Os principais motivos, apontados pelos entrevistados, para que se dedicassem à bovinocultura de corte foram:

a) busca de segurança – para os entrevistados as lavouras de grãos na região são extremamente arriscadas devido às condições climáticas. A bovinocultura de corte, embora menos rentável, apresenta um grau de segurança muito maior;

b) as questões climáticas desfavoráveis às lavouras de grãos - o ambiente mostrou as restrições ao “*sonho da lavoura de grãos*” como a principal atividade;

c) as oportunidades de mercado – alguns entrevistados citaram a dificuldade de comercialização de outros produtos agrícolas diferenciados. Os bovinos, segundo afirmativa dos entrevistados, “*se coloca por diante e vende em qualquer lugar*” numa referência a possibilidade de deslocamento e de facilidade de comercialização em caso de necessidade;

d) a mão-de-obra – a possibilidade de criar animais e cuidá-los com a mão-de-obra da família, mesmo que alguns tenham pouca condição física.

Enfim, o modo de vida dos pecuaristas familiares alicerçado nas suas características de segurança, estabilidade, relativa autonomia e menor vulnerabilidade são as principais motivações para os assentados se “transformarem” em pecuaristas familiares.

Por fim, os assentados pecuaristas familiares entrevistados quando questionados sobre as políticas de apoio necessárias para a melhoria dos agricultores sugeriram que se instituíssem créditos específicos para a bovinocultura de corte. Ou seja, as políticas de crédito para os assentados não permitem o investimento em bovinos de corte, por não se tratar de uma atividade da pequena propriedade, nem da agricultura familiar e muito menos de assentados.

Portanto, apesar de não serem parte da ocupação da terra baseada nas sesmarias, na guerra e alicerçada sobre uma atividade inserida na cultura e no ambiente, os assentados da região acabaram se tornando pecuaristas familiares e adotando o seu modo de vida. Apesar de não obedecer a uma lógica econômica e produtiva capitalista, onde a busca do lucro é o mais importante, trata-se da comprovação de que a lógica de sobrevivência e reprodução estabelecida pelos pecuaristas familiares não se trata de uma “irracionalidade”, mas da adaptação possível em uma região diferenciada nas suas condições ambientais, econômicas e sociais.

6.8 O modo de vida dos pecuaristas familiares

Como vem sendo ressaltado, este trabalho utiliza, na sua essência, o conceito de modo de vida. Modo de vida é entendido como as diferentes estratégias utilizadas pelos agricultores e suas famílias, ao longo de suas trajetórias, em busca do atendimento das suas necessidades de reprodução e dos seus anseios e vontades, a partir dos recursos de que dispõem e no contexto onde estão inseridos. Estas estratégias buscam, portanto, muito mais do que a sobrevivência econômica, do que a busca do lucro ou do melhor rendimento dos recursos e capitais disponíveis.

Assim, o modo de vida dos pecuaristas familiares é fruto da sua trajetória e dos seus componentes (capacitações, ativos e atividades) que acabam estabelecendo as estratégias que são próprias e específicas.

As principais características identificadas dos componentes dos modos de vida dos pecuaristas familiares são:

a) Famílias pequenas (55% com até 2 pessoas), com poucos jovens (apenas 11% com menos de 20 anos), com muitas pessoas com mais de 60 anos (35%) e com chefes de família mais velhos (51% com mais de 60 anos). A maioria das famílias não teve acesso a habilitações formais (75%) e tem baixa escolaridade (86% cursaram até o Ensino Fundamental sendo 7% analfabetos);

b) A maior parte dos pecuaristas familiares (85%) é associada aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais embora se identifiquem como “pecuaristas” e como “produtores rurais” (58%). Apesar das baixas rendas os pecuaristas desejam que seus filhos continuem na atividade (83%) tendo 52% a sucessão já encaminhada.

c) O principal ativo dos pecuaristas familiares é a terra representando 58% do capital físico. A maior parte (90%) recebeu as áreas por herança. O capital em benfeitorias e máquinas (19%) é inferior ao capital em animais (23%, sendo 81,5% em bovinos de corte).

d) A maior parte da mão-de-obra dos pecuaristas é familiar (89%) apesar de ser reduzida (média de 1,8UTH por estabelecimento ou 1 UTH para cada 62 ha). Há reciprocidade entre vizinhos na troca de serviços principalmente para trabalhos com os bovinos de corte (87%). Há 27% das famílias que são pluriativas (principalmente as que não recebem aposentadorias rurais) em atividades agrícolas e não agrícolas.

e) A aposentadoria rural é uma renda importante (70% dos pecuaristas entrevistados recebem ao menos uma aposentadoria) sendo determinante para a manutenção de grande parte das famílias.

f) Grande parte dos pecuaristas familiares acessa o Pronaf (50%), mas uma outra parte deles (37%) não quer crédito (e muitos não têm conta bancária).

g) A bovinocultura de corte é a principal atividade dos pecuaristas familiares constituindo 66% da Renda Total e 37% do autoconsumo. Os pecuaristas familiares são experientes com uma média de 40 anos na atividade, sendo a sua principal motivação para atividade a segurança (baixo risco) e a tradição (60%). Apesar de afirmarem que a bovinocultura tem rendas baixas, 35% investiriam em mais gado se sobrasse dinheiro.

h) As formas produtivas são baseadas em pastoreio em campos nativos com pouco uso de insumos externos (são utilizadas vacinas, vermífugos e carrapaticidas) e com o uso de práticas tradicionais de manejo como o uso de touros no rebanho o ano inteiro (68%), desmame dos terneiros com um ano de idade (29%) e a não realização de exame andrológico nos touros (95%). Além disso, 50% adquirem, ou trocam, os touros usados com seus vizinhos utilizando os “touros disponíveis” independente da raça e das condições sanitárias e reprodutivas.

i) Apesar de terem pouca área os pecuaristas familiares trabalham com bovinos de corte em cria e recria e com altas lotações (1,1 UA/ha) o que proporciona baixas produtividades e rentabilidades. Mesmo em áreas onde é possível trabalhar com terminação, os pecuaristas familiares optam pela cria.

j) A maior parte dos pecuaristas vende seus produtos “quando precisa” e não motivados pelo melhor preço ou pelas épocas do ano. As vendas dos bovinos são feitas, principalmente, para alguns vizinhos (produtores maiores) que estabelecem o preço e o prazo (89%).

k) A principal combinação de atividades encontrada foi entre os bovinos de corte e os ovinos. A ovinocultura, embora seja tratada como atividade secundária, foi encontrada (em conjunto com os bovinos) em 78,4% dos pecuaristas e desempenham um papel importante na alimentação das famílias constituindo 55% do autoconsumo.

Com estes componentes, apresentados de forma resumida, associados aos cenários onde estão inseridos, são identificadas as principais estratégias comuns¹⁶ utilizadas pelos pecuaristas familiares que caracterizam o seu modo de vida.

a) A principal atividade agrícola é a bovinocultura de corte praticada com algumas características que se constituem em estratégias:

- utilização de alimentação constituída, basicamente, de pastagens sendo principalmente utilizadas as pastagens nativas. Isto proporciona, por um lado, a dependência das variações climáticas e das épocas do ano, mas por outro lado, permite uma produção natural e de baixo custo. Permite ainda a manutenção, conforme afirma Ploeg (1992b), da conexão dos processos de produção agrícola com a natureza e a ecologia.

- utilização reduzida de insumos externos, principalmente de produtos de sanidade animal. Trata-se, de certa forma, de um grupo de famílias ainda não “atingido”, efetivamente, pelo processo de modernização em uma atividade em que isto é possível. Apesar de esta não ter sido uma opção pela produção mais natural, isto acabou acontecendo. Assim, apesar de serem considerados atrasados e inviáveis, técnica e economicamente, podem ser reconhecidos como “resistentes” à modernização.

- a visão dos bovinos de corte como mercadoria de reserva determina algumas práticas de manejo e algumas condutas de comercialização que são consideradas irracionalidades técnico-produtivas e econômicas.

A primeira se refere às altas lotações, isto é, o número de animais por área de terra. Como os bovinos são considerados mercadorias de reserva, ou seja, “poupança em pé” para ser comercializada em momentos de necessidade, quanto maior a quantidade em uma determinada área, mais segurança terá o pecuarista. Trata-se de uma estratégia de fuga da vulnerabilidade onde se aumenta o ativo mais disponível para momentos de crise, embora as altas lotações acabem diminuindo as produtividades. Entretanto, a busca dos pecuaristas familiares não é por maior produtividade, mas sim eles buscam estabelecer mecanismos que lhes permitam suportar as crises conseguindo manter as suas capacidades e ativos conforme definem Chambers e Conway (1992).

¹⁶ Apesar da heterogeneidade e das diferenças identificadas entre os pecuaristas familiares existem estratégias comuns que norteiam as suas ações e caracterizam o seu modo de vida.

A segunda se refere diretamente às relações mercantis, pois sendo os bovinos considerados mercadorias de reserva, as vendas são feitas apenas em momentos de necessidade. Desta forma, os momentos em que os preços estão melhores ou as condições climáticas estão mais desfavoráveis (invernos muito frios ou verões muito secos, por exemplo) não são suficientes para motivar os pecuaristas para a realização das vendas. Ou seja, a estratégia é estabelecer reservas para enfrentar as crises.

- a diversificação “por dentro” da própria bovinocultura de corte através da criação de diversas categorias animais. Ou seja, em pequenas áreas a especialização em determinada etapa da produção bovina (cria, recria ou engorda) seria recomendada devido às maiores possibilidades de eficiência produtiva. Entretanto, se constata que os pecuaristas familiares se dedicam principalmente à produção de terneiros (cria) mantendo ainda algumas categorias como forma de enfrentar as oscilações de mercado. Isto significa que os pecuaristas familiares utilizam a “estratégia de risco”, descrita por Ellis (2000), no sentido de aumentar o conjunto de alternativas de receitas obtendo mais segurança e, portanto, tendo uma menor vulnerabilidade. Assim, obtém menores produtividades, menores rendas, mas diminuem as probabilidades de riscos.

De qualquer forma, a estratégia de diversificação “por dentro” faz parte, de forma tão importante, que mesmo os assentados pecuaristas familiares e os pecuaristas familiares de Dom Pedrito (que teriam possibilidades de ser terminadores) acabam estabelecendo a mesma estratégia.

b) Os pecuaristas familiares estabelecem estratégias de comercialização que lhes permite manter uma relativa autonomia em relação ao mercado além de estabelecerem uma relativa distância do endividamento e dos riscos. Esta estratégia está associada a dois outros fatores: a idade dos pecuaristas familiares e a presença da aposentadoria rural que, de certa forma, garante a sobrevivência. De qualquer forma, esta é uma estratégia que faz com que os recursos empregados na atividade produtiva e na sobrevivência da família se limitem aos recursos gerados pela própria família. Novamente a estratégia principal é a fuga da situação de vulnerabilidade.

c) A mão-de-obra principal das atividades do estabelecimento é da família. As atividades produtivas são estabelecidas a partir da disponibilidade de mão-de-obra da família associadas à possibilidade de apoio de vizinhos. Esta relação de apoio e reciprocidade se caracteriza por uma estratégia que acaba viabilizando a atividade

nos momentos de estrangulamento de maior trabalho e de maior demanda de mão-de-obra. O que se pode constatar é que a reciprocidade é menor entre pecuaristas familiares com áreas maiores e em áreas onde os vizinhos estão mais distantes.

d) A aposentadoria rural tem grande importância para os pecuaristas familiares. A presença da aposentadoria contribui na definição de investimentos na atividade e na comercialização de animais e produtos ajudando para a manutenção da relativa autonomia mercantil. A sua ausência contribui para a busca de outras atividades agrícolas e não agrícolas caracterizando atividades pluriativas.

e) O autoconsumo dos pecuaristas familiares é diferenciado em relação à agricultura familiar tradicional, pois se dá basicamente através do consumo de carne. Neste sentido, a ovinocultura desempenha um importante papel, pois por sua facilidade de criação e de abate faz com que represente 55% do autoconsumo dos pecuaristas familiares.

Desta forma, os pecuaristas familiares, por suas características diferenciadas de história, clima, atividade e mercado, estabelecem algumas estratégias diferentes de sobrevivência e reprodução. Entretanto, pode-se identificar com clareza que se trata de um modo de vida de um tipo diferenciado de agricultura familiar.

Trata-se de um modo de vida que, acima de tudo, estabelece mecanismos de sobrevivência na busca da diminuição de suas vulnerabilidades e na tentativa de estabelecer o que Ellis (1998 e 2000) denomina de um modo de vida “robusto” (e, portanto, menos vulnerável).

7 CONCLUSÕES

A discussão sobre a agricultura familiar tem se intensificado, nos últimos dez anos, no Brasil e no mundo. A permanência das formas familiares no campo, em um sistema capitalista cada vez mais concentrado e globalizado, tem gerado inúmeros estudos na tentativa de explicar esta realidade.

Ao contrário das previsões sobre a sua inviabilidade e sobre o seu inexorável desaparecimento, a agricultura familiar tem permanecido. Mais do que isso, tem se fortalecido e se consolidado como uma grande alternativa de trabalho e renda para milhares de famílias.

A permanência da agricultura familiar se deve em grande parte a sua enorme capacidade de adaptação aos diferentes ambientes e condições, na maior parte das vezes “hostis”, de mercado, de políticas, de preços e de acesso a recursos.

As estratégias desenvolvidas pelos agricultores familiares para enfrentar estas dificuldades contemplam uma diversidade de atividades de usos de tecnologia e de formas de mercantilização.

Portanto, na realidade da agricultura familiar, existem tipos diferenciados de famílias.

Desta forma, os pecuaristas familiares, assim denominados com o objetivo claro de identificar uma nova tipologia, se constituem em um tipo diferenciado de agricultor familiar. Alguns fatores têm se constituído em uma dificuldade para o seu reconhecimento como agricultor familiar.

O primeiro é que a bovinocultura de corte é considerada como uma atividade da agricultura patronal que exige grandes áreas, sendo considerada “inviável” para pequenas áreas com a utilização de pastagens nativas. O segundo fator é que estes agricultores familiares diferenciados estão localizados, em grande parte, em uma região identificada (Metade Sul do Rio Grande do Sul e o bioma pampa), por sua história e por sua tradição, como a região do “latifúndio improdutivo” e da “grande propriedade” onde não haveria pequenos produtores e nem agricultura familiar. O terceiro fator é a forte identificação dos pecuaristas familiares com a estância e com o estancieiro o que acabou fazendo com que os pecuaristas familiares ficassem sem uma representatividade política e fossem praticamente “invisíveis”.

Diante disso, o objetivo desta tese foi evidenciar a existência destes agricultores familiares diferenciados buscando explicar os processos que lhes deram origem e as estratégias utilizadas para a sua sobrevivência e reprodução.

Uma parte do desafio deste trabalho era demonstrar que os “pecuaristas familiares” se constituem em uma formação social específica dentro da agricultura familiar. Os dados apresentados comprovaram esta hipótese.

Os resultados permitem concluir que o modo de vida dos pecuaristas familiares contempla uma série de características encontradas na agricultura familiar “tradicional”, que tem sido mais intensivamente descrita. Isto é, as estratégias utilizadas são semelhantes. Por exemplo, a utilização da mão-de-obra familiar, a busca da autonomia mercantil, o autoconsumo e o dimensionamento das atividades a partir das necessidades da família.

Há, entretanto, outras estratégias peculiares e específicas dos pecuaristas familiares como a diversificação “por dentro” da atividade e a manutenção dos bovinos de corte como mercadoria de reserva. Estas características ajudam a comprovar o caráter de agricultor familiar “diferenciado” dos pecuaristas familiares.

Pode-se acrescentar ainda que a sua denominação diferenciada (pecuarista familiar), utilizada até então, serve para identificar e caracterizar este tipo de agricultor familiar pouco descrito e estudado. Trata-se de um agricultor familiar com características peculiares. O que se espera que fique claro é que o termo “pecuarista familiar”, embora seja abrangente (podendo indicar outros diferentes tipos de pecuaristas), se refere, neste caso, aos bovinocultores de corte de caráter familiar. Ou seja, apesar de o termo indicar também outros agricultores familiares que desenvolvem atividades como a bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura, etc a referência que se faz aqui é aos agricultores familiares que têm a sua lógica baseada na bovinocultura de corte. Assim, não basta “ter” alguns bovinos de corte, mas sim ter a lógica e o modo de vida dos pecuaristas familiares. Desta forma, os pecuaristas familiares não são assalariados rurais (podendo alguns deles também se assalariar) e nem pequenos “estancieiros”. São agricultores familiares cujo modo de vida tem como atividade principal a bovinocultura de corte.

O modo de vida, como aporte teórico utilizado, explica as condutas dos pecuaristas familiares na medida em que contempla diferentes dimensões na sua concepção. Isto é, para explicar as formas como conduzem a sua vida e as suas atividades não é suficiente que se leve em consideração apenas as questões

econômicas, mas é necessário realizar uma análise da sua inserção em uma realidade onde outros valores são muitas vezes tão, ou mais, importantes do que a busca da produtividade e do lucro.

Ou seja, este trabalho se afastou dos enfoques deterministas sobre a agricultura familiar. Buscou estabelecer um diálogo explicativo onde as questões econômicas se constituem apenas em uma parte (importante) das estratégias estabelecidas pelas famílias dos pecuaristas.

O modo de vida é o conjunto de estratégias estabelecido pelos pecuaristas e suas famílias a partir das suas condições pessoais e familiares, dos acessos aos bens, recursos e capitais e as atividades que realizam. Portanto, um modo de vida não é isento e nem se forma do “nada”, mas sim, é fruto da trajetória e das experiências históricas decorrentes dos processos de ocupação da terra, de comercialização e do desenvolvimento técnico-produtivo acontecidos no decorrer do tempo. Desta forma, o processo de ocupação da terra e da formação do homem da região a partir das estâncias contribuiu para a formação do modo de vida dos pecuaristas familiares.

O entendimento desta trajetória permite compreender as dificuldades e os entraves que a região enfrentou (e enfrenta) no sentido da modificação dos processos produtivos e de “modernização”. Permite compreender que os pecuaristas familiares, inseridos neste cenário, buscaram maneiras de sobrevivência baseadas na bovinocultura de corte, apesar da diminuição das suas áreas, através da redução dos custos e do distanciamento dos processos produtivos “modernos” e da inserção completa nos mercados.

Estas maneiras acabaram se reproduzindo no decorrer do tempo inclusive com outros agricultores familiares que se estabeleceram na região. Não se trata de uma absorção “cultural” pelo meio ou de um determinismo geográfico, mas sim da adoção de um conjunto de estratégias que se mostram mais exequíveis na medida em que as questões de mercado, de clima e de mão-de-obra se apresentam como fatores limitantes e decisivos.

Desta forma, as estratégias técnico-produtivas utilizadas pelos pecuaristas familiares, que são muitas vezes identificadas como “atrasadas”, acabam se caracterizando como as alternativas mais racionais para o seu modo de vida. Isto é, a bovinocultura de corte é conduzida baseada nos recursos naturais (pastagens nativas), com pouco uso de insumos externos e com altos indicadores de lotação.

Sob a ótica produtiva e econômica se trata de uma irracionalidade. Mas isto se explica à medida que se compreende como o modo de vida norteia e determina os objetivos da família que busca baixos custos e a manutenção de estoque bovino como garantia para a sobrevivência nos momentos de crise e para a diminuição da sua vulnerabilidade.

Entretanto, esta conduta “irracional” não tem se caracterizado como exclusividade dos pecuaristas familiares. No Rio Grande do Sul apenas 15% dos pecuaristas são “empresariais” sendo todos os demais (patronais e familiares) considerados tradicionais. Ou seja, as estratégias de pouco investimento e de utilização dos recursos naturais (pastagens naturais) são utilizadas pela maioria dos pecuaristas do Rio Grande do Sul e com muito mais sentido, pelos pecuaristas familiares.

Além disso, pode-se perceber também que o modo de vida define as mesmas estratégias para pecuaristas familiares localizados em diferentes ambientes. A obtenção de resultados semelhantes em três regiões ambientalmente distintas reforça a idéia de que os pecuaristas familiares têm lógicas semelhantes que norteiam as suas estratégias de forma semelhante. Ou seja, a busca pela menor vulnerabilidade através da redução dos custos, da produção de terneiros e da mercantilização parcial são estratégias que se repetem nas três regiões. Isto reforça a idéia do modo de vida como norteador das formas ou “estilos de agricultura” e das atividades desenvolvidas.

A outra parte do desafio deste trabalho consistia em identificar e descrever as lógicas utilizadas pelos pecuaristas familiares na definição destas estratégias. Isto é, caracterizar o “modo de vida” dos pecuaristas familiares considerando as suas expectativas, os seus valores e a sua identidade. Mais ainda, buscar explicações sobre as suas condutas tidas como “irracionais”.

Os dados permitem constatar uma população envelhecida, com grande participação das aposentadorias rurais na sua renda, mas que, apesar disso, já apresenta uma sucessão, nos mesmos moldes, bem encaminhada. Não se trata, portanto de um modo de vida em extinção e sim uma forma encontrada pelas famílias de sobrevivência e reprodução para enfrentar, conforme afirma Ploeg (2006), este mundo grosseiro e cruel onde estão inseridos. Antes de se tratar de formas atrasadas são formas encontradas de resistir aos processos excludentes frutos da industrialização da agricultura.

Convém ressaltar ainda que a própria pecuária familiar apresenta uma diversidade em suas características e estratégias. Apesar de reconhecer esta diversidade, a intenção deste trabalho não foi aprofundar o estudo sobre a diversidade, mas sobre as características comuns que permitem a sua compreensão. Isto significa que se reconhecem as diferenças existentes entre os próprios pecuaristas familiares, embora não tenha sido interesse aprofundar esta descrição.

O que pode se afirmar ainda é a existência, nos pecuaristas familiares entrevistados, de inúmeras características de campesinato. Apesar de se tratar de um grupo de famílias heterogêneas existem algumas racionalidades que podem ser definidas como camponesas. As lógicas da organização da vida dos pecuaristas familiares a partir de critérios não estritamente econômicos e com a integração parcial aos mercados, por exemplo, são algumas destas características.

Além disso, deve-se destacar que a relação dos pecuaristas familiares com o meio ambiente (produção agrícola a partir dos recursos disponíveis como uma forma de “extrativismo”) caracteriza-se como uma contingência decorrente da sua formação e da adaptação ao meio ambiente e não uma opção “ecológica” por convicção dos pecuaristas.

Este trabalho permite ainda que se apontem algumas questões para a reflexão e/ou para o aprofundamento em futuros trabalhos.

A primeira se refere às políticas públicas estabelecidas (e a serem estabelecidas) que possam, de alguma forma, contemplar e beneficiar estes pecuaristas. A principal política pública a que os pecuaristas têm acesso atualmente é a aposentadoria rural que se constitui em um enorme “amortecedor”, em relação às crises, para um grupo significativo de pecuaristas familiares, quer para a manutenção da renda da família, quer para custeio e investimento na atividade produtiva.

Ainda se pode acrescentar a importância apontada pelos entrevistados sobre os acessos ao transporte, à saúde e à educação. Neste sentido as regiões estudadas apresentaram diferenças significativas. De qualquer forma, estas são apontadas como políticas públicas mais importantes para as famílias do que o acesso aos créditos e financiamentos para a área de produção agrícola. Este enfoque pode, então, servir para que se definam, de maneira diferente, as

prioridades das reivindicações realizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (que têm sido os principais porta-vozes dos pecuaristas familiares).

Em relação às políticas públicas ficaria ainda a discussão sobre quais deveriam ser as estratégias de atuação da pesquisa e da extensão rural. Os pecuaristas familiares são aqueles que resistiram e se afastaram do processo de modernização da agricultura e das tecnologias dependentes de recursos externos. De certa forma, isto é visto por pesquisadores e extensionistas como um atraso a ser corrigido. Assim, a maior parte das ações tem sido no sentido de modernizar a produção agrícola e inserir os pecuaristas familiares inteiramente no mercado. Os dados obtidos com esta pesquisa permitem que se repensem estas proposições e que estabeleçam novas propostas que considerem a realidade descrita em termos de lógicas e estratégias dos pecuaristas familiares.

Uma segunda questão a acrescentar é sobre a possibilidade de sobrevivência do modo de vida dos pecuaristas familiares no tempo. Isto é, trata-se de um grupo com número de pessoas com idade elevada, com renda baixa, com algumas dificuldades de acesso às políticas públicas, com relações subordinadas aos mercados e com uma relativa especialização nas atividades. A partir desta realidade poderia se descrever como um modo de vida destinado à extinção dentro do modelo capitalista. Mas, esta também foi a previsão realizada pelos teóricos e estudiosos de diferentes vertentes teóricas (conforme apresentado no Capítulo 1) a respeito do futuro da agricultura familiar. Ao contrário das previsões, ela resistiu e se consolidou no Brasil e no mundo. Assim, as previsões sobre estes pecuaristas familiares, um tipo de agricultura familiar, devem ser relativizadas e devem servir de alicerce para a estruturação de novas formas de apoio e valorização. Até porque as oportunidades de trabalho e renda existentes nas cidades, mesmo nas menores, estão se mostrando incapazes de proporcionar uma vida semelhante aquela que hoje têm os pecuaristas familiares.

E por fim, deve-se fazer um registro sobre a contribuição dos pecuaristas familiares ao processo de desenvolvimento, em especial, ao desenvolvimento rural.

O modo de vida dos pecuaristas familiares estabelece mecanismos de sobrevivência na busca da diminuição de suas vulnerabilidades e na tentativa de estabelecer o que Ellis (1998 e 2000) denomina de um modo de vida “robusto” (e, portanto, menos vulnerável). Ou seja, trata-se de um modo de vida estabelecido em uma região considerada a metade pobre do estado e que vem se repetindo por

várias gerações, sendo inclusive adotado por outros agricultores que aí se estabelecem. Cabe ressaltar que, se comparado a outros modos de vida que são dependentes de uma agricultura modernizada e altamente mercantilizada (como muitos da Metade Norte “desenvolvida” do Rio Grande do Sul), as vulnerabilidades são muito menores.

Assim, ao se considerar o ponto de vista de Sen (2001) que define desenvolvimento como a diminuição das vulnerabilidades das pessoas, a discussão e a análise do modo de vida dos pecuaristas familiares deve tomar outra dimensão. E, a consideração sobre a sua existência (e o seu futuro) passa a ser feita sob o olhar de um grupo de famílias que soube se adaptar às realidades e que tem contribuições a dar aos processos de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, vol. 15, n. 1, jan/abr 1998. p. 132-152.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: ANPOCS; UNICAMP; Hucitec, 1992.
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J. A. **Caracterização sócio-econômica de unidades de produção no campo**. Lavras: COOPESAL, 1988, 27 p. apostila.
- ALONSO, J. A. F. Análise do crescimento da região Sul nas últimas décadas – 1959-90. IN: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 49-94.
- ÁLVAREZ, J. F. Capacidades, liberdades y desarrollo: Amartya Kumar Sen. IN: MÁIZ, R. **Teorías políticas contemporáneas**, Tirant lo blanch, Valencia, 2001, pp. 381-396.
- ANDRADES FILHO, C.; SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Atualização do mapeamento dos areas do sudoeste do RS através de imagens Landsat TM. IN: Simpósio Integrado de Geotecnologias do Cone Sul, 2005, Canoas. **Anais UNILASALLE**, 2005. v. 1. p. 0-8.
- BAKOS, M. M. **RS: escravidão & abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 168 p. (Série Documenta, 13).
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - **Resolução 3001** de 24 de julho de 2002.
- BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. IN: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 07-48.
- BARBOSA, F. D. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983. 248 p.
- BARCELOS, V. H. L. Culturas e saberes silenciados: uma contribuição da educação ambiental para a autonomia dos povos. IN: VELA, H. (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria: 2003. p. 245-270.
- BAUER, M.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis. Vozes, 2004 (3ª. ed.), p. 189-217.

BENEDETTO, A. **Identidad y territorio:** aportes para la re-valorización de procesos de diferenciación productiva em áreas de co-existência geográfica. (Mendoza, Argentina). RIMISP: Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. Abril 2006. 27 p.

BENETTI, M. D. Agropecuária na região Sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. IN: ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul:** causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, 1994. p. 94-145.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na Região Sul do Brasil – Quilombo – Santa Catarina:** um estudo de caso. FAO/INCRA, Janeiro de 1996.

BOLDRINI, I. I. **Campos do Rio Grande do Sul:** caracterização fisionômica e problemática ocupacional. Boletim do Instituto de Biociências, n. 37, Porto Alegre: UFRGS, 1977.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Lisboa, Difel / Bertrand, 1989.

BRASIL – MINISTÉRIO DO EXÉRCITO – **Memória da medição da Colônia Federal do Areal.** Porto Alegre: Serviço de Engenharia QG Porto Alegre, outubro 1936.

BRASIL, C. R. M. **Pioneiros açorianos:** notas históricas e genealógicas. Porto Alegre: Edigal, Renascença, 2005. 312p.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Nove anos de experiência do Projeto Prorenda – agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p. 21-107.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o Novo Mundo Rural. **Revista Sociologias.** Ano 5, n. 10, 2003. p. 312-347.

BUAINAIN, A.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil.** (agricultura familiar e sistema de produção) FAO / INCRA. Relatório do Projeto UTF / BRA / 051 / BRA Brasília: 2000. 58p.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e a agricultura familiar. IN: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (org.) **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p. 47-81.

CAMARGO, O. M. Peculiaridades econômicas das vacarias no espaço missioneiro. IN: QUEVEDO, J. (org.) **Rio Grande do Sul:** quatro séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p.137-147.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. de O. Sistemas familiares de produção agrícola e desenvolvimento sustentado. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. (3. 1998; Florianópolis, SC). **Anais**. Florianópolis: SBSP, maio 1998. 13 p.

CARMO, R. B. A. A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. (37. 1999. Foz do Iguaçu, PR) **Anais...** UFV: SOBER, 1999. 10 p

CARRICONDE, C. **O Rio Grande do Sul em Revista**. Suplemento de Quaraí. Porto Alegre: 1933, P. 2-5.

CESAR, G. As raízes históricas. IN: **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. p. 29-41.

CESAR, G. **Origens da economia gaúcha (o boi e o poder)**. Porto Alegre: IEL, CORAG, 2005.

CHAMBERS, R. e CONWAY, G. R. **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21 st century**. Institute of Development Studies (IDS) Discussion Paper, 1991.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. IN: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLKE, V. (org.) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CONWAY, G. R. **Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993. 32 p.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. Porto Alegre, **Cadernos de Sociologia**, v.9, p.11- 47, 1995.

COTRIM, M. S. "**Pecuária familiar**" na região da **Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu RS. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2003. 140 p. (Dissertação de Mestrado)

DAMBORIARENA, E.; SABLAYROLLES, P. **Diagnóstico para o desenvolvimento agrícola dos assentados do município de Bagé**. Primeira fase. Bagé: CETAP (Centro de Alternativas Populares) - CICDA (Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola), agosto, 1992. 42 p.

D'ÁVILA, F. **Terra e gente de Alcides Maya**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1958.

DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.7-28, 93-117, 229-254, 358-402. (Documenta, 2)

DOM PEDRITO. Prefeitura Municipal. **Estudo sócio-econômico do município de Dom Pedrito**. 1º Centenário de Emancipação Política. Dom Pedrito: Prefeitura Municipal, s.d. [1971]

DUARTE, R. M. **Pesquisa qualitativa em educação**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 115, 2002.

DUBOIS, J.; ROUSSEAU, S. **Reinforcing household's capabilities as a way to reduce vulnerability and prevent poverty in equitable terms**. Capturado em <http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/dubois.pdf> em 02/12/2005.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, 35 (1): 1998, p.01-38.

ELLIS, F. **Peasant economics**. Farm households and agrarian development. New York: Cambridge University Press, 1988. p.1-15.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

EMATER RS – Escritório Municipal de Bagé. **Leitura da Paisagem**. EMATER RS: Bagé, 2000. 24 P.

EMATER RS – Escritório Municipal de Dom Pedrito. **Leitura da Paisagem**. EMATER RS: Dom Pedrito, 2000. 24 P.

EMATER RS – Escritório Municipal de Quaraí. **Leitura da Paisagem**. EMATER RS: Quaraí, 2001. 11p.

EMATER RS. **Caracterização do pecuarista familiar da extensão rural no Rio Grande do Sul com vistas às ações para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER RS, 2000a. 43 p.

EMATER RS. **Programa Estadual de Pecuária Familiar**. EMATER RS, 2004. 12 p.

EMATER RS. **Proposta de trabalho para as áreas que têm como matriz principal a pecuária nas propriedades de exploração familiar**. Porto Alegre: EMATER RS, 2000b. 4 p. (Documento Interno).

EQUIZA, F. **Amartya Sen y sus aportaciones a la Teoría del Desarrollo: Algunas reflexiones**. Capturado em <http://www.gobernabilidad.cl/modules.php?name=News&file=article&sid=172> em 03/12/2005.

FAO (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION) / INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Análise do diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico**. Brasília: PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/ BRA), 1997. 67 p.

FARINATTI, L. A. Criadores de gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870). Jornadas de História Regional Comparada (2.: 2005: Porto Alegre) **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Região Sul / RS Indicadores econômicos**. Porto Alegre, 1995. 36 p.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. **Da província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. Censos 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1957**. Porto Alegre: Globo, 1958. 184 p.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIALHO, M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 302 p. (Tese de Doutorado).

FLORES, M.; FLORES, H. A. H. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993. 124 p.

FLORES, M. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: EdPUCRS, 1996, p. 167.

FOCHEZZATO, A.; TRICHES, D.; HERRLEIN JR., R.; STÜLP, V. J. Apontamentos para o estudo da pecuária familiar na Metade Sul do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (2. 2004; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2004. 10 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg> em 31/12/2004.

FONSECA, P. C. D. **RS: Economia & conflitos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 144 p. (Documenta, 18).

FONTE, M. (coord); ACAMPORA, T.; SACCO, V. **Desarrollo rural e identidad cultural: reflexiones teóricas y casos empíricos**. RIMISP: Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. Março 2006.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2000. 273 p. (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

FONTOURA, L. F. M. A pecuária empresarial como agente modernizador na região da Campanha. Jornadas de História Regional Comparada (2.: 2005: Porto Alegre) **Anais**. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. IN: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

FRANCO, S. da C. A Campanha. IN: **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. p. 65-74.

FREITAS, C. L.; KONZEN, O. G. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul: origens e mudanças. **Revista de Economia Rural**. SOBER, Brasília: 1983, v. 21, n.3, p. 399-427.

FREITAS, D. O capitalismo pastoril. **Ensaio FEE**. FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade gaúcha. Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, 1993. p. 438-465.

FREITAS, L. F. R.; SILVEIRA, R. M. H. A figura do Gaúcho e a identidade cultural Latino-Americana. **Revista Educação**. Porto Alegre, ano XXVII, n. 2 (53), p. 263 – 281, Mai./Ago. 2004.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v.6, n.1, p.71-100, 1978a.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978b.

GADOTTI, M. **Identidade cultural e itinerário educativo**. Instituto Paulo Freire, Universidade de São Paulo. I JOURNEE RENCONTRE AVEC PAULO FREIRE, INFRED/POLYNÔME/ PAIDEIA, Paris, La Vilette, 12 décembre, 1991.

GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOLIN, T. **Identidades**. Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004. 112p.

GONÇALVES, E. dos S. **Pecuária familiar do município de Cachoeira do Sul: importância histórica, entraves e potencialidades**. Seropédica: UFRRJ / ICHS, novembro 2002, p. (Monografia do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

GONÇALVES, J. O. N.; GIRARDI-DEIRO, A. M.; MOTA, A. F. **Limpeza de campo na Serra do Sudeste, RS**. Efeito do corte e queima de plantas lenhosas, visando aumentar áreas de pastoreio. Bagé: EMBRAPA CPPSul, 1997. 15 p. (Circular Técnica, 11).

GONÇALVES, J. O. N.; GARCIA, E. H. **Associação e Sindicato Rural de Bagé – 100 anos**. Bagé: Associação Rural, 2004. 220 p.

GONZAGA, S. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. IN: FREITAS, D. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Documenta, 3).

GOODMAN, D.; SORJ. B. WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 181 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABATTO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 15-45.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. da C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. INCRA / FAO, 2000.

GUILHOTO, J. M. et al. **Agricultura Familiar na Economia – Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9).

HAESBAERT, R. Territorialidades “gaúchas”. IN: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 245-265.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA, 1988. 583 p.

HEIDRICH, Á. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

HEIDRICH, Á. L. Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha. IN: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 215-232.

HERRLEIN JR, R. A peculiaridade da transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (1. 2002; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2002. 23 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg> em 31/12/2004.

HOUAISS, A. **Dicionário Inglês-Português**. Rio de Janeiro: Record, 1982.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário, 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades@**. Capturado em www.ibge.gov.br em julho de 2005. .

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades@**. Capturado em www.ibge.gov.br em abril de 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio Grande do Sul v. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 1959a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio Grande do Sul v. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 1959b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Quaraí**: Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IBGE, 1966. 4p.

JANSEN, S. L. Evolução da estrutura produtiva do Rio Grande do Sul: uma análise do período de 1940 a 1995/96. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 22 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeq> em 10/12/2007.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, PPGS/UFRGS, Porto Alegre, v.6, p. 76-89, 1994;

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**. São Paulo, v. 12/13, 1989/1990, p. 55-72.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1986 (p.7-23; 87-119; 149-175; 207-271);

KAYSER, B. **La Cultura, un incentivo para el desarrollo local**. Capturado em <http://www.pliegosdeopinion.net/pdo4/dossier/Bernard%20Kayser.htm> em 13.07. 07.

KESSEL, Z. **Memória e memória coletiva**. Capturado em www.multirio.rj.gov.br/seculo21 em 13.07.07.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: terra & poder – História da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Série Documenta 21).

KÖCHE, J. C. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993 e 1999 (Tomo I e Tomo II) p. 13-34, 61-88 e 303-338.

LARA, E. R. **O gaúcho a pé**. Um processo de desmitificação. Porto Alegre: FISC / Movimento, 1985.

LAYTANO, D. **Origem da propriedade privada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. 310 p.

LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

LÊNIN, I. U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Prefácio e Cap 1, 2 e 8]

LESSA, L. C. B. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1984. 212 p.

LIMA, A. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C.; MÜLLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar**. Modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 176 p.

LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 8-23.

LOPES, J. A. D. **A cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1972.

LOVE, J. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 03-61.

LUIZELLI, J. C. **Pecuária familiar na região de Santiago**: caracterização, origem e situação atual. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2001. 96 p. (Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)

MACIEL, M. E. de S. Marcas. IN: GONZAGA, S.; FISCHER, L. A.; BISSÓN, C. A. **Nós, os gaúchos/2**. Editora Universidade /UFRGS, 1994. p. 178-182.

MANN, S., DICKINSON, J. **Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista**. Literatura Econômica, São Paulo, v.9, n.1, p.7-26, 1987.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990. p. 56-123

MEDEIROS, R. M. V. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com a emigração rural. **Revista Agrária**. São Paulo, n. 2, 2005. p 69-92.

MENASCHE, R. Gauchismo: tradição reinventada. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.1, nov. 1993, p. 22-30.

MIGUEL, L. de A.; MIELITZ NETTO, C. G. A.; NABINGER, C.; SANGUINÉ, E.; WAQUIL, P. D.; SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 21 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg> em 21/12/2007.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.

MIRANDA, A. C. **Análise dos dados de estabelecimentos rurais na microrregião de Santiago, RS**. Porto Alegre: EMATER RS / ASCAR, 2000. 8 p.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: AnPEd. Mai-Ago, 1997, Nº 5 e Set-Dez, 1997, Nº 6, p. 134-150.

MORAES, J. C. F.; ALVES, S. R. S. **Sistemas de criação de bovinos de corte na região Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Bagé: EMBRAPA – CPPSul, 2003. 84 p.

MOREIRA, R. J. **Identidade social, natureza e comunidades costeiras**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2007. Capturado em www.ruralidades.org.br/producao/archives/2005_03.htm em 01.07.07.

NABINGER, C. Manejo e produtividade das pastagens nativas do subtropico brasileiro. IN: DALL'AGNOL, M.; NABINGER, C.; ROSA, L. M. et al. (ed.) Simpósio de Forrageiras e Produção Animal, 1o. **Anais...** Canoas: Ed. Ulbra. 2006. p.25-76.

NAVARRO, Z. **Do “mundo da roça” ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil (políticas públicas e desenvolvimento rural)**. Brasília: NEAD, Relatório de Pesquisa, 2002.

NAVARRO, Z. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural - o novo rural e a democracia no campo**. Texto. Porto Alegre: abril 1997. 14 p. (39)

NEVES, C. E. B.; CORRÊA, M. B. Pesquisa Social Empírica. **Cadernos de Sociologia**. PPGS/UFRGS, v. 9, 1998.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: categoria de ação política. IN: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M. e SILVA, T. E. M. (Org.) **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Embrapa/Universidade Federal Sergipe, 2002, p. 135-159;

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p.21-37, maio/dez. 1995.

NOCCHI, Ê. D. G.. Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Sant’ana do Livramento. IN: RIBEIRO, C. M. (org.) et al. **Desenvolvimento Regional e Cadeias Produtivas**. Bagé: LEB / EdiURCAMP, 2003. p.145-180.

OLIVEN, R. G. Na fronteira da Nação: o regionalismo gaúcho. IN: TARGA, L. R. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/FEE. Lajeado: UNIVATES, 1998. p. 285-319.

OLIVEN, R. G. Rio Grande do Sul: um estado de fronteira. **Revista Eletrônica CELPCYRO**. Junho 2002. Capturado em www.celpcyro.org.br/revista_int8.htm em 10.07.07

OLIVEN, R. G. São Paulo, o Nordeste e o Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade gaúcha. Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, 1993. p. 397-409.

PADOIN, M. M. Cultura rio-grandense – o gaúcho e a identidade regional. IN: QUEVEDO, J. (org.) **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. p.368-376.

PAIVA, R. M. **A agricultura no desenvolvimento econômico**: suas limitações como fator dinâmico. Rio de Janeiro, IPEA/INPES , 1979, p. 7-49.

PEÑAFIEL, A. P. **Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas**. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2006. 129 p. (Dissertação de Mestrado)

PEREIRA, G. Índícios para uma outra explicação: o movimento de integração econômica entre as regiões do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, 1889-1930. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 29 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg> em 31/12/2006.

PÉREZ, M. Á. M. **Las contribuciones de Amartya Sen al estudio sobre la pobreza**. Capturado em <http://www.geocities.com/WallStreet/Floor/9680/mateoperezsen.htm> em 12/12/2005.

PERONDI, M. Â. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS /PGDR, 2007. 237 p. (Tese de Doutorado).

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p. (Série Revisão, 1).

PESAVENTO, S. J. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**. FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade gaúcha. Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, 1993. p. 383-396.

PESAVENTO, S. J. **Pecuária e indústria**: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986. 80p.

PIRES, A. C. S. **Palmas da gente, guardados na memória**. Bagé: URCAMP Ed. 1992.

PLOEG, J. D. V. der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. IN: GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1992a. p. 153-195.

PLOEG, J. D. V. der. Farming styles as socio-technical networks. IN: PLOEG, J. D. V. der. **The virtual farmer**. Past, present, and future of the Dutch peasantry. Assen: Van Gorcum. 2003. p. 101-144.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. IN: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

PLOEG, J. D. V. der. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 24-57.

PLOEG, J. D. V. der. The reconstitution of locality: thecnology and labour in modern agriculture. IN: MARSDEN, T.; LOWE, P.; WHATMORE, S. (org.) **Labour and locality: uneven development and the rural labour process**. London: David Fulton Publishers, 1992b. p. 19-43.

PLOEG, J. D. V. der.; LONG, A. **Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development**. Assen: Van Gorcum. 1994. 296 p.

PLOEG, J. D. V. der. **Labor, markets and agricultural production**. Boulder, San Francisco & Oxford, Westview Press, 1990. p. 1-35, 259-285.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC, v. 5, n.10, 1992. p. 200-212.

PORTO, M. L. Os campos sulinos: sustentabilidade e manejo. **Ciência & Ambiente**. UFSM, v. 24, jan-jun 2002, p. 119-138.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre conceitos teóricos e as categorias empíricas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS / UFRGS, v. 6, 1994. p. 76-88.

PORTO, R. G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé**, Rio Grande do Sul. Pelotas: UFPEL, 2008. 166 f. (Dissertação de Mestrado)

QUADROS, A. S. **Metamorfoses na estrutura agrária da região de Bagé-RS: os assentamentos rurais e a construção de uma união horizontal**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 99 p. (Dissertação de Mestrado).

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994. p. 57-153.

REVERBEL, C. **O gaúcho**. Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986. 109 p.

RIBEIRO, C. M. "*Pecuária familiar*" na região da Campanha do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO. / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM

PESQUISA AGROPECUÁRIA (V. maio, 2002) **Anais...** Florianópolis: SBSP / IESA, 2002a. 20 p.

RIBEIRO, C. M. "A "Leitura da Paisagem" como estratégia de Planejamento Municipal e Regional" ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO. / SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM PESQUISA AGROPECUÁRIA (V. maio, 2002) **Anais...** Florianópolis: SBSP / IESA, 2002b. 20 p.

RIBEIRO, C. M. **Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento.** Lavras: Universidade Federal de Lavras-MG, 1996. 141 p. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. **Pecuária familiar.** Porto Alegre: EMATER RS / ASCAR, 2003. p. 11-46. (Série Realidade Rural, 34)

RIBEIRO, C. M. **Pecuária Familiar na região da Campanha do Rio Grande do Sul:** definições e estratégias. Bagé: EMATER/ RS, 2001. (não publicado)

RIBEIRO, C. M.; REQUIÃO, C. W. C. **Pecuária Familiar** – Principais Estratégias e Resultados. Bagé: EMATER RS, 2002. (relatório – documento interno) 9 p.

RIBEIRO, C. M.; VILLELA, G. P. (Coord.) **Diagnóstico dos Sistemas Agrários da localidade dos Olhos D'água – Bagé.** Bagé: EMATER RS - Prefeitura Municipal de Bagé, 1999. 127p.

RIBEIRO, E. M. **Agricultura familiar.** Lavras: DAE / UFLA. nov 1997, 18 p.(Curso UFLA/EMATER MG 1997/98).

RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Inspeção Veterinária de Bagé. **Relação de produtores.** SAPA: Bagé, 2007.

RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Inspeção Veterinária de Dom Pedrito. **Relação de produtores.** SAPA: Dom Pedrito, 2007.

RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Inspeção Veterinária de Quaraí. **Relação de produtores.** SAPA: Quaraí, 2007.

RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. A pecuária do RS. **Revista A hora veterinária.** ano 27, n. 159, set-out, 2007. p. 15

ROCHA, J. M. As raízes do declínio econômico da "Metade Sul" do Rio Grande do Sul – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. **Jornada de História Comparada.** (1) Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Rede IPEA; Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ago, 2000.

ROSSI, E. L. **Pecuária familiar do município de Formigueiro: caracterização, origem e situação atual.** Seropédica: UFRRJ / ICHS, novembro 2002, p. (Monografia do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)

ROVEDDER, A. P.; ANTONIOLLI, Z. I.; SPAGNOLLO, E; VENTURINI, S. F. Fauna edáfica em solo suscetível à arenização na Região Sudoeste do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, Lages, v.3, n.2, p. 87-96, 2004.

RÜDIGER, S. **Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul (século 18).** Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul / Instituto Estadual do Livro, 1965. 117 p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** Petrópolis: Vozes, 1986.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura Familiar, pluriactividad y Desarrollo Rural en el Sur de Brasil.** Universidad de Cordoba, UC, Espanha. 2000. (Tese de Doutorado)

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne.** Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2005. 178 p. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS FILHO, J. C. **Pesquisa Educacional: quantidade - qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995. 111 p.

SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 216 p.

SANTOS, M. S. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** vol. 13, n. 38, São Paulo, Out. 1998.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ IFCH, UFRGS, 1999. 470 p. (Tese de Doutorado).

SCHNEIDER, S. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, Embrapa, Volº 14, nº 02, 1997 p.21-54.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 18, n. 51, fevereiro 2003. p. 99-123.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44. 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006 (a). 1 CD-ROM.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul**: a emergência de uma nova ruralidade. Porto Alegre: UFRGS/PGDR; Pelotas: UFPel/PPGA, 2003. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico).

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, (cap. 2, 9, 10 e 11).

SCOONES, I. **Sustainable rural livelihoods**: a framework for analysis. Institute of Development Studies (IDS) Working Paper 72, 1998.

SEBRAE/RS (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); SENAR/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul). **Diagnóstico Integrado Dos Sistemas de Produção de Bovinos de Corte no Estado do Rio Grande do Sul**: Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/ IEPE, 2005.

SEN, A. **Capacidad y bienestar**. Capturado em <http://www.geocities.com/WallStreet/Floor/9680/nobel.htm?200528> em 02/12/ 2005

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SEN, A. **Editorial: human capital and human capability**. World Development, 1997, vol. 25, nº 12, pp. 1959-1961.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 22-102.

SEVERO, C. M.; MIGUEL, L. de A. A sustentabilidade dos sistemas de produção de Bovino de Corte no estado do Rio Grande do Sul. ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA (3. 2006; Porto Alegre, RS) **Anais...** Porto Alegre: FEE / PUCRS, 2006. 21 p. Capturado em <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/eeg>.

SILVA NETO, B. (coord.) **Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Departamento de Estudos Agrários/ UNIJUÍ, 2002. (Estudo Especial RS-Rural).

SILVA, F. I. C.; SOUZA, E. D. Informação e formação da identidade cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. **Revista Informação & Sociedade**. João Pessoa, v.16, n.1, 2006, p.274-284.

SILVEIRA, F. G. 1920-1985: percursos das estruturas de posse da terra. IN: TARGA, L. R. P. (org.) **Gaúchos e paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996. p. 243-269.

SIMÕES, D. **Quaraí: terras e águas.** Quaraí, sd.

SOUTO, J. J. P. **Deserto, uma ameaça?** Estudo dos núcleos de desertificação na Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: DRNR, Diretoria Geral, Secretaria da Agricultura, 1984. 172 p.

SOUZA, M. V. **Globalização e revalorização da identidade cultural.** Capturado em www.sbec.org.br/evt2003/trab19.doc em janeiro de 2007.

SOUZA, N. de J. **Diagnóstico econômico do município de Dom Pedrito.** Porto Alegre: FUNDATEC / FARSUL / SENAR, 1996. 156 p.

SPEROTTO, F. Aproximación de la vida y la obra de Chayanov. **Agricultura y Sociedad.** Madrid, n. 48, jul / set, 1988. 31 p.

TAMBARA, E. **RS: Modernização e crise na agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 96 p.

TARGA, L. R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. IN: TARGA, L. R. P. (org.) **Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1996. p. 17-47.

TERRA, M. A influência do gaúcho na cultura de três países. XVII Reunião do Grupo Técnico em Forrageiras do Cone Sul Zona Campos. **Anais.** Lages: outubro 1998. p. 13-18.

TOLEDO, V. M. **Campeñinidat, agroindustrialidat, sostenibilidad:** los fundamentos ecologicos e historicos del desarrollo rural. México: Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales. 1995. 29 p. (Cuaderno 3)

TORRES, J. E. H. **A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida:** estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS. Porto Alegre: UFRGS / PGDR, 2001. 175 p. (Monografia Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)

TORRONTEGUY, T. O. V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto / IEL, 1994. 192 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa Qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Cap. 5, p.116-173.

VEIGA, J. E. **A agricultura familiar na Região Sul.** FAO / INCRA. Brasília: 1996, 65 p.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária.** V. 25, mai-dez, 1995. p. 128-141.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo, Hucitec, 1991.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. (org.) **Rio Grande do Sul**: paisagens e territórios em transformação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 319 p.

VERÍSSIMO DA FONSECA, P. A. **A formação do gaúcho**. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. 222 p.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**: populações rurais do centro-sul. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WACQUANT, L. **Esclarecer o habitus**. Capturado em http://sociology.berkeley.edu/faculty/WACQUANT/wacquant_pdf em 10.10.05.

WANDERLEI, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN: TEDESCO, J. C. (org.) **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo, EDIUPF, 2001. p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2003, nº 21, p. 42-62.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. IN: FERREIRA, A. D. D. e BRANDERBURG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, Editora UFPR, 1998, p. 29-50.

XAVIER, P A Estância. IN: **RIO GRANDE DO SUL**: Terra e Povo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1952. p. 75-87.

APÊNDICE A - Roteiro para a elaboração das entrevistas**Nome:****Código: município****Unidade da pesquisa**

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1.1. Entrevistado () Proprietário () Filho(a) () Outro: _____ () M () F

1.2. Localidade: Localidade / Distrito / Município

1.3. Telefone:

1.4. Distância Sede Município:

1.5. Vias de Acesso (Tipo/Situação):

1.6. Cidade que vai com maior frequência: _____

1.7. Frequência que vai a cidade: _____

1.8. Zona Agroecológica (Tipo/Características/Particularidades):

_____1.9. Data da entrevista: ____/____/_____

2. ORIGEM DA UNIDADE

2.1. Como foram obtidas as terras.

Itens	Quantidade de área (ha)
Através de herança	
Compra de parentes	
Compra de terceiros	
Através de doação	
As terras são de posse provisória	
Arrendamento	
Colonização	
Outras	

2.2. Qual a origem da família. _____

2.3. Quanto tempo está na atividade de pecuária de corte?

2.4. Quais foram as principais mudanças ocorridas na exploração? épocas marcantes.

Evento	Época

2.5. Área da propriedade nos últimos anos:

() Aumentou () É estável () Diminuiu

2.6. Situação Fundiária.

Situação Fundiária	Área (ha)				
	Própria	Arrendamento		Parceria	Outros
Área total (ha)		De terceiros	Para terceiros		

2.7.. Qual o valor médio do hectare (terra nua) na região onde está localizada a sua propriedade?R\$/ha

3. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

Nome	Relação parentesco	Idade	Trabalho		Escolaridade	Qualificação formal ligada à agropecuária
			UPA	Externo		

4. COMPOSIÇÃO DA MO

4.1. Mão de obra da família - %

4.2. Mão de obra contratada fixa - % (salários e despesas)

4.3. Mão de obra contratada eventual - % (salários e despesas)

Cercas / Infra-estrutura	Bovinos de corte	Ovinos	Lavouras	Outros

4.4. Troca de serviços - %

De outros - %

Para outros - %

Principais atividades da troca de serviços

Cercas / Infra-estrutura	Bovinos de corte	Ovinos	Lavouras	Outros

5. IDENTIFICAÇÃO DOS MODOS DE VIDA

5.1. Capacitações

5.1.1. Condições físicas

- há algum problema de saúde na família

5.1.2. Aposentadoria

5.1.3. Acessos

- saúde
- ensino
- capacitação
- habilidades da mão-de-obra

5.2. Ativos

5.2.1. Capital Natural

5.2.1.1. Terra - Uso

	Área (ha)
Área com lavouras do seco	
Área com lavouras irrigadas	
Área com pastagens permanentes	
Áreas com pastagens anuais de verão	
Áreas com pastagens anuais de inverno	
Áreas com campo nativo melhorado	
Áreas com campo nativo	
Hortas e pomares	
Áreas com florestas plantadas	
Áreas com florestas naturais e capoeiras	
Áreas com Benfeitorias	
Áreas de caminhos, açudes e terras inaproveitáveis	
Superfície Total (ST)	
Superfície agrícola útil (SAU)	

5.2.1.2. Terra – Relevo predominante

Plano	Ondulado	Fortemente Ondulado

5.2.1.3. Terra – Tipo de solo – Textura e profundidade

Textura			Profundidade		
Arenosa	Areno-argilosa	Argilosa	Profundo	Médio	Raso

5.2.1.4. Recursos hídricos disponíveis

Açudes	Barragens	Sangas	Arroios

Obs.

5.2.2. Capital Físico

5.2.2.1. Benfeitorias e instalações

Especificação	Quantidade	Área construída	(1) alvenaria	Idade do bem ou ano de construção
			(2) madeira	
			(3) mista	
Casa de moradia/família				
Outras casas				
Galpões				
Mangueiras				
Banheiro				
Cercas				
Aviário				
Galinheiro				
Pocilgas/chiqueiro				
Outros (especificar)				

5.2.2.2. Máquinas e Equipamentos

Especificação	Quantidade e características	Idade
Veículo		
Trator		
Reboque		
Roçadeira		
Carroça		
Implementos		

5.2.2.3. Infraestrutura

Casa Principal	Instalações Sanitárias	Água	Destino dos Dejetos Humanos
Alvenaria	Banheiro Completo	Poço Artesiano	Fossa Simples (seca)
Madeira	Banheiro Incompleto	Poço cavado	Fossa Séptica/Poço Absorvente
Mista	Casinha ou Latrina	Córrego/Açude	Direto no Solo
Outra	Nenhuma	Cacimba ou nascente	Direto nos Cursos D'água
		Água do Vizinho	Não tem
		Outro	Outro

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
Fogão () Gás () Lenha		Celular	
Freezer		Internet	
Forno elétrico/Microondas		Linha de Telefone fixo	
Máquina de lavar roupa		Microcomputador	
Geladeira		Parabólica	
		Televisor	

5.2.2.4. Qual o principal tipo de abastecimento de energia elétrica?

- () rede geral
 () gerador próprio
 () não possui
 () outro _____
-
-

5.2.3. Capital financeiro

5.2.3.1 Acesso a crédito –

1. Tem acesso
2. É fácil / difícil / não tentou

Banco	Destino	Tipo de crédito	Valor	Juros	Outros acessos

5.2.4. Capital social.

Os membros da família costumam participar de atividades na comunidade local e/ou no município?

Especificação	Informar se participa	
Associação local de produtores e/ou criadores	Sim ()	Não ()
Associação regional/nacional de produtores e/ou criadores	Sim ()	Não ()
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ()	Não ()
Grupo de produtores para compra e venda	Sim ()	Não ()
Participa de CITES (Centro de Integração e Troca de Experiência)	Sim ()	Não ()
Sindicato de trabalhadores	Sim ()	Não ()
Associação de mulheres/clube de mães	Sim ()	Não ()
Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ()	Não ()
Clube de futebol, bocha, etc ligado ao lazer	Sim ()	Não ()
Sindicato Patronal	Sim ()	Não ()
Partido Político	Sim ()	Não ()
Outros tipos de entidade (especificar)	Sim ()	Não ()

5.3. Atividades

5.3.1. Agrícolas

5.3.1.1. Lavouras

Cultura	Área	Produção	Autoconsumo	Vendas

OBS. Processo produtivo

5.3.1.2. Horta e Pomar

5.3.1.3. Criações

5.3.1.3.1. Número de animais

Bovinos	Ovinos	Caprinos	Cavalos	Outros

5.3.1.2.2. Categorias de animais

Bovinos Raça	No.	UA	Ovinos	No.	UA
Touros			Carneiros		
Vacas de cria			Ovelhas de cria		
Terneiros			Cordeiros		
Terneiras			Cordeiras		
Novilhas 1,5 anos			Borregos		
Novilhos 1,5 anos			Borregas		
Novilhas 2,5 anos			Capões		
Novilhos 2,5 anos			Ovelhas de descarte		
Novilhos + 3 anos			* Suínos		
Vacas de descarte			* Aves		
Total			Cavalos		

5.3.2. Não agrícolas

5.3.2.1. Recebimentos de atividades não agrícolas e de trabalhos recebidos fora da unidade de produção

Condição Familiar	Atividades Não-Agrícolas	Periodicidade		Valores Recebidos em R\$		Receita em Produto	
		Nº Dias	Localização	Mês	Ano	Mês	Ano

5.3.2.2. Utiliza os recursos obtidos com atividades não-agrícolas na unidade de produção agrícola?

- () Sim Finalidade: () Custeio () Capital
 () Não

5.3.2.3. Renda e benefícios não-agrícolas

Transferências Sociais	Itens	Periodicidade		Valor (R\$)
		Mês	Ano	
Transferências Sociais	Aposentadorias			
	Pensões			
	Bolsa Escola			
	Cheque Seca			
	Rebate Pronafinho			
Outras Receitas	Aluguel			
	Arrendamento			
	Juros			
	Remessas/Transferências de dinheiro p/UPA			
	Doações			
	Heranças			

5.3.2.4. Utiliza os recursos das transferências sociais e outras receitas na unidade de produção agrícola?

- () Sim Finalidade: () Custeio () Capital
 () Não
 () Não sabe

5.3.2.5. Outros gastos fixos

Discriminação	Valor (R\$)
ITR	
FUNRURAL	
Sindicato	
Luz	
Gás	
Telefone	
Gasolina	
Seguro agrícola	
Arrendamento (Pagos)	
Impostos com veículos	

6. PROCESSOS MERCANTIS

6.1. Aquisição de insumos

6.2. Compra de animais

6.2.1. Aquisição de reprodutores

Categorias	De quem compra	Critérios para a compra

6.2.2. Aquisição de animais de reposição ou terminação

Categorias	De quem compra	Critérios para a compra

6.3. Venda de animais

Categorias	Destino	Critérios para a venda

6.4. Venda de Outros produtos e sub produtos

PRODUTOS	DESTINO	CRITÉRIOS

6.5. Autoconsumo de animais

CATEGORIA	ÉPOCA	PESO

6.6. Os animais são rastreados?

() Não. Porque? _____

() Sim. Desde quando? _____ ano

No último ano houve roubo de animais na sua propriedade?

() Não () Sim.

7. FORMAS PRODUTIVAS

7.1. Identificar o sistema de produção. -----

7.2. Houve mudança recente no sistema de produção? Por quê?-----

7.3. Descrição de algumas técnicas do sistema de criação

7.3.1. Idade e/ou peso médio em que as novilhas são cobertas/inseminadas?
 _____ n° de meses e/ou _____ kg () não sabe () indefinido

7.3.2. Qual o tipo de desmame praticado e em que época é feito?

7.3.3. Faz exame andrológico dos touros?
 () Sim () Não () Às vezes

7.3.4. Mortalidade e Manejo sanitário.
 Animais mortos

Categories	Épocas	Causas

Vacinações utilizadas

Aftosa	Brucelose	Carbúnculo Hemático	Carbúnculo Sintomático	Outras

7.3.5. Tratamentos

Tratamentos	Nº Tratamentos/Ano	Época (Meses)
Banho carrapaticida		
Produto Injetável		
Outro		
Vermífugos		

8. IDENTIDADE DAS FAMÍLIAS

8.1. Com que termo se identifica mais:

Agricultor	Agricultor familiar	Empresário rural
Pecuarista	Pecuarista familiar	Trabalhador rural
Produtor rural	Outro	

8.2. Se não pudesse criar gado o que faria.

8.2.1. Se sobrasse dinheiro o que faria em primeiro lugar?

- na pecuária de corte
- na compra de terras
- na melhoria das condições da moradia
- ajudaria os filhos
- atividade fora da agricultura
- não sabe/não respondeu
- outros

8.2.2. Quem contribui mais para a tomada de decisão na unidade de produção

8.2.3. Qual aplicação faria com certeza se houvesse um crédito barato

8.2.4. Quais os critérios preponderantes que utiliza (se baseia) para a escolha do candidato ou do partido político?

- filiação político-ideológica do candidato
- perfil pessoal do candidato, independentemente do partido
- plataforma de proposições do candidato
- não sabe/ não respondeu

8.2.5. O fato da proposta de um candidato em uma disputa eleitoral identificar-se com a agricultura/pecuária e com o meio rural influencia a sua decisão de voto?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

8.2.6. Realiza controle contábil (entradas e saída) das atividades da propriedade agrícola?

Sim. Desde quando? _____ ano

8.2.7. Estes controles são repassados para um Contador?

Sim Não

8.2.8. Recebe assistência técnica?

Se sim, de quem? _____

Qual a periodicidade? _____

8.2.9. Qual é o meio de comunicação mais importante para sua informação?

- Ouvir rádio
 - Ler material técnico
 - Assistir TV
 - Dia de campo, palestras e cursos
 - Ler Jornais ou Revistas
 - Internet
-

9. PROJETOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

9.1. O projeto de sua família é permanecer na agricultura/pecuária?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

9.2. Gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor/pecuarista?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

9.3. Existe algum membro da família (filho ou outro) que continuará a trabalhar em sua propriedade?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

9.4. Caso haja uma piora na renda da sua atividade nos próximos anos o que faria?

continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal;

deixar de trabalhar na agricultura, arrendar e/ou vender a terra;

buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;

procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;

Não sabe/ não respondeu

9.5. Qual sua principal motivação para ser criador de gado de corte

Porque permite lucro

Porque permite o sustento da família

Porque permite ocupação de membros da família

Porque permite vender em período de necessidade

Segurança (baixo risco)

Porque é a única alternativa possível/viável na sua propriedade ou em parte dela

Satisfação pessoal

Tradição familiar

Não sabe fazer outra coisa

Não sabe/não respondeu

9.6. No seu entendimento o que seria necessário para melhorar a situação da agricultura/pecuária no geral?

APÊNDICE B – Tabelas e Figuras complementares.

Tabela 1. Constituição das famílias por sexo e idade em Bagé – RS.

Faixa de idade (anos)	Homens		Mulheres		Total		
	N.	%	N.	%	N.	%	% Acum
0-15	3	8,5	1	3,5	4	6,3	6,3
15-20	2	5,8	2	6,9	4	6,3	12,6
20-30	3	8,5	4	13,8	7	10,9	23,5
30-40	4	11,5	4	13,8	8	12,5	36,0
40-50	4	11,5	3	10,3	7	10,9	46,9
50-60	3	8,5	4	13,8	7	10,9	57,8
60-70	11	31,4	7	24,1	18	28,1	85,9
70-80	3	8,5	3	10,3	6	9,4	95,3
+80	2	5,8	1	3,5	3	4,7	100
Total	35	100	29	100	64	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 2. Constituição das famílias por sexo e idade em Dom Pedrito – RS.

Faixa de idade (anos)	Homens		Mulheres		Total		
	N.	%	N.	%	N.	%	% Acum
0-15	1	3,5	1	8,3	2	4,9	4,9
15-20	1	3,5	--	--	1	2,4	7,3
20-30	3	10,3	--	--	3	7,3	14,6
30-40	4	13,8	3	25,0	7	17,1	31,7
40-50	3	10,3	1	8,3	4	9,8	41,5
50-60	8	27,6	3	25,0	11	26,9	68,4
60-70	6	20,7	3	25,0	9	21,9	90,3
70-80	2	6,9	1	8,3	3	7,3	97,6
+80	1	3,4	--	--	1	2,4	100
Total	29	100	12	100	41	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 3. Constituição das famílias por sexo e idade em Quaraí – RS.

Faixa de idade (anos)	Homens		Mulheres		Total		
	N.	%	N.	%	N.	%	% Acum
0-15	--	--	1	4,4	1	1,9	1,9
15-20	5	16,7	1	4,4	6	11,4	13,3
20-30	2	6,7	3	13,0	5	9,5	22,8
30-40	7	23,3	2	8,7	9	17,0	39,8
40-50	5	16,7	3	13,0	8	15,0	54,8
50-60	4	13,3	4	17,4	8	15,0	69,8
60-70	1	3,3	4	17,4	5	9,5	79,3
70-80	6	20,0	5	21,7	11	20,7	100
+80	--	--	--	--	--	--	--
Total	30	100	23	100	53	100	

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

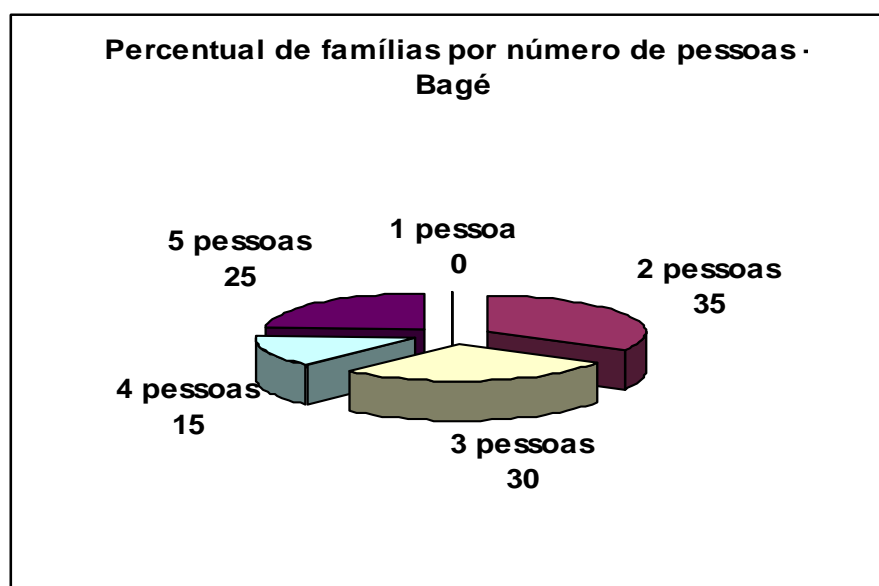


Figura 1. Percentual de famílias por número de pessoas - Bagé.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

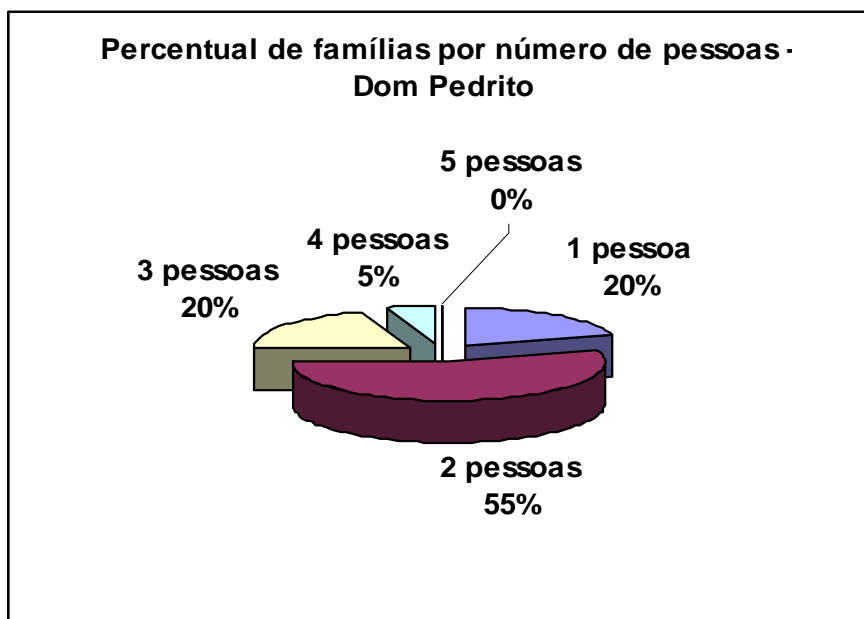


Figura 2. Percentual de famílias por número de pessoas – Dom Pedrito.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

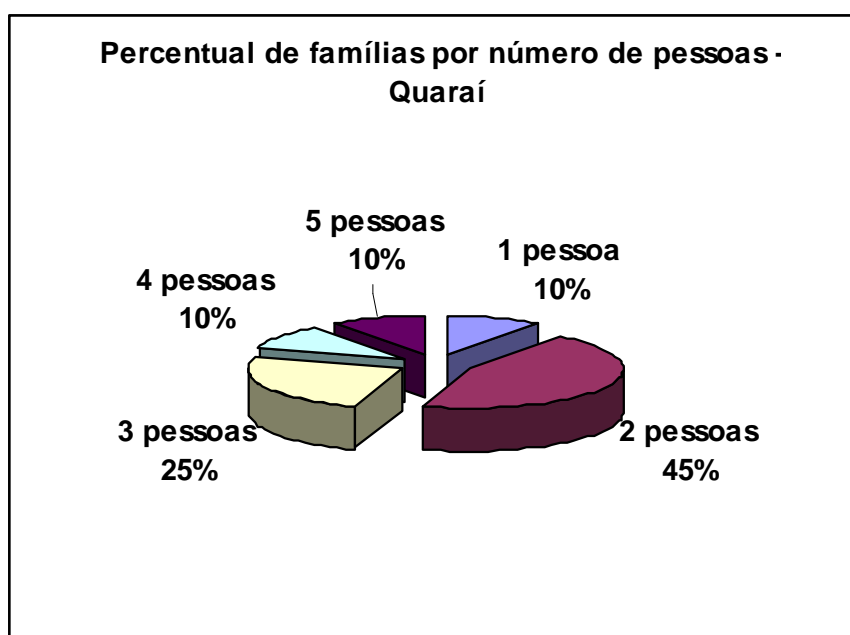


Figura 3. Percentual de famílias por número de pessoas - Quaraí.
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

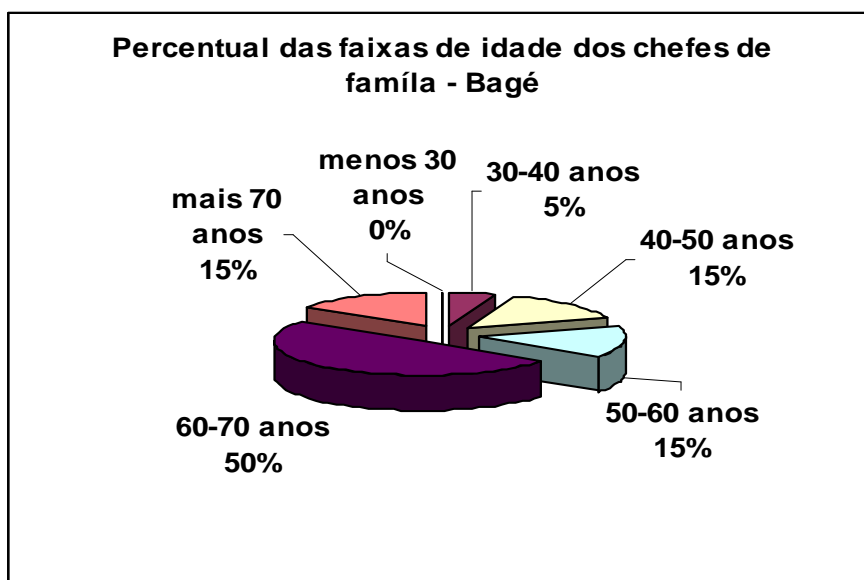


Figura 4. Percentual das faixas de idade dos chefes de família entrevistados - Bagé.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

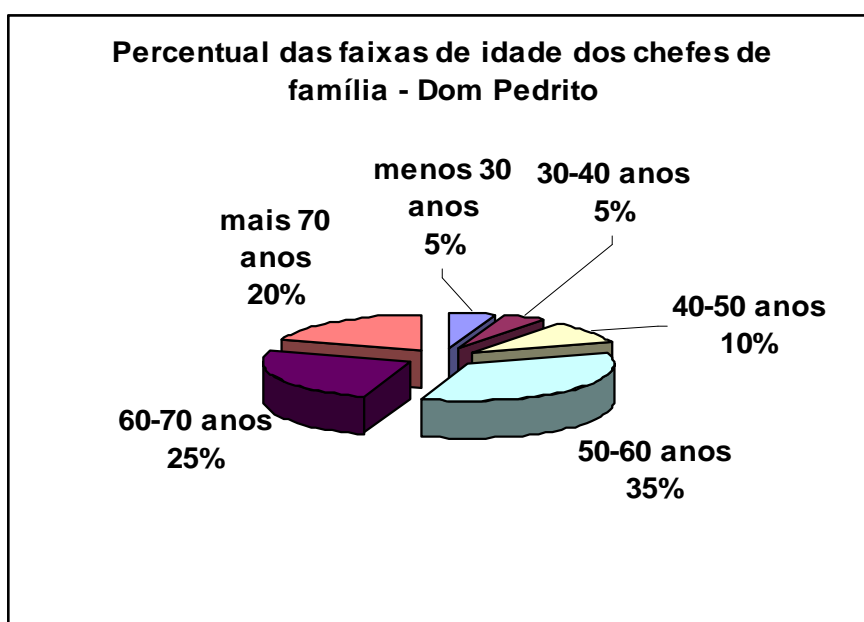


Figura 5. Percentual das faixas de idade dos chefes de família entrevistados - Dom Pedrito.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

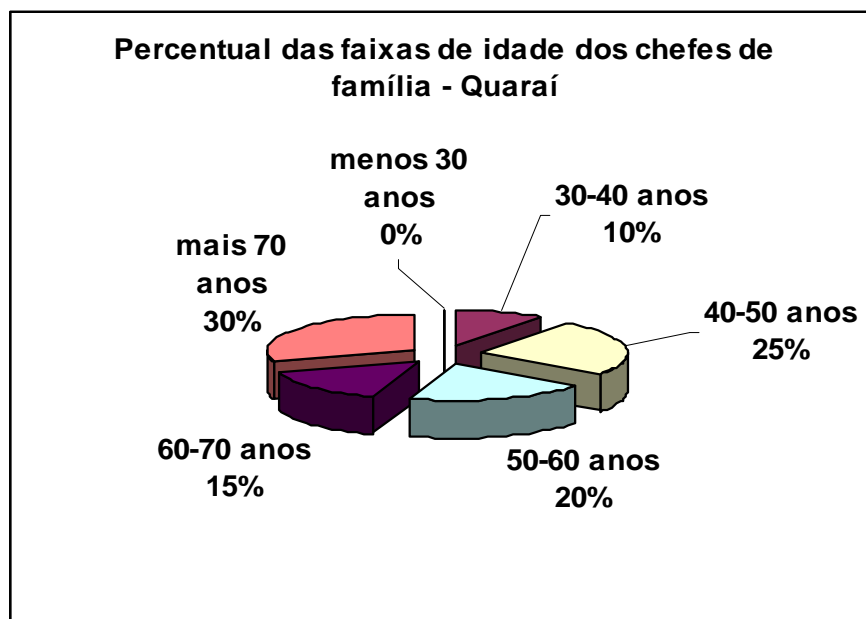


Figura 6. Percentual das faixas de idade dos chefes de família entrevistados – Quaraí.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Tabela 4. Nível de escolaridade das famílias em Bagé – RS.

Escolaridade	Homens			Mulheres			Total		
	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum
Analfabeto / semi-analfabeto	4 + 1*	14,3	14,3	2*	6,8	6,8	7	10,9	10,9
Ensino fundamental incompleto	18 + 3*	60,0	74,3	13	44,8	51,6	34	53,1	64,0
Ensino fundamental completo	4	11,4	85,7	7	24,1	75,7	11	17,2	81,2
Ensino médio incompleto	1	2,9	88,6	1	3,5	79,2	2	3,2	84,4
Ensino médio completo	2	5,7	94,3	4	13,8	93,0	6	9,3	93,7
Ensino superior incompleto	--	--	--	1	3,5	96,5	1	1,6	95,3
Ensino superior completo	2	5,7	100	1	3,5	100	3	4,7	100
Total	35	100	---	29	100	---	64	100	---

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* menores (analfabetos) ou em idade escolar (estudantes do 1º grau)

Tabela 5. Nível de escolaridade das famílias em Dom Pedrito – RS.

Escolaridade	Homens			Mulheres			Total		
	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum
Analfabeto / semi-analfabeto	--	--	--	1*	8,3	--	1	2,4	2,4
Ensino fundamental incompleto	22	75,8	75,8	5 + 1*	50,0	58,3	28	68,3	70,7
Ensino fundamental completo	5	17,3	93,1	3	25,1	83,4	8	19,5	90,2
Ensino médio incompleto	2	6,9	100	1	8,3	91,7	3	7,4	97,6
Ensino médio completo	--	--	--	1	8,3	100	1	2,4	100
Ensino superior incompleto	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ensino superior completo	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total	29	100	--	12	100	--	41	100	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* menores (analfabetos) ou em idade escolar (estudantes do 1º grau)

Tabela 6. Nível de escolaridade das famílias em Quaraí – RS.

Escolaridade	Homens			Mulheres			Total		
	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum	No.	%	% Acum
Analfabeto / semi-analfabeto	1	3,3	3,3	2 + 1*	13,1	13,1	4	7,5	7,5
Ensino fundamental incompleto	23	76,7	80	16 + 1*	74,0	87,1	40	75,5	83,0
Ensino fundamental completo	3	10	90	1	4,3	91,4	4	7,5	90,5
Ensino médio incompleto	2 + 1*	10	100	--	--	--	3	5,7	96,2
Ensino médio completo	--	--	--	1	4,3	95,7	1	1,9	98,1
Ensino superior incompleto	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ensino superior completo	--	--	--	1	4,3	100	1	1,9	100
Total	30	100	--	23	100	--	53	100	--

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* menores (analfabetos) ou em idade escolar (estudantes do 1º grau)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)